



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO

**DINÂMICAS VIRTUOSAS DA REFORMA AGRÁRIA NA
REGIÃO DE ANDRADINA/SP**

Londrina
2020

MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO

**DINÂMICAS VIRTUOSAS DA REFORMA AGRÁRIA NA
REGIÃO DE ANDRADINA/SP**

Trabalho de conclusão, nível doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eliane Tomiasi Paulino.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino

Londrina
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Arlindo, Marco Aurélio da Silva.

Dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP / Marco Aurélio da Silva. - Londrina, 2020.
292 f.

Orientador: Eliane Tomiasi Paulino.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Reforma Agrária - Tese. 2. Recriação Camponesa - Tese. 3. Dinâmicas virtuosas - Tese. 4. Monopolização do território pelo capital - Tese. I. Paulino, Eliane Tomiasi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

MARCO AURÉLIO DA SILVA ARLINDO

**DINÂMICAS VIRTUOSAS DA REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE
ANDRADINA/SP**

Trabalho de conclusão, nível doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eliane Tomiasi Paulino.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Universidade Federal do Mato Grosso do
Sul/Três Lagoas – UFMS

Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi
Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP

Profa. Dra. Guiomar Germani
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Londrina, 06 de julho de 2020.

Dedico este trabalho:

*Aos camponeses assentados,
que na luta para permanecerem na terra,
produzem dinâmicas fundamentais à toda
sociedade. E em tempos de pandemia,
nos ensinam a verdadeira solidariedade.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado da colaboração de várias pessoas, por isso, sua concretização é coletiva. Por essa razão, cito Raul: “Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade”. Assim, manifesto minha gratidão:

Aos meus pais, Rosa e José, por dar condições, fazendo-me acreditar que o sonho era possível. Obrigado pelo apoio incondicional dado em toda essa trajetória. Por isso, compartilho essa conquista com vocês, que sempre lutaram pela formação dos dois filhos.

Agradeço a minha irmã, Poli, e meu cunhado, irmão, Junior. Obrigado pelos conselhos nos momentos de indecisões. Em minha trajetória profissional e de vida vocês são referências. Além de tudo, me presentearam com a esperança, de nome Rafaela. O sorriso e o brilho no olhar da Rafinha são combustíveis nesses tempos difíceis.

O ingresso no doutorado e morar no Paraná marcaram minha vida. Desde lá, venho conhecendo o verdadeiro significado de companheirismo. Gabi, você é responsável por isso. Obrigado por viver cada segundo desses mais de quatro anos. Sou profundamente grato. Sonhar ao seu lado me faz acreditar. Obrigado companheira.

Meus agradecimentos à Paula e ao Sérgio, pelo carinho e confiança depositado ao longo desses anos. Sei que a distância tem feito cair lágrimas de saudades da única filha, por isso, divido essa conquista com vocês.

Mari, obrigado pela força. Desde o processo seletivo, em dezembro de 2015, sonhamos com esse dia. Logo, será a sua vez. Nesse momento, “Ninguém solta a mão de ninguém”. Agradeço, também, o Samuel, corintiano de alma e coração.

Ao amigo Danilo. Obrigado, por sempre atender nossos gritos de socorro. Sou grato por tudo que fez.

Ao André, irmão, presente da geografia, obrigado. Nossas conversas utópicas, nos diversos espaços, sonhando com uma sociedade mais justa e igualitária, contribuíram efetivamente para a minha compreensão de mundo.

Ao Wilians pelo apoio e amizade fraterna construída no início desse estradar.

Ao Tito, gratidão eterna. Você, Frei Carlos, Munhoz e Frei Pedro (*in memoriam*), foram responsáveis pelo primeiro contato com os camponeses assentados, quando eu ainda era criança. Tito, obrigado pelas conversas no trilhar dessa pesquisa.

Ao Reinaldo, Isabel, Luciano e Nádia, obrigado pelo afeto e acolhida quando fui morar no Paraná. Nosso reencontro, em Maringá, nos forneceu base e confiança para continuar na cidade em que éramos chegantes.

Meus agradecimentos a todos da minha família que acreditaram nessa pesquisa, e sobretudo, na educação como caminho de transformação do mundo. Em especial aos meus avós e à família da Jaque, Kleber, Isa e Kauan.

Em nome do Juliano, da Li e suas filhas, agradeço a todos meus amigos, que mesmo na distância, demonstraram afetividade. Agradecimentos, também, aos amigos de Primavera do Leste (MT), em especial, ao Leandro, André, Bruna, Tarquim, Viviane e Júlio.

Ao pessoal da E.M.E.F Franco de Mello, Josiane, Rosilene e Graziela, que, no início dessa pesquisa, deram suporte para a realização das disciplinas. Da mesma forma, à Elisângela, Sirlei e Marilza, coordenadoras em Primavera do Leste, pelas condições dadas para realização do trabalho de campo.

Agradeço à professora Rosemeire Ap. de Almeida, pela base construída na orientação durante o mestrado e, também, por me presentear naquela defesa ao convidar a Profa. Eliane, hoje orientadora desta pesquisa. Agradeço a todos companheiros do GETT/Geo Agrária (UFMS/CPTL).

Aos amigos do Grupo de Estudos Agrários, Pedro, Juliano, Alene, Barbara, Estevan e Thiara, e, também, a Fabi, do LATEC. Assim como, aos companheiros discentes de pós-graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e todos seus funcionários/trabalhadores. À Fundação Araucária, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização da pesquisa.

Aos Professores Eduardo Girardi e Guiomar, pelo aceite dessa parte importante do doutoramento. Aos professores Sedeval e Marco Mitidiero, pelas contribuições ainda na qualificação.

Agradeço à minha orientadora, Eliane T. Paulino, pelos ensinamentos nesses anos, mas principalmente, pela compreensão e conselhos dados nos momentos mais difíceis da pesquisa. Professora, conviver ao seu lado, foi enriquecedor, transformador. Obrigado pela confiança a mim depositada.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram com esta pesquisa: as lideranças do MST/Andradina, à Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Andradina, aos clientes das feiras, em especial, aos camponeses assentados, responsáveis pela comida que chega à nossa mesa.

*[...] a reforma agrária não é só
e fundamentalmente uma questão de terras,
mas, acima de tudo, é uma questão de gente.*

Paulo Martinez

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. **Dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

RESUMO

Diante do desmonte das políticas sociais, sobretudo as agrárias, bem como a massiva propaganda veiculada pela mídia subserviente aos interesses da agricultura capitalista e da sua suposta contribuição econômica e alimentar ao país, entendemos ser fundamental refletir o processo de reprodução do campesinato e a relevância das políticas de assentamentos rurais para a sociedade em geral. Assim, concebendo o território como categoria geográfica e ancorado no arcabouço teórico da questão agrária e recriação do campesinato, estabelecimentos como objetivo central investigar os desdobramentos territoriais produzidos pela implantação dos projetos de assentamentos rurais na Região de Andradina (SP), do ponto de vista social, econômico e político. No contexto da “Marcha para Oeste”, concretizada pela construção das ferrovias em meados do século XX, a apropriação capitalista das terras moveu-se pelo interesse na renda fundiária e teve na grilagem o principal mecanismo de usurpação das terras públicas, privando homens e mulheres de reproduzirem-se mediante o trabalho na terra. Marcada historicamente pela pastagem e, no limiar do século XXI, pela expansão da lavoura de cana-de-açúcar, a região viria a ser palco da luta de classes travada no e pelo território, o que possibilitou a reprodução social de outra lógica no campo. A luta pela terra, fator de recriação camponesa, pressionou a desapropriação do latifúndio, tendo sido assentadas milhares de famílias que, na luta para permanecer na terra, vem desenvolvendo o modo de vida centrado no grupo familiar. Com o domínio de pequena fração do território, os camponeses assentados garantem sua existência social na terra de trabalho e, para além disso, são responsáveis pela produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade que alcançam as mesas dos cidadãos, fortalecendo, a partir da produção variada, o vínculo campo-cidade. Somamos a isso, o fato de que o acesso à terra, via política de assentamentos rurais, possibilitou a transformação dos próprios sujeitos antes excluídos socialmente, agora ocupado gerando renda que circula no mercado local e regional. Mesmo perante os limites impostos pela monopolização do território pelo capital, esses camponeses mostraram potencialidade produtiva e capacidade reiterada de cumprimento dos preceitos da função social da terra, estabelecida na Constituição Federal de 1988. Reveladas estão dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na escala local e a importância da eliminação do latifúndio.

Palavras-chave: Reforma agrária. Recriação camponesa. Assentamento rural. Dinâmicas virtuosas. Monopolização do território pelo capital.

ARLINDO, MarcoAurélio da Silva. **The virtuous dynamics of the Agrarian Reform at the Region of Andradina/SP**. 2020. 291 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

ABSTRACT

Given the current social policies dismantling, especially the agrarian ones, as well as the massive propaganda broadcasted by the the capitalist agriculture obsequiously media and its supposed economic and dietary contribution to the country, it has become fundamentally important to think the process of the peasantry reproduction and the importance of policies for the rural settlements to the society in general. Therefore, conceiving the territory as a geographic category and based at the theoretical framework of the agrarian situation and the peasantry recreation, we have established as main objective the investigation of the territorial splitting produced by the deployment of rural settlement projects at the region of Andradina (SP), considering the social, economics and political aspects. In the context of the “March to the West”, accomplished by the railway lines construction in the middle of the XX century, the capitalist appropriation of lands happened due to the interest in the land earnings and had in the land grabbing the main mechanism to usurp public lands, obstructing men and women to live from the farming working. Historically marked by the pasture and, in the beginning of the XXI century, by the sugar cane plantation, the region would turn to be a place for the land dispute engaged at and by the territory, which have allowed the social reproduction of another logic in the fields. The land dispute, a peasantry recreation factor, has pushed the estate expropriation, have being settled thousands of families that, through the fight to stay at the lands, have developed a way of living based on family communities. By dominating a small fraction of the territory, the settled peasants safeguard their social existence at the land they work and, besides that, they are responsible by the production of first necessities dietary sort that reach the citizens, strengthening, through a diverse production, the field-city ties. Furthermore, the access to the land, throughout rural settlement policies, has allowed the transformation of socially segregated individuals, that now works on the revenue generation for the local and regional markets. Although facing the territory monopolization limits imposed by the capital, those peasants have shown productive potentialities and a reiterated capacity to comply with the social land function requirements, established by the Federal Constitution of 1988. The virtuous dynamics of the agrarian reform in a local scale and the importance of the estate expropriation are revealed.

Keywords: Agrarian reform. Peasant recreation. Rural settlement. Virtuous dynamics. Monopolization limits imposed by the capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Localização da Região de Andradina.....	20
Figura 2	–	Localização da estrada de ferro da Variante Araçatuba-Jupia.....	54
Figura 3	–	Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais na Região de Andradina - 2019.....	93
Figura 4	–	Evolução da cana e criação dos assentamentos na Região de Andradina - 1988 a 2018.....	135
Figura 5	–	Cana-de-açúcar e Assentamentos Rurais na Região de Andradina – 2018.....	136
Figura 6	–	Pulverização na cana-de-açúcar próximo ao assentamento – 2018 e 2019	141
Figura 7	–	Criação de animais em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019.....	163
Figura 8	–	Hortas em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019.....	165
Figura 9	–	Pomares em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019	166
Figura 10	–	O Roçado camponês em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019.....	168
Figura 11	–	Instrumentos da produção camponesa nos lotes - 2018 e 2019.....	171
Figura 12	–	Presença de máquinas nos lotes - 2018 e 2019	183
Figura 13	–	Lote no Projeto de Assentamento Timboré, em Andradina - 2019.....	195
Figura 14	–	Estrada de acesso ao P.A. São Joaquim, em Castilho - 2018.....	209
Figura 15	–	Alcance da produção camponesa da Região de Andradina - 2010 a 2012.	218
Figura 16	–	Produtos industrializados da COAPAR	225
Figura 17	–	Feiras na Região de Andradina - 2018 e 2019.....	231
Figura 18	–	Feira dos Assentados no Barracão da Secretária do Desenvolvimento Agrário em Andradina - 2019.....	234
Figura 19	–	Doações de alimentos pelo MST/Andradina e COAPAR - 2020	268

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Estrutura fundiária da Região de Andradina - 2017	73
Tabela 2	– Dados da Reforma Agrária na Região de Andradina – 2019	92
Tabela 3	– Projetos de Assentamentos no Brasil - 1990 a 2016	100
Tabela 4	– Estrutura Fundiária do Brasil - 1970 a 2017	105
Tabela 5	– Utilização das terras (hectares) na Região de Andradina	132
Tabela 6	– Rendimento da cana-de-açúcar na Região de Andradina - 2017	145
Tabela 7	– Produção de leite (bovino) na Região de Andradina - 2017	156
Tabela 8	– Lotação da pecuária na Região de Andradina - 2017	157
Tabela 9	– Números de suínos na Região de Andradina - 2017	158
Tabela 10	– Pessoal ocupado (Agricultura Familiar e Agricultura Capitalista) na Região de Andradina - 2017	177
Tabela 11	– Quantidade produzida (em toneladas) na Região de Andradina -2017	202
Tabela 12	– Comercialização da produção na Região de Andradina (toneladas) - 2017	205
Tabela 13	– Resultados do PAA na Região de Andradina - 2011 a 2018.....	216
Tabela 14	– Região de Andradina: Participação dos Assentados no PNAE - 2019	223
Tabela 15	– Receitas e rendas na agricultura familiar e agricultura capitalista na Região de Andradina (Mil Reais) - 2017	237
Tabela 16	– Despesas dos estabelecimentos rurais na Região de Andradina -2017	242

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Brasil: Recursos aplicados no PAA - 2010 a 2019 (em mil R\$)	120
Gráfico 2	–	Brasil: Conflitos no campo - 2010 a 2019	123
Gráfico 3	–	Brasil: Participação dos setores no Produto Interno Bruto (PIB) -2001 a 2019.....	142
Gráfico 4	–	Brasil: Planos Safras - 2009 a 2019.....	149
Gráfico 5	–	Participação na pecuária bovina nos lotes dos assentamentos - 2018.....	160
Gráfico 6	–	Produção anual de leite bovino nos lotes dos assentamentos - 2018.....	161
Gráfico 7	–	Renda Bruta Anual nos lotes (em salários mínimos) - 2018	173
Gráfico 8	–	Números de trabalhadores nos lotes - 2018	175
Gráfico 9	–	Relação dos assentados com o mercado na Região de Andradina - 2018.....	199
Gráfico 10	–	Acesso ao crédito após a criação dos Projetos de Assentamentos Rurais - 2018.....	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PAA: Entidades Beneficiadas fora da Região de Andradina – 2010 a 2012	217
Quadro 2 – Famílias assentadas e abertura de casas agropecuárias (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) na Região de Andradina – 1981 a 2017	249

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOPRAP	Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera
BRATAC	Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA
CEFNOB	Companhia da Estrada de Ferro Noroeste Brasil
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
CESP	Companhia Energética de São Paulo
COAPAR	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DEM	Democratas
ESALQ/USP	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo
FNDE	Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
GEE	Grau de Eficiência na Exploração
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEA	Instituto de Economia Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTER	Instituto Jurídico das Terras Rurais
ITESP	Fundação Instituto de Terra do Estado de São Paulo
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Abastecimento Escolar
PNHR	Programa Nacional Habitação Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NA REGIÃO ANDRADINA	26
1.1 A RENDA FUNDIÁRIA COMO MOTE DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA	27
1.2 APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NA REGIÃO DE ANDRADINA	43
1.2.1 Ferrovia E Renda Fundiária: Condições Históricas Da Expansão Do Capital No Estado De São Paulo.....	44
1.2.2 Das Terras Devolutas Às Terras Do “Rei Do Gado”	52
1.3 QUESTÃO AGRÁRIA, CONFLITOS E HEGEMONIA DO LATIFÚNDIO	63
2 A REGIÃO DE ANDRADINA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA DO LATIFÚNDIO, DA LUTA PELA TERRA E DA REFORMA AGRÁRIA	74
2.1 EXPROPRIAÇÃO E EXPULSÃO, LUTA PELA TERRA E GÊNESE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST).....	77
2.2 REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA E MANUTENÇÃO DO MONOPÓLIO FUNDIÁRIO.....	95
2.2.1 A Reforma Agrária Na Constituição (1988): Da Letra Da Lei Aos Fatos.....	97
2.2.2 O Agrogolpe De 2016 E O Desmonte Das Políticas Agrárias	106
3 DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO: DAS CONTRADIÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA À EFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA	125
3.1 MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E IMPACTOS À REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE ANDRADINA.....	128
3.2 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: CAMPESINATO E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA.....	151
3.2.1 Produção Nos Assentamentos Rurais E Eficiência Camponesa	153
3.2.2 Geração De Renda E Trabalho Nos Assentamentos Rurais	171

3.2.3	De Sem-Terra A Produtor Na Terra: A Inclusão Transformadora Nos Assentamentos Rurais.....	178
4	DINÂMICAS VIRTUOSAS NA ESCALA LOCAL E VIABILIDADE DA REFORMA AGRÁRIA.....	186
4.1	DO LATIFÚNDIO AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL: O PONTO DE PARTIDA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS	190
4.2	PRODUÇÃO CAMPONESA E OFERTA DE ALIMENTOS NA ESCALA LOCAL	198
4.2.1	Reprodução Social Camponesa E Sujeição Da Renda Da Terra Ao Capital	206
4.2.2	Repercussões Do Mercado Institucional Na Região De Andradina.....	216
4.2.3	Relação Direta Com O Consumidor: A Feira E Seus Efeitos	226
4.3	A DEMANDA DOS ASSENTADOS POR BENS E SERVIÇOS E O CONTEXTO IMEDIATO DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE.....	236
4.3.1	De Sem-Terras A Consumidores: Demanda Por Bens E Serviços.....	236
4.3.2	Reforma Agrária E Mudanças Nas Relações De Poder: O Caso Do Município De Andradina	254
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	270
	APÊNDICES.....	286
	APÊNDICE A: Informações sobres os Projetos de Assentamentos Rurais da região de Andradina - 2017.....	286
	APÊNDICE B: Informações socioeconômicas dos municípios da Região de Andradina.....	288
	ANEXOS	289
	ANEXO A: Documento de compra e venda de propriedade.....	289
	ANEXO B: Planos, propostas e projetos prioridades do Município de Andradina (Gestão 2017/2020).....	290

INTRODUÇÃO

Em tempos de desmonte das políticas sociais, sobretudo a agrária, bem como da massiva propaganda da agricultura capitalista e da sua suposta contribuição econômica e alimentar ao país, entendemos ser fundamental refletir sobre o processo de reprodução do campesinato, fundado na tríade terra, trabalho e família. Mas seus sujeitos são diversos, como o é a realidade que os foi forjando ao longo do histórico processo de alijamento da terra de trabalho. Para compreendê-los em suas especificidades, vislumbramos como ponto de partida a premissa da unidade na diversidade, o que acabou sendo confirmado nesse estudo dos assentamentos rurais, restando indubitável a relevância da democratização da terra via políticas de Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo que os camponeses assentados garantem sua existência social na terra de trabalho, produzem dinâmicas territoriais significativas e, mesmo numa resistência a contrapelo, tem mostrado capacidade reiterada de cumprimento da função social da terra preconizada na Constituição de 1988.

Os dois últimos Censos Agropecuários (2006 e 2017) assinalaram a importância da agricultura familiar, conceituada nesse trabalho como camponesa, na produção de alimentos no país. Muito embora com pouca terra e pequena parcela dos recursos, se comparado com a agricultura capitalista, as unidades camponesas revelam capacidade produtiva expressiva. Algumas pesquisas, como as de Oliveira (2001), Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017) e, também, os próprios dados oficiais (FRANÇA, GROSSI, MARQUES, 2009) o confirmam.

Os resultados da pesquisa de Arlindo (2015), também, apontaram para a contribuição do campesinato à sociedade, envolvendo outros fatores para além da capacidade produtiva e do aspecto econômico. A partir da conclusão da pesquisa citada, surgiram questões sobre os camponeses assentados e sua relação na escala local, as quais moveram esse trabalho, a saber: Quais mudanças surgiram após a criação dos Projetos de Assentamentos Rurais? Quais dinâmicas territoriais são impulsionadas desde o chão do assentamento? Qual a participação dos camponeses assentados na dinâmica local?

Partindo desses questionamentos e do pressuposto da importância do campesinato para a sociedade moderna e a relevância da Reforma Agrária,

estabelecemos como objetivo geral investigar os desdobramentos territoriais produzidos pela implantação dos projetos de assentamentos rurais na Região de Andradina (SP), do ponto de vista social, econômico e político.

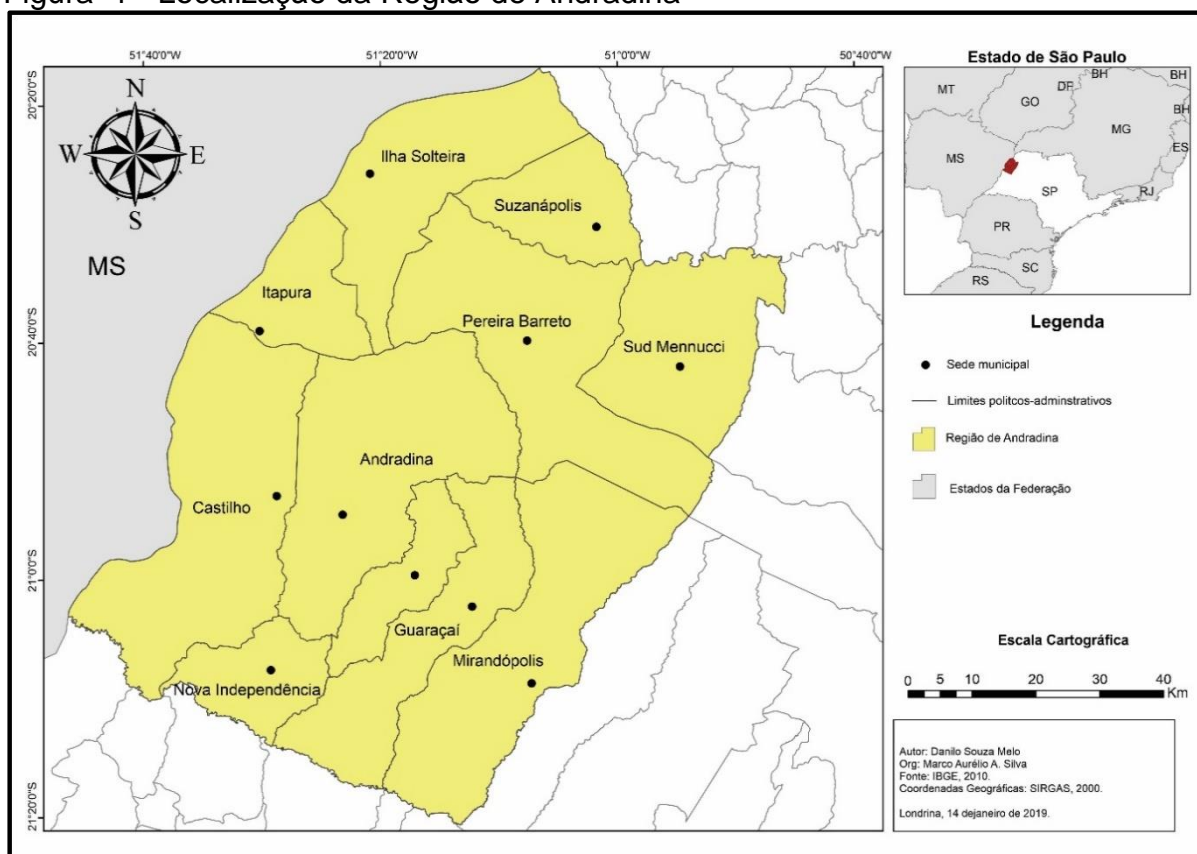
Tal objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: a) Verificar, no campo e na cidade, as dinâmicas produzidas a partir da desapropriação das fazendas consideradas pelo Estado como improdutivas; b) Identificar as mudanças sociais do próprio sujeito beneficiado pela política de assentamento rural; c) Analisar a contribuição dos assentados na dinâmica local, por meio da análise da geração de renda e trabalho, compra de insumos produtivos e demanda por bens e serviços; d) Averiguar o alcance da produção camponesa, bem como, sua participação na oferta de alimentos na escala local, assim como, identificar canais alternativos de comercialização; e por fim, e) Investigar a monopolização do território pelo capital, isto é, os mecanismos que o capital tem se utilizado para subjugar a renda gerada pelos camponeses assentados.

Orientado por esses objetivos, identificamos elementos suficientes para a comprovação de que os Projetos de assentamentos rurais na Região de Andradina (SP), fruto da luta pela terra, têm produzido dinâmicas territoriais importantes na escala local, uma vez que tem contribuído diretamente para a geração de trabalho e renda, na produção de alimentos saudáveis e na inclusão social, política e produtiva dos assentados.

Situada no Noroeste do estado de São Paulo, a Região de Andradina (Figura 1), *lócus* dessa pesquisa, pertence à Região Intermediária de Araçatuba, segundo a nova regionalização do IBGE (2017)¹. Constituída por 11 municípios, possui 37 projetos de assentamentos rurais, sob tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

¹ A Região de Andradina é denominada, pela nova regionalização do IBGE, de Região Imediata. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?edicao=15905&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Figura 1 - Localização da Região de Andradina



Fonte: IBGE, 2017.

A luta pela terra, na “Terra do Rei do Gado”, como é conhecida a região, promoveu a desapropriação do latifúndio, assentando 3.423 famílias (INCRA, 2019) que constroem seu modo de vida baseado em relações não-capitalistas numa fração de 63.879 hectares, mais precisamente em 9,2% dos 688.620 mil hectares da região (IBGE).

Partindo desse recorte, a pesquisa se desenvolveu à luz da concepção teórica que entende a questão agrária brasileira como ainda não resolvida. Como os estudos sobre esta temática são amplos e divergentes, optamos pelo fio condutor da realidade concreta expressa na corrente teórica representada por Oliveira (2007, 2010 e 2016), a qual considera o campesinato como classe social inerente ao capitalismo.

Pautado nas contribuições do autor citado, e também de Martins (1981, 2013) e de Luxemburgo (1976), consideramos que o campesinato nasce e se reproduz no seio do desenvolvimento capitalista. Por conseguinte, o processo de desenvolvimento do capital é contraditório, pois se nutre de relações tipicamente

capitalistas no campo, mas também se utiliza, de forma articulada, das relações não-capitalistas para sua própria manutenção.

Autores como Paulino (2006, 2008 e 2018), Almeida (2006 e 2007), Fernandes (1994, 1999 e 2008), Fabrini (2002 e 2008), Bombardi (2017) também foram fundamentais, pois contribuíram para a compreensão das transformações no campo mediante desenvolvimento do capitalismo, bem como da reprodução social do campesinato, que tem na luta seu principal instrumento de recriação.

Shanin (2008) e Moura (1986) também foram referências centrais no trabalho, principalmente sobre a apreensão das singularidades do modo de vida camponês. Para Shanin (2008), o campesinato é, sobretudo, um modo de vida, podendo ser considerado classe social quando luta por seus interesses.

Não menos importante, Chayanov (1974) nos permitiu entender a unidade de produção camponesa, possibilitando diferenciá-la da lógica capitalista, pois enquanto a segunda tem no lucro sua centralidade, a primeira tem nas necessidades do grupo familiar seu horizonte.

Analisar a questão agrária brasileira assim constituída, passa pela apreensão da renda da terra como fator fundamental da produção e reprodução do capitalismo e para entender a relação da renda fundiária com a apropriação capitalista da terra, as obras de Marx (2017), Amin e Vergopoulos (1977), Oliveira (2007) e Martins (1981) contribuíram substancialmente.

Partindo desse arcabouço teórico, elencamos o território como categoria central de investigação geográfica, dessa maneira, analisando os desdobramentos territoriais produzidos pelos projetos de assentamentos rurais, pois entendemos, o mesmo a partir das relações sociais específicas que repercutem no espaço ao longo do tempo. Nossa concepção está baseada em Raffestin (1993) e Oliveira (1999; 2008). Por isso, concebemos o território a partir da perspectiva da luta de classes, pois nela está a fonte do movimento responsável pela expropriação e apropriação de frações do território (OLIVEIRA, 1999).

Diante do processo histórico de formação territorial no Brasil, o campesinato é heterogêneo, com diversas tipificações e estratos sociais (MITIDIERO JUNIOR, BARBOSA SÁ, 2017). Em vista das diferentes denominações e autonominações (CARVALHO, 2005), o estudo se detém especificamente no camponês assentado. Para além do entendimento do Estado, que o considera um sujeito beneficiário das políticas agrárias, buscamos dar relevância ao aspecto fundamental e intrínseco a

essa fração da classe camponesa: a luta pela desapropriação do latifúndio improdutivo, bem como para permanecer na terra.

A luta pela terra e, como consequência, a territorialização institucionalizada pela política pública promove a identidade do camponês construída no processo de transformação do sem-terra em camponês assentado. Como apontou Almeida (2006), apesar da diversidade desses sujeitos e da distinção no processo de luta, é possível notar sua identidade como expressão do *habitus* de classe. Portanto, o acesso à terra a partir da luta marca uma identidade específica, pois, o assentamento é a conquista da terra de trabalho e morada da vida. Portanto, a expressão assentado aqui utilizada busca exprimir essa singularidade no contexto da diversidade do campesinato.

A partir desse parâmetro distintivo, a investigação geográfica se concretizou na pesquisa empírica alicerçada pelo caminho metodológico do diálogo com a teoria, articulando-a com os dados obtidos *in loco* no campo e na cidade, e também os secundários inerentes ao escopo da investigação.

As ferramentas para a coleta de dados primários no campo foram entrevistas estruturadas e semiestruturadas, orientadas para a busca de elementos comprobatórios dos desdobramentos territoriais gerados pelos projetos de assentamentos rurais criados pelo INCRA. Essa fase ocorreu em dezembro de 2017, janeiro e fevereiro de 2018, e janeiro, julho e outubro de 2019, momento em que foram visitados 43 lotes, distribuídos em 11 projetos de assentamentos rurais situados nos municípios de Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Mirandópolis e Nova Independência. Nessas visitas, entrevistamos 50 camponeses assentados.

Pelas fontes orais constituídas na experiência do campo, registramos, a partir do próprio sujeito, a história particular e coletiva dos protagonistas que na luta de classes constroem sua fração do território na Região de Andradina. A respeito da importância dessa ferramenta metodológica, Almeida (2006, p.41) ressalta:

[...] é na fala, isto é, no processo de revisitar sua memória, que o entrevistado, muitas vezes, se descobre como sujeito da história, interpreta os encontros e desencontros que a vida apresenta nos seus múltiplos aspectos, nos espaços de luta constituídos pelo desejo da terra.

As fontes orais constituem instrumento importante para a produção do conhecimento geográfico, atribuindo caráter qualitativo ao trabalho. Esse recurso científico possui “elemento precioso” para a apreensão das subjetividades das classes subordinadas, isto é, das classes “não hegemônicas”, como enfatizou Portelli (1997, p.31).

Além dos dados coletados por meio das fontes orais, a pesquisa contou também com informações socioeconômicas e de produção de 125 famílias assentadas em 21 assentamentos rurais, localizados em oito dos 11 municípios da região. Trata-se de um amplo banco de dados quantitativos gentilmente disponibilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina relativo ao cadastro rural dos assentamentos da Reforma Agrária.

A compreensão das implicações territoriais relacionadas aos assentamentos rurais passa pela análise da relação dialética campo-cidade, razão pela qual a pesquisa não se limitou apenas aos assentamentos. Foram entrevistadas 29 pessoas nas cidades de Andradina, Castilho, Itapura, Mirandópolis e Nova Independência; dentre elas, o dono da empresa Urucum Brasil, representantes de lojas agropecuárias, gerentes de supermercados, assistentes sociais dos departamentos municipais de promoção social, pessoas beneficiárias dos produtos entregues pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/Andradina), fornecedor de internet nos assentamentos, representantes da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR), funcionários da Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina e clientes das feiras da região.

Concomitante às entrevistas e informações quantitativas dos lotes, utilizamos dados dos Censos Agropecuários e da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do INCRA, do portal de transparência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Instituto Econômico Agrícola (IEA) e dos municípios.

O MST, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Fundação Sistema Estadual de Análise dos Dados (SEADE), também se constituíram em fontes de informações.

As concepções teóricas-metodológicas em conjunto com as informações obtidas resultaram em quatro capítulos. No capítulo 1, intitulado **Apropriação Capitalista da terra na Região de Andradina**, analisamos o processo de apropriação capitalista da terra, focando na renda da terra como fator de interesse do capitalismo. Na sequência, discorremos sobre a apropriação das terras devolutas e a constituição da questão agrária regional. Destacamos o papel da expansão das ferrovias no processo de transformação das terras públicas do interior paulista em propriedade privada, uma vez que a formação da região está ligada à expansão das estradas de ferro.

Na “Marcha para Oeste”, a renda da terra esteve lado a lado com benesses e incentivos concedidos aos latifundiários. Tendo como centralidade o lucro extraordinário, a terra tornou-se mecanismo de exploração e apropriação da mais valia social. Essa é a gênese da questão agrária da Região de Andradina, assim como de todo o Noroeste Paulista.

O segundo capítulo, **A Região de Andradina no contexto da hegemonia do latifúndio, da luta pela terra e reforma agrária**, elucida a construção territorial a partir das lutas de classes travadas no desenvolvimento contraditório do capital. Destaca os conflitos e expropriações produzidos pela elite agrária paulista, mas também enfatiza os sujeitos históricos que, por meio da luta, alcançaram a terra. A força dessa estratégia foi verificada a partir do declínio do Golpe Militar (1985) até a conjuntura atual, apontando o papel dos latifundiários na obstrução da Reforma Agrária no país.

No Brasil, a pauta da Reforma Agrária resulta da luta camponesa pelo acesso à terra. A luta travada historicamente pela democratização fundiária não foi suficiente para resolver a questão agrária e sua manutenção deriva dos interesses de classe e das hegemonias que tem obstruído a implantação de políticas agrárias transformadoras, embora a luta pela terra tenha levado o Estado a criar, contraditoriamente, vários projetos de assentamentos rurais pelo Brasil.

Na região, 37 assentamentos rurais estão gerando a distinção territorial, pois ao lado as grandes propriedades capitalistas, em sua maioria ocupadas pela cana-de-açúcar e pastagens, a presença fundamental das unidades de produção camponesa, dominando pequena fração do território, produzem dinâmicas virtuosas para além do campo.

O capítulo 3, **Dinâmicas territoriais no campo: das contradições da agricultura capitalista à eficiência da produção camponesa**, discorre sobre a inserção da agricultura brasileira na economia internacional, enfatizando suas contradições e seus impactos para a Reforma Agrária e para a região estudada. Além disso, analisamos a potencialidade da produção camponesa nos assentamentos rurais, elucidando as transformações na vida dos assentados em paralelo ao cumprimento da função social da terra.

Após verificar os efeitos diretos da desapropriação do latifúndio, revelados pelos sujeitos assentados, identificamos as dinâmicas virtuosas repercutindo para além do campo, traduzidas em transformações lastreadas na fração do território camponês com alcance benéfico na cidade. Além da transformação do próprio sujeito assentado no bojo da produção camponesa, a possibilidade de trabalho e renda via acesso à terra enriquecem a unidade campo-cidade, por isso são aqui compreendidas como virtuosidades geradas pela criação dos projetos de assentamentos rurais.

Esse entendimento nos fez substituir a expressão impacto (LEITE *at al*, 2004) por outras como resultados, desdobramentos e implicações, como forma de fugir ao sentido negativo que a expressão normalmente carrega, como se poderá verificar no capítulo quatro, **Dinâmicas virtuosas na escala local e viabilidade da Reforma Agrária**.

Mostramos como as desapropriações das fazendas improdutivas ativaram novas dinâmicas territoriais, dada a transformação de sem-terra em consumidores de bens e serviços, o papel dos camponeses assentados na oferta de alimentos, identificando os diversos canais de comercialização experimentados por esses sujeitos. Para fazê-lo, se fez necessário analisar as formas contraditórias de relacionamento do camponês com o mercado, pois nessa relação reside a sujeição da renda da terra via monopolização do território pelo capital.

Portanto, concebendo o território como categoria analítica, buscamos contribuir com o conhecimento geográfico e os estudos agrários. Para isso, foi basilar destacar a relevância da democratização da terra por meio da implantação dos assentamentos rurais, assim como enfatizar a importância do campesinato assentado para a sociedade atual, sobretudo em tempos de crise política, econômica e sanitária.

1. APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NA REGIÃO ANDRADINA

A Região de Andradina, localizada na porção Noroeste do estado de São Paulo, é marcada, historicamente, pela presença de latifúndios que monopolizam parte significativa das terras. O domínio sobre elas tem sua gênese no início do século XX, com a expansão das ferrovias em direção ao interior paulista, abrindo caminho para a apropriação capitalista da terra por meio das fazendas de criação de gado, bem como as lavouras de algodão e de café. O principal mecanismo desse processo foi o extermínio indígena e a grilagem das terras públicas localizadas às margens das estradas de ferro e, também, a expropriação e expulsão dos camponeses que ali formavam pequenas posses desde o final do século XIX.

Ao lado do latifúndio, existem também pequenas propriedades. Muitas foram formadas no início de ocupação territorial por meio do loteamento e comercialização das terras devolutas; outras pelos projetos de assentamentos rurais em decorrência da luta pelo acesso à terra iniciada na década de 1970. A luta pela terra possibilitou o acesso à pequenas frações do território capitalista, logo, a recriação do campesinato e a reprodução do seu modo de vida.

Assim sendo, o território em análise apresenta lógicas distintas, pois existem de um lado grandes propriedades capitalistas, cujo objetivo principal é assenhorar-se da renda da terra e, por outro, as pequenas propriedades, em sua maioria unidades familiares camponesas.

Esse contraste territorial foi e é tecido no processo de luta de classes, marcando, historicamente, a formação regional na luta pela terra. Os conflitos denunciaram a questão agrária ainda não superada, pois não foi solucionado o problema da concentração fundiária, nem tampouco a questão da insuficiência de terras para o campesinato com e sem terra. Por conseguinte, a questão camponesa está inserida no impedimento de acesso às terras apropriadas por uma classe em detrimento da outra. O bloqueio sinaliza a lógica da apropriação capitalista da terra que, mediante a monopolização de parte do globo terrestre, assegura a renda da terra.

Antes de analisar os desdobramentos da implantação dos projetos de assentamentos rurais, assim como sua viabilidade e potencialidade socioeconômica,

convém discutir questões centrais dessa pesquisa: a apropriação capitalista da terra enquanto processo histórico basilar à questão agrária local.

Contudo, para compreender como o capital tem se apropriado das terras localizadas no Noroeste Paulista e como ele se insere no contexto histórico à formação da região, é imprescindível entendermos a lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo e o fundamento do monopólio da terra para a acumulação ampliada.

1.1 A RENDA FUNDIÁRIA COMO MOTE DA APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA

A lógica da apropriação capitalista da terra e a predominância da grande propriedade na estrutura agrária brasileira deriva de uma organização econômica em que a renda fundiária tem papel fundamental, sendo pilar de sustentação no desenvolvimento do capitalismo.

A propriedade fundiária, por meio do monopólio de uma classe sobre parte finita da superfície terrestre, capacita ao proprietário apropriar-se de parcela da riqueza produzida socialmente. Marx (2017) advertiu sobre a especificidade do monopólio da propriedade fundiária enquanto mecanismo de exploração no capitalismo. Assim,

[...] o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser a base constante do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas. (MARX, 2017, p. 581-582).

Nessa perspectiva, o monopólio da propriedade da terra é elemento fundamental na formação territorial do Brasil. Silva (2008, p. 83) ressalta o caráter monopolista e latifundiário da agricultura brasileira como herança colonial, sendo o domínio sobre o solo fundamental para a viabilidade do modelo escravista. Segundo a autora, “[...] O sistema sesmarial contribuiu, sem dúvida, para a formação do latifúndio colonial, na medida em que se adaptou aos imperativos do sistema colonização”. No entanto, a autora ressalta que isso não explica a atualidade do problema, pois apenas as franjas do território foram dadas em sesmaria, logo a apropriação da maior parte do território resulta das ações empreendidas desde a Proclamação da República.

Antes mesmo da institucionalização da propriedade capitalista da terra, em 1850, com a Lei de Terras, seu acesso legal era vedado a parcelas da sociedade, restando para a população pobre livre somente a posse. Esse bloqueio, que significou o grande atraso social do país até os dias de hoje, resultou de estratégias para viabilizar a economia colonial por meio do trabalho cativo e a inserção de produtos no mercado externo.

Em linhas gerais, cabe esclarecer as estratégias do Brasil Colônia e Império que dificultaram o acesso às terras às camadas mais pobres da população. Para Silva (2008), o Regime de Concessão de Sesmarias (1549) foi o primeiro ordenamento jurídico de apropriação das terras no Brasil Colônia². A autora chama a atenção para a forma de aplicação³ das concessões como fator determinante na origem dos grandes latifúndios e não o regime em si, que fora trazido de Portugal: a partir do final do século XVII, as sesmarias regidas pelas Ordenações do Reino e aplicadas pela administração central, sofreram adaptações para facilitar a inserção dos produtos coloniais no mercado mundial.

Dentre as mudanças, Silva (2008) destaca a concessão de grandes áreas à produção de cana-de-açúcar e áreas ainda maiores no Sertão para a pecuária aos homens com recursos. Desse modo, na medida em que aumentavam as buscas por novas terras, as concessões à produção canavieira e à pecuária cresciam em extensão.

Para Silva (2008) e Martins (2013), a economia colonial se reproduzia pela introdução do trabalho cativo, ou seja, o trabalho escravo. O trabalho compulsório resolvia o “problema” da mão de obra na Colônia. O bloqueio às terras era forma de evitar que negros, índios e brancos pobres se tornassem proprietários de terras livres, evitando que essa parcela da população deixasse de se sujeitar aos interesses da Colônia, assim como, dos proprietários fundiários.

Assim, enquanto os africanos escravizados (renda capitalizada nas mãos do fazendeiro) produziam os produtos para o abastecimento do mercado externo, especificamente o europeu, a população pobre, por meio de pequenas posses, produzia alimentos, fundamentais para o abastecimento interno da Colônia. (LINHARES; SILVA, 2009). Dessa maneira, a economia escravista, além de garantir

² Para uma leitura aprofunda nas formas de apropriação das terras no Brasil ler: SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 2008.

³ A aplicação do sistema sesmarial no Brasil se distanciou do objetivo da Coroa Portuguesa, que era regularizar a apropriação das terras no país. (SILVA, 2008).

a acumulação à burguesia mercantil e aos latifundiários, evitou que trabalhadores se tornassem proprietários de terras.

No entanto, o caráter capitalista da propriedade privada da terra foi institucionalizado com a Lei de Terras de 1850. De acordo com Martins (2013), essa Lei instalou a propriedade capitalista, garantindo a monopolização dos latifundiários sobre as terras, assim como, limitando legalmente qualquer acesso aos escravizados que seriam libertos, imigrantes europeus e à população pobre livre, os obrigando a trabalhar nas grandes lavouras, principalmente de café.

A Lei de Terras (1850) instalou de fato a propriedade capitalista da terra e, com isso, um meio direto de exploração do trabalho. Porém, a herança monopolista latifundiária advém da manutenção da economia escravista. Assim, as concessões de sesmarias e a entrada do Brasil Colônia no mercado mundial contribuiu efetivamente na origem dos latifúndios, criando o modelo de agricultura monopolista e rentista, e instituindo uma classe parasita de proprietários rurais.

Partindo desse entendimento, são essenciais as contribuições e apontamentos de Martins (1981, 2013), Oliveira (2007) e Marx (2017) sobre a renda da terra no capitalismo. À luz da concepção teórica desses autores, é fundamental analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e tudo o que ele engendra, para além das relações tipicamente capitalistas.

Segundo Oliveira (2007), o desenvolvimento do capitalismo no campo deve ser compreendido como contraditório, pois cria e recria relações tipicamente capitalista, assim como relações não-capitalistas. Por meio da análise da contradição é possível entender a presença, no seio do capital, de relações com aparências arcaicas, como o campesinato, o latifúndio, o proprietário fundiário e a própria renda da terra. Essas relações são reproduzidas, contraditoriamente, na medida em que o capital se desenvolve. Por isso as relações não-capitalistas devem ser analisadas como de dentro do capital e não estranho a ele.

Ao pensar essa questão, Martins (1981) enfatiza que há simplificação por parte de vários autores ao se analisar a expansão do capitalismo no campo, isto porque consideram apenas a expansão das relações tipicamente capitalistas, ou seja, a expansão do trabalho assalariado; não considerando a reprodução das relações não-capitalistas dentro do próprio capital. De acordo com Martins (1981, p. 152):

[...] quando falam na expansão do capitalismo no campo, as pessoas querem se referir a duas coisas, pelo menos, combinadas entre si: de um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem-terra.

Para Martins (1981), esses pesquisadores consideram o desenvolvimento do capitalismo no campo apenas por meio da expansão das relações capitalistas, produzida pela expropriação do campesinato; este transformado em massa de trabalhadores livres, cuja única propriedade que lhes pertence é a sua força de trabalho. Estando livres, principalmente “livre” da propriedade da terra, tem como principal caminho vender sua força de trabalho a quem domina os meios de produção. O autor explica ainda que a relação de compra e venda da força de trabalho é legitimada por uma aparente igualdade jurídica, haja visto que os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção aparecem livres para, assim, firmarem contratos. Ainda sobre a relação de compra e venda, é importante ressaltar:

[...] a força de trabalho do trabalhador tem que ser trocada pelo salário pago pelo patrão. O patrão converte uma parte do seu capital em salário para pagar a força de trabalho do trabalhador. Assim, o trabalhador é apropriado pelo capital; é como se fosse uma força do capital e não do trabalhador. O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre as mercadorias que pode criar mais valor do que aquele que ela contém. (MARTINS, 1981, p. 154).

Entender essa dinâmica do capital é essencial, pois é no domínio capitalista sobre os meios de produção que reside a possibilidade de se apropriar da força de trabalho do trabalhador, isto é, da mais-valia. Assim sendo, o domínio do capitalista sobre o trabalhador é necessário para a reprodução do capital, já que só o trabalho cria valor, cria riqueza. Sobre as relações tipicamente capitalistas Martins (1981, p. 154), corrobora:

[...] o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário [...] A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador ao capital. Assim, ele recria ao mesmo tempo a sua liberdade e a sua sujeição – ele se mantém livre

dos instrumentos e dos materiais de que necessita para trabalhar, já que o trabalho só existe pela sua combinação com esses meios de produção que não são propriedade do trabalhador e sim do capitalista.

As relações sociais capitalistas pressupõem a troca de iguais juridicamente, entre capital e trabalho. O capital é trabalho humano acumulado em poucas mãos, isto é, trabalho/riqueza acumulado nas mãos dos capitalistas. Deste modo, numa relação tipicamente capitalista o trabalho é, contraditoriamente, transformado em mercadoria. Sem a separação entre o trabalhador e meios de produção não pode existir relação capitalista. A expropriação do campesinato foi e é exemplo de separação do trabalhador dos meios de produção.

Nesse processo, o capital é produto do trabalho não pago, é excedente apropriado pelo capitalista, possibilitando ampliar sua riqueza progressivamente. Os meios de produção, com exceção da terra, é trabalho acumulado, é capital nas mãos do capitalista, porém são produtos do trabalho dos trabalhadores.

Entender o processo de como o capital se reproduz por meio da apropriação da força de trabalho do trabalhador é fundamental para apreender a expansão do capitalismo, seja ele no campo ou na indústria. Martins (1981, p. 152) explica que o capitalismo está sempre em expansão, sua reprodução deve ser permanentemente ampliada. Essa é a Lei do Capital. É buscando a crescente acumulação que se desenvolve, por isso necessita dominar todos os setores de produção, principalmente a terra.

A terra é instrumento fundamental da produção, é o substrato de toda atividade produtiva, porém não é produto do trabalho humano, nem tampouco capital, ela não tem valor, pois só o trabalho cria valor. A terra é um bem natural, finito e não pode ser criado por ninguém. Logo, quem a monopoliza está capacitado a extrair a renda da sociedade. Sobre essa especificidade da terra, Amin e Vergopoulos (1977, p. 60), pontuam:

[...] no sistema capitalista, onde todos os fatores da produção e bens econômicos (capitais, homens, matérias-primas, mercadorias etc.) são social e livremente reprodutíveis, o solo constitui um elemento de exceção. Não é extensível, reproduzível ou acumulável, nem mesmo esgotável. É, em relação às outras riquezas capitalistas – economicamente falando – simplesmente raro.

Pelo fato de não ser reprodutível, a terra constitui elemento fundamental. Quanto mais necessário esse meio de produção, maior a possibilidade de extrair renda. Marx (2017, p.764), ao desenvolver a fórmula trinitária (Capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário), chamava a atenção para a importância da terra, juntamente com capital e trabalho, enquanto fontes de riqueza do modo de produção capitalista. Sobre essas fontes de rendimentos o autor explica:

Assim como o capital, também o trabalho assalariado e a propriedade fundiária são formas sociais historicamente determinadas; uma, do trabalho, e a outra, do globo terrestre monopolizado – e, com efeito, as duas são formas correspondentes ao capital e fazem parte da mesma formação econômica da sociedade. (MARX, 2017, p. 766)

Compreendemos a partir dos apontamentos de Marx (2017), que a renda fundiária não é um resquício em vias de extinção, pelo contrário, ela é fruto da propriedade privada da terra e fonte de rendimento no capitalismo.

[...] na fórmula capital-juros, terra-renda fundiária, trabalho-salário, capital, terra e trabalho aparecem respectivamente como fontes de juros (em vez de lucro), e renda fundiária e salário surgem como seus produtos, seus frutos [...] (MARX, 2017, p. 767)

Outrossim, o domínio sobre a terra e o trabalho possibilitam extrair renda e salário, respectivamente. Nesse sentido, Marx (2017) chama a atenção para a particularidade de terra e trabalho como formas de rendimentos fundamentais na sociedade moderna. Para o autor, o lucro e a renda fundiária são componentes específicos da mais-valia; sendo eles transformados em lucro nas mãos do capitalista e renda fundiária nas mãos dos proprietários fundiários. Juntos formam a totalidade do mais-trabalho extraído de todo trabalho social.

[...] para o capitalista, o capital é uma perpétua máquina de sugar mais-trabalho; o solo, um ímã inesgotável que atrai para o proprietário fundiário uma parte do mais-valor sugada pelo capital; e, por último, o trabalho é a condição que sempre se renova e o meio para obter, sob a forma de salário, uma parcela do valor produzido pelo trabalhador e, por conseguinte, uma parte do produto social proporcional a essa parte do valor, os meios de subsistência necessários. (MARX, 2017, p. 772)

A distribuição de lucro, renda e salário é feita a partir do valor total de produto anual, isto é, de todo trabalho social. Assim, da mesma forma que o capital tem que

estar monopolizado para extrair o mais-valor e, logo aumentar seu capital, a terra, também monopolizada, licencia o proprietário fundiário a se apropriar cada vez mais da renda da terra⁴.

Marx (2017) ainda elucida que a renda fundiária é a expressão econômica específica da propriedade da terra. Para o autor, a terra não tem valor, pois não é produto do trabalho e nem pode ser reprodutível. Todavia, ela pode ser vendida. Essa é uma contradição do capital.

[...] é preciso afirmar que o preço daquelas coisas que não têm valor em si mesmas, isto é, que não são o produto do trabalho, como o solo, ou que não podem ser reproduzidas mediante o trabalho, como as antiguidades, as obras de arte de determinados mestres etc., pode ser determinado por combinações muito fortuitas. Para vender uma coisa, é preciso apenas que ela seja monopolizável e alienável. (MARX, 2017, p. 595).

Segundo Marx (2017, p. 595), “[...] a renda da terra pressupõe uma propriedade da terra, a propriedade de determinados indivíduos sobre determinadas porções do globo terrestre [...]”. Ainda de acordo com o autor, toda a renda fundiária é mais-valor, isto é, produto do mais-trabalho, é mais-valia. A renda é sempre excedente sobre o lucro. Contudo, a propriedade fundiária não cria o lucro extra, mas sim capacita o proprietário a se apropriar da renda, ou seja, a propriedade da terra possibilita a conversão do lucro extra em renda fundiária.

Por isso, no capitalismo a terra é instrumento para explorar a força de trabalho do trabalhador e de toda a sociedade. Mesmo não sendo capital, ela é utilizada como instrumento de exploração. O domínio da terra e do trabalho são condições fundamentais para o crescimento ampliado do capital. Na busca pela acumulação ampliada, o capital procura dominar todos os instrumentos de produção, visa mobilizar todos os trabalhadores, assim como se apropriar de toda a natureza. É nesse processo de domínio da natureza e, conseqüentemente da terra, que ocorre a sujeição da agricultura pelo capital.

Nesse sistema de domínio da agricultura pelo capital, a propriedade fundiária se levanta como um obstáculo ao crescimento do capital. Porém, para eliminar esse obstáculo, o capitalista tem que pagar renda para o proprietário fundiário, tem que

⁴ Além da renda absoluta que advém do monopólio das terras, Marx (2017) explica outras modalidades intrínsecas uma das outras. Portanto, combinadas com a renda absoluta, o autor destaca a renda diferencial (I e II) e renda de monopólio.

pagar licença para subjugar a terra aos seus interesses. Sobre o pagamento da renda aos proprietários fundiários, Martins (1981, p.160, 1981) esclarece:

Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último. Mas, assim como o capitalista precisa pagar um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador.

Sem o pagamento de um tributo, o capital não poderá subordinar a agricultura aos seus moldes. Esse tributo, parece irracional à lógica do capital, uma vez que o capitalista tem que imobilizar parte do seu capital na terra, diminuindo sua capacidade de investimento que afeta a acumulação ampliada.

[...] quando o capitalista paga pela utilização da terra, está na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda; está imobilizando improdutivamente essa parte de capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. (MARTINS, 1981, p. 162).

Essa imobilização é improdutiva porque sozinha não gera riqueza. Ela vai precisar, além da terra, empregar força de trabalho e instrumentos para produzir. No processo de acumulação progressiva, pagar renda, ou seja, imobilizar improdutivamente parte do capital na terra, parece uma irracionalidade.

Para Amin e Vergopoulos (1977), essa irracionalidade só é aparente porque é a condição originária para os capitalistas terem a seu dispor os trabalhadores desprovidos das condições objetivas para a reprodução da vida, sem a mediação do capital. Assim, essa “irracionalidade” garante a manutenção de trabalhadores “livres” para vender sua força de trabalho.

Segundo os autores, a aliança entre a burguesia nascente e a propriedade fundiária cumpriram as funções do processo de acumulação primitiva. Explicam que “[...] a propriedade privada da terra exerce uma função essencial ao desenvolvimento do capitalismo [...], a de permitir a expulsão do excedente da população que fornece o proletariado”. (AMIM; VERGOPOULOS, 1977, p.24).

Mesmo com aparente irracionalidade, a propriedade fundiária é fundamental para a separação entre campesinato e terra, formando assim reserva de mão-de-obra a ser explorada pelo capital.

Segundo Martins (1981, p.162): “[...] A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital [...]”.

Nessa lógica, a terra aparece como sendo socialmente capital, porém ela não é capital, não é trabalho acumulado. Contudo, o que a propriedade da terra produz é renda, e só chega aos domínios do proprietário fundiário, segundo Martins (1981), no processo de distribuição da mais-valia.

No processo de produção, o trabalhador produz o seu salário e o capitalista extrai o seu lucro. A conversa com o proprietário da terra vem depois, em separado, não obstante a sua renda também tenha que sair da produção. Só que nesta a parte da riqueza que excede o necessário ao pagamento do salário do trabalhador é apropriada pelo capitalista, porque ele é o proprietário do capital, e mais ninguém. Portanto, a renda que toca ao proprietário da terra terá que chegar num segundo momento. Isso ocorrerá quando o capital lhe pagar pelo direito de utilização da sua terra. (MARTINS, 1981, p. 162-163).

Nesse trâmite, parcela da mais-valia sob o domínio do capitalista é também apropriada pelo proprietário fundiário que, pelo fato de monopolizar parte da superfície terrestre, tem o direito de se assenhorar de parte da riqueza gerada socialmente pelo trabalho. Portanto, a renda da terra tem sua origem também na produção e se realiza na circulação, tocando as mãos do proprietário fundiário no momento da distribuição da mais-valia pelo capitalista. Portanto, ela é capitalista, ou seja, de dentro do capital porque é mediada por ele. É essa mediação que a diferencia da renda pré-capitalista.

Com a subjugação da terra pelo capital as coisas se modificam. O excedente que o trabalhador entrega já não é o objeto que possa ser imediatamente consumido, a não ser na própria produção. O excedente é tempo de trabalho; é isso que interessa ao capitalista, porque o trabalho que cria valor. Além do que, esse excedente não entregue ao proprietário da terra e sim ao proprietário do capital. É das mãos deste que aquele receberá a renda. Entre a produção da riqueza e a sua transformação em renda da terra existe a mediação do capital. (MARTINS, 1981, p. 163)

Ainda segundo Martins (1981), enquanto expressão de riqueza não é paga por uma pessoa ou classe em particular, a renda da terra é paga pelo conjunto da sociedade, por isso é classificada como um tributo social.

Para Oliveira (2007, p. 40), o capital redefiniu a renda pré-capitalista na agricultura. Segundo ele, o capital, ao dominar a agricultura, apropria-se da renda, transformando-a em renda capitalizada da terra. O autor considera a renda da terra enquanto fração da mais-valia, isto é, precisamente componente particular e específico da mais-valia.

Oliveira (2007, p. 43) também destaca a importância do conceito de renda da terra, sendo ela fundamental para entender a realidade e transformações no campo e na cidade. Para ele, terra e trabalho são componentes importantes no capitalismo. O autor ressalta ainda que só se entende a importância da concentração fundiária no capitalismo brasileiro se entender a apropriação da renda, enquanto apropriação da mais-valia. Nesse caso, não a mais-valia que resulta da relação direta com o trabalhador, mas de uma mais-valia enquanto tributo social.

Nessa mesma perspectiva, Amin e Vergopoulos (1977, p. 45) explicam que “[...] Crescendo o peso da renda, o capitalismo assume a agricultura como um todo, nela instalando um dispositivo que lhe permite recuperar o máximo do sobretrabalho camponês”. Assim, o capital procura dominar a agricultura em todas as dimensões, não sendo a produção o seu objetivo, mas sim a apropriação do sobretrabalho.

Nesse ponto de vista, a leitura de Oliveira (2004; 2007) fornece a compreensão de que o domínio do capital sobre todo o território e, por consequência, a apropriação da renda da terra, ocorre de forma articulada e simultânea pelos processos de territorialização do capital (apropriação direta da mais-valia) e monopolização do território (pelo controle da circulação da mercadoria ocorre a sujeição da renda da terra pela capital). Ambos os processos serão analisados ao longo do trabalho.

Como mencionados anteriormente, a propriedade da terra se levanta, no capitalismo, como obstáculo à circulação e reprodução do capital, entretanto essa irracionalidade aparente é resolvida mediante o pagamento da renda fundiária.

Proprietários fundiários e capitalistas são proprietários privados de meios de produção. O domínio da terra e capital por uma classe, em detrimento do restante da população, é condição essencial para se apropriar da mais-valia. A monopolização da terra tem como centralidade a apropriação da renda da terra, sendo ela

fundamental para a manutenção do capital. Logo, a renda da terra se apresenta, não como algo de fora do capitalismo, mas, sobretudo, como contradição importante no processo de reprodução do capitalista.

O desenvolvimento capitalista no Brasil não seguiu o modelo consagrado na literatura especializada. Teve sua própria circunstância e nela percorreu o caminho possível. As determinações de origem do capitalismo entre nós não podem ser ignoradas se queremos compreender suas contradições históricas, os bloqueios que até hoje nos desafiam a criar mais do que imitar. (MARTINS, 2013, p. 9).

No Brasil não foi preciso a Reforma Agrária para resolver o obstáculo que a terra representa ao capital. Essa contradição foi resolvida por meio da aliança entre proprietário fundiário e capital industrial. Martins (2011) denomina essa singularidade do capitalismo brasileiro de aliança do atraso. Essa aliança marca a unificação na mesma pessoa, de capitalistas industriais e proprietários fundiários. Ainda sobre a aliança do atraso, o autor refere-se a ela como responsável pelo bloqueio do desenvolvimento social brasileiro (no campo e na cidade).

A aliança entre capitalistas urbanos e proprietários fundiários não é, com base na leitura de Amin e Vergopoulos (1977), uma peculiaridade do capitalismo brasileiro. Para os autores, a Revolução Industrial operou-se pela aliança entre a nova burguesia e a propriedade fundiária. Explicam ainda que as formas destas alianças no capitalismo variam segundo as circunstâncias históricas, citam como exemplo a Inglaterra, onde a burguesia aliou-se ao grande proprietário capitalista da terra e na reforma Francesa, onde a burguesia se uniu aos camponeses. Assim, advertem os autores: “[...] Seja qual for a forma da aliança, é paga pela extração de uma fração da mais-valia em benefício da propriedade fundiária”. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p.24).

Assim sendo, a aliança burguesia-propriedade fundiária tem sido historicamente elementar ao desenvolvimento capitalista, uma vez que tem sido responsável pelo fornecimento do proletariado ao capital, por meio da expropriação do campesinato.

A aliança entre a grande propriedade capitalista e o capital é a condição para manutenção e desenvolvimento do capitalismo brasileiro e mundial. Portanto, pagar renda fundiária por mais que pareça irracional, é a garantia da separação dos homens e mulheres da terra.

Diante das condições históricas de formação do capitalismo, incluindo-se aqui no Brasil, a propriedade fundiária tem sido pilar de sustentação do capitalismo. A unificação de sujeitos antagônicos, proprietários da terra e capitalistas na mesma pessoa, como ocorreu aqui, não eliminou a contradição que há entre terra e capital. Nesse processo, a contradição está apenas ocultada pelo interesse comum, a mais-valia.

[...] se o capitalista e o proprietário estão objetivamente separados e contrapostos, isso não quer dizer que ambos não possam estar juntos, unidos pelo interesse comum na apropriação da mais-valia produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário de capital. Esse fato não elimina a contradição entre a terra e o capital, apenas a encobre, do mesmo modo que a contradição entre trabalho e capital tem que aparecer encoberta para viabilizar a exploração capitalista do trabalhador. (MARTINS, 1981, p. 165-166)

No capitalismo, em específico no Brasil, quando o capitalista se apropria da terra, tanto por meio da compra quanto por meio de invasões e grilagem, ele está interessado é na renda da terra. A apropriação da terra pelo capital se faz, sobretudo, para especular e, conseqüentemente, apropriar-se da renda que a terra possibilita. Diferente do capital que se valoriza com a inserção de trabalho, a terra, mesmo sem a adição de trabalho, se valoriza. Martins (1981, p. 166) chama a atenção para essa irracionalidade que as terras contêm.

[...] mesmo que o proprietário não ponha sua terra para trabalhar, ainda assim ela lhe dará direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida. Quando o proprietário diz que a sua terra está 'valorizando' ele denuncia exatamente o caráter irracional da propriedade fundiária: como pode a terra valorizar-se se ela permanece improdutiva, se ela não incorpora trabalho, se não devolve produtos? Isso só pode acontecer se o trabalho que valoriza a propriedade não precisa ser feito necessariamente na propriedade. A medida que cresce a necessidade de frutos da terra para alimentar o povo, à medida que a terra já trabalhada é insuficiente para atender as necessidades o valor da terra cresce – a sociedade estará disposta a repartir com os proprietários de terra uma parte crescente da sua riqueza para que os alimentos possam ser produzidos. (MARTINS, 1981, p. 166)

Mesmo a terra sendo improdutiva, ela garante ao proprietário, que muitas vezes também é capitalista, apropriar-se de parcela da riqueza produzida pela sociedade. Esta tem sido historicamente a realidade concreta do Brasil.

Para Oliveira (2007), a terra é mercadoria especial, é, na verdade, equivalente de capital. De acordo com ele, o dinheiro gasto na compra de terra é denominado de renda capitalizada. Para compreender melhor sobre a renda capitalizada, as contribuições do autor se fazem necessárias.

Quando, [...] os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em **renda capitalizada da terra**, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço. Este preço cabe esclarecer, é resultado da renda que esta terra inexplorada pode vir a dar. (OLIVEIRA, 2007, p. 62). (Grifo do autor).

Ao comprar a terra, o capitalista subtrai parte de seu capital, assim imobiliza improdutivamente seu capital. Porém, essa dedução que lhe dá o direito de se apropriar de parcela da mais-valia social retornará mais tarde com acréscimos. A renda da terra pode ser obtida por meio do aluguel, de arrendamento, ou pela venda da terra; sendo esta última a conversão da renda, antes capitalizada, de uma vez só nas mãos dos proprietários.

A apropriação capitalista da terra no Brasil tem se revelado violenta, isto porque tem expandido, simultaneamente à expansão do capital nas áreas das frentes pioneiras, os conflitos. Nessas áreas, onde estão os camponeses que migraram empurrados pela fronteira agrícola e instalaram suas posses, assim como os povos originários, grandes empresas capitalistas e latifundiários veem no apossamento de grandes extensões de terra a possibilidade e se apropriarem da parcela da mais-valia social. Nesses lugares, a grilagem foi e é mecanismo fundamental de apropriação capitalista da terra.

Esse mecanismo de apropriação foi recorrente no processo de formação da Região de Andradina e acontece ainda hoje em várias regiões do país, principalmente na região Amazônica⁵. Nessas faixas de conflitos, enquanto o camponês luta pela terra de trabalho e os indígenas pela manutenção da terra sagrada, as grandes empresas capitalistas e os proprietários fundiários buscam a renda da terra.

⁵ Ver MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (A questão política do campo)**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1982;

Desse modo, o desenvolvimento do capital no campo revela que não houve, em muitos lugares, imobilização na compra de terra. Os capitalistas resolverem essa questão por meio da apropriação ilegal das terras públicas, ou seja, pela grilagem. Portanto, não teve queda de capital no processo produtivo. Houve, sim, a capacidade de proprietários fundiários e capitalistas, por vezes unificados, aumentarem sua capacidade de exploração da mais-valia, seja ela direta, por meio da exploração do trabalho do trabalhador, seja ela pela apropriação da renda da terra.

A terra no Brasil tem fins especulativos, reserva de valor e reserva patrimonial. Essa característica explica os latifúndios improdutivos. Visando a renda que a propriedade da terra pode auferir, ela é apropriada de forma legal ou grilada, sem a intenção de colocá-la para produzir. Oliveira (2007, p. 62) corrobora nessa questão:

[...] os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, veem na terra um 'investimento seguro', que não se 'desvaloriza'. É assim que se retêm terrenos urbanos vazios e latifúndios improdutivos. (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

Portanto, ao se apropriarem de grandes porções de terras, capitalistas e proprietários fundiários garantem a possibilidade de participar da divisão da riqueza, mesmo sem investir na produção. Por isso devemos analisar os proprietários fundiários como classe de dentro do capitalismo, reproduzindo-se por meio da renda fundiária.

Martins (1981) afirma que o equívoco de alguns pesquisadores em ver apenas a expansão das relações capitalistas na agricultura levou a entender a propriedade fundiária e a renda que ela capacita como obstáculos, uma relação pré-capitalista em vias de extinção. De acordo como o autor, essa análise é positivista e não dialética e não considera a terra como relação social mediada pelo capital.

Marx (2017, p. 580) já observara as implicações da propriedade fundiária no modo de produção capitalista, particularizando-as em relação aos demais modos de produção a partir daquilo que denominava de propriedade fundiária moderna.

Sendo assim, a propriedade fundiária não é obstáculo ao desenvolvimento das relações capitalistas no campo. Ela é uma contradição, ela é de dentro do capital e a utiliza para manter o curso da acumulação. Assim, a propriedade

fundiária e sua expressão econômica, a renda da terra, devem ser consideradas mecanismos de produção do capital, reproduzidos em seu pleno desenvolvimento.

De acordo com Luxemburgo (1976), a produção de relações sociais não-capitalistas contribui com o desenvolvimento do capital. A reprodução ampliada do capital necessita de prévia produção do capital, por isso a importância de se apropriar da renda da terra. Mesmo constituindo processos intrínsecos, não podemos confundir produção do capital e reprodução do capital.

[...] a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 2007, p. 11)

A produção do capital, realizada por meio da utilização de relações não-capitalistas, é fundamental no processo de reprodução ampliada do capital; por isso, onde o capital não atua extraíndo a mais-valia direta do trabalhador, ele procura extrair a renda da terra, isto é, a mais-valia social.

Para Luxemburgo (1976), a realização da mais-valia, mesmo sendo vital, não é o único momento no processo de acumulação do capital. Isso porque o capital também cria outras condições para a permanência dessa acumulação, sendo o domínio sobre os meios de produção, não produzidos pelo capitalismo, de suma importância. Por isso, segundo a autora, a reprodução capitalista necessita dominar a Natureza (Terra) e o Trabalho, ou seja, apropriar-se de todos os meios de produção não produzidos pelo capitalismo. Em suas palavras:

[...] em seu impulso para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro, tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais. (LUXEMBURGO, 1976, p.307).

Deste modo, o domínio sobre a Natureza (em sua totalidade), assim como sobre o Trabalho, possibilita que o capital se desenvolva. Como o capitalismo é um modo de produzir mais-valia, em seu desenvolvimento é de vital importância mobilizar todas as forças de trabalho, principalmente aquele que se encontra fora das relações tipicamente capitalistas.

Diante disso, Luxemburgo (1976) destaca a importância das sociedades não-capitalistas no processo histórico de acumulação do capital. As sociedades e

lugares, à margem da racionalidade capitalista, contribuem diretamente no processo de acumulação. Para se desenvolver plenamente, o processo de reprodução ampliada do capital nutre-se de outras relações além daquelas especificamente capitalistas.

O território enquanto totalidade se constitui no seio do desenvolvimento capitalista no campo, que ocorre de forma simultânea e contraditória à produção e à reprodução do capital mediante processos de territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo capital, conforme desvendara Oliveira (2004).

Trata-se, pois de considerar a coexistência da produção e da reprodução do capital. A primeira é condição para a segunda. Por isso, compreendemos a renda da terra e a propriedade fundiária não como obstáculos, mais como contradição. O capital tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades tende a se apropriar da renda da terra (OLIVEIRA, 2004). Entretanto, cabe mencionar que essa apropriação ocorre de forma distinta.

Para Martins (1981, p.175), o capital tem se apropriado e expandido sua lógica em setores econômicos do campo de renda alta, como por exemplo no setor sucroalcooleiro e na expansão de eucalipto. Nos de renda baixa, como nos setores de produção de gêneros alimentícios, o capital não finca suas garras, mas cria condições para subordinar a renda da terra pelo controle na circulação da produção. É esse processo de sujeição da renda ao capital que ocorre nas unidades camponesas.

Não obstante possibilitar a realização da renda capitalizada nas mãos dos proprietários fundiários, o monopólio da terra permite o acesso ao fundo público por meio dos financiamentos, créditos rurais, isenção de impostos e perdão de dívidas por parte do Estado.

Pautados na discussão desse capítulo, compreendemos que a apropriação capitalista da terra tem como centralidade a renda da terra, sendo fundamental ao desenvolvimento do capital. Nesse viés, entendemos que esse processo contribui com o entendimento da monopolização fundiária no Brasil que se reproduz no próprio seio do capitalismo, pois quanto mais terra acumulada, maior a possibilidade de extrair lucro extraordinário da sociedade. Partindo dessa perspectiva analisaremos a seguir o processo de apropriação das terras pelo capital na região estudada.

1.2 APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA NA REGIÃO DE ANDRADINA

A apropriação capitalista das terras na região esteve estritamente ligada à construção das ferrovias pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste Brasil (EFNOB) nas primeiras décadas do século XX, abrindo caminho para a apropriação capitalista, formando grandes fazendas de gado, de algodão e, em escala menor, de café.

Até o século XIX, a região e quase todo o Oeste Paulista⁶ raramente foram percorridos pelo não-índio. Para Matos (1974, p.30), essa região era lugar de passagens dos bandeirantes, ficando isolada economicamente da Capitania Paulista, durante o Brasil Colônia, e também, do Brasil Império. “[...] Sabe-se que no século XVIII algumas poucas expedições terrestres em direção às áreas mineradoras passaram pela região, particularmente pelo vale do Rio Aguapeí/Feio e pela ‘Serra de Ybitucatu’, atual Serra de Botucatu. ” (GHIRARDELLO, 2002, p.67-68).

Havia poucas estradas, apenas para a passagem de mulas transportando ouro de Mato Grosso à São Paulo. Segundo Matos (1974, p. 30), até a Independência (1822), os caminhos para o Oeste Paulista não ultrapassavam o quadrilátero do açúcar. No entanto, o isolamento do “Sertão” Paulista começou a se alterar com a crise da economia aurífera em Minas Gerais.

Com a exaustão das minas de ouro, iniciou-se um movimento migratório para as regiões próximas de Minas Gerais, desse modo, parcelas da população migraram em direção as terras vizinhas, São Paulo. Além da crise aurífera, a Lei de Terras (1850) corroborou para a migração da população mineira à província paulista.

[...]. Embora a lei tivesse sido criada, em parte, para estancar a ocupação de terras devolutas por posseiros, acabou por incentivá-la. Os prazos dados para o registro de terras ocupadas anteriormente à Lei, por posse ou concessão governamental (sesmarias), e a impossibilidade de ocupação de terras devolutas posteriormente a ela, a não ser por compra direta do Estado, acabaram por estabelecer um espaço de tempo àqueles que desejassem ocupar ilegalmente terras devolutas. (GHIRARDELLO, 2002, p. 68)

A partir desse movimento migratório, muitas famílias abriram posses por todo Oeste paulista. Segundo Falleiros (1999) e Monbeig (1984), várias dessas posses

⁶ Até o início do século XIX, todo o interior do Estado de São Paulo, que corresponde a área que ia de Jundiá até a barranca do Rio Paraná era denominada de Oeste Paulista.

foram impedidas pela resistência dos índios Cainguangue que lá habitavam e lutavam pelo território indígena. Entretanto, o cenário de isolamento do interior paulista só foi modificado, efetivamente, com o advento das ferrovias e com a “marcha do café” rumo às “novas” terras mais a oeste.

Mesmo que o café não tenha sido a principal atividade econômica dos municípios que compõem a região estudada, foi em consonância a sua expansão, em conjunto com as ferrovias, que o capital se expandiu pelo interior paulista. Assim, concordamos com Matos (1974, p. 20) ao afirmar que a correlação Café-Estrada de Ferro é um binômio na história econômica desse estado. Por isso é insuficiente analisar sua formação histórica sem considerar a relação dialética Café-Estrada de Ferro, assim como os interesses dos latifundiários que orbitavam nesse processo.

A expansão do café e da ferrovia em direção ao interior paulista foi movida pela possibilidade de realização da renda capitalizada, antes aprisionada na pessoa do cativo e depois na propriedade fundiária. Nesse sentido, cabe destacarmos as principais condições históricas de realização da renda nas mãos dos latifundiários.

1.2.1 Ferrovia e renda fundiária: condições históricas da expansão do capital no estado de São Paulo

Em meados do século XIX, a economia canavieira, até então a mais importante do país, entrou em declínio por conta da expansão do açúcar oriundo da beterraba, na Europa e, também, da produção em expansão no Caribe, competindo no mercado internacional com o açúcar brasileiro. Como afirmaram França (1960), Araújo Filho (1956) e Matos (1974), o café surgiu como produto brasileiro promissor no comércio mundial, sendo responsável pela transformação social e econômica do país, mas particularmente, na província de São Paulo.

Matos (1974, p. 26), citando Ellis Junior (1951), explica que sem o capital oriundo da economia canavieira em São Paulo, seriam impossíveis a expansão cafeeira e a “conquista” do Oeste Paulista. Sendo assim, a cana-de-açúcar viabilizou o capital e a mão de obra necessária à expansão e marcha do café rumo ao Oeste.

Após 1880, o café se apresentou como produto propício à exportação. Até esse período, era cultivado em pequena escala, se comparado com a cana. De acordo com Araújo Filho (1956, p. 81), o cultivo de café se destacou no cenário nacional porque apresentava algumas vantagens: “[...] mercados de consumo cada

vez maiores, as relativas facilidades de transportes nas terras fluminenses e a mão de obra escrava abundante, desde que as minas de ouro e os canaviais haviam entrado em decadência”.

No século XIX, o café passou a ser muito consumido na Europa Ocidental, tornando-se, também, a principal bebida diurna dos norte-americanos. Esse quadro, de aumento na demanda internacional, fortaleceu o interesse pela expansão do café brasileiro. Nesse contexto, deixou de ser cultivado apenas no Rio de Janeiro, expandindo-se para outras áreas, como Espírito Santo, Minas Gerais, e, em maior escala e de forma avassaladora, no estado de São Paulo. Ainda nesse contexto, ocorreu a transição de uma sociedade, cujas bases estavam fincadas na escravidão, para um modelo de sociedade baseado no trabalho livre.

Para Martins (2013), o café surgiu com o trabalho escravo e se desenvolveu, num segundo momento, com base no trabalho livre. O Brasil não precisou criar novos produtos e novas funções para que houvesse essa mudança de sociedade, como aconteceu na Europa, com o advento da grande indústria. O café continuou com sua função, seu modo de produzir não mudou, pelo contrário, preservou o modelo latifundiário-exportador.

Com a transição para o trabalho livre, utilizando-se de imigrantes europeus, a organização social do trabalho mudou. Todavia, essa transição ocorreu nas mediações da economia cafeeira, executada pelos próprios fazendeiros, principalmente os paulistas. Deste modo, as primeiras experiências do trabalho livre iniciaram nas fazendas de café em expansão no estado de São Paulo.

Com aumento da exportação de café houve a necessidade de expandir as plantações, nesse processo, novas terras foram sendo incorporadas pela economia cafeeira. Até início do século XIX, a Província de São Paulo era uma das mais pobres economicamente e demograficamente, tendo um pequeno salto com a independência (1822) por conta da exportação de açúcar paulista.

Essa situação marginal em relação a outros lugares do país se transformou com a economia cafeeira, uma vez que as lavouras de café seguiam da região fluminense em direção às terras paulistas, adentrando, primeiramente, pelo Vale do Paraíba.

Todavia, a passagem pelo Vale do Paraíba foi efêmera. Em meados do século XIX, o café, até então confinado nessa região, começou seu novo ciclo de

expansão em direção às terras inexploradas do território paulista. Esse movimento só foi possível porque, na eminência do fim da escravidão, foram criadas condições específicas que possibilitaram sua expansão. O aumento de capitais disponíveis aos fazendeiros, por conta da valorização do escravizado após o fim do tráfico negreiro (1850), foi uma dessas condições históricas específicas.

Com a cessação do tráfico, os preços se elevaram a quase o dobro. Como o preço do escravo era o fundamento das hipotecas, isso representou desde logo um grande aumento no capital disponível para os fazendeiros, renegociados pelas casas comissárias junto aos bancos. Esse capital, aliás, provinha da própria desmobilização de recursos antes aplicados no tráfico negreiro [...]. Tudo indica que essa expansão de oferta de capitais é o que explica a intensificação do avanço dos cafezais do Rio de Janeiro sobre os municípios paulistas limítrofes à província fluminense, no Vale do Paraíba, já que um dispositivo legal circunscrevia os empréstimos hipotecários à região do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Espírito Santo e áreas próximas. (MARTINS, 2013, p.43)

Esse capital disponível levou a investidas para abrir novas fazendas de café, isso porque os fazendeiros tiveram, com a valorização dos escravizados, acesso maior aos empréstimos. Além de recursos para formar mais cafezais, esse aumento de capital disponível possibilitou, mesmo depois do fim do tráfico negreiro, a importação de escravizados do Nordeste para os cafezais paulistas.

A valorização do cativo produziu, de um lado, a expansão de crédito disponível aos fazendeiros cafeicultores, mas, por outro lado, aumentou a imobilização improdutiva de capital, pois eles tinham que pagar mais caro ao traficante de escravo, agora interprovincial. O fim do tráfico negreiro em 1850 onerou mais os fazendeiros que necessitavam de mais braços para a lida com o café; porém beneficiou os traficantes internos. A solução para essa contradição seria então a abolição da escravidão.

Com a eminência do fim da escravidão e o escravo deixando de ser garantia de empréstimo, havia a necessidade de criar outro mecanismo que viesse a substituí-lo. Nesse ponto, Martins (2013, p.45) esclarece: “[...] a legislação territorial [Lei de Terras, de 1850] acentuava as garantias de negociabilidade das terras. Mas, isso não revogava a desimportância do mercado imobiliário em face do mercado de escravos”.

Mesmo com a Lei de Terras, não havia ainda um mercado imobiliário fundiário consolidado, a terra ainda não tinha a mesma importância que o cativo. Por isso,

após 1873, os empréstimos tinham como garantias não a terra, mas sim os investimentos na fazenda: plantações e instalações. Portanto, além de abolir a escravidão, havia a necessidade de criar o mercado imobiliário, capaz de substituir o escravizado não apenas como trabalhador, mas, principalmente como fonte de valor, como renda capitalizada. As fazendas de café vinham cumprindo esse papel, sendo garantia dos empréstimos.

Desse modo, criar condições para substituir o escravizado enquanto garantia de empréstimos pela propriedade fundiária era a questão mais debatida. Nesse contexto, de criação de um mercado imobiliário, o trabalhador imigrante europeu cumpriu o papel de valorizar a propriedade fundiária mediante incorporação de trabalho na terra. Sobre essa questão, Martins (2013, p.47):

[...] O incremento da demanda de terra por parte desses colonos provocaria artificialmente uma elevação no preço das terras, de modo a aproximar valor e preço, a evitar que o frágil mercado fundiário reduzisse o preço da terra a menos do que valia e deprimisse, portanto, a capacidade do fazendeiro de obter créditos necessários a produção do café.

Essa concepção advertia sobre a possibilidade de fragmentação da propriedade fundiária, criando uma agricultura com pequenas propriedades composta por colonos. Os grandes fazendeiros do café, particularmente os paulistas, não descartavam essa possibilidade, entretanto defendiam que o acesso à propriedade da terra pelos colonos imigrantes deveria ser realizado pelo trabalho prévio na fazenda de café. Essa era a condição para que tornassem proprietário de terras.

Essas condições históricas mantêm a renda como fundamento da economia, sem alterações da antiga economia colonial. A renda, até então capitalizada na pessoa do cativo, tornava-se renda territorial capitalista, criada na crise do escravismo. No Brasil, a propriedade fundiária produziu a oferta de trabalhador livre e barato para a grande lavoura. Ela foi, e ainda é, condição concreta da acumulação primitiva, é mecanismo fundamental de exploração do trabalho e da sociedade.

A transição histórica da renda capitalizada no cativo para renda capitalizada na terra mudou a dinâmica das fazendas de café. A formação das fazendas tornou-se central, sendo o principal empreendimento econômico. Assim, “[...] O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho”.

(MARTINS, 2013, p, 49). Esse processo revela a importância do trabalho no processo de acumulação do capital. A fazenda valorizou-se pela incorporação do trabalho, seu valor resulta nos números de pés de café e da sua produtividade. Nessa lógica, “[...] muitos fazendeiros passaram a ter preferências pelas aberturas de fazendas em terras novas, recém desmatadas, onde a produtividade do cafeeiro era imensamente maior [...]”. (MARTINS, 2013, p, 49).

O capital, antes imobilizado na compra do cativo, passou a ser pago às imobiliárias e aos grileiros de terra. Como nos lembra Martins (2013), depois de 1854, ocuparam ilegalmente grandes porções de terras, muitas delas já ocupadas por pequenos posseiros. Portanto, formar fazendas tornou-se lucrativo, por isso a necessidade de busca por novas áreas.

Para captar mais recursos, via empréstimos, era necessário formar mais fazendas. Esse círculo vicioso potencializou a expansão do café e a lógica capitalista para novas áreas. O objetivo, em si, não era expandir cafezais, mas sim formar fazendas de café, sendo elas garantias e possibilidades de empréstimos, de se apropriar do dinheiro público. Esse quadro revela mais uma vez o caráter rentista do capitalismo brasileiro, seja ele no cativo, na fazenda, ou na terra, ambos como fonte de valor, como possibilidade de acessar os cofres públicos.

Em meio a essas condições históricas o café se expandiu rumo ao interior paulista. A imigração subvencionada, aprovada na década de 1880, que emancipou o fazendeiro da imobilização improdutiva de capital na compra do cativo, também deve ser considerada como fator importante na expansão do café. Para Martins (2013, p. 60), a “Marcha do Café”, para além da região de Campinas, ganhou novos artifícios devido esse tipo de imigração. Até esse período, os fazendeiros testando novas modalidades de exploração do trabalho em meio ao fim da escravatura despendiam parte de seu capital no processo de imigração de europeus até suas fazendas.

De acordo com Stolcke (1986), a partir de 1880 surgiu uma nova forma de remuneração aos trabalhadores livres, sendo ela um sistema misto: por tarefa e por medida. Esse tipo de relação foi denominado de colonato e prevaleceu, segundo a autora, de 1880 a 1960.

Com esse tipo de imigração, os fazendeiros deixaram de imobilizar parcela de seu capital na vinda de imigrantes. Do mesmo modo, a renda capitalizada desapareceu na pessoa no colono, pois o Império e, depois a República, passou a

arcar com os gastos da imigração para as fazendas de café. “[...] Somente com a imigração subvencionada pelo governo é que essa parcela de capital da fazenda de café foi liberada para funcionar como verdadeiro capital”. (MARTINS, 2013, p. 60).

Cabe explicar que esse subsídio era direcionado apenas à vinda de novos imigrantes europeus, não sendo destinado aos trabalhadores existentes nas fazendas. Nesse mecanismo, os fazendeiros se livravam da imobilização improdutiva do capital e, ao mesmo tempo, recebiam capital, materializado no colono que chegava à fazenda bancado com dinheiro público.

Martins (2013, p, 60) explica que a forma encontrada pelos fazendeiros para incorporar esse capital fornecido pela imigração subvencionada foi recorrer, novamente, a aberturas de novas fazendas e ampliação dos cafezais. Deste modo “[...] A imigração subvencionada funcionava como um incentivo econômico à expansão dos cafezais”.

Nesse processo, a terra alcançou alto preço, consolidando o mercado imobiliário, substituindo as hipotecas feitas pelos escravizados, fortalecendo o caráter rentista do capitalismo aqui desenvolvido. O avanço do café para outras regiões dependia de muita mão de obra. Sem esse trabalho, a terra por si só não tinha sentido, uma vez que o trabalho “valorizava” a terra na formação fazenda, e depois na formação dos cafezais. Com a consolidação de um mercado imobiliário e a valorização das terras, a grilagem tornou-se recorrente nas regiões onde o café se expandia.

De acordo com Silva (2008), a Lei de Terras (1850) marcou efetivamente a aparição dos grileiros na falsificação de títulos para depois especularem com as terras. Esse personagem da apropriação capitalista da terra fomentou a valorização das terras, contribuindo com a formação do mercado imobiliário. A autora enfatiza: “[...] não foi a venda das terras devolutas que provocou a valorização, mas a grilagem, isto é, a venda das terras devolutas por particulares que se apropriavam ilegalmente delas”. (SILVA, 2008, p. 308).

Para Oliveira (2007), a grilagem de terras é uma característica da apropriação capitalista da terra. Assim, o autor explica que esse ato revela,

[...] o caminho ‘gratuito’ do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la. Da mesma maneira, porém revelando o sentido oposto, a posse é o ato de quem não quer pagar a renda ou

não aceita a condição de que para produzir tenha que pagá-la.
(OLIVEIRA, 2007, p. 66)

Por isso, a grilagem de terras é mecanismo fundamental no avanço da propriedade capitalista no interior paulista. O grileiro, figura fundamental nesse ato ilícito (praticado por fazendeiros, engenheiros, políticos, cartorários entre outros), ficava com parte do capital do fazendeiro; do mesmo modo, este último tinha que imobilizar improdutivamente parte de seu capital para transformar a terra devoluta, muitas vezes já ocupadas, em propriedade privada.

Para Martins (2013, p. 62) a formação das fazendas e dos cafezais eram realizadas pelos trabalhadores nacionais livres, pois os colonos, no primeiro momento, chegavam à fazenda para trabalhar no trato do café, por isso a chegada deles pressupunha uma fazenda formada.

Seguindo o movimento de busca pela incorporação de novas terras para a economia cafeeira, as regiões de Ribeirão Preto e Jaú passaram a ocupar, na década de 1890, o lugar de maiores produtores de café no Estado. Esse posto se sustentou até a crise 1929. Além da terra roxa e sua conseqüente fertilidade do solo, os trilhos das ferrovias (Mogiana e Paulista) também contribuíram para elevar essa região como principal zona produtora de café de São Paulo e do Brasil.

Naquela época, o estado de São Paulo produzia 15 milhões de sacas de café, quase o consumo total mundial, que era de 16 milhões de sacas. “[...] à medida que outras manchas de terra roxa iam sendo avassaladas, os cafezais penetravam no verdadeiro Oeste de São Paulo, acompanhando a marcha das ferrovias, ou precedendo-as de alguns quilômetros”. (ARAUJO FILHO, 1956, p. 104).

Apesar da hegemonia do café, assistia-se, como afirma França (1960), a implantação de outras “culturas valorizadas monetariamente”, alguns como o algodão, com capacidade de substituição em momentos de crises. O cultivo de algodão e a criação de gado eram alternativas às crises e oscilações dos preços do café. Essas duas atividades foram fundamentais no processo de apropriação capitalista das terras na Região de Andradina (SP).

O café, mesmo no período hegemônico da exportação nacional, enfrentou várias crises por conta de acontecimentos externos ao país, mas também em consequência da ganância por terra, que produziu por vários momentos superproduções. As soluções eram imediatas, em várias vezes substituíram o café por cultivos temporários, o algodão foi alternativa. Porém, para evitar a destruição

dos cafezais, o governo, em vários casos, bancava a produção com concessão e grandes subsídios. Nesse particular, França (1960, p.16) elucida:

[...] A política capitalista visando a estabilização dos preços, mais de uma vez conduziu à conhecida inutilização dos estoques como, por exemplo, entre 1929 e 1945, quando foram incinerados, aproximadamente, 80 milhões de sacas, ou seja, o equivalente ao consumo mundial durante três anos.

No entanto, com o passar das crises, as atenções voltaram-se aos cafezais novamente. Segundo Stolcke (1986, p. 61), vários foram os momentos de iminência de crise econômica e de superprodução em que os fazendeiros contaram com a mão do Estado: à medida que o preço do café subia, aumentava também novos plantios de café em São Paulo, movimentando a fronteira a Oeste. Para a autora, as intervenções do Estado resultavam da influência e do poder exercido pelos fazendeiros paulistas, tanto a nível estadual quanto federal e a própria importância do café para a economia nacional.

A partir de 1870, o movimento de expansão das estradas de ferro veio a somar estratégia de mais lucro para os grandes fazendeiros de café, sendo fundamental no movimento em direção às novas terras paulistas. Portanto, a “marcha do café” em direção ao Oeste Paulista só foi possível porque junto a ela se expandiam as estradas de ferro, dando condições estruturais à economia cafeeira, organizando o território para apropriação capitalista das terras. Matos (1974) estava correto ao salientar que a ferrovia nasceu com o café e para o café.

Apenas as regiões produtoras mais antigas, a Norte (Vale do Paraíba) e Campinas, utilizaram os tropeiros como meio de transporte do café aos portos. As demais iniciaram seu processo de produção de café servidas pelas estradas de ferro. Desse modo, café-ferrovia formaram um binômio relevante na história de apropriação territorial capitalista do Oeste paulista. Assim:

À medida que os trilhos iam avançando, novas fazendas se abriam quilômetros à frente, como que numa atração às novas linhas; café e ferrovias, no findar do século XIX e princípio do XX, marcham juntos na ocupação interior paulista, e com eles, a crescente população. (ARAUJO FILHO, 1956, p. 84).

Para Matos (1974, p. 92), a primeira década do século XX foi marcada pela conquista do “sertão desconhecido”, pelas ferrovias Sorocabana e a Noroeste.

Contudo, foi a Estrada de Ferro Noroeste Brasil, com mais vocação de expansão ao Oeste Paulista, sendo sua variante de Araçatuba-Jupia (Mato Grosso do Sul), responsável pela ocupação das terras na Região de Andradina. Em meio a tais condições históricas, assim se consolidava o processo permanente da acumulação primitiva, em consequência, as terras devolutas eram apropriadas pela lógica capitalista.

1.2.2 Das terras devolutas às terras do “Rei do Gado”

A Região de Andradina foi uma das últimas fronteiras do estado de São Paulo a ser cortada pelas ferrovias e, conseqüentemente, ser apropriada pela lógica capitalista. Segundo Monbeig (1984), até então era habitada predominantemente pelos índios Caingangues, os mais importantes da região⁷. Além dos Caingangues, no final do século XIX havia também posseiros de origem mineira que após a decadência das minas de ouro, migraram para essa área e abriram pequenas posses. Assim, foram os mineiros os primeiros a confrontar os índios que lutaram e resistiram pelo território nesta porção do estado.

A respeito da migração mineira, Monbeig (1984, p.133) explica que “[...] durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. Muitos desses caboclos dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se”. Nesse período, o café ainda estava restrito às regiões mais antigas. Dessa maneira, a maioria dos mineiros, em meados do século XIX, viram na migração a alternativa à crise aurífera, fixando-se nos municípios paulistas onde o café já estava formado; porém parcelas significativas dessa população abriram posses em áreas mais a oeste do estado e nelas reproduziram seus hábitos de criadores de animais.

Monbeig (1984) classifica essas populações de índios e caboclos (a maioria de Minas Gerais) de precursores, sendo eles os responsáveis pela ocupação territorial de fato, formando a frente demográfica do interior paulista, antes de uma ocupação pautada na lógica econômica capitalista. Cabe explicar que o autor

⁷ Para Pinheiro (2005, p.02): “No início do século 20, [...] de Bauru até o rio Paraná, em direção Oeste, avizinados ao norte pelos Guarani e ao sul pelos Otí e Guarani, até o rio Paranapanema, estavam os Kaingang ‘paulistas’, numa área ainda desconhecida dos colonos. ”

analisa de forma mais ampla a marcha pioneira no interior paulista e não especificamente o *locus* da pesquisa.

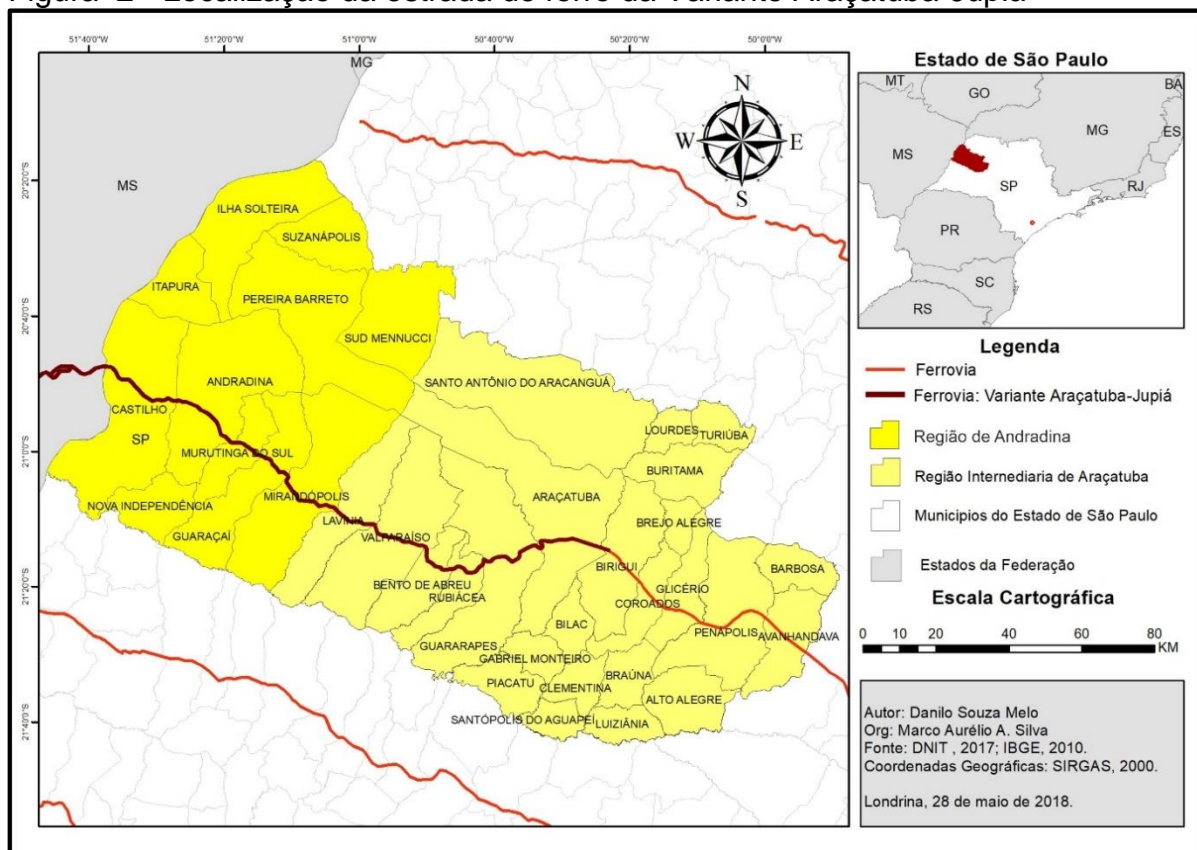
Ao analisar a apropriação territorial e formação da Região de Andradina, Hespanhol (1996) destaca dois momentos distintos: o primeiro insere-se na implantação da Colônia Militar de Itapura, no Pontal Tietê-Paraná, no ano de 1858. Contudo, a ocupação efetiva desta região, que vai de Araçatuba até a barranca do Rio Tietê (divisa com o atual Mato Grosso do Sul), iniciou-se apenas no segundo quartel do século XX. A implantação da base militar em Itapura, em 1858, tinha como estratégia do Governo Imperial ocupar a região e facilitar a comunicação com a Província do Mato Grosso, garantindo a integridade territorial do Brasil, logo proteger seu território de ameaças externas, principalmente do Paraguai.

A Colônia Militar, além de ser importante ponto estratégico, visava desempenhar a função naval, agrícola e de comunicação. Para Hespanhol (1996, p.103), com exceção de sua função de comunicação, a Colônia Militar falhou em todas as outras funções destacadas. O autor, citando Silva (1972, p. 103), aponta os possíveis fatores pelo insucesso da Colônia Militar em Itapura e, conseqüentemente, sua extinção em 1895, “[...] a) as dificuldades de comunicação (ausência de estradas); b) a falta de braços (escassa mão de obra); c) os constantes atrasos na liberação dos recursos destinados à colônia (burocracia excessiva) e, d) a incidência da malária”.

Nesse quadro, a Colônia Militar não ultrapassou 250 habitantes, ficando abandonada desde 1889 e extinta em 1895. Após sua extinção, alguns veteranos da Guerra contra o Paraguai permaneceram na área (1864 a 1870), transformando-a em uma pequena aldeia de pescadores isolados.

A segunda fase assinalada por Hespanhol (1996) corresponde à ocupação da região no início do século XX. A construção da estrada de ferro, feita pela empresa EFNOB, ligando Bauru à barranca do Rio Paraná (divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul), foi pedra angular nesse processo. Até 1930 a ocupação da região estava restrita apenas ao trecho Bauru–Araçatuba, mesmo os trilhos da ferrovia atingindo o rio Paraná em 1910. No entanto, segundo Hespanhol (1996), a ocupação efetiva da região, situada geograficamente entre Araçatuba e o Rio Paraná, ocorreu após 1930 com a construção da Variante da EFNOB (Figura 2).

Figura 2 - Localização da estrada de ferro da Variante Araçatuba-Jupiá



Fonte: DNIT, 2017; IBGE, 2017

Vários núcleos urbanos na região foram se formando às margens da ferrovia, tendo suas estações inauguradas após 1930⁸, assim Mirandópolis e Guaraçai tiveram suas estações fundadas em 1936; em 1937 foram inauguradas as estações de Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. Nesse mesmo ano, a Variante Araçatuba-Jupiá chega ao Rio Paraná.

O interesse por essa região remonta ao período do Império e sua ocupação, segundo a lógica capitalista, se deu no contexto da “Marcha para Oeste”. Segundo Lenharo (1986), o movimento do capital na Região de Andradina deve ser apreendido no seio do projeto nacional de expansão, integração e homogeneização do Estado-nação implantado na era Vargas. Segundo o autor, a Marcha para Oeste justificada pelo progresso e construção de nação exaltou o pioneiro como herói, como desbravador das terras “desabitadas” no interior paulista.

Diferentemente do que aconteceu em outras regiões do Estado, a exemplo da região de Campinas, Ribeirão Preto e Bauru, onde a expansão do café direcionou os trilhos, na Região de Andradina foram os trilhos que organizaram o território.

⁸ Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br> Acesso em: 05 set. 2018.

Portanto, a cafeicultura não foi protagonista na história de formação, pois essa porção do território paulista teve como atividade principal, à beira da linha, a criação e engorda de gado e a cotonicultura.

Considerando que na Região de Andradina os trilhos direcionaram as fazendas, segundo Nardoque (2002, p. 29), as construções das ferrovias organizaram o território incentivando a colonização, auxiliando a agricultura, a formação da indústria (mesmo que precária) e, principalmente, promovendo as principais cidades às margens dos trilhos.

Contudo, a construção da ferrovia representou a destruição dos índios. Monbeig (1984, 132) explica que “[...] a marcha pioneira acabou a obra de destruição dos índios [no território paulista], encetada na época colonial. Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto. ”

É necessário elucidar que a resistência dos Caingangue dificultou a penetração dos não-índios no Noroeste Paulista até o final do século XIX. Todavia, esse cenário mudou com o nascer do século XX e a construção da ferrovia, porém, em consonância à implantação dos trilhos, foram surgindo agentes específicos que contribuíram para a formação de uma região marcada pela desigualdade fundiária. Nessa perspectiva, Monbeig (1984) destaca alguns agentes fundamentais: fazendeiros, coronel, grileiro e vendedor de terras. Para o autor, toda região sofreu com a ação desses personagens, sendo eles organizadores do território para a apropriação capitalista da terra.

Nesse movimento de expansão, os fazendeiros lideraram a marcha, movida pelos interesses de classes da elite agrária paulista. Para Monbeig (1984, p.141):

[...] confundia-se o interesse coletivo com seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão de obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente assunto deles.

O coronel, também proprietário de terras, era outra figura importante no processo de apropriação territorial. Era ele que muitas vezes loteava as glebas e vendia para fazendeiros e colonos. Deste modo, ele era também um vendedor de terras. Muitas vezes, fazendeiros, coronel e vendedor de terras estavam personificados em uma só pessoa.

Sobre os coronéis, Silva (2008, p. 287) lembra, pela posição estratégica, a importância desse sujeito na passagem das terras devolutas ao domínio privado. Eles exerciam o poder local por meio de seus jagunços e contavam com o respaldo das autoridades regionais e, até mesmo, estaduais. O coronel era o chefe político local, por isso nada escapava ao seu controle, nada acontecia sem a sua anuência.

Nesse cenário, a apropriação das novas terras pela lógica capitalista teve como mecanismo a grilagem, com o respaldo do coronel, isto porque eles exerciam domínio⁹ e influência em todas as decisões, inclusive na questão da terra. O grileiro era responsável pela falsificação dos títulos, transformando as terras devolutas em propriedade privada. Sobre esse ato ilícito, Monbeig (1984, p. 143) explana:

[...] Fato extremamente importante numa região pioneira, onde era muito difícil encontrar o primeiro ocupante, saber se este ocupante adquiriu regularmente um título de propriedade, estar em condições de apresentar às autoridades judiciárias documentos perfeitamente em ordem, num país em que a terra se valoriza subitamente e em que um domínio cobria milhares, as vezes dezenas de milhares de alqueires, era a certeza de fazer fortuna sem esforço.

A colonização era uma questão secundária da frente pioneira, pois o objetivo principal era apropriar-se da terra, ou melhor, da renda da terra. Após a criação da Lei de Terras (1850) e outros decretos impostos pelos estados, que previam a regularização via apresentação de alguns documentos, começaram as farras de documentos falsificados, fato que se estende até a atualidade. Em relação a grilagem de terras no estado de São Paulo, Monbeig (1984, p. 145) escreveu: “Toda a zona pioneira, em São Paulo como no Paraná, conheceu os grileiros e a práticas de grilos”.

Seguindo essa lógica, ocorreu a apropriação das novas terras sob a lógica capitalista, cuja centralidade estava, e ainda está, na renda fundiária. De acordo com Micheletto (2003, p. 79), no contexto da construção da estrada de ferro, a elite agrária paulista foi adquirindo do Estado terras devolutas, iniciando assim os primeiros empreendimentos na região. “[...] O principal desses investidores foi Antônio Joaquim de Moura Andrade, cujo sobrenome deu origem ao nome da cidade

⁹ Segundo Silva (2008, p. 312), “[...] Os chefes políticos exerciam grande domínio sobre os demais atores do drama da terra: agrimensores, juízes comissários, delegados de polícia, donos de cartórios e juízes de paz”.

[Andradina] e que era detentor do título de 20.000 alqueires de terra próximos à margem do rio Tietê.”.

O Coronel Antônio Joaquim de Moura Andrade, conhecido também como Rei do Gado, foi responsável pela invasão e comercialização de parcelas significativas das terras da região.

A expressão “Terra do Rei do Gado” marcou a identidade regional, por isso utilizamos no nome do presente subcapítulo, uma vez que expressa as ações, os interesses e conflitos na passagem das terras devolutas ao domínio particular. É importante mencionar que essa expressão é carregada de construções históricas, representações, mistificações e exaltação do pioneirismo, do herói; por outro lado, oculta as contradições da história real.

Concordamos com Oliveira (2006, p.72), ao chamar a atenção para a necessidade de se pensar a história a partir de suas contradições, pois a história dominante, de caráter conservador, foi construída e representada “[...] no seio da conjuntura política nacional e dos interesses das elites locais sobre essa região a partir de 1930”.

Essa perspectiva permite apreender a História pelo viés de baixo, a partir das contradições, por meio da realidade concreta dos sujeitos, tendo em vista que ela foi tecida na luta de classes, dando características próprias a esse território. De tal modo, a “Marcha para Oeste” e a consequente apropriação capitalista da terra produziu conflitos, mas também, resistências.

Compreendemos, pautados em Oliveira (2006), que o personagem “Rei do Gado” foi construído na representação ideológica da história da classe dominante, exaltando a importância do pioneirismo. Isso explica a epopeia desses homens de “coragem”, tendo até o nome da cidade de Andradina em homenagem. Esse endeusamento do Moura Andrade pode ser encontrado nas narrativas e na história regional.

Moura Andrade era natural da cidade de Brotas, também interior do estado de São Paulo, nascido em família de sitiantes e comerciantes ligados à venda de cereais. Em 1914, iniciou no ramo de comercialização de café, como comissário. Em 1917, se apropriou de glebas de terra às margens do rio Tietê, na região onde hoje é o município de Andradina. Em 1918, deu início as derrubadas das matas onde implantaria a fazenda Guanabara.

De acordo com Monbeig (1984), Antônio Joaquim de Moura Andrade se apropriou de grandes glebas, visando especular, assim, apropriando-se da renda da terra. Para isso fundou até uma empresa, a “Moura Andrade e Cia”, especializada em comercializar terra.

Da especulação participavam fazendeiros, seja como compradores dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. Era preferível lotear um domínio, cujos títulos não ofereciam plena garantia ou que sempre estava exposto ao ataque de um falsário, a desbravá-lo, cultivá-lo e de súbito ver-se privado de sua posse. Provados pelas crises econômicas, preferiam os fazendeiros também vender suas reservas florestais. Viram-se, então, nas zonas pioneiras, os capitalistas mercadores de terras ao lado dos fazendeiros, dos agrimensores, dos advogados, principalmente desde o *crack* de 1929 e das revoluções de 1920 e 1932. (MONBEIG, 1984, p. 146)

Nesse quadro, na medida em que a variante Araçatuba-Jupiá se expandia, ficando seus trilhos e a terra se “valorizando”, fazendeiros paulistas, assim como empresas especializadas, foram usurpando as terras. Além de Moura Andrade, outros personagens e empresas também foram responsáveis pela apropriação e colonização das terras localizadas na atual Região de Andradina.

A respeito das empresas especializadas em comercialização de terras, Hespanhol (1996, p. 115-116) destaca a empresa japonesa Yegen-Sekinin Buraziru Takusyoku (Sociedade Colonizadora do Brasil LTDA) conhecida pela abreviatura BRATAC, que adquiriu em 1928, entre os rios Tietê e São José dos Dourados, mais de 100 mil hectares de terras.

A BRATAC atuou na formação de várias colônias nipônicas no estado de São Paulo e teve como objetivo, nas primeiras décadas do século XX, gerenciar a imigração japonesa ao Brasil. Soares Filho (2010, p. 13), esclarece que os primeiros japoneses a imigrarem para o Brasil, em 1908, vieram para substituir a mão de obra italiana, pois esses foram proibidos de imigrar ao Brasil pelo Governo Italiano¹⁰, por conta dos colonos estarem sendo submetidos a trabalhos degradantes, semelhantes aos da escravatura, recentemente abolida.

¹⁰ Em 1902, pelo decreto Prinetti, proibiu-se a imigração subvencionada para o Brasil, aprovado pelo Comissariado Geral da Emigração na Itália. Tal nome se deve ao chefe do Comissariado, Giulio Prinetti. (SOARES FILHO, 2010, p. 18).

Ao analisar a imigração japonesa para o Brasil¹¹, Soares Filho (2010, p. 24) explana sobre três fases distintas que permearam esse processo. A primeira, de 1908 a 1923, foi marcada pela imigração de colonato, sendo subsidiado pelo Governo do Brasil e com contrato firmado para trabalhar nas fazendas de café. Nesse período, os japoneses, em sua maioria de origem rural, seguiram o mesmo parâmetro da imigração italiana. O segundo momento, de 1924 a 1941, foi caracterizado de imigração tutelada. E de 1952 a 1963, marcado pela imigração pós Segunda Guerra Mundial.

Interessa-nos nesta pesquisa entender, em linhas gerais, o segundo momento, pois é essa fase que marcou a apropriação das terras pela BRATAC no território em questão. Assim,

[...] A política imigratória tutelada japonesa no Brasil é uma função que o Estado nipônico começa a reger em meados da década de 1920, quando o Estado passou por um processo de assumir atribuições que antes não faziam parte de sua agenda, entre essas a emigração. (SOARES FILHO, 2010, p.24)

A BRATAC foi registrada como empresa no Brasil em 30 de março de 1929, visando formar colônias para receber os imigrantes japoneses. Porém, um ano antes, em 1928, tinha adquirido grandes glebas de terras na frente pioneira no interior paulista, assim como no Norte do Paraná. Sobre a apropriação dessas glebas, Soares Filho (2010, p. 32) explica:

[...] a Fazenda Tietê, no extremo oeste da região Noroeste, no então Município de Monte Aprazível, hoje Pereira Barreto, com 47.500 alqueires; a Fazenda Aliança, também no Noroeste (Mirandópolis), com cerca de 12.000 alqueires; a Fazenda Bastos, no então Município de Campos Novos, na Alta Paulista, com cerca de 12.000 alqueires; e a Fazenda Três Barras, no norte do Paraná (Assai) com 18.610 alqueires.

Logo após a apropriação dessas glebas, a BRATAC deu início aos loteamentos das terras e começou a vender lotes para imigrantes recém-chegados ao Brasil que se dirigiam aos núcleos coloniais nipônicos, mas também para aqueles instalados em fazendas de café.

¹¹ Para entender os motivos que levaram a de japoneses ao Brasil, ver Soares Filho, (2010).

No caso da Região de Andradina, a BRATAC adquiriu duas glebas. Uma denominada de Fazenda Tietê, com 47.000 alqueires, originando a partir dessa colonização japonesa o núcleo urbano chamado de Novo Oriente, sendo mais tarde, em 1938, constituído o município de Pereira Barreto. A outra gleba de terras, com 12.000 alqueires, deu origem à fazenda Aliança, sendo transformada na década de 1930 nos bairros rurais Primeira, Segunda e Terceira Aliança, no atual município de Mirandópolis.

Das duas glebas, a Fazenda Tietê esteve ligada diretamente a conflitos e dificuldades de titulação, sendo a mais problemática. Kayama (1997, p. 47) afirma ter havido “sofrimento na compra do terreno” desse imóvel situado à margem direita do Rio Tietê, próximo à desembocadura, onde existiam duas cataratas, Itapura e Urubupungá. Essa área despertou o interesse do dirigente japonês pela sua localização (próxima a dois estados - atual Mato Grosso do Sul e Goiás), e também pela fertilidade do solo e topografia favorável à agricultura.

Tal interesse surgiu em uma das viagens do diretor Umetani¹² da BRATAC, em 26 de janeiro de 1928. Mas, como ressalta Kayama (1997, p. 48), o título de propriedade estava em litígio, pois permanecia em domínio de sete credores (incluindo 1ª e 2ª hipotecas). Contudo, mesmo com essa complicação, o responsável pela empresa no Brasil procurou resolver essa questão.

De acordo com Kayama (1997, p.47), as terras pertenciam a Gavião Peixoto, general remanescente da zona Militar de Itapura, que após a desativação da Colônia Militar abriu grandes posses. Com o passar do tempo, após a área passar por três transferências, a gleba passou ao domínio do também intitulado Coronel Jonas Alves de Melo. Logo após a Primeira Guerra mundial, Jonas Alves de Melo teve que hipotecar os 47 mil alqueires, porque entrou em decadência devido à queda do preço do boi. Por isso, as terras, “[...] ficaram nas mãos dos credores, a começar com o Banco do Brasil e outros, para a garantia de um crédito total de 7 mil contos de reis, incluindo juros”.

No ano de 1924, foi aberta a possibilidade de negociar e vender essas terras, entretanto, a negociação fracassou e as terras ficaram abandonadas até 1928, quando foi adquirida pela BRATAC.

¹² Mitsusada Umetani, era Diretor-gerente da BRATAC e ex-governador de Nagano, sendo ele responsável pela escolha e compra das terras onde seriam implantadas as colônias.

Kayama (1997, p. 50) esclarece que essa demora deriva do litígio do terreno, de várias pessoas reivindicando a titulação, dos interesses dos credores e o preço da terra. Contudo, “[...] o proprietário e demais credores que eram os 7 banqueiros estavam aflitos por não sair o negócio, sob receio de perder ‘chance’ inédita de vender tão imensa área de 47 mil alqueires nunca explorada.”. Deste modo, após seis meses de negociação, as terras¹³ foram compradas no valor de \$4.200.000.000 (Quatro mil e duzentos contos de reis).

Para Hespanhol (1996, p.116), a Variante da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a empresa BRATAC e Antônio Joaquim de Moura Andrade foram os principais agentes propulsores do povoamento da Região de Andradina. No entanto, a apropriação das terras no interior paulista, sobretudo nesta região, teve vários casos e em muitos deles com envolvimento de políticos e chefes locais, que aproveitando de sua posição privilegiada se apossaram, doaram a amigos e grilaram grandes glebas.

Falleiros (1999, p. 31), ao analisar a formação do município de Mirandópolis (SP), adverte sobre esse momento.

Primeiramente foi o extermínio do bugre, unicamente porque ocupava uma terra cobijada pelo homem que se intitulava civilizado (e até humanitário e caridoso). Depois, foi a ação dos grileiros que procuravam apossar-se da terra sem despender grandes quantias. Nessa época, uma vida humana não valia mais que o preço de uma bala de carabina.

Foi seguindo essa tônica que o território foi se constituindo, não sendo exclusividade do interior paulista, pelo contrário, é parte da história nacional. Ao analisar as lutas sociais no campo, Oliveira (1994) adverte que o território capitalista brasileiro é produto da conquista e da destruição dos povos indígenas. Portanto, compreendemos que essa conquista tem como fio condutor a grilagem de terras devolutas.

Por meio da literatura é possível apreender vários casos de grilagem seguindo a construção da estrada de ferro, ou até mesmo antes de as terras serem cortadas pela linha férrea. Dentre os casos, o “Grilo da Noroeste” foi o mais conhecido. Parte dessas terras griladas, localizadas na Bacia do Rio Aguapeí, ocupa

¹³ Segundo Kayama (1997, p. 51), na fazenda Tietê, esperavam-se a venda de 400 lotes, tendo vendido apenas 61 lotes no final de 1930. Por conta do insucesso das vendas, resultado da fama da malária que assolava a região, 102 lotes viram capoeiras.

parte município de Mirandópolis e envolve várias figuras importantes ligados à política e à economia cafeeira que disputaram judicialmente a titulação.

Falleiros (1999) nota que as terras devolutas, sobretudo à margem direita do Rio Aguapei, foram ocupadas de forma ilegal, ou seja, invadida, tendo envolvimento de personagens, intitulados de Coronéis, como Raul da Cunha Bueno, Modesto Junqueira e Geremia Lunardelli. Raul da Cunha Bueno era de uma família tradicional paulistana e possuía vários latifúndios no interior de São Paulo.

[...] Tornou-se provavelmente proprietário de uma parte da gleba chamada 'Fazenda São Joaquim' por concessão direta do governo, quando essas terras eram devolutas. O restante de suas propriedades [...] foi adquirido diretamente de Manuel Bento da Cruz ou de uma das companhias fundadas por ele. Na época da fundação de Mirandópolis, estava em plena tramitação a tumultuosa divisão dessas terras. (FALLEIROS, 1999, p.92).

Vale destacar também o nome do Senador Rodolfo Miranda, que juntamente com o Coronel Joaquim Franco de Mello e o Coronel Francisco Schimidt foram responsáveis pela apropriação de parcelas das terras às margens esquerda do Rio Tietê.

Segundo Pinto (2005, p. 22), o Coronel Francisco Schimidt carregava o *status* de "rei do café", em Ribeirão Preto. Ele se apossou de 48 mil alqueires, cerca de 115.200 hectares, na vertente esquerda do rio Tietê, que veio a constituir mais tarde dezenas de municípios. Dos 48 mil alqueires, 40 mil foram transferidos ao Senador Rodolfo Miranda, pois Francisco Schimidt temia que o Estado tomasse as terras, em grande parte devolutas.

Em meados de 1921, o Senador Rodolfo Miranda veio para o Noroeste Paulista para adquirir as terras de Francisco Schimidt, estando acompanhado do Coronel Joaquim Franco de Mello. De acordo com Pinto (2005, p. 22), em 1933, Joaquim Franco de Mello¹⁴ loteou cerca de 8 mil alqueires [19.200 hectares] de suas terras.

Cabe esclarecermos que não é ideia desse item citar todos os envolvidos na apropriação das terras devolutas, mas destacar sujeitos emblemáticos desse

¹⁴ Mesmo depois de lotear cerca de oito mil alqueires, a família Franco de Mello, ainda possui várias fazendas no município de Lavínia, vizinho de Mirandópolis. Essas propriedades são motivos de reivindicação por parte do MST, pois foram consideradas, em 2001 e 2002, pelo INCRA e ITESP, como improdutivas.

processo. Suas ações não se restringem à região, pelo contrário, seus atos ultrapassaram até mesmo os limites de fronteira do estado paulista.

Citando novamente Oliveira (2006), entendemos que analisar a história pelo viés de baixo é apreender que a Marcha para Oeste não considerou as contradições. A história que exalta a figura do pioneiro não versou sobre os conflitos ocorridos na apropriação das terras, não apontou o atraso produzido pelo latifúndio. Por isso, é necessário analisar a questão agrária local, enfatizando a trajetória dos homens e mulheres que viram nas novas áreas a possibilidade de acessar à terra; dos sujeitos que enxergaram na luta pela terra a possibilidade de superar a cerca do latifúndio.

1.3 QUESTÃO AGRÁRIA, CONFLITOS E HEGEMONIA DO LATIFÚNDIO

O processo de apropriação das terras construiu uma estrutura fundiária desigual, bloqueando desde sua origem o acesso pelos trabalhadores. Dessa forma, a gênese da questão agrária na Região de Andradina está centrada na apropriação das terras pelo capital. Esse processo, marcado por intenso conflito, revelou o antagonismo de classe no desenvolvimento do capital, e também, a grilagem de terras, mecanismo histórico de acumulação primitiva.

A construção da estrada de ferro foi responsável por levar ao extermínio indígena na região. No entanto, lembramos que antes desse extermínio, os indígenas defendiam suas terras dos avanços de posseiros, fazendeiros e grileiros que ameaçavam abrir posses sobre seus territórios. Por terem relação de pertencimento com a terra e resistindo, eram vistos como obstáculo ao avanço da apropriação territorial pelos não-índios.

De acordo com Castro (1993, p.169), até o limiar do século XX, os primeiros pioneiros (mineiros em sua maioria), que abriram posse no final do século XIX, conviviam de forma relativamente pacífica com os indígenas. Pela grande extensão de terras livres, esses homens e mulheres não representavam ameaças concretas aos nativos, que se afastavam ocupando outras áreas. Havia, segundo a autora, algumas ameaças, mas nem poderia se pensar em conflito seguido de extermínio, como ocorreu no início do século XX com a Marcha para o Oeste.

Antes da construção das linhas férreas, essa marcha levou um grupo significativo de interesseiros para essa região. Castro (1993, p.171) cita grileiros,

aventureiros, criminosos e especuladores, fazendeiros e, até mesmo políticos, todos com o anseio de acumular riquezas fáceis com tantas terras “desocupadas”. Essa ganância orientou a invasão das terras e teve como principal mecanismo a grilagem, acirrando o conflito fundiário.

O adensamento do povoamento nas novas áreas alterou a relação local com os índios. Com a chegada da horda de invasores, o conflito se intensificou, logo consolidando o genocídio indígena.

A chegada de especuladores e ‘aventureiros’ de toda espécie provocou uma reviravolta significativa nas condições locais. Neste contexto, a caça e o massacre de índios intensificou-se muito, pois sua resistência à ocupação das terras impedia a fixação dos fazendeiros em seus novos domínios. (CASTRO, 1993, p. 172).

O nível de violência contra os nativos aumentava na medida em que a região estava sendo cortada pelas linhas férreas. Essa violência é, segundo Martins (1997, p. 12), desdobramento da situação de fronteira, sendo “[...] ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.

O movimento de apropriação e expansão territorial é, para Martins (1997, p. 75), composto por dois momentos distintos, mas intrínsecos: a frente de expansão e a frente pioneira, ocupando com lógicas distintas e conflituosas os territórios indígenas. Na Região de Andradina, a frente de expansão representou os primeiros enfrentamentos com os índios, abrindo caminho para transformação das terras devolutas em propriedade privada.

Na situação de fronteira, em que o conflito se tornou-se latente, foi se expandindo a sociedade nacional não-indígena, empurrando os posseiros sobre os territórios tribais. É também marca desse momento, a apropriação das terras sem necessariamente comprá-las, pois ela não tinha o caráter de propriedade privada ainda. Nesse sentido, objetivando romper com a resistência indígena em nome do progresso, foram sendo desenvolvidas táticas de extermínio brutais contra os nativos, muitas delas não consideradas na história da classe dominante, porém, foram registradas na história concreta.

Os bugreiros, matadores profissionais de índios, contratados pelas construtoras das linhas férreas, por fazendeiros, especuladores e grileiros, foram figuras centrais do massacre, colocando fim à resistência dos indígenas. Castro

(1993, p.237-238), ao analisar os relatos de uma comissão, em 1908, que investigou as denúncias do extermínio dos caingangues, discorreu sobre uma dessas expedições.

[...] Armados de carabinas Winchester, munição e armas brancas, 31 homens acercaram-se de um aldeamento indígena e ficaram à espreita, aguardando o melhor momento para o ataque. Durante a noite, assistiram a uma cerimônia que pareceu um casamento, pois uma das mulheres, mas enfeitadas que as outras, era o centro das atenções. Nesta vigília, os membros da expedição, puderam ver os índios em suas brincadeiras, admirando-se com a limpeza da aldeia, sua organização e, principalmente, a cordialidade mantida entre eles. Tais fatos surpreenderam aqueles homens, levando, um deles a afirmar que os índios “até pareciam gente”, “semelhança” que não impediu de efetuarem os serviços que haviam se proposto. Uma pouco antes de amanhecer, estando os índios extenuados após a longa festa, os bugreiros fizeram uma primeira investida, atirando sobre eles. Outras descargas se seguiram, completadas com a utilização de facões. (CASTRO, 1993, P. 237-238).

A expedição foi coordenada por um bugreiro chamado Joaquim Barbosa e um dos engenheiros da Noroeste. Nessa expedição, foram mortos cerca de 100 índios, incluindo homens, mulheres e crianças. Esse processo tinha respaldo no Estado, principal interessado na inserção das terras para a lógica capitalista.

Além das perseguições, os índios sofriam também com disseminação das doenças e epidemias que aumentavam com a chegada cada vez maior de migrantes. Segundo consta em Silva (2003, p.13), roupas contaminadas com varíola e sarampo eram deixadas, de forma estratégica, nos trilhos por onde passavam os nativos para que houvesse a contaminação, provocando uma mortandade dos grupos. Castro (1993) e Silva (2003) enfatiza a participação no contrato das expedições e nas práticas de contaminação pelos proprietários de terras, especuladores e pelo próprio Estado. Castro (1993, p.180) ainda elucida que a construção da estrada produziu riquezas significativas para empresários, fazendeiros e políticos, provocando a espoliação dos antigos posseiros e o extermínio dos indígenas.

Em consonância com a construção da variante nas primeiras décadas do século XX, ligando Araçatuba à barranca do Rio Paraná, intensificou-se a apropriação das terras nessa região. Fazendeiros de outras regiões, empresas loteadoras, grileiros e especuladoras viram nessas novas áreas a possibilidade de fazer riquezas. Todavia, não foram esses sujeitos os responsáveis pelo povoamento

efetivo da região. Além dos posseiros mineiros, que abriram posses antes mesmo dos trilhos serem construídos, os “nortistas” também formam os sujeitos históricos responsáveis pela construção do território.

Segundo Silva (2003, p. 16), mesmo com os loteamentos e o início da comercialização das terras, o latifúndio predominava em 1930. Grande parte dos fazendeiros era de outras localidades e as propriedades eram vistas como reserva de valor e patrimonial, ficando por muito tempo improdutivas. Nessa mesma perspectiva, Hespanhol (1996, p.117) esclarece sobre a situação das grandes fazendas da região:

Muitas destas grandes glebas não chegaram a ser loteadas, permanecendo como grandes propriedades, em parte cedidas para a exploração em arrendamento/parceria e em parte dedicada à criação e principalmente à engorda do gado [...] Deve-se considerar que era comum, também, a inteira ociosidade de vastas extensões de terras, cujos proprietários residiam em regiões distantes, constituindo tais imóveis, muitas vezes com títulos de propriedade duvidosos, apenas reserva de valor de grandes empresas e/ou pecuaristas, fato comum até os dias de hoje e que explica, em parte, o desenvolvimento pouco pronunciado da região.

Diante desse cenário, para o povoamento da região necessitou da vinda de trabalhadores de outras regiões para abrirem as fazendas. Antes dos términos dos trilhos das construções das estações e dos núcleos urbanos, a região recebeu um contingente populacional significativo, os “nortistas” configuram o maior número.

De acordo com Silva (2003), esses sujeitos eram migrantes oriundos do Norte de Minas e do Nordeste do país. Até o final da década 1920, a migração interna ocorreu de forma “espontânea”, porém, com o fim da política de imigração europeia, subsidiada pelo estado, na década de 1930, o mesmo passou a subsidiar a migração interna, aproveitando dos trabalhadores de outros estados nas áreas em pleno processo de apropriação territorial e “desenvolvimento”.

No entanto, os migrantes, chamados de “nortistas”, trabalhavam nessas áreas, derrubando a mata fechada, formando as fazendas, quando chegaram os imigrantes¹⁵ (japoneses, italianos, sírios e espanhóis) e as empresas de loteamentos. Os trabalhadores nacionais que migraram para o interior paulista desenvolveram muitas atividades, sendo relacionadas à formação das fazendas:

¹⁵ Além de migrantes japoneses, a região contou em número menor com os fluxos migratórios de espanhóis, italianos e sírios que adquiriam pequenos lotes ou abriam casas de comércio. (OLIVEIRA, 2006)

trabalharam nos desmatamentos, no preparo da terra e formação de pasto. Os fazendeiros cediam, mediante contratos, a terra para os migrantes derrubarem a mata e formarem as pastagens e só depois essas propriedades eram loteadas e comercializadas.

A derrubada de mata e formação de fazendas foram fundamentais ao capitalismo desenvolvido no Brasil. Para Martins (2013, p. 66), a centralidade na formação de fazendas, que produziu a expansão ao oeste paulista, estava na acumulação primitiva, isto porque a fazenda produzia, por meio das relações não-capitalistas de produção, parte significativa do capital. É nessa lógica que ocorreu a conversão das terras devolutas, localizadas na Região de Andradina (SP), em propriedade capitalista da terra.

Segundo consta em Silva (2003, p.46), quando não estavam participando da derrubada das matas, os “nortistas” trabalhavam no sistema de arrendamento, produzindo riqueza aos proprietários de terra, pois eles não tinham nenhum custo. A autora aponta, em sua pesquisa, que o arrendatário entregava 25% da produção ao dono das terras. Por outro lado, o arrendamento, como forma de acesso à terra, representou a possibilidade de reprodução do campesinato, isto porque, grande parte dos migrantes possuíam pequenos sítios no Nordeste e norte de Minas.

O arrendamento seguia algumas normas, já que eram os donos das terras que decidiam o que plantar. Cultivar o algodão era pré-requisito no ato de firmar o contrato para ter o acesso à terra. Assim, Silva (2003, p. 60-61) esclarece:

[...] a ordem se invertia, a prioridade era plantar para atender demanda comercial; depois produziam para se alimentar. Já não era mais o caso de pegar o seu produto e ir para a feira vender e sim entregar o produto do seu trabalho para agenciadores ou especuladores.

Após formar a fazenda e cultivar o algodão, o próximo passo era entregar a fazenda com o pasto formado ou reformado. Dessa maneira, o algodão e as pastagens para a criação do gado foram as principais atividades no processo de formação regional.

Além dos “nortistas”, homens chegaram na região para trabalhar diretamente na construção da ferrovia. Segundo Castro (1993), muitos desses trabalhadores foram deportados da capital paulista por praticarem pequenos delitos, assim

solucionaram o problema da falta mão de obra¹⁶ na construção. Deste modo, a região passou a receber homens considerados “vadios” e “criminosos” enviados pela polícia da capital paulista.

A construção das ferrovias e todos os outros eventos posteriores a ela, como a transformação da terra em propriedade capitalista dos núcleos urbanos, caracteriza o que Martins (1997, p.75) chama de frente pioneira. Esse segundo momento, da situação de fronteira, que se sobrepõe à frente de expansão “[...] é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores da força de trabalho.”.

A frente pioneira é constituída pela forma empresarial e capitalista na apropriação territorial, dando caráter de propriedade privada a terra. É nesse momento que se exalta a figura do pioneiro, a exemplo do Rei do Gado, fundador de Andradina. Para Martins (1997, p. 75), esses homens são “[...] os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado.”.

Martins (1997) e Oliveira (2006) consideram que essa concepção, centrada na figura do pioneiro, esqueceu o principal, o lado trágico da fronteira, os conflitos violentos (entre não-índios e índios, não-índios e não-índios e índios e índios) que marcaram todos os lados dos envolvidos.

A condição de fronteira vai além dos limites geográficos. Nela se pode observar como as sociedades se formam, desorganizam-se e se reproduzem. Assim, na fronteira, pela forma e pelos meios de apropriação das terras, lançou-se o germe da questão agrária. Portanto, a concentração das terras é marca histórica do território em análise, bem como todo o Noroeste Paulista. O latifúndio, característica histórica, pode ser observado no fragmento abaixo, de autoria de Cora Coralina, poetisa e escritora, natural de Niterói, que migrou pra Andradina em 1941.

[...] A cidade vivia seu milagre inicial, as casas de tábua irradiavam esperança. Longe do outro lado do mundo rugia a guerra. Espoucavam as bombas. Bombardeavam os aviões. Andradina traçava linhas do futuro, demarcavam a cidade, o grande latifúndio: fazenda Guanabara, Santa Lucia, Santa Maria, Fazenda Primavera. (CORALINA citada por SILVA, 2003, p.9)

¹⁶ O trabalho na construção das estradas de ferro era extremamente precário. Os homens eram submetidos ao trabalho brutal e expostos a doenças. Os trabalhadores também estavam vulneráveis aos ataques de índios que defendiam seu território.

Na década de 1930, a Região de Andradina, como toda Noroeste Paulista, carregava o título de maior concentração fundiária do estado. Na mesma década, Prado Jr. (1935, p. 694) denunciou o predomínio da grande propriedade¹⁷. De acordo com ele, as propriedades com mais de 100 alqueires dominavam 79% da área; as de até 25 alqueires 10,8%; e de 25 a 100 alqueires, 10,1%. Nessa mesma perspectiva, Monbeig (1984) chamou a atenção para a presença das grandes propriedades na região desde sua formação. Com o intuito de enfatizar essa concentração, o autor citou como exemplo grandes porções de terras em Andradina e Pereira Barreto.

Ela ocupa, [...] o primeiro lugar nos municípios apenas tocados pelo povoamento, como Pereira Barreto e Andradina, onde as propriedades de mais de 1.000 alqueires predominam, cobrindo 68 a 77%, respectivamente, da superfície total das propriedades agrícolas (1939-1940). (MONBEIG, 1984, p. 212).

Em consonância com a grande propriedade se desenvolveu o cultivo do algodão, da pecuária e, em pequena proporção, o café, seguindo a lógica mercantil implantada em todo o Brasil desde a Colônia. Esse modelo de agricultura que não cedeu espaço ao desenvolvimento da pequena propriedade (PRADO JR., 1935), contribuiu para a formação dessa estrutura fundiária desigual. Portanto, a cotonicultura (cultivo de algodão) e criação e engorda de gado exerceram papel importante na formação e inserção do dessa área sob os interesses capitalistas.

Na literatura encontramos várias explicações para a expansão do algodão. A apropriação dessas terras ocorreu na década de 1930, período marcado pela crise da economia cafeeira devido à superprodução da crise de 1929, assim, a apropriação capitalista das terras encontrou nas pastagens e no algodão a sua condição específica, e não no café.

Stolcke (1986, p. 109) aponta alguns fatores a serem considerados: a queda dos preços das mercadorias em 1929 afetou bem menos o algodão se comparado com o café; a recuperação da industrial têxtil favoreceu sua expansão e o algodão, enquanto cultivo temporário, poderia reagir melhor às flutuações dos preços. Outra questão pontuada pela autora é que, com a proibição de novos plantios de café,

¹⁷ No texto, Prado Jr. (1935) considerou como pequena as propriedades até 25 alqueires; média de 25 a 100 alqueires; e grande com mais de 100 alqueires.

parcelas dos recursos foram destinados ao algodão, revelando mais uma vez que a possibilidade de acesso ao crédito moveu os interesses da elite agrária.

Para Monbeig (1984, p. 279) com a crise de 1929, a marcha pioneira passou a ser impulsionada pelo algodão. De acordo com autor, a safra de algodão do estado de São Paulo foi: em 1931, de 10.000 toneladas; em 1939-1940, atingiu 740.000 toneladas; a estimativa de 1946, era para 446.000 toneladas. Do mesmo modo, o cultivo de algodão invadiu todo o estado paulista, porém eram nas regiões pioneiras que se encontravam os grandes centros produtores. “[...] A vantagem do algodão sobre o café é que não imobiliza nem exige capital e que produz em alguns meses.” (MONBEIG, 1984, p. 283).

Até 1935, o café era o principal cultivo no Noroeste do Estado. “[...] quando o algodão penetrou pela primeira vez nessa região, nem tanto substituiu o café, mais sim foi cultivado em terras recém-abertas. Na zona cafeeira intermediária, porém, o algodão substituiu o café. [...]” (STOLCKE, 1986, p. 110). As áreas recém-abertas, citadas pela autora, trata-se da Região de Andradina, onde o algodão teve funcionalidade específica: grilagem de terras, comercialização de terras e formação/renovação de pastagem.

Outro ponto importante é que em 1929 houve também queda nos preços de produtos alimentares, isso fez com que o algodão ocupasse também as pequenas propriedades. Em consequência, a produção alimentar deslocou para Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Ainda sobre esse processo:

[...] a proibição de novos plantios de café e a expansão extraordinária do algodão, bem como o crescimento da cana-de-açúcar, foram responsáveis pela estagnação dos gêneros de primeira necessidade na época. Para os pequenos proprietários, a produção alimentar deixou de ser uma escolha lucrativa. (STOLCKE, 1986, p. 115).

Em parcimônia com o algodão, a pastagem compôs a paisagem da região. Os fazendeiros arrendavam parcelas de suas terras aos migrantes para produzirem, depois de formar as fazendas, o algodão. Logo depois eram formados os pastos e o uso das terras voltavam aos donos. Dessa forma, o algodão e a pecuária passaram a dominar grande parte das áreas agricultáveis.

Os mineiros que abriram posses na região, nas últimas décadas do século XIX, tinham como principal atividade a criação de animais, dando continuidade na atividade desenvolvida em seu estado de origem. Desse modo, com a apropriação

das terras, as pastagens foram substituindo as matas virgens em todo o Noroeste do estado de São Paulo. De acordo com Monbeig (1984, p. 302):

[...] Entre Barretos e Presidente Prudente, ao sul, passando por Olímpia, Novo Horizonte e Rio Preto, todos ao norte do Tietê, e Araçatuba, Andradina, e Santo Anastácio ao sul, estima-se que aproximadamente 50.000 km² [5.000.000 hectares] de mata virgem transformaram em pastagens.

Em 1914, com a Guerra Mundial, aumentou a procura por carne frigorificada e de carnes em conserva. Essa necessidade mundial contribuiu com mudança na paisagem das novas zonas. Nesse quadro, surgiram vários frigoríficos nas regiões mais antigas, mesmo que a procura tenha diminuído com o término da guerra, em 1917. Anos depois, com o declínio do café em decorrência da crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), muitas fazendas, situadas nas regiões mais antigas, destruíram os cafezais e instalaram a pecuária¹⁸. Nas novas áreas, que é o caso da região estudada, as pastagens substituíram diretamente, como dissemos, a mata virgem, passando a compor a paisagem com o algodão.

Os eventos ocorridos nas primeiras décadas do século XX influenciaram diretamente na formação regional, diferenciando-a das demais regiões do Oeste Paulista em que o café foi atividade central. Nesta porção do território paulista, foi o algodão e, principalmente, a pastagem que deram feição ao latifúndio, sendo ela conhecida como a terra do Rei do Gado, título dado a Moura Andrade. Assim,

Um sistema de crédito oficial mais acessível aos criadores de gado do que os lavradores; fretes ferroviários mais vantajosos em relação às outras atividades agrícolas; mercado interno cativo com o crescimento da urbanização e aumento da demanda internacional por carne bovina foram motivos que levaram a pecuária à hegemonia na ocupação das terras do oeste paulista. (BINI, 2008, p.68)

Devido à demanda de carne o Governo Federal, no caso Juscelino Kubitscheck (1956-1961), estruturou o setor criando frigoríficos no país, financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Por conta dessa política federal de financiamento, no município de Andradina foi construído, em 1956, o frigorífico Mouran, de propriedade de Moura Andrade. Atualmente a empresa é unidade do Grupo JBS.

¹⁸ Monbeig (1984, p. 303) afirma que na Fazenda Almeida Prado, situado nas zonas antigas de Ribeirão Preto, 900.000 pés de café foram arrancados e deram lugar a 20.000 animais.

Com os incentivos fiscais e com a facilidade de crédito à criação de gado, os fazendeiros deixaram o cultivo do algodão e liberaram as terras para formação de pastos. Novamente a elite agrária, sobretudo a paulista, procurava aumentar seu domínio sobre as terras, uma vez que elas serviam como garantia de acesso ao dinheiro público.

Esse processo contou com a interferência financeira do Estado, que ao liberar recursos públicos, beneficiou os grandes proprietários. O abandono do algodão fez rebaixar o preço da terra e a preferência pela pecuária extensiva reforçou ainda mais a especulação fundiária. De acordo com Bini (2008, p.75), a pecuária regional apresentava subaproveitamento das áreas, sendo a especulação imobiliária a funcionalidade principal, especialmente nas grandes propriedades. Citando Igreja (1973)¹⁹, o autor ressalta que à espera de valorização das terras, os produtores utilizavam-se de pecuária super-extensiva, isto é, 1 boi para cada 2 hectares.

No contexto citado, o plantio do algodão foi perdendo sua importância, do mesmo modo, a pastagem foi se tornando a principal atividade. Segundo Hespanhol (1996, p.50), na década de 1960, a pecuária extensiva consolidava-se a principal atividade agropecuária.

Para Nagay (1999), a decadência do algodão ocorreu de fato em 1974, que devido a problemas climáticos, a disponibilidade do produto foi menor que nos anos anteriores, afetando o volume destinado ao mercado externo. Para o autor, a cotonicultura perdeu consideravelmente área para a cana-de-açúcar, que avançava também sobre as pastagens.

Para Bini (2009, p.27), “[...] com a crise da cotonicultura, a pecuária bovina se estabeleceu como a cultura com a funcionalidade hegemônica no uso do espaço geográfico regional”. Por conseguinte, a Região de Andradina apresentava, em meados do século XX, um campo dominado pelo latifúndio improdutivo e especulativo; de tal modo chegando com as pastagens na década de 1970, ocupando 74,76% dos aproximadamente 680 mil hectares da região.

Nas últimas décadas, no entanto, os municípios vêm presenciando a expansão da cana-de-açúcar. Esse processo teve início a partir de 1979 com o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Mesmo com a expansão da cana, a

¹⁹ IGREJA, A. C. M. Evolução da Pecuária Bovina de Corte no Estado de São Paulo (1969-1984). Dissertação de Mestrado. ESALQ. Piracicaba, 1987.

pecuária, pela grande disponibilidade de terra, é praticada predominantemente de forma extensiva.

Diante das condições históricas da formação territorial, o latifúndio ainda monopoliza grande parte das terras, revelando desse modo, a concentração da posse da terra e o uso da mesma, como cerne da questão agrária local. É possível observar, pela Tabela 1, a configuração fundiária atual da região, que pouco se alterou desde então.

Tabela 1 - Estrutura fundiária da Região de Andradina - 2017

Classes de área por hectares	Censo Agropecuário - 2017			
	Nº Estab.	(%)	Área (ha)	(%)
Até 20	4.075	72,8	44.510	9
20 – 100	1.006	18	44.020	8,9
100 – 500	380	6,8	82.157	16,8
Mais de 500	132	2,4	320.694	65,3
Total	5.593	100	491.381	100

Fonte: IBGE – Fonte de Dados SIDRA, 2020. Organizado pelo autor.

Nos resultados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), ao somar as classes de áreas até 100 hectares, observamos que os 5.081 estabelecimentos (90,8%), domina 17,9% da área agricultável; considerando até 20 hectares, 72,8% dos estabelecimentos dominam apenas 9% da área. Na outra ponta, os 132 estabelecimentos com mais de 500 hectares, isto é 2,4%, ocupa nada menos que 65,3% da área declara ao IBGE.

A desigualdade histórica na distribuição da terra, verificada por Prado Jr. (1935), Monbeig (1984) e, atualmente, pelo IBGE (2017), é inerente ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois, conforme Martins (2011), a terra concentrada é possibilidade de extração da renda social; por isso o capitalismo tardio, no Brasil, dispensou a Reforma Agrária.

Como contradição do desenvolvimento do capitalismo no campo, a luta pela terra na Região de Andradina (SP) eclodiu nas últimas décadas, principalmente após 1970. Essa luta, protagonizada pelos camponeses sem-terra e por trabalhadores da cidade, levou à territorialização e à (re) criação do campesinato. Partindo da concepção que a luta de classes tem produzido historicamente o território, analisaremos, no próximo capítulo, os desdobramentos da luta pelo acesso à terra, bem como a participação dos assentados na construção do território.

2. A REGIÃO DE ANDRADINA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA DO LATIFÚNDIO, DA LUTA PELA TERRA E DA REFORMA AGRÁRIA

A configuração específica regional é produto direto das relações sociais concretas e das contradições desenvolvidas pelas forças produtivas. No tocante ao problema da posse e uso da terra, resultou das lutas de classes travadas no seio da apropriação das terras pelo capital, produzindo a questão agrária local.

Nessa perspectiva, concebemos o território, tema central de investigação geográfica, como construção histórica derivada dos conflitos que permeiam as relações sociais, pois como notou Moraes (2000, p.36), “[...] são os processos que qualificam os lugares”. Por isso, concordamos com o autor ao definir o território como categoria de análise.

Sua escolha recai no atributo de ser o uso social seu elemento definidor. Posto em outros termos, é a apropriação que qualifica uma porção da terra como território. Logo, esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço. (MORAES, 2000, p.38).

Para Raffestin (1993, p.144), o território é construído a partir do espaço, no entanto não podem ser considerados termos equivalentes, “[...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.”

Segundo o autor, ao se apropriar do espaço de forma concreta ou abstrata, os atores sociais constroem o território, ou parcela dele, reproduzindo suas territorialidades. “[...] Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território.” (RAFFESTIN, 1993, p.152). Ressalta ainda que “[...] toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem.” (RAFFESTIN, 1993, p.145). Portanto, ao definir o território como produção social no espaço, ele privilegia as relações de poder.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação

entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. (RAFFESTIN, 1993, p.158-159).

O autor também afirma que as relações sociais e os conflitos inerentes a elas produzem o território. Logo, o território é uma construção social marcada pelas relações de poder.

Compartilhando dessa mesma concepção, Oliveira (1999, p.74) apreende o território a partir da perspectiva da luta de classes e ressalta: “[...] o território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”. Afirma ser a luta de classes “[...] a fonte do movimento que expropria ou se apodera de frações ou de território em sua totalidade.”. (OLIVEIRA, 2008, p.18).

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, a partir de suas contradições, e tendo o território como elemento central de análise geográfica, Oliveira (1999, p.74) comenta:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação.

Por isso, o território construído por meio das relações sociais, tipicamente capitalistas e não-capitalistas, é contraditório e desigual. Logo:

O processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (OLIVEIRA, 1999, p.74-75).

Considerando a contradição e a desigualdade inerentes ao modo de produção capitalista, compreendemos que a história de apropriação das terras e, conseqüentemente, a formação territorial da região em estudo revelaram a construção e destruição de distintas formas territoriais: o território capitalista e as frações do território dominadas pelos camponeses constroem sua própria territorialidade; no entanto, a construção e consolidação do território capitalista, resultou na destruição, via genocídio, do território indígena.

Assim, destacamos Moraes (2000, p.39) quando explica: “[...] não é o território que é assumido como objeto de investigação, mas o processo de sua formação. Em outras palavras, o que interessa à análise é a história da apropriação e o uso daquela porção singular do espaço terrestre”.

Nessa perspectiva, as contradições do desenvolvimento capitalista presentes na formação territorial abriram brechas aos camponeses em luta pela terra, dominarem frações do território, reproduzindo suas próprias territorialidades e tornando visível as distintas formas territoriais. Sobre essa questão, Oliveira (2008, p.21) nota:

A rebeldia histórica do campesinato abriu possibilidades para que sua luta por uma fração do território capitalista (a luta pela terra) os levasse a lutar por um outro território, diferente do capitalista. Neste processo de luta e de produção autônoma, o campesinato em diferente parte do mundo, começa a construir um outro território. Um outro mundo possível.

Desse modo, consideramos importante analisar o processo de construção da Região de Andradina a partir da perspectiva de classe, pois o concebemos como produto das lutas de classes travadas desde a apropriação das terras, na qual os interesses dos latifundiários e da elite paulista estiveram em primeiro plano, revelando o caráter classista do Estado.

Nesse aspecto, Paulino (2006, p. 58) adverte sobre a importância de analisar o desenvolvimento da sociedade capitalista a partir da luta de classes, uma vez que “[...] o controle da riqueza social não se define em escala territorial, mas sim na escala das classes sociais, que estão em toda parte.”.

A construção histórica desse território foi revelando os interesses da classe dominante: a terra enquanto mecanismo de exploração e apropriação da renda fundiária. O processo de apropriação capitalista destas terras produziu uma região marcada pela grande propriedade em regra grilada, responsável pela questão agrária local.

Por conseguinte, o presente capítulo aborda a construção da Região de Andradina como expressão da contradição do desenvolvimento capitalista e da luta de classes travadas entre a elite agrária e os sujeitos históricos da luta pela terra.

2.1 EXPROPRIAÇÃO E EXPULSÃO, LUTA PELA TERRA E GÊNESE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)

A apropriação das terras pelo capital foi responsável pela destruição do território tradicional indígena, extinguindo a população que habitava a região. Não bastasse isso, a lógica rentista do capital impediu o acesso às terras pelas camadas mais pobres da população, sejam posseiros, nordestinos e outros trabalhadores que vieram trabalhar nas ferrovias. A ilegalidade nas formações das grandes propriedades foi característica marcante na formação territorial da Região de Andradina. Esse processo, muitas vezes marcado pela violência, além do genocídio indígena, provocou a expulsão de posseiros e mesmo a expropriação de pequenos proprietários que haviam comprado legalmente a terra e da qual detinham a devida documentação.

Apesar de refletirem os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no campo, cabe aqui diferenciar sucintamente expropriação e expulsão. O primeiro, ocorre quando o sujeito possui a propriedade jurídica, sendo considerado nos marcos legais proprietário da terra; já a expulsão, atinge aqueles com posse precária da terra (PAULINO, 2009), como os posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários. Contudo, ambos processos, atingiram de forma significativa o campesinato na região em estudo.

Um caso emblemático de expropriação de 25 famílias ocorreu na década de 1950, no município de Castilho (SP). Por meio desse acontecimento, que não foi o único, é possível ter a dimensão histórica das práticas truculentas correlatas à grilagem.

Em entrevista realizada no Assentamento Esperança de Luz, em Castilho, ao ser questionado sobre a origem de sua família, o Sr. H fez o seguinte relato: “Meu pai tinha 44 alqueires de terra e nós tem a inscrição até hoje desses 44 alqueires. Minha mãe, meu pai e meus irmãos mais velhos moravam aqui.” (P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. de 2018).

Como não era nascido na época do despejo, o entrevistado indicou seu irmão mais velho para explicar o ocorrido. De acordo com Sr. A. o pai tinha adquirido as terras em 1946, porém, consta no documento²⁰ de compra da terra a data de 1951.

²⁰ O documento, apresentado pelo Sr. H, assentado no Assentamento Esperança de Luz, encontra-se no Anexo A.

Afirmou que todas as famílias possuíam os documentos de compra e venda das propriedades registrados em cartório: “Tinha 25 famílias. Uns tinham 10 alqueires, quem tinha a maior era meu pai. Todos tinham escrituras, mas como ela estava em litígio há muitos anos. [Silêncio] Sempre a lei do mais forte vence”. (P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. de 2018). O despejo ocorreu em 1956. Segundo o relato:

Meu pai comprou um sítio de 44 alqueires. Era mato quando nós chegou pra cá. Depois que abriu esse sítio, veio esse fazendeiro e queria comprar de todo mundo. Mas ele não queria pagar o valor da terra, ele queria pagar só a benfeitoria. Meu pai e outros não aceitaram, e falaram: se for pra perder que perde tudo. Na época ele conseguiu uma liminar, requisitou o policiamento, e foram 25 famílias despejadas. (jan. 2018).

A expulsão de posseiros, extermínio indígenas, e expropriação de pequenos proprietários tem sido a tônica no capitalismo no Brasil, sobretudo nos lugares da expansão agrícola, como ocorre atualmente na Amazônia Legal.

Nesse processo, explicado por Martins (1982, p. 50), parte da população migra para a cidade em busca de oportunidade e trabalho. A outra parte entra sertão adentro à procura de terras para sua reprodução social. No entanto, sua permanência dura até a chegada do grileiro, do fazendeiro, da grande empresa capitalista. Muitas vezes, esses retardatários invasores permitem que os posseiros permaneçam nas terras até derrubarem as matas e formarem os pastos. Feito isso, os lavradores são expulsos. Esse mecanismo do capitalismo, amplamente empregado na “Marcha para Oeste”, revela que a acumulação primitiva é fração importante do capital que se origina das relações não-capitalistas.

Marx (2017, p. 786-787) ressalta que a acumulação primitiva é o ponto de partida da produção capitalista e não seu resultado. Ainda de acordo com o autor, essa acumulação prévia, baseada na subjugação do trabalhador, dá origem ao trabalhador assalariado e ao capitalista. Analisado na Europa, esse processo teve como fio condutor a expropriação de terras, criando massas de despojados de um lado e, de outro, a alavanca para os capitalistas. Em suas palavras: “[...] a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo”.

No caso da pesquisa em particular, em espaço-tempo distinto daquele analisado por Marx (2017), a expropriação se mantém como mecanismo central no

desenvolvimento do capital. A partir de Luxemburgo (1976), entendemos que o capital necessita constantemente da acumulação primitiva para se manter; isto é, a reprodução do capital não se sustenta sozinha, incorpora esse expediente no percurso histórico de ampliação do capital.

A respeito da expropriação das 25 famílias, o responsável pelo despejo foi um fazendeiro de Castilho, de nome Cândido Musa Telles²¹. Ele possuía duas fazendas no município, a Guatapará e a fazenda Pendengo, sendo o último imóvel vizinho das terras das famílias despejadas. Sobre o fazendeiro, “[...] tinha uma fazenda vizinha, que hoje é a Pedengo, grande, grande, não tinha necessidade dele pegar essas terras. Mas é a ambição do homem, né? (A. jan. 2018).

Parte das terras que foram tomadas pelo fazendeiro virou a Fazenda Ipê, vizinha da Fazenda Pendengo. Em junho de 2009, a Fazenda Ipê transformou-se no Assentamento Esperança de Luz, assentando 69 famílias; em outubro do mesmo ano, a Fazenda Pendengo virou o Assentamento Pendengo, com 199 famílias assentadas. (INCRA, 2019).

Segundo o Sr. A., a origem da Fazenda Pendengo também resultou na expropriação de pequenos proprietários. “Parte da Pendengo tinha muitos moradores de 50 alqueires, 100 alqueires. Tinha um tal de Seu Chico Júlio, dele era 250 alqueires, perdeu tudo, da mesma forma, tudo pro Candido Musa. ” (Entrevista, jan. 2018).

Em sua análise sobre a luta pela terra e a gênese da formação do MST no Estado de São Paulo, Fernandes (1994, p.129) esclarece que a Fazenda Pendengo era objeto de disputa entre posseiros e fazendeiros desde a década de 1950. Após vários anos de conflito, os posseiros foram expulsos da área. No momento daquela pesquisa, o autor apontou que a fazenda estava “[...] sob o domínio de um conhecido grileiro da região: Serafim Rodrigues de Moraes que, além da Pendengo,

²¹ Em busca rápida pelo nome Cândido Musa Telles, na plataforma de pesquisa, verificamos seu envolvimento em ações jurídicas contra posseiros no Estado do Paraná. Ainda, segundo informações, ele possuía grandes fazendas em Mato Grosso. Sobre as ações do estado do Paraná ver: MYSKIW, A. M. **Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terras no Oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói: UFF, 2002. [Dissertação de Mestrado em História]. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nra/textos/Myskiw.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018; BERTOLDI, O. **As disputas de memórias da luta dos posseiros da Gleba Silva Jardim - Medianeira/Serranópolis do Iguçu (1961)**. Programa de Desenvolvimento Educacional. Unioeste, SEED-PR, 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2009_unioeste_historia_artigo_osmilda_bertoldi.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

possuía mais três fazendas na região da Alta Noroeste e mais vinte e uma nas regiões Centro-Oeste e Norte.”.

As posses situadas na fazenda eram conhecidas como Vila Nordestina, pois a maioria dos posseiros eram oriundos do Nordeste. Segundo a liderança do MST regional, o despejo desses homens e mulheres foi extremamente violento.

Lá teve despejo nos tempos anteriores e foi assim sangrento. Tinham muitas famílias morando, nordestinos também e de repente aconteceu os despejos, chegaram o caminhão, jogaram as coisas em cima, correu muito sangue. (Sr. R., entrevistado, jan, 2018.)

Grandes patrimônios têm, pois, as marcas da grilagem, como destacou o Sr. A.:

Ele [Cândido Musa Telles] fez muita desordem por esse mundo, foi o maior grileiro que eu já ouvi falar na minha vida. Ele tinha milhares de alqueire de terras no Mato Grosso, a perder de vista. Ele comprava uma fazenda aqui, se você tinha uma fazendinha pequena perto, ou você saía ou ele botava fogo em tudo. [...] Ele morava na fazenda Guatapará, em Castilho. Já tinha fazenda grande. Maioria grilada. Comprava mil alqueire, mais mil envolta onde ele fosse apoderando ele ia ficando. (Sr. A., entrevista, jan. 2018).

Fazendeiros, funcionários do alto escalão da ferrovia, especuladores, políticos, entre outros, fizeram uso dessa prática, aumentando cada vez mais o seu poder local. Puderam se apropriar da renda da terra pela grilagem e, posteriormente, pelo monopólio, mecanismos esses referendados pelas instituições do Estado, como relatado pelo Sr. A.

Quando ele procurou, fez oferta dele e o pessoal não aceitou, aí conseguiu essa liminar. A polícia fez o despejo. [...] Ele conseguiu essa escritura não sei como. Naquele tempo registrava em Penápolis as escrituras da região aqui. Tinha escritura registrada no nome do meu pai. Mas fazer o que, né? (Sr. A.; entrevista, jan. 2018).

Sobre o momento do despejo, o Sr. A explica: “[...] Eles chegaram, era tudo molecada. Minha vó cuidava de nós, e nós saímos. Minha vó na frente e a fileira de molecada atrás. Eram em 9 irmãos. Saiu todo mundo.”

O entrevistado comentou a descoberta, décadas depois da expulsão, de que a terra comprada por seu pai e os outros posseiros estavam em litígio. As 25 famílias, de origens diversas (São Paulo, Minas e Nordeste) compraram suas respectivas propriedades de um suposto engenheiro do Estado, responsável por

demarcar as terras devolutas da região. Sobre a situação das terras, o entrevistado expõe: “[...] Era do Estado. Ele estava demarcando essas terras. Horácio Nogueira era o nome dele. Ele que demarcava na nossa região aqui, e ele vendeu pra todo mundo”. (Sr. A.; jan. 2018).

O nome de Horácio Nogueira também consta no Certificado de Compra e Venda dos 44 alqueires de terras de propriedade da família. Segundo o documento a área estava sem benfeitorias, ou seja, era mata e estava “encravada na fazenda ou imóvel designado ‘Pendengo’.

Depois do despejo, algumas famílias foram para Nova Independência, na época distrito do município de Andradina; outras foram para Castilho e municípios vizinhos. No caso narrado, os pais foram para Nova Independência onde, com a venda do gado, compraram um sítio de 5 alqueires. Na entrevista, o Sr. A. resgata nas lembranças de criança, como eram os 44 alqueires tomados pelo fazendeiro.

Eu tinha 5 anos. Lembro vagamente do sítio. Um pouco do gado, do mangueirão, o córrego passava no fundo de casa. Era a coisa mais linda, meu pai era caprichoso. Tudo dele era bem feito. Na época tinha 20 alqueires de algodão, perdeu tudo. Cana, mandioca. Tinha 2 alqueires de cana, pois meu pai fazia rapadura pra vender. Tinha oficina de farinha. Perdeu tudo. Só tirou mesmo os animais. (jan. 2018).

No entanto, a luta pela terra na região permitiu que o Sr. H retornasse às terras que haviam pertencido ao pai e que posteriormente viriam a ser parte do Assentamento Esperança de Luz. Além do entrevistado, seu irmão e um sobrinho, após 8 anos de acampamento às margens da fazenda, também foram assentados nas terras ancestrais. Por mais que seja uma exceção, esse retorno confirma as análises de Almeida (2006) sobre a luta pela terra como caminho para a recriação do campesinato no Brasil.

Os incentivos à pecuária, o aumento da demanda de carne frigorificada, a crise do algodão e, sobretudo, a possibilidade de valorização das terras, foram fatores impulsionadores do saque territorial aos camponeses parcelares. Sua expulsão e expropriação foi frequente na fase da região em formação, quando ainda havia muitas áreas devolutas. Após o bloqueio da terra, veio o estrangulamento da pequena agricultura, sendo as poucas roças de alimentos substituídas pelas pastagens. Para Bini (2008), esse quadro, abriu um novo ciclo produtivo, consolidando os latifundiários, agora pecuaristas, no poder regional.

Na década de 1950 foi instalado o frigorífico Mouran na Região de Andradina, momento em que vários fazendeiros começaram a utilizar as terras para a criação de gado, de modo que as pastagens tomaram conta da paisagem regional, não sem incentivos fiscais dados aos latifundiários. Desse modo, o Estado desempenhou papel fundamental e foi responsável pela transferência de dinheiro público para o domínio privado.

Ao analisar a apropriação capitalista da terra na Amazônia durante o Governo Militar, Martins (1982, pp. 31-32) explicou:

[...] A política de incentivos aguça o interesse da grande empresa pela terra. Se a condição para receber o incentivo é ocupar a terra, então vamos ocupar. Entra em terra de índio, tem terra demarcada, entra no que der! E tem que expulsar o pessoal violentamente, o que acaba produzindo reações.

A concentração de terras no Brasil tem se explicado por um Estado que tem garantido a realização da renda fundiária, revelando o caráter rentista do capitalismo brasileiro. Enquanto possibilidade de realização da renda capitalizada por meio do fundo público, esse mecanismo marcou a gênese da apropriação territorial na região. Sobre a transferência do dinheiro público para o setor privado, Martins (1982, p.49) expõe: “Esse ponto é muito importante porque nos revela o caráter do Estado em nossa sociedade: em nome de quem ele fala e age e em favor de quem atua”.

As convulsões que ocorreram no país, nos anos do Governo Militar (1964-1985), refletiram os problemas no campo (condições de vida dos trabalhadores, a possibilidade de expropriação, a exploração, etc.), consequência da concentração da terra e da intensificação da relação do capital com a agricultura.

Segundo Fernandes (1994, p. 78):

Nesse momento da expansão e desenvolvimento do capitalismo no campo, as transformações recentes resultantes do processo de industrialização da agricultura produziram a modernização técnica e econômica e a intensificação da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais.

O que ocorreu na década de 1950, na Região de Andradina, já sinalizava as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, que se agravariam na década de 1970. Essas contradições foram materializadas na expulsão dos

posseiros da Fazenda Primavera, área situada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, com aproximadamente 9,5 mil hectares.

A história das lutas dos posseiros da fazenda Primavera começa com a sua chegada na região de Andradina no final da década de vinte. Migrantes nordestinos e mineiros, além de imigrantes italianos chegaram na região pelo processo de expropriação em seus lugares de origem e ali se fixaram com a esperança de adquirir a posse da terra. (FERNANDES, 1994, p.80).

Os posseiros chegaram na região antes mesmo da fundação das cidades, que surgiram no final da década de 1930 junto às estações ferroviárias. Esses sujeitos que habitavam as antigas regiões cafeeiras carregavam em seus estradas os efeitos da expulsão das terras e da exploração ocorridos nas regiões pioneiras. Uma evidência desse diapasão é o relato do Sr. R., (entrevista, jan. 2018), uma das lideranças mais antigas da região e representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Aqui em Andradina tinha vários latifúndios e tinha a Fazenda Primavera, não só, também tinha a Fazenda Guanabara e outras aqui na região, grandes latifundiários. O ponto mais presente foi da Fazenda Primavera, [...] 9.500 hectares, grande. E nessa área tinha famílias, grande maioria vieram lá do Nordeste, tocados pela situação precária, fome, a seca do Nordeste. Então no decorrer desses anos essas famílias tinham se fixado aqui e viviam nessa área da Fazenda Primavera como arrendatários.

Um grileiro chegou reivindicando a área anos depois de abertas as posses e formação da propriedade. Ao analisar esse imbróglio envolvendo a história da propriedade, Fernandes²² (apud Fernandes 1994, p. 80) pontua:

[...] pode-se perceber a técnica de grilagem das terras devolutas predominante nesta época no Oeste do estado de São Paulo. O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha um 'documento' e cobrava dos posseiros a renda da terra.

No que tange à prática de grilagem de terras, como mecanismo principal de espoliação na região, o Sr. R. também discorre:

²² FERNANDES, Maria Esther. **A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. 202 p.

Há muitas grilagens. Os meus colegas, já naquele tempo [década de 1970] falavam; se a gente tivesse levantado os lugares de cemitério de índios tínhamos 30 aqui na região. Tinham os índios, isso se acabou, assim foram se apoderando das terras, expulsando, de diversas práticas. Com certeza tem muito sangue nessas fazendas aí que rolou. (Entrevista, jan. 2018).

Em relação à Fazenda Primavera, José João Abdalla, do Grupo J.J. Abdalla S.A, apareceu anos depois como suposto dono das terras; porém, ainda não tinha registrado em cartório a aquisição da Fazenda Primavera, em 1944. Essa situação gerava dúvida entre os posseiros que ali estavam desde 1928, sendo depois transformados em arrendatários da fazenda, mediante pagamento de renda ao suposto dono J.J Abdalla. (OLIVEIRA, 2006, p.91-92).

A história dos posseiros da Fazenda Primavera apresenta similaridade com a história das famílias expropriadas em Nova Independência e Castilho em anos anteriores. Essa situação gerava apreensão entre os posseiros, como destaca o Sr. R. “[...]. Antigamente tinha mais famílias, mas pela pressão do J.J. Abdala aí as famílias ficaram com muito medo. Com muito medo de acontecer a mesma coisa com a Vila Nordestina, lá na Pendengo, em Castilho. ” (Entrevista, jan. 2018).

O arrendamento era mecanismo importante na formação das fazendas, os rendeiros, além de derrubarem a mata; entregavam parte da produção. Utilizando-se das relações não-capitalistas, o fazendeiro formava e aumentava seu capital, sem imobilizar a parte que necessariamente deveria ser empregada em eventual envolvimento direto na atividade.

Com o tempo, o nível de exploração que os arrendatários estavam submetidos foi se intensificando, produzindo o endividamento e a expulsão, logo aumentando o conflito entre ambos.

[...] alto percentual da renda da terra que era paga em produto e a compra no armazém da fazenda que fornecia diversas mercadorias e emprestava dinheiro. Os posseiros só podiam vender os seus produtos ao "proprietário" que roubava no momento da pesagem e fazia os pagamentos com cheques pré-datados de outra praça. Os cheques eram trocados com agiotas que descontavam 50% do valor real. Com relação a algumas culturas como por exemplo o algodão, o pagamento da parte dos posseiros era feito em espécies retiradas no armazém da fazenda. Estas estratégias produzem o endividamento dos posseiros, expropriando-os ou tornando-os completamente dependentes do fazendeiro. É exatamente com o agravamento dessa situação, que em vários estados brasileiros, inclusive São Paulo, se

desenvolveu o trabalho escravo ou peonagem. (FERNANDES, 1994, p.80-81)

Tudo isso corrobora com a afirmação de Martins (1982, p. 17) de que a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação (e/ou expulsão) e a exploração, ambas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Para o autor: “[...]. No caso da nossa sociedade, são processos que estão ocorrendo simultaneamente, articulados pelo mesmo agente, que é o capital.” Portanto, o campo brasileiro foi/é marcado por essa contradição, pois expropriação e proletarização têm ocorrido de forma simultânea.

No caso da na Fazenda Primavera, a implantação da pecuária contribuiu para expulsar os posseiros. O aumento da demanda nacional e internacional pela carne bovina fez o fazendeiro trazer gado do Mato Grosso para engordar ali. Nas palavras do Sr. R. (Entrevista, jan. 2018): “Eles traziam gado de Mato Grosso para engordar, e colocava aqui na Fazenda Primavera e as famílias foram se negando a pagar a renda e deu grande tensão e conflito. Aí esse gado entrava nas roças”.

Sobre essa questão, Fernandes (1994, p.81) explica que o fazendeiro soltava o gado nas roças dos arrendatários e contratava jagunços para evitar o não pagamento de renda. O autor aponta outras formas de violência, “[...] que caracterizam muito bem a história da expropriação, como por exemplo botar fogo nas casas dos posseiros, assassinato de um trabalhador e ameaças de morte aos outros por parte dos jagunços, etc”. (FERNANDES, 1994, p.82).

Martins (1982) assinala que na década de 1970 a intensificação dos processos de expropriação, expulsão e exploração determinaram os conflitos e inquietações no campo brasileiro. A intensificação das relações capitalistas no campo e a concentração fundiária, ocorridas também na Região de Andradina, produziram convulsão social. Nesse cenário, parcela das pessoas expulsas e submetidas a níveis altíssimos de exploração, resolve não se subordinar ao proprietário fundiário, sendo a luta pela terra a única alternativa. O autor analisa, em específico, a expropriação na Amazônia, mas ocorreu de forma simultânea em todo o território nacional.

Todavia, a expulsão dos posseiros da Fazenda Primavera, que há décadas estavam sendo submetidos à exploração, virou luta pela resistência, dando novos contornos à questão agrária local. Martins (1982, p.170) ressalta:

[...] o núcleo da questão agrária não está no impedimento à entrada de uma agricultura empresarial. Está nas tensões, na contradição transformada em tensão que se manifesta em outros planos: no plano da expulsão das pessoas do campo. Elas não têm mais para onde ir.

Na medida em que o capital foi territorializando sua lógica e a propriedade capitalista expandindo-se, foi surgindo, pós-década de 1970, influenciado pelo movimento de luta na Fazenda Primavera, a luta pela terra, que desde então possibilitou ao campesinato recriar-se e dominar pequenas frações do território capitalista. “[...] O nível de expropriação foi tão longe que acabou produzindo um efeito político que é a resistência” (MARTINS, 1982, p. 31).

Sobre a influência dos posseiros da Fazenda Primavera, O Sr. R. corrobora ao explicar:

Foi a primeira luta da fazenda Primavera. Depois achamos que estava resolvido a questão, mas a luta da Fazenda Primavera se esparramou, contagiou por todo lado. Logo depois, surge outros grupos da luta pela terra. Ali do lado de Castilho, eles queriam terra também. Fomos juntar esse pessoal, boias-frias, pessoal de periferia, fomos fazendo as lutas. Ocupando a fazenda experimental de Castilho, que tinha criação de búfalos, mas não vingou. Claro, deu despejo. Vários grupos que nós fomos fazendo. Ai nesse tempo, em 1983, a partir da Fazenda Primavera, surgiu muitos movimentos de sem-terra do Oeste do Estado de São Paulo. Esse movimento abrangia essa região toda. (Andradina; jan. de 2018).

Nesse contexto de conflito e violência colocado aos posseiros em Andradina, a Igreja e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) tiveram papel fundamental no processo organizacional de resistência e luta. O Sr. R., ligado à CPT e ao MST, foi e ainda é uma das principais lideranças da luta pela terra e Reforma Agrária na região. Ele explica sobre o papel da Igreja, em especial a CPT:

Quando nós começamos o trabalho, a primeira coisa era organizar as famílias, procurar lideranças e com eles o povo também. Aí a pastoral lá ajudava. [...] Nosso primeiro trabalho foi tirar o medo das pessoas, superar o medo das famílias. Superar isso em torno das lideranças, aglutinar as famílias. Aí nós fomos trabalhando, um trabalho organizativo das comunidades, dos vários bairros. Depois nós fomos procurar uma assistência jurídica, sendo que aqui em Andradina não achava, aqui na região não era confiável. (Andradina, jan. 2018).

Diante da explicação, notamos a importância da Igreja, sobretudo a CPT, no processo de organização das primeiras lutas pela terra na região, tanto no que se refere à formação de base, como também no respaldo jurídico.

Fernandes *apud* Fernandes (1994, p.82), comenta que 120 posseiros, sem acordo com os administradores da fazenda Primavera, solicitam junto ao Fórum de Andradina intervenção judicial visando impedir que cindo mil cabeças de gado destruíssem as lavouras. Esse pedido ocorreu em setembro de 1979. Diante desse quadro, a Comissão de Paz e Justiça Local em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a FETAESP trabalhavam para amenizar os conflitos.

Mesmo a FETAESP estando envolvida nas manifestações de apoio, foi a CPT a responsável pela construção dos espaços e formação política, viabilizando a constituição do MST.

Nós fizemos muita formação política, conscientização dos direitos, manifestações em Andradina. A cada três meses a gente se reunia aqui na igreja Nossa Senhora das Graças. Muitas denúncias. A Fazenda Primavera se tornou um conflito muito conhecido, muito esparramado pelo estado inteiro. (Sr. R.; entrevista, jan. 2018).

As conquistas dos posseiros da Fazenda Primavera²³ trouxeram nova configuração e organização de luta. De acordo com Fernandes (1994, p.84), após essa conquista, surgiu um grupo de 13 famílias de boias-frias reivindicando uma área de 1.200 hectares junto ao INCRA que, segundo eles, tinha sobrado após a elaboração do Assentamento Primavera. Esse grupo, conforme o autor, passou a se denominar Sem-Terra e contava com o apoio da CPT local. Anos depois, esse grupo foi incluído no Assentamento Primavera. Essas experiências de luta na região marcam a gênese do processo de formação do Movimento dos Sem-Terra do Oeste do estado de São Paulo. No contexto de expulsão, intensificado no Governo Militar, da luta dos Posseiros da Primavera, associados a outros movimentos de luta espalhados pelo Brasil, nasceu um dos principais movimentos sociais do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Nos caminhos da luta pela terra, os trabalhadores foram conquistando frações do território. No Estado de São Paulo estas conquistas resultaram de uma diversidade de experiências. O processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

²³ Consta em Fernandes (1994, p.84) que o decreto desapropriatório (nº 84.877) foi assinado em 8 de julho de 1980, declarando os 9.385 hectares da fazenda para fins de desapropriação.

Terra no Estado de São Paulo é decorrente dessa diversidade de experiências que vem acontecendo desde 1979. A luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, marcou a origem do MST no estado. (FERNANDES, 1994, p.77).

A partir dos conflitos e lutas no campo, o MST emergiu como movimento de enfrentamento e resistência contra a expansão do capital no campo viabilizado pelas políticas econômicas implantadas no Regime Militar.

Segundo Fernandes (1994, p.79), a luta dos posseiros da Fazenda Primavera contra a expulsão e a exploração produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo estará registrada na formação histórica do MST. Com essa luta iniciou-se uma nova organização de movimento na região, contribuindo e inspirando novos enfrentamentos no decorrer do final do século XX. O enfrentamento possuía estratégias fundamentais nas ocupações, denunciando o não cumprimento da função social dos latifúndios improdutivos. Segundo o autor, as novas ações dos movimentos sociais, surgidas na década de 1980, visavam a transformação da realidade por meio da conquista de frações do território.

Ao contrário do que é propagado pela mídia subserviente dos interesses da classe dominante, as ocupações, estratégia de luta desenvolvida pelos movimentos sociais, são legítimas, pois a propriedade que descumpra os preceitos fundamentais da função social (Art. 186 da Constituição Federal de 1988), “[...] perde o proprietário o critério objetivo inerente à propriedade que é o direito de posse. Portanto, um imóvel que não cumpre a função social está vazio”. (LAUREANO, 2009, s.p.).

Desse modo, é errado e injusto classificar ocupações de áreas declaradas improdutivas pelo Estado como invasões. Invasor é aquele que se diz proprietário sem legitimidade e legalidade, a exemplo da Fazenda Ipê e Pendengo, em Castilho, da Fazenda Primavera, em Andradina, e grandes latifúndios constituídos na formação territorial da Região de Andradina. Não pela invasão, mas pela improdutividade, os imóveis citados, foram transformados, a partir das ocupações, em projetos de assentamentos rurais.

As primeiras ocupações, no período de 1980 a 1983, após a conquista da Fazenda Primavera, ocorreram em terras públicas: fazendas do Estado, terras devolutas e áreas da Companhia Energética de São Paulo (CESP). Sobre essa questão, o Sr. R. comenta: “Aqui no estado de São Paulo começou devagarinho, nós

primeiros lutamos pela Fazenda Primavera, depois nós fomos trabalhando pelas áreas públicas, áreas sobras das barragens. [...]” (Entrevista, jan. de 2018).

A estratégia de ocupações em áreas públicas mudou em meados da década de 1980, quando o MST começou a lutar por terras particulares de latifúndios improdutivos. Essa mudança ocorreu devido ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) aprovado em 1985. Segundo lideranças do MST/regional, o I PNRA revelou muitas terras improdutivas na região.

Em 1985 a conjuntura política muda e é tempo do Sarnei. Sai o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Esta região já era conhecida pela luta na terra. A partir do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, sai áreas que foram destinadas pra reforma agraria. Foi indicado a fazenda Esmeralda em Pereira Barreto, fazenda Aroeira e São José em Guaraçai, a fazenda Timboré. (Sr. R.; entrevista, junho de 2018).

A luta pela fazenda Timboré foi e é um exemplo da organização protagonizada pelo MST. Segundo Fernandes (1994, p.130), a fazenda Timboré, com 3.393 ha, foi ocupada por 130 famílias despejadas, após uma ocupação na fazenda Pendengo, em Castilho. Após o despejo, ficaram acampadas na praça da igreja Matriz de Andradina por um mês. Porém:

No dia 15 de março de 1989 resolveram ocupar a fazenda Timboré. Esta fazenda, que também estava sob o domínio do mesmo grileiro da fazenda Pendengo, foi classificada pelo INCRA como latifúndio por exploração em 27/07/86, e foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Em 12/08/86, o grileiro entrou com uma medida cautelar, pretendendo suspender a ação desapropriatória. No dia 31 de março de 1989, a ação proposta pelo grileiro foi julgada improcedente facultando ao INCRA a execução da desapropriação. (FERNANDES, 1994, p.130).

Essa ocupação ficou registrada pela repressão violenta dos fazendeiros em conjunto com a política local, a polícia e capangas. Entretanto, a ocupação marcou um novo direcionamento da luta pela terra e pela Reforma Agrária na região. Essa transformação na forma de luta pode ser observada na fala de um assentado e liderança do MST/Andradina.

A partir da Timboré, definimos [MST] que não vamos mais lutar apenas por uma fazenda, vamos estabelecer uma luta por todos os grandes latifúndios da região, organizamos um acampamento, que chamou “Acampamento Zumbi de Palmares”. No dia 20 de novembro [de 1995, dia Consciência Negra] a gente ocupou a fazenda

Anhumas, Andradina, com 700 famílias de trabalhadores de diversos municípios da região. Ali, pautamos que queríamos a desapropriação de todos os grandes latifúndios da região. Começamos a brigar com o INCRA e ITESP, para reivindicar que eles viessem aqui e fizesse uma varredura de fiscalização, para ver se as fazendas estavam cumprindo a Lei. Qual é a Lei? A terra tem que produzir, tem que cumprir a função social, tem que estar com os empregados registrados, tem que cuidar do meio ambiente. (Informação verbal²⁴).

Com os conflitos cada vez mais violentos, o MST, sindicatos e alguns deputados estaduais pressionaram o INCRA e o ITESP a realizarem vistorias nesta região.

Os latifundiários da região, a maioria dos prefeitos e vereadores, se mobilizaram para tentar impedir que essas fiscalizações ocorressem. Nós no MST fizemos o jogo contrário. Começamos a mobilizar os trabalhadores [...] para fazer o enfrentamento de massa, e mostrar para o governo do estado, que tinha sustentação aqui, tinha necessidade de reforma agrária. [...]. Então, a gente conseguiu vencer esse momento. O latifundiário não conseguiu travar a vistoria. (Informação verbal²⁵).

O ITESP, em conjunto com o INCRA, realizou vistorias em várias fazendas nos anos de 2001 e 2002, mesmo diante da pressão exercida pela elite local.

Em 2001/2002, por causa do conflito da reforma agrária, essa região foi considerada de fato região prioritária, e aí o INCRA em convênio com ITESP, fizeram um conjunto de vistorias nessa grande região; foram feitas 170 vistorias. [...]. Dessas vistorias, umas 50 áreas foram caracterizadas como improdutivas, aí começou a luta por essas áreas improdutivas. (Sr. R.; entrevista, junho de 2018).

Como observado, aproximadamente 1/3 das fazendas não cumpriam os preceitos de terra produtiva preconizados pela Constituição de 1988. Grande parte dessas fazendas foi conquistada mediante luta pela terra, entretanto, ainda hoje existem propriedades consideradas improdutivas que não foram desapropriadas e direcionadas para fins da Reforma Agrária.

A maioria dessas fazendas nós conquistamos, viraram assentamentos. Mas nós temos algumas áreas que sobraram: a Fazenda Jangada e Fazenda Santa Maria, em Sud Minnuce; a Fazenda Santo Ivo, Pereira Barreto; A Fazenda Lagoão, em Itapura;

²⁴ Lourival Plácido de Paula, SEMINÁRIO PELA REFORMA AGRÁRIA, realizado no dia 25 de julho de 2014 na câmara municipal de Andradina- SP.

²⁵ Ibidem.

Fazenda São José, em Mirandópolis, são essas que sobraram.” (Sr. R.; entrevista, junho de 2018).

Com a divulgação dos resultados em 2002, vários proprietários das fazendas declaradas improdutivas, entraram com recurso junto à Justiça tentando comprovar a produtividade das terras, logo, impedirem a desapropriação. Segundo lideranças do MST/Andradina, a Justiça revelou seu caráter classista naquele momento. Várias desapropriações foram barradas na Justiça em consequência da influência dos latifundiários no judiciário e no legislativo. Após 18 anos das vitórias, algumas fazendas permanecem travadas na justiça: Fazenda Lagoão em Itapura; Fazenda Sto. Ivo em Pereira Barreto; e, a Fazenda Santa Maria, Sud Mennucci.

Não há dúvida de que as experiências e lutas dos posseiros da Primavera foram essenciais na formação do MST e que a luta pela Fazenda Timboré marcou novas formas de luta e organização. No entanto, cabe destacar que a formação de Andradina, cheia de contradições, criou condições históricas específicas, contribuindo para a luta e organização de vários movimentos.

Para Micheletto (2003, p.81), na década de 1960, Andradina contava com experiências de movimentos populares, por isso se tornou palco da gênese do MST.

[...] Movimentos Populares de saúde, grupos organizados de mulheres da periferia, Comunidades Eclesiais de base na periferia da cidade, organização de conselhos e, até embriões de experiências que depois se tornariam emblemáticas de uma nova relação entre sociedade civil e poder público como a criação de um conselho popular de orçamento público emergiram nesse período. A existência de uma Organização Não-Governamental ligada à igreja católica, o IAJES que atuou durante pelo menos três décadas, na cidade, na organização desses movimentos é sintomática da efervescência e vitalidade dos mesmos. Encontros e articulação de massa na região com representantes de outras regiões e histórias de grandes mobilizações completam o cenário.

Essas experiências históricas criaram condições concretas para a primeira grande desapropriação do latifúndio no estado de São Paulo. Não é por acaso que Andradina, único dos 11 municípios que compõem a região analisada, a não eleger prefeitos nas últimas três eleições de partidos tradicionais ligados aos ruralistas, como o PSDB, MDB e DEM, os quais até então dominaram o cenário político local. As últimas eleições (2009-2012 e 2013-2016) municipais tiveram Jamil Akil Ono, na época filiado ao PT, prefeito por dois mandatos; no mandato atual, 2017-2020, a

prefeita Tamiko Inoue, única prefeita eleita no estado filiada ao PCdoB. Atualmente a prefeita está filiada ao PSDB.

Portanto, entendemos, que a construção histórica criou condições fundamentais para as experiências de lutas e resultou na conquista de 37 projetos de assentamentos rurais, dando nova feição à região, produzindo trabalho, vida e diversidade nos antigos latifúndios improdutivos. Primavera foi o primeiro assentamento criado, em 1980. Sua criação está guardada na memória do Sr. R., liderança do movimento e da CPT: “Era a primeira fazenda aqui no estado. Primeira fazenda, naquele tempo é conflitivo. A reforma agrária não era pra ser feita. Muito controle por parte do INCRA, não queria movimento social”. (Sr. R.; jun. de 2018).

A luta pela terra pressionou o Estado a desapropriar o latifúndio, criando vários Projetos²⁶ de Assentamentos Rurais (PAs). Até o ano de 2017, na Região de Andradina, foram assentadas 3.423 famílias em uma área de 63.879 hectares (Tabela 2). Dos 37 assentamentos, quatro foram criados nos anos 1980, três na década de 1990, 29 na de 2000 e o último em 2013, com 210 famílias assentadas em Mirandópolis.

Tabela 2 - Dados da Reforma Agrária na Região de Andradina – 2019

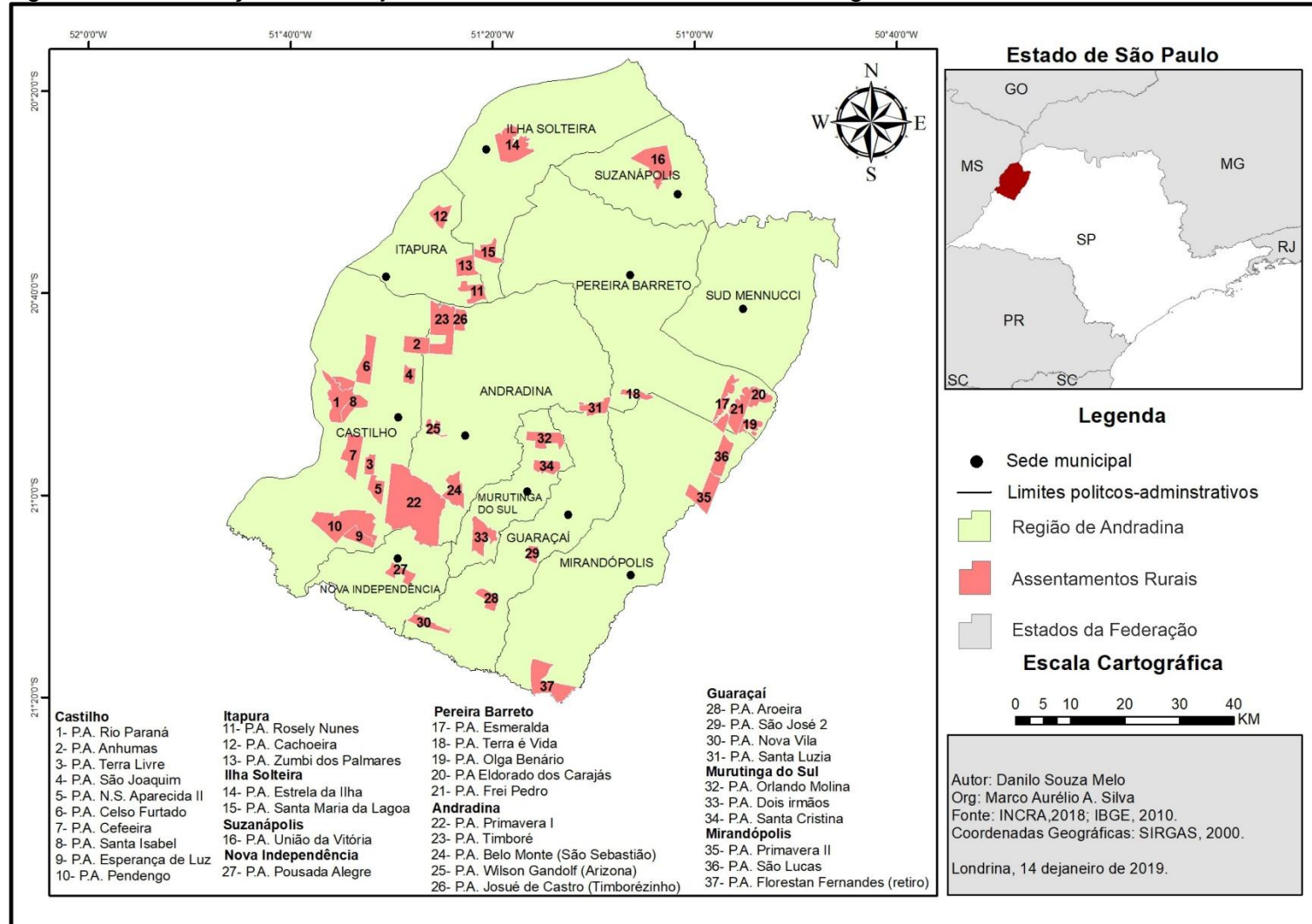
Municípios	Nº de Famílias Assentadas	Nº de Projetos	Área Reformada (em hectares)
Andradina	622	5	15.971
Castilho	953	10	16.371
Guaraçai	201	4	3.695
Ilha Solteira	283	2	4.067
Itapura	230	3	3.285
Mirandópolis	383	3	6.276
Murutinga do Sul	253	3	4.367
Nova Independência	60	1	930
Pereira Barreto	286	5	6.011
Sud Mennucci	0	0	0
Suzanápolis	152	1	2.906
Total	3.423	37	63.879

Fonte: INCRA, 2019. Organizado pelo autor.

A territorialização dos assentamentos na Região de Andradina pode ser observada na Figura 3.

²⁶ Informações mais detalhadas sobre os 37 Projetos de Assentamentos Rurais estão no Apêndice A.

Figura 3 - Localização dos Projetos de Assentamentos Rurais na Região de Andradina - 2019



Fonte: IBGE, 2019; INCRA, 2019. Organizado pelo autor.

Mesmo diante dessas conquistas, existem centenas de famílias lutando contra o latifúndio e, conseqüentemente, pelo acesso à terra. Segundo o dirigente do MST/Andradina, são aproximadamente 350 famílias acampadas e distribuídas em nove acampamentos.

Os acampamentos não são grandes, são muitos pequenos. Sem aquela força que precisava. O maior acampamento é na Fazenda Lagoão, que chama Madre Cristina, depois tem o Santo Ivo, na beira do rio, em Pereira Barreto. Os outros acampamentos são pequenos, não tem aquela força. (Sr. R.; Liderança do MST, entrevista, junho de 2018).

Apesar das conquistas em pequenas frações do território, a luta pela terra ainda não foi capaz de eliminar a concentração fundiária regional, pois a terra continua sob o domínio de algumas famílias, como vimos nos dados da Tabela 1 (p.74).

A territorialização do capital sucroalcooleiro, a permanência do latifúndio camuflado pelas pastagens e a presença de movimentos sociais, lutando pela terra, produziram certo contraste territorial, revelando o conflito de classes na região. Nas propriedades capitalistas, em poder das grandes empresas, e com investimentos de capital interno e externo, notadamente do setor sucroalcooleiro; do outro lado, os assentamentos rurais, isto é, a propriedade camponesa centrada na tríade terra, família e trabalho (ALMEIDA, 2006).

Sobre os camponeses assentados, destacamos, assim como Almeida (2006, p.86), a importância da luta pela terra e na terra no processo de reprodução do campesinato. A autora ainda ressalta ser insuficiente analisá-la somente pelo processo contraditório e desigual do capitalismo, enfatizando que esse processo não é mecânico. Na verdade, a luta pela terra tem possibilitado a (re) criação e territorialização camponesa.

Nesse sentido, ao considerar os camponeses em luta, é necessário pontuar, também, as estratégias de impedimento de homens e mulheres à terra de trabalho, pois, as evidências históricas possibilitam entendermos o presente, para assim, refletir sobre os efeitos da atual política agrária aos camponeses assentados e, sobretudo, o futuro dos projetos de assentamentos instalados. Portanto, é fundamental analisar a Reforma Agrária nessa perspectiva, enfatizando os bloqueios

como resultado das correlações de forças nas quais os interesses dos proprietários fundiários, enquanto fração da classe dominante, estiveram em primeiro plano.

2.2 REFORMA AGRÁRIA EM PAUTA E MANUTENÇÃO DO MONOPÓLIO FUNDIÁRIO

No Brasil, os proprietários fundiários tiveram papel efetivo nas decisões históricas do país, sobretudo nos assuntos relacionados à questão da terra, a exemplo da Lei de Terras de 1850, cuja promulgação se deu em meio ao apoio de parcelas significativas dos latifundiários, principalmente os paulistas ligados ao café na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, ocorrendo nas mediações da economia cafeeira, executada pelos próprios fazendeiros. Como disse Martins (2013), mudou-se a organização do trabalho para manter a economia exportadora, com base na grande propriedade.

Pensar a questão da terra, e intrínseco a ela, a necessidade da Reforma Agrária no Brasil, é um ato político muito mais do que econômico. Sua realização depende das correlações de forças entre as diferentes classes sociais que disputam o domínio da propriedade e do poder político. Desde a Colônia, quando a terra ainda era de domínio da Coroa Portuguesa, os latifundiários gozavam de certo privilégio e poder político. Portanto, esse poder remonta à invasão do país pelos portugueses e tem sustentação na terra. Por isso, historicamente essa classe cria mecanismo de bloqueio à terra ao restante da população.

Assim como a Lei Terras (1850), e outros acontecimentos históricos do país, o Golpe de 1964 também deve ser analisado a partir dos interesses dos latifundiários, isto por que, pouco tempo antes, na década de 1950, o debate sobre a Reforma Agrária ganhou visibilidade pela inquietação dos povos do campo. Com as transformações ocorridas no campo, advindas da opção dos latifundiários no Nordeste pelo cultivo de cana-de-açúcar e a expulsão dos foreiros, surgiram as Ligas Camponesas reivindicando a “Reforma Agrária na lei ou na marra” (OLIVEIRA, 2007, p.140), abrindo espaço para o debate e a necessidade dessa política no campo brasileiro. A luta pela terra colocou em pauta a questão camponesa e a urgência da Reforma Agrária, influenciando nas mudanças ocorridas na década de 1960.

O Brasil parecia ter as condições concretas para superar a questão da terra naquele momento. Havia no poder um representante populista disposto a realizar as

reformas fundamentais. Diante das tensões no campo, em 1963, no Governo de João Goulart, foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural²⁷. Algo significativo para os trabalhadores que até então estavam privados de qualquer direito trabalhista.

Para Andrade (1987, p.59), o planejamento democratizante presente no discurso e nos atos de Goulart levou a ruptura democrática no país por meio de golpe. Assim, Goulart foi deposto em 1964, se instalando o governo autoritário liderado pelos Militares. Para Martins (1981), o Golpe Militar de 64 ocorreu para evitar a Reforma Agrária reivindicada pelo movimento camponês, tendo nas Ligas Camponesas sua maior representatividade. As evidências históricas apontam para a intenção do Golpe (1964), obstruindo qualquer mudança na estrutura agrária, a qual provocaria uma ruptura na base estrutural da classe hegemônica nacional e o monopólio sobre a terra.

O Golpe de 1964 eliminou as possibilidades concretas da democratização da terra. 21 anos, na Ditadura Militar, se passaram sem resolver o problema agrário que, pelo contrário, agravou-se. Os latifundiários, aliados ao capital industrial e financeiro, mostraram mais uma vez que na história de luta de classe no país, o latifúndio sai em larga vantagem.

O rebatimento concreto dessas decisões alcança o presente, pois o país detém uma das maiores concentrações fundiárias já vistas na história. Os rumos guiados pelos interesses de pequena parcela da sociedade, com expressão principal dos proprietários de terra, construíram o atraso de hoje. Essa classe conduziu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tendo no monopólio das terras seu alicerce, seu principal mecanismo de exploração e sujeição.

Para Prado Jr. (1987, p.26), “[...] a terra concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles.”. O descrito pelo autor, se configura em princípio básico do capitalismo, por isso, o monopólio da terra tem sido, sobretudo no Brasil, essencial para o capital.

Como contradição do próprio sistema, a questão da terra e as mazelas que a sua concentração produz foram gerando a necessidade de se pensar a transformação na posse e uso desse bem finito. Por isso, é importante refletir sobre

²⁷ Para uma melhor análise sobre o Estatuto do Trabalhador, ver Prado Jr. (1987).

a pauta da Reforma Agrária. Contudo, diante da vasta literatura²⁸, a respeito da história agrária nacional, iniciaremos a abordagem a partir da transição democrática, marcada pelo fim do Governo Ditatorial, período este em que a Reforma Agrária foi colocada, devido à pressão dos movimentos sociais em luta no campo e na cidade, como “prioridade”.

2.2.1 A Reforma Agrária na Constituição (1988): da letra da Lei aos fatos

Em 1985, no início da transição democrática após 21 anos de ditadura, a Reforma Agrária foi colocada como “prioridade”. A sua pretensa realização foi anunciada no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Criava-se o I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA).

Comparando o I PNRA com o Estatuto da Terra de 1964, o primeiro trazia retrocessos, como aponta Oliveira (2007, p.126):

O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 2º, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra.

Segundo Oliveira (2007, p.126), a primeira previsão do I PNRA para assentamento, entre 1985 e 1989, apresentava em termos totais para o Brasil 1,4 milhões famílias, em uma área de 43 milhões de hectares.

Mais uma vez, como em toda a história da luta de classes no Brasil, os latifundiários se levantam também contra o I PNRA, buscando inviabilizar a possível Reforma Agrária. Essa classe foi representada por congressistas vinculados à União Democrática Ruralista (UDR) e, dada a maioria no Congresso, não avançaram as políticas de Reforma Agrária. Vários ministros do Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD) não resistiram à pressão com as disputas sempre pendendo para o lado dos latifundiários.

²⁸ Andrade (1980 e 1987), Oliveira (2007), Silva (2008), Martins (2013), Costa (1999), Prado Jr (1987) entre outros.

O 1º ano (1985/1986) atingiu apenas 5% das metas de famílias assentadas, nesse contexto Nelson Ribeiro, ministro do MIRAD, foi deposto. No seu lugar assumiu Dante de Oliveira, que também não resistiu, pois, as metas caminharam no 2º ano (1986/1987) a passos lentos. Após dois anos de Plano, apenas 10% do previsto tinha sido implantado. Para Borges (2018), a UDR, compondo a bancada ruralista, interviu nos rumos da Reforma Agrária no país.

Com a morte²⁹ suspeita de Marcos Freire, terceiro ministro da pasta, em acidente de avião, Jader Barbalho, ex-governador do Pará, assumiu o MIRAD. Dentre seus primeiros atos constaram extinguir o INCRA, criando em 1987, o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER); e reduzir as metas do PNRA, assim passou de 1,4 milhões de famílias assentadas até 1989, para 1 milhão até 1991. A área a ser desapropriada também reduziu, de 43,09 milhões de hectares para 30 milhões. (OLIVEIRA, 2007, p.127).

É importante pontuar que Jader Barbalho, ex-governador do Pará, é considerado um dos grandes latifundiários e grileiros de terra do Estado. Sendo assim, razões de classe explicam o comando da pasta de Reforma Agrária por alguém com interesses antagônicos. Andrade (1987, p.72) ressalta:

Para os grandes proprietários, a solução para os problemas do país deve ser formulada pelas classes dominantes e dentro das pretensões e aspirações ligadas aos seus interesses, cabendo ao povo apenas submeter-se humildemente à sua vontade.

A Constituição de 1988 foi construída nos embates de classe no Congresso e com avanços e recuos em relação à Reforma Agrária, o I PNRA estava praticamente extinto. Os assuntos que envolvem a questão da terra no Brasil estão descritos no Capítulo 3, Intitulado Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária³⁰, na Constituição de 1988. A inclusão da Reforma Agrária na Constituição foi a conquista histórica dos camponeses em luta pelo acesso à terra, e não pela vontade da maioria dos parlamentares da época.

²⁹ Marcos Freire morreu em um acidente de avião próximo ao aeroporto do Pará, um dos estados mais violentos do país na época. Junto com ele estava o presidente do INCRA, José Eduardo Raduam. Ambos eram críticos da Ditadura. Essa tragédia ocorrida em setembro de 1987 ainda não foi esclarecida. Sobre o acidente: Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/politica/20-anos-sem-marcos-freire/>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

³⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Com a conquista da Lei, a luta é para que essas políticas saiam do papel e haja cobrança do Estado que execute o artigo 184:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988).

A construção da Constituição de 1988 foi marcada pelo embate entre os simpatizantes da Reforma Agrária contra os latifundiários que tentavam novamente bloquear o projeto. Por conta do embate, ao mesmo tempo que a Constituição abria possibilidades de acesso à terra pelos camponeses, criava dispositivos legais de bloqueio à reforma, já que a desapropriação só ocorreria mediante a indenização ao proprietário do latifúndio, mesmo não cumprindo a função social prevista no Artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
I - aproveitamento racional e adequado;
II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

Nesse espaço de luta, os latifundiários, representados pela bancada ruralista, novamente mostraram que nas correlações de forças estavam em vantagem. Por isso, Oliveira (2007, p.128) ressaltou o caráter reacionário da nova proposta de Reforma Agrária incluída na nova Constituinte (1988). Segundo o autor, o próprio Estatuto da Terra elaborado pelos Militares era, contraditoriamente, mais progressista.

Com a nova constituição, o INCRA foi recriado pelo Decreto nº 97.886 de 26/06/1989, vinculado ao Ministério da Agricultura. Antes disso, o MIRAD havia sido extinto pela Lei nº 7.739 de 20/03/1989.

O problema da terra no país pouco avançou da criação do I PNRA em 1985 até sua extinção em 1989. Foram assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da

previsão. (OLIVEIRA, 2007, p.129). As promessas da implantação de uma política fundiária democratizante não foram efetivadas, assim a estrutura de poder fincada na grande propriedade se mantinha e se reproduzia. Esse cenário pouco se alterou a partir de 1990, uma vez que a consolidação da Reforma Agrária pouco avançou nos distintos governos, como se observa na Tabela 3.

Tabela 3 - Projetos de Assentamentos no Brasil - 1990 a 2016

Governos	Assentamentos	Famílias
<i>Collor (1990-1992)</i>	259	41.070
<i>Itamar (1993-1994)</i>	104	15.581
<i>FHC (1995-2002)</i>	4.307	464.174
<i>Lula (2003-2010)</i>	3.607	425.485
<i>Dilma (2011-2016)</i>	620	47.916
TOTAL	8.897	994.226

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados. Relatório Brasil 2017. Org. pelo autor.

Fernando Collor de Melo assumiu o país em 1990, ao vencer a primeira eleição direta após o Golpe de 1964. Oliveira (2007, p. 130) destaca que a proposta do então presidente era assentar 500 mil famílias entre 1990 a 1994, 35% do que propusera e não cumprira José Sarney na gestão anterior. Todavia, Antônio Cabrera, de família latifundiária no comando do Ministério da Agricultura, indicava o interesse em não avançar na pauta da Reforma Agrária, o que de fato ocorreu. Foram assentadas 41.070 famílias de 1990 até 1992, na gestão de Fernando Collor. Somando os números da gestão de Itamar Franco, que assumiu após a cassação de Collor, foram pouco mais de 56.000 famílias assentadas.

A Tabela 3 demonstra que nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, isto é, de 1995 a 2002, foram criados 4.307 assentamentos, beneficiando 464.174 famílias, segundo informações do DATALUTA (2017). A proposta desse governo era assentar 280 mil famílias no primeiro mandato.

O Governo FHC ficou marcado pela forte inserção do Estado na lógica neoliberal, significando, como destacou Mitidiero e Cosme (2018, p.250), “[...] um verdadeiro mergulho [...] aos ditames da ideologia neoliberal e aos mandos e desmandos do capital internacional”. Dessa forma, indicava um governo subalterno aos interesses do capital.

Seguindo o protocolo do presidente antecessor, FHC nomeou José Eduardo Andrade Vieira³¹ para o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, proprietário de terras e banqueiro, senador pelo PTB. Além de colocar a “raposa para cuidar do galinheiro”, uma vez que o INCRA estava vinculado a esse ministério, o então presidente procurava de qualquer forma travar a ampliação das políticas fundiárias e frear a ascensão dos movimentos sociais, em especial o MST, que tinha na luta pela terra sua principal estratégia de denúncia da improdutividade dos latifúndios.

Dentre as medidas, citamos a violência policial e a criminalização das lideranças dos movimentos sociais; a criação do Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra vinculando a Reforma Agrária ao mercado; a criação da Medida Provisória (MP 2.109), impedindo a vistoria em propriedades ocupadas pelos movimentos sociais; a Portaria do MDA nº 62 de 27/03/2001, excluindo da lista de beneficiários da Reforma Agrária os assentados “invasores” de imóveis rurais”; e por fim, a inscrição para assentamentos via Correios, com ampla divulgação na mídia como forma de enfraquecer o movimento e a luta pela terra. (OLIVEIRA, 2007).

Para Mitidiero Junior e Cosme (2018, p.249): “[...] o que marcou esse período foi a força energética e valente dos movimentos sociais no campo e uma operação de guerra organizada pelo governo para desmobilizar o MST”.

Entretanto, o governo FHC criou mais assentamentos rurais e, conseqüentemente, assentou mais famílias, comparando com outros governos desde a democratização do país, em 1985. Para Mitidiero e Cosme (2018), esses números derivam diretamente da pressão exercida pelos movimentos sociais em luta. Segundo os autores:

[...] a maior parte dos assentamentos rurais conquistados no período FHC foram frutos de ações de reivindicação e contestação e não de política de reforma agrária. A política pública, na verdade, sempre chegou depois nesse processo.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência da República, tendo como principal bandeira a efetivação da Reforma Agrária no Brasil, havendo grande expectativa dos movimentos sociais. Nos dois mandatos desse governo foram assentadas 425.485 famílias, em 3.607 assentamentos espalhados pelo

³¹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-jose-eduardo-de-andrade>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

Brasil, sendo 38.689 famílias a menos que a gestão anterior. Sobre essa contradição, Oliveira (2007, p.142-143) comenta:

A pressão social feita pelos movimentos sociais com a ampliação das ocupações pressionou o governo FHC a ampliar os assentamentos. Este fato mostra que a reforma agrária antes de ser uma política propositiva do governo é a necessidade de resposta à pressão social.

Ao defender a necessidade histórica da Reforma Agrária no Brasil, Girardi e Fernandes (2008) caracterizam as políticas de “Reforma Agrária” implantadas no governo FHC (1995 a 2002) e do Lula (2003 a 2010) como conservadoras, pois a implantação dos assentamentos em grande parte no Centro-Oeste e Amazônia ocorreu em regiões distintas de onde ocorriam as maiores pressões dos movimentos sociais, no caso as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, foi denominada de Reforma Agrária Conservadora, pois não modificou as estruturas, principalmente das regiões consolidadas.

Girardi e Fernandes (2008) criticaram a Reforma Agrária de mercado que teve início com a criação do Banco da Terra³² na gestão FHC e transformado em Projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, a partir de 2002. Para os autores, o crédito desse programa deu o caráter mais conservador à Reforma Agrária brasileira.

Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a ‘reforma agrária’, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Dessa forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações que, nesse caso, são ditadas pelo mercado de terras” (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 96).

Mesmo considerando as políticas de Reforma Agrária de ambos os governos como conservadoras, Girardi e Fernandes (2008), destacam a relevância da implantação dos assentamentos rurais, possibilitando recriação do campesinato e permitindo a essa classe uma vida mais digna.

Por outro lado, Oliveira (2011) afirma nunca ter havido no Brasil uma política efetiva de Reforma Agrária. Para o autor, os assentamentos rurais criados por vários presidentes são efeito da luta e da conquista dos camponeses em movimento. O

³² O Banco da Terra, baseado no Relatório do Banco Mundial (1994), seguia uma orientação mercantil, cujo objetivo era mudar a política de Reforma Agrária, assim, abandonando a desapropriação e adotando mecanismo de mercado. (MONTENEGRO GOMEZ, 2006, p.62).

autor classifica o primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), de Não Reforma Agrária, pelo cumprimento de pouco mais de 1/3 das metas estabelecidas no plano. Mas numa manobra estatística, pelo fato do II PNRA prever também a regularização de terras indígenas e quilombolas, tais medidas inflaram a contabilidade de assentamentos rurais.

A elaboração do II PNRA resultou da pressão dos movimentos sociais herdadas do governo FHC. Diante desse contexto, o MDA reuniu, em 2003, um grupo de especialistas, coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, para elaborar o plano. Sua construção foi marcada pelas diferentes concepções de Reforma Agrária: a primeira, como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero; a outra concepção, entendia a Reforma Agrária como política de desenvolvimento econômico, político e social, cujo objetivo seria a construção de uma soberania alimentar do país. A vitória da primeira, bem como a rejeição da proposta de Plínio de Arruda Sampaio, de assentar 1 milhão de famílias em quatro anos, indicava os rumos que a Reforma Agrária teria no governo Lula. (OLIVEIRA, 2011).

Considera também que no segundo mandato, Lula abandonou de vez a Reforma Agrária e promoveu a política de Contrarreforma Agrária. Prova disso foi a MP 458, transferindo imensas porções de terras públicas na Amazônia Legal para empresas e latifundiários que as ocupavam ilegalmente.

A MP 458, aprovada pelo parlamento e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, possibilitou a regularização e legalização de posses de até 1.500 hectares, num total de 67 milhões de hectares na Amazônia. Ela englobou a MP 422 enviada pelo presidente e aprovado em 2008, transformando grileiros com áreas de 1.500 hectares, em posseiros. Em consequência dessa MP, foram quase 70 milhões de hectares de terras, passíveis de Reforma Agrária, transferidas para grileiros (OLIVEIRA, 2011).

A MP escancarava o abandono da política de Reforma Agrária, promovendo a política de regularização fundiária, beneficiando grandes latifundiários.

[...] a política da não reforma agrária [e contrarreforma agrária] do governo do PT estava marcada por dois princípios: **não a fazer nas áreas de domínio do *agribusiness* e, fazê-la apenas nas áreas onde ela possa “ajudar” o *agribusiness***. Ou seja, a reforma agrária estava definitivamente no governo LULA, acoplada à expansão do agronegócio no Brasil (OLIVEIRA, 2011, p.8. Grifo do autor).

A decepção da não realização da Reforma Agrária nos mandatos do Governo Lula também é encontrada no prefácio do livro *Terras Devolutas e Latifúndio* (Ligia Osório Silva), escrito por Plínio Arruda Sampaio, coordenador do I e II PNRA: “Nem a eleição de um presidente de origem popular, que fez sua carreira política prometendo a Reforma Agrária, foi capaz de vencer a barreira do conservadorismo”. (SILVA, 2008, p.12.).

O retrocesso em relação às políticas de assentamentos rurais foi ainda mais pronunciado com Dilma Rousseff ocupando a cadeira da presidência. Entre 2011 a 2016, foram assentadas apenas 47.916 famílias, números inferiores se compararmos com os demais presidentes³³, após o fim da Ditadura Militar, em 1985. Os dados revelam o caminho decidido pelo PT em relação à Reforma Agrária.

Esse recuo está associado à intensificação da apropriação das terras agricultáveis e dos bens ambientais pelo capital financeiro (nacional e internacional) que, com a chancela do Estado, colocou seus interesses à frente das necessidades das gerações presentes e futuras.

O que realmente marcou o período PT no poder foi o incrível salto econômico e territorial do agronegócio. O [...] PT significou uma volta do Estado ao campo, o que resultou na ampliação das áreas de agricultura e pecuária, em recordes de produção e exportação de *commodities*, umbilicalmente ligado aos rios de recursos públicos destinado ao setor e a entrega das principais pastas de gestão da agricultura/pecuária aos representantes do grande agronegócio. (MITIDIERO JUNIOR; COSME, 2018, p.257)

Nesse período, houve a maior expansão da cana-de-açúcar na Região de Andradina. Em 1995/96, havia 12.234 ha plantados; em 2006, 26.518 ha; e, aumentou exponencialmente em 2017, para 176.285 ha (IBGE, 2017). Além do contexto nacional e internacional favorável, a expansão desse cultivo foi estratégia para burlar a improdutividade, evitando a desapropriação das fazendas reivindicadas pelos movimentos sociais. Nesse período de luta e denúncia, foram criados 28 dos 37 projetos de assentamentos.

Após 2013, a paralisação da Reforma Agrária foi combinada ao avanço da área plantada de cana-de-açúcar, realidade reveladora do abandono da política de desapropriação de terras no governo petista.

³³ No caso de Fernando Collor e Itamar, somamos os dois mandatos.

Para Welch (2018, p.112), as gestões de FHC e LULA, com maior número de assentamentos criados e famílias assentadas, pouco alterou a distribuição justa na riqueza territorial do país. Apesar dos números significativos “[...] a questão agrária do Brasil continua tão provocativa como sempre”.

Essa realidade do Brasil está traduzida no Censo agropecuário de 2017, apresentada na Tabela 4. Em 2017, 90,6% dos estabelecimentos de até 100 hectares continham apenas 20,5% da área agricultável do país; por outro lado, 1% dos estabelecimentos acima de 1.000 hectares dominam 47,5% da área. Na análise dos Censos de 1970 a 2017, observamos que a estrutura fundiária está marcada pelo movimento ascendente de concentração.

Tabela 4 - Estrutura Fundiária do Brasil - 1970 a 2017

Grupos de Área Total (Hectares)	1970		2006		2017	
	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)
<i>Até 10</i>	51,4	3,1	48,9	2,3	50,9	2,2
<i>10 – 100</i>	39,4	20,4	41	18,9	39,7	18,3
<i>100 – 1000</i>	8,4	37	9,1	33,8	8,4	32
<i>Acima de 1000</i>	0,8	39,5	1	45	1	47,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, SIDRA, 2019. Censos Agropecuários 1970, 2006 e 2017 (Resultado preliminares). Organizado pelo autor.

É importante destacar, também, o movimento da classe de área de até 10 hectares, pois houve redução da área e do número de estabelecimentos entre 1970 e 2006: sendo 51,4% ocupando 3,1% da área, em 1970; em 2006, os estabelecimentos desse extrato eram 48,9% com área de 2,3%. Por outro lado, observamos aumento nos estabelecimentos e com redução da área, ao comparar os dois últimos Censos Agropecuários, pois, em 2017, 50,9% dominava 2,2% da área. Esse movimento indica crescimento dos minifúndios, considerados pelo próprio Estatuto da Terra (1964) como insuficientes para reprodução social de uma pequena família.

As informações presentes na Tabela 4 corroboram com a afirmação de Welch (2008), em relação ao agravamento da concentração fundiária como resultado das políticas públicas de desenvolvimento econômico favorecendo a agricultura de grande escala.

Ao analisar as posturas dos governos, percebemos que a Constituição de 1988 foi construída graças a correlações de forças democráticas que não foram suficientes para tirar a Lei de Reforma Agrária do papel. Dos 87,9 milhões de hectares com implantação de 9.374 projetos de assentamentos rurais e 972.289 famílias assentadas (INCRA, 2019), “[...] apenas 30.571.822 ha correspondem a áreas desapropriadas para fins de reforma agrária” (ALENTEJANO, 2018, p.312). Ademais, as desapropriações somente puderam ocorrer devido à luta pela terra, pressionando o Estado a cumprir a lei.

Apreender os conflitos de classe travados na construção do território sob a perspectiva da Reforma Agrária é vital para compreender a realidade concreta. Para Moraes (2000, p.32): “[...] a historicidade não é dissociada do ser, mas vista como caminho único de sua apreensão enquanto parte movente do real”.

O tempo presente, o da pesquisa, pouco se alterou em relação ao passado, com roupagens aparentemente distintas, os mesmos conflitos permeiam a realidade: a terra continua sendo bloqueada aos trabalhadores e trabalhadoras em detrimento dos privilégios de classe. A conjuntura em relação a Reforma Agrária apresenta algumas singularidades se comparada com o passado recente, visto que a luta no momento é para preservar o tímido resultado da política de assentamentos rurais realizada nas últimas décadas.

2.2.2 O Agrogolpe de 2016 e o desmonte das políticas agrárias

Desde a Colônia, a elite dominante obstrui qualquer movimento de luta pela democratização da terra. Em tempos recentes, os proprietários de terra, a burguesia industrial e parcelas da classe média usam o Estado para dificultar qualquer projeto que faça frente aos seus interesses. Privar os trabalhadores das condições objetivas da reprodução da vida, pela cerca do latifúndio, une dialeticamente classes distintas. Esse interesse comum, como ressaltou Amin e Vergopoulos (1977), cria o excedente necessário ao capital.

Em relação ao Estado, Paulino (2008, p.226) explica: “[...] antes de se constituir em ente abstrato acima dos interesses de classe, constitui-se em instrumento de perpetuação dos interesses hegemônicos”. Nesse mesmo sentido, a fala de João Pedro Stédile, no VI Congresso Nacional do MST, em fevereiro de 2014, na capital Brasília é explicativa:

[...] No Brasil, as classes dominantes sempre impediram a possibilidade de democratizar a terra, mesmo que ela fosse apenas uma reforma republicana e democrática. Mas a classe dominante brasileira se apropriou dos recursos naturais (da terra, da água, da semente), como propriedade privada; como se só eles tivessem esse direito na sociedade. Nós temos, [no Brasil] um Estado burguês, que funciona à serviço da burguesia, e impede que os trabalhadores tenham conquistas.

O Estado desempenha papel fundamental na manutenção do *status quo*, sendo instrumento da classe dominante; porém, quando essa manutenção esteve “ameaçada” pelo próprio Estado, utilizaram-se de Golpe para manter a lógica, isto é, seus privilégios. A Proclamação da República (1889) e o Golpe Militar (1964), para ficarmos apenas nesses, são evidências históricas da força e influência dos grandes proprietários de terra nas decisões do país.

Diante dessas especificidades, vários autores apontaram a participação efetiva dos ruralistas a favor do *impeachment* presidencial de Dilma Rousseff (PT), eleita democraticamente em 2014. Leite, Castro, Sauer (2018), denominaram de Golpe parlamentar-jurídico-midiático. Welch (2018) e Mitidiero Junior (2018) entendem essa ação como Agrogolpe. Ambos anotaram os interesses dos latifundiários nesse processo, logo as ações do governo ilegítimo indicaram a assertiva dos autores.

Para Castilho (2017), a bancada ruralista compôs votos determinante a favor do *impeachment* em 2016, por outro lado, colaborou para manter Temer na cadeira do executivo, em 2017. Segundo o jornalista, o *impeachment* foi, também, um golpe ruralista. “[...] Assim como em 1964, o combate à Reforma Agrária ganha centralidade na chegada direta das oligarquias ao poder; não à toa, medidas de Temer alegam o agronegócio”. Para entender as diferenças do Golpe de 1964 para 2016 basta trocar as palavras “latifundiários” por “agronegócio”, afirma o jornalista.

Outros setores empresariais participaram ativamente do processo de afastamento da presidenta; no entanto, as primeiras medidas adotadas por Temer revelaram o protagonismo dos proprietários de terras e apontaram para os rumos, nada esperançosos, das políticas agrárias. Por isso, Castilho (2016) pontua: “O pato da Fiesp nada em um açude. Dentro de um latifúndio”.

Segundo Paulino (2018), essa ruptura democrática foi a oportunidade dos grandes invasores de terra se apropriarem das terras públicas no Brasil. Nessa mesma perspectiva, Alentejano (2018, p.309) afirma que a orientação política do

Governo visa “jogar a pá de cal na reforma agrária” por meio de seus decretos e atos, enterrando de vez a ampliação de possibilidades de um mundo melhor pela superação da questão agrária. Martinez (1987, p.08), ao chamar atenção desse problema histórico alertou: “[...] a reforma agrária não é só e fundamentalmente uma questão de terras, mas, acima de tudo, é uma questão de gente”.

Os atos e decretos de Temer, nos primeiros dias e mandato, evidenciaram que o golpe tinha, preferencialmente, o interesse nas políticas agrárias e nas terras públicas da União, comprovando que a não efetivação da Reforma Agrária é historicamente projeto de classe. Quando analisamos os dados atualizados do INCRA (2019), observamos que, desde 2016, não se desapropriam mais terras e, como mostramos anteriormente, pouco se fez nos mandatos de Dilma Rousseff.

Não obstante, o Golpe (2016) aprofunda a tentativa de inviabilizar a reprodução social nos poucos assentamentos criados. As Medidas Provisórias constituídas em Leis, assim como os Decretos, revelaram o posicionamento de Temer em relação ao desmonte dessas conquistas, tendo continuidade na gestão Bolsonaro, presidente eleito nas eleições de 2018.

A primeira ação de ataque à Reforma Agrária foi a extinção do MDA, transferindo suas competências para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Ministério esse que representou a conquista dos movimentos sociais em luta no campo, no início da década de 2000. Era o alicerce das políticas voltadas aos assentamentos.

O fim do MDA³⁴ e a suspensão das desapropriações de terra estão entre as ações que abalaram os programas da Reforma Agrária. Para Alentejano (2018, p.310), essas medidas foram previamente reivindicadas pela Bancada Ruralista, por meio do documento Pauta Positiva – Biênio 2016-2017³⁵, lançado em agosto de 2016, antes da votação final do *impeachment*. O apoio ao Golpe tinha boleto a ser debitado nas contas da sociedade. Além das propostas do agronegócio, o documento elucidou a opção por uma mudança no comando político do país, sendo favorável ao afastamento da presidenta e a efetivação de Temer.

A Pauta Positiva cobrava a necessidade de alguém ligado ao setor assumir o Ministério da Agricultura, assim, consta no documento: “[...] é imprescindível a

³⁴. Extinto pela Medida Provisória 726, maio de 2016.

³⁵ Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/storage/comissoes/arquivos/pauta-positiva-bienio-201620175722089f8de9c.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

presença de um líder diferenciado, que tenha conhecimento profundo do setor e que tenha, principalmente, estreito relacionamento com as entidades representativas e com as lideranças políticas”. (FPA/IPA, 2016. p.1)

Seguindo a cartilha, Temer nomeou o Senador pelo Mato Grosso e latifundiário, Blairo Maggi para a pasta, ratificando o pacto firmado antes do *impeachment*. Concordamos com Alentejano (2018, p.310) ao afirmar: “[...] Analisando a composição ministerial do governo Temer não resta dúvida de que esta reivindicação foi atendida”, tal como prescrito no mencionado documento, a saber.

Reincorporar as atividades do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;
Transferir os programas sociais do MDA e do extinto Ministério da Pesca para o Ministério do Desenvolvimento Social. (FPA/IPA, 2016, p.3).

Todo o contexto do fim do MDA mostrava o interesse dos latifundiários em vigiar de perto as políticas agrárias. Como estabeleceu o Decreto 8.865/2016³⁶, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário ficou sob domínio da Casa Civil da Presidência da República. Assim, todas as competências do MDA e do INCRA passaram aos cuidados de Eliseu Padilha, “[...] um dono de terras. E dono de uma empresa que arrenda terras para uma usina eólica. Um interessado direto no assunto que ele passa a comandar”. (CASTILHO, 2016).

Dessa maneira, toda a pasta que atende interesses antagônicos aos da classe dominante estava sob seu domínio, vigiado de perto pelos latifundiários. E não pararam por aí, foram criadas outras medidas de sufocamento das políticas agrárias, com impacto nas questões ambientais, na demarcação de terras indígenas, no reconhecimento do território quilombolas.

Poucos dias antes do Agrogolpe, em 2016, o Acórdão 775, do Tribunal de Contas da União (TCU), paralisou as ações do INCRA, suspendendo o cadastro de 578 mil famílias assentadas. O órgão alegou irregularidades na seleção das famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária, impedindo-as de acessarem políticas públicas fundamentais à reprodução social no lote. (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019). Essa ação amparou a narrativa de Temer em relação à Reforma Agrária.

³⁶ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8865.htm>. Acesso em: 25 mai. 2019.

De forma distinta às três gestões anteriores, a MP 759 mostrou a intenção do Governo no desmonte do legado conquistado na tímida política de Reforma Agrária no Brasil, bem como, de liquidar com o patrimônio de terras públicas. A MP 759, convertida em Lei 13.465³⁷ de 2017, “[...] Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da Reforma Agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal”. Para Sauer (2017):

O objetivo é atender ao mercado de terras e à expansão dos negócios, especialmente a expansão das fronteiras agrícolas a partir do modelo hegemônico de desenvolvimento agropecuário, resultando em mais concentração fundiária, exclusão e expropriação da população pobre do campo.

Como apontou Martins (1982) em outro momento, a expansão da fronteira agrícola tem sido marcada pela apropriação ilegal das terras públicas, logo permitindo a acumulação primária, pedra de toque do desenvolvimento do capitalismo.

Ao fazer uma análise da referida Lei, Sauer (2017) cita as mudanças na Lei de Reforma Agrária (8.629, 1993), principalmente sobre a titulação dos lotes, abrindo margem à comercialização de terras em assentamentos. De acordo com o autor, as mudanças na seleção das famílias a serem assentadas, elimina a força dos movimentos sociais.

Sobre essa alteração o Sr. R., assentado e liderança do MST regional em Andradina, adverte: “Não reconhece o tempo de acampamento, se a pessoa tem tantos anos de acampado de baixo da lona. E principalmente não reconhece o papel do movimento social. É para coibir, para cortar, tirar o movimento da jogada”. (P.A. Belo Monte, Andradina; jan. 2018).

A intenção é abolir o principal mecanismo de luta, a organização, a força da coletividade, princípios responsáveis pelos projetos de assentamentos rurais criados até o momento. “Tirar o movimento da jogada” é amputar a luta pela terra no Brasil. Ainda nessa perspectiva, outra liderança expõe: “[...] Sem o MST, não existiriam essas 4.500 famílias assentadas na região [incluindo a região de Araçatuba], essa estrutura formada a nível nacional ganhou muita força, muito poder de pressão em

³⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm>. Acesso em: 10 dez. 2019.

cima dos governos, principalmente nos anos 90". (L.; P.A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira, jan. 2018).

Além de inviabilizar a luta, a Lei 13.465 criou estratégias de promoção da titulação nos lotes, gerando grande preocupação de especialistas e do próprio MST. Os procedimentos para titulação estão presentes na Normativa nº. 97³⁸, enviada em 17 dezembro de 2018. Talvez o dia seja apenas uma coincidência na transição para o governo Bolsonaro. Lembramos que o presidente eleito, com o número 17, teve amplo apoio dos latifundiários.

Para não ficar restrito à análise da Lei 13.645/2017 e da Normativa nº. 97, alguns pontos merecem destaque. O primeiro é a mudança no entendimento de Consolidação dos assentamentos rurais. A nova determinação considera consolidado o assentamento que cumprir 15 anos após o recebimento do Contrato de Concessão de Uso (CCU) pelo INCRA. O Art. 17, no Parágrafo 6º estabelece:

§ 6º Independentemente da implementação dos requisitos exigidos no inciso V [concessão de créditos de instalação e titulação] do caput deste artigo, considera-se consolidado o projeto de assentamento que atingir o prazo de quinze anos de sua implantação, salvo por decisão fundamentada do Incra. (BRASIL, 2017).

Com a mudança, mesmo sem o INCRA realizar os investimentos básicos e condições mínimas de infraestrutura, o assentamento poderá ser consolidado, caso 50% dos lotes tenha solicitado o título de domínio e completado 15 anos de criação. Esse dispositivo abre brecha para o Estado não fazer as necessárias concessões de crédito e infraestrutura nos P.A.s, deixando-os ainda mais vulneráveis às ações do capital comercial, industrial, financeiro e dos especuladores de terra.

Para Leite e Sauer (2017, p.5) esse dispositivo “[...] deixa nítida a intenção [do Estado, de] não realizar os investimentos básicos”. Esse problema associado à retirada da força dos movimentos sociais indica uma redução de políticas agrárias, uma vez que essa também é pauta e conquista da luta organizada coletivamente.

A emancipação do assentamento rural desobriga o Estado de criar condições mínimas para a reprodução social dos assentados. Nesse sentido, a fala do Sr. R., é elucidativa:

³⁸ Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57221217/do1-2018-12-28-instrucao-normativa-n-97-de-17-de-dezembro-de-2018-57221065>. Acesso em: 20 mar. 2020.

A pessoa vai ter seu título e quando vem uma dificuldade na produção, a pessoa desanimada, diante de uma bola de dinheiro ele acaba abrindo mão. Além disso também, a titulação é a emancipação. Quer dizer emancipa, o assentamento é considerado adulto, tem que se virar, tem que nadar sozinho. (P.A. Belo Monte, Andradina; jan. 2018).

Dos 37 assentamentos rurais na região estudada, apenas o Assentamento Primavera, em Andradina, é considerado consolidado. “As famílias receberam o título definitivo de propriedade da terra, desvinculando-se da tutela do Estado, representado pelo INCRA. O projeto foi criado em julho de 1980, com [capacidade para] 311 famílias, em área de 9.385 hectares”. (SANTOS, 2014).

Com exceção desse assentamento, 20 projetos podem, de acordo com a determinação, ser consolidados, por terem completados no ano vigente 15 anos, mesmo aqueles sem condições mínimas de infraestrutura. Acerca desse problema, Leite e Sauer (2017, p.6), ressaltam:

A história recente mostra que essa delegação é um equívoco. Um exemplo é o cancelamento da construção de moradias via disponibilização de crédito de instalação pelo Incra, passando a responsabilidade para o Programa Minha Casa Minha Vida. A partir dessa medida, a velocidade de construção de moradias em assentamentos de reforma agrária despencou. Isso porque os ‘entes federais competentes’, em geral, não têm interesse ou know-how para atuar no meio rural.

Essa situação, apontada pelos autores, foi observada em pesquisa de campo no assentamento Primavera II, em Mirandópolis. Em julho de 2019, a coordenadora comentou sobre um projeto aprovado pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) destinado a reforma de 27 casas. A aprovação ocorreu em 2018, porém em julho de 2019, o recurso não tinha sido liberado, mesmo estando aprovado.

Ainda sobre a emancipação dos assentados, a fala a seguir é esclarecedora:

A discussão de emancipação, da titulação é uma discussão fundamental para aqueles que defendem a importância da agricultura familiar. Não discutir isso de forma responsável é tudo que o agronegócio quer, é ver a discussão ser feita de forma superficial para agradar parte daqueles que querem valorizar sua propriedade e vender porque estão cansados. No fundo está ameaçando todo um processo de produção alimentos, por que o agronegócio não produz alimento eles produzem energia. Ela é importante, mas não é fundamental, fundamental é o alimento que da condição da gente manter a vida. Isso é o papel da agricultura familiar. (R.; MST, Andradina).

Como a pesquisa se desenvolveu em paralelo aos atuais decretos, foi recorrente os questionamentos, as preocupações e muitas dúvidas a respeito da titulação dos lotes. Nesse sentido, a Dona O. questiona:

Vieram com uma história de que o Governo do Temer queria dar o título da terra pro pessoal e que iria acabar reforma agrária no país. Eu não tenho bandeira não, não sou MST, nem SINTRAF, minha bandeira é a associação, eu corro por ela. Se fizer isso daí vão vender e virar comércio, aqui já tem 70 lotes vendidos, que o INCRA não tem nem conhecimento. Vão vender tudo. Aí para que serve a reforma agrária?

O relato parte da realidade do P.A. Florestan Fernandes, em Mirandópolis, o último assentamento criado na região, em 2013, com 215 famílias assentadas. A criação desse assentamento está inserida no contexto de redução orçamentaria do INCRA e de lentidão na liberação de créditos e infraestruturas do Governo Dilma. Esse contexto, contribuiu, entre outros fatores, para a comercialização de 32,5% de lotes, segundo a entrevistada. Para os especialistas e o próprio MST, a titulação definitiva irá aumentar o número de comercialização de lotes nos assentamentos.

A Instrução Normativa nº 97/2018, no Art. 6º, Parágrafo 2º, estabelece como títulos definitivos os Títulos de Domínio (TD) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), sendo eles inegociáveis pelo prazo de dez anos, contanto a partir do Contrato de Concessão de Uso (CCU), concedido na criação do projeto. Desse modo, após a titulação e consolidação do assentamento, a venda de lote poderá ser realizada.

Ainda segundo a normativa, não é requisito para solicitação dos títulos definitivos a quitação dos créditos de instalação (Art. 33º, Parágrafo 2º). Assim sendo, os projetos de assentamentos rurais, sob tutela do INCRA, criados até dezembro de 2014, poderão solicitar os títulos definitivos, se enquadrados nos termos do Art. 65º.

A partir dessa determinação temporal, 36 projetos de assentamentos da Região de Andradina, mais de 3 mil famílias, estão em “condições” legais de solicitar o título definitivo. Considerando essa possibilidade e os 15 anos necessários para a consolidação, 54,1% dos assentamentos poderão ser emancipados, saindo da tutela do Estado.

A preocupação em relação à titulação dos lotes foi observada na fala de um assentado, no P.A. Timboré, com 28 anos de criação.

Imagina só titular. Os latifundiários têm a visão de que a titulação para eles vai ser um ótimo negócio, no momento que tem o título eles vão chegar nesse assentamento, nesse lote, eles vão comprar. Imagina eles comprando tudo novamente. Acabou. Então a titulação não tem nem o que falar, vai virar a Primavera, com cana. (P.; Andradina; out. 2019).

As consequências da titulação são presenciadas no Assentamento Primavera, em Andradina. Santos (2014) verificou o avanço da cana-de-açúcar dentro do assentamento citado. Segundo o autor, 30% dos lotes estão em domínio das famílias pioneiras; 9% dos lotes foram adquiridos por compra de famílias pioneiras ou terceiros; 7% estão arrendados pela cana; 13%, o que chama atenção, foram comprados pela usina; e 2%, destinados ao cultivo de eucalipto. O restante são lotes com informações imprecisas, destaca o autor.

Sobre a cana dentro do lote, Santos (2014, p.164) explica: [...] É comum que estejam arrendados em sua totalidade, todavia, existem as famílias que arrendam parte da terra como forma de complementar a renda e saldar dívidas [...]”. A plantação da cana-de-açúcar atende a duas destilarias: Usina da Pedra (Ipê), Nova Independência; e, a Viralcool, Castilho. “Segundo moradores, a Usina da Pedra (Ipê) faz contratos de arrendamento (parceria rural), enquanto a Viralcool se expande tanto pela compra direta como pelo arrendamento”. (SANTOS, 2014, p.173). A compra de terras próximas a destilaria, a exemplo do assentamento, capacita a usina a se apropriar da renda diferencial.

De acordo com Hespanhol; Costa; Espírito Santo (2003, p.111), alguns problemas foram determinantes na venda de lotes no Assentamento Primavera: descapitalização, permanência dos conflitos com jagunços vinculados ao dono da propriedade e demora na operacionalização pelo INCRA. Assim sendo:

[...] existem na área muitos produtores rurais que detêm um ou mais lotes, adquiridos de terceiros. Outros lotes foram adquiridos por profissionais liberais e comerciantes residentes na cidade da região e que utilizam os lotes como segunda residência.

A fala a seguir sobre a titulação mostra a preocupação com a invasão da cana dentro do assentamento: “A pessoa não vai conseguir sobreviver aqui. E se for para perder para o banco a terra, o povo não vai ter outra opção, vai arrendar para a cana”. (Dona S.; P.A. Primavera II, Mirandópolis; jul. 2019).

Para Paulino (2017), a Lei (13.465/2017) revela o interesse na liquidação do legado das políticas de assentamentos rurais, bem como, a destruição do patrimônio formado pelas terras públicas.

A lógica capitalista, materializada na monocultura da cana-de-açúcar, disputa o território com as frações dominas pelos camponeses. Os dispositivos emancipatórios levarão muitos camponeses a arrendar suas terras, sufocando, assim, o modelo de agricultura responsável pela produção de alimentos, em consequência, a redução da produção alimentar em detrimento do aumento da cana, efeito elucidado por Oliveira (2009) e Valério (2019).

Outra mudança está no Art. 65º (Instrução Normativa nº.97/2018), pois autoriza a concessão de títulos definitivos aos beneficiários do PNRA, exclusivamente aqueles de assentamentos criados até dezembro de 2014. O inciso II, do artigo, libera na titulação a incorporação de até quatro módulos fiscais, respeitando a fração mínima de fracionamento. O beneficiário não poderá ter outro imóvel, exceto aquele titulado pelo INCRA (Inciso III). A Lei anterior autorizava até 2 módulos fiscais.

O módulo fiscal nos municípios da Região de Andradina é 30 hectares, com exceção de Castilho, Itapura e Nova Independência, com 35 ha. Dessa forma, em Itapura um assentado ou ocupante irregular poderá titular até 140 ha (4 módulos fiscais), 10 vezes o tamanho no lote.

O preço cobrado pelo INCRA para a titulação definitiva será entre 10% e 30% dependendo da área total, sendo definido pelo preço mínimo da pauta de valores da terra nua para fins de titulação e regularização fundiária. (Art. 35º). Assim, no Art.36º, os incisos determinam:

- I - até um módulo fiscal - corresponderá a 10% (dez por cento) do valor mínimo da pauta de valores da terra nua para fins de titulação e regularização fundiária; e
- II - acima de um e até quatro módulos fiscais - será estabelecido entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) do valor mínimo da pauta de valores da terra nua [...]

Se o pagamento for a vista, terá 20% de desconto. A partir dessas informações pensemos no exemplo de Itapura. Nesse município, o preço mínimo do hectare é de R\$9,2 mil (INCRA, 2020), portanto, o lote de 12 ha terá o preço de R\$110,4 mil. Para obter a titulação do lote, o assentado pagará R\$11 mil, e caso

pague à vista, reduzirá para R\$8,8 mil, representando mais de 90% de isenção na compra de terra.

Essa facilidade, associada à fragilidade dos assentados e sem políticas públicas, ampliará as ocupações ilegais e venda em lotes de assentamentos rurais. As terras públicas serão absorvidas rapidamente pela lógica do capital, como está acontecendo no Primavera I. Leite e Sauer (2017, p.4), quando analisaram a minuta da Lei 13.465/2017, comentaram: “[...] Parece piada, mas não deve ter sido à toa que a Direção do Incra enviou a proposta para a Casa Civil em plena Black Friday”.

A preços “Black Friday” o latifúndio se apropriará de mais terras na região. Nesse processo, com a posse da terra, estará capacitado a extrair mais renda fundiária, pois o Estado criou os mecanismos necessários. A exemplo do Assentamento Primavera, em Andradina, a terra de trabalho será transformada em terra de negócio, produzindo passivos sem precedentes na região.

O que se observa é uma rapidez pós golpe de inserir terras públicas no mercado fundiário. Nesse contexto, Alentejano (2018, p.311) alertou sobre o aumento na concessão de Titulação de Domínio aos assentados após a regularização fundiária de Temer. De acordo com o autor, o presidente reduziu as exigências para titulação definitiva, seguindo a cartilha dos latifundiários. Segundo dados do INCRA, citados por Alentejano (2018), 123.553 títulos de terra foram entregues a assentados em 2017, sendo 26.523 Títulos de Domínio (TD) e 97.030 Contratos de Concessão de Uso (CCU).

Para o MST (2019), o aumento da concessão de títulos definitivos aos beneficiários da política agrária visa:

[...] beneficiar o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas podem ceder à pressão do agronegócio e do latifúndio e venderem seus lotes. Em outras palavras: os assentamentos da Reforma Agrária, fruto exclusivamente de décadas luta de milhares de famílias sem-terra, estão agora disponíveis à reconcentração fundiária uma vez titularizados. (MST³⁹, 2019).

Segundo o MST (2019), após 2016 a política de Reforma Agrária está “reduzida ao completo silêncio”, o que se viu em relação aos assentamentos foi a implantação da privatização. “[...] Temer promoveu a fragmentação e a consequente

³⁹ Link disponível em: <<http://www.mst.org.br/2019/01/11/2018-foi-um-ano-que-silenciou-a-reforma-agraria.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

vulnerabilização das famílias assentadas, na medida em que implementou uma intensa política de titulação individualizada de lotes. ”.

Alentejano (2018, p.312) destaca a prioridade do Governo Temer na entrega de Títulos de Domínio (26.523) em detrimento do número de desapropriação (21). Deste modo, concordamos com o autor quando diz que o Estado teve e tem como objetivo principal jogar “a pá de cal na Reforma Agrária”.

Outra mudança incluída pela nova lei de regularização fundiária é a autorização de contrato de integração. Na Lei Agrária 8.629/1993, constava no Art. 21º:

Art. 21. Nos instrumentos que conferem o título de domínio, concessão de uso ou CDRU, os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos. (BRASIL, 1993).

De forma contraditória, a Lei 13.465/2017 incluiu: “Parágrafo único. A família beneficiária poderá celebrar o contrato de integração de que trata a Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016. O que seria um grande problema devido a pressão exercida pela monocultura da cana-de-açúcar. Com os recursos cada vez mais escassos e os assentamentos mais vulneráveis, ceder parte do lote para terceiros será alternativa, agora legal.

Ainda sobre essas mudanças, Sauer (2017, s.p.) chama atenção para o Art.5º, sobre a indenização das desapropriações. Assim,

[...] o pagamento, em caso de desapropriação para fins de reforma agrária, a preço de mercado da terra nua. Ou seja, se já era um bom negócio não cumprir a função social, agora a ‘penalidade será o pagamento em dinheiro. Isto é ainda associado com institucionalização dos juros compensatórios, ou seja, o desapropriado irá receber por possíveis diferenças entre o valor depositado em juízo pelo Incra no processo de desapropriação e o valor fixado na sentença definitiva dos processos judiciais.

Além de todos os retrocessos aos pobres do campo, a Lei, por meio do Parágrafo 7º, beneficia os proprietários de latifúndios improdutivos, possibilitando pela indenização em dinheiro a apropriação da renda, isto é, a realização extraordinária da renda capitalizada, como ensinou Martins (1981) e Oliveira (2007).

Além dessas medidas, Paulino (2018, p.283) ainda destaca os Decretos⁴⁰ 9.309, 9.310 e 9.311, com efeitos históricos ao país, considerando-os um “crime de lesa-pátria de Temer”. Tais decretos varreram a Reforma Agrária junto com os crimes de invasões de terras. A pesquisadora apontou os objetivos práticos, a saber: “[...] o Decreto 9.309, regularizar, emitindo titulação a todos os imóveis rurais grilados do país; o 9.310, regularizar o legado urbano da grilagem; e por fim, o 9.311, “implosão da gestão territorial consoante aos princípios da função social da terra”.

O Decreto 9.309 foi uma atualização da Lei 11.952/2009 instituída no Governo Lula e estabelecia a regularização de grilagem de terras públicas na Amazônia. Mas agora, destaca Paulino (2018, p.286), estendida a todo território nacional e com “prêmio” de 1.000 ha, já que podem regularizar qualquer imóvel de terra de até 2.500 ha. Portanto, “[...]. Esse reconhecimento implícito da licitude das grandes invasões, em si grave, expõe a tragédia reservada a um país refém do latifúndio [...]”.

A título de contextualização, na Região de Andradina, cinco grandes grilos poderão ser transformados em propriedade privada. Antes de cita-las, é importante lembrar que o INCRA, entidade responsável pela regularização fundiária, conhece e ratifica imóveis rurais fora dos marcos legais da propriedade privada instituída pela Lei de Terras (1850), a mesma que aboliu a grande posse no Brasil. Em termos de regularização das terras públicas cabe tomar o Art. 121, da Constituição Federal do 1988:

Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Nesse entendimento, apenas as posses de terras públicas ou devolutas de até 50 hectares são passíveis de titulação. Porém, guiado por interesses de classe,

⁴⁰ Paulino (2018, p.277) procura explicar que esses decretos que lesam a pátria premiando grandes invasores de terras públicas, não foram gerados da noite para o dia. O Estado de exceção a qual vivemos resulta de um acúmulo de atos ilegais, apoiado por parcela da sociedade e dos três poderes, executivo, legislativo e judiciário. Explica ainda que os decretos foram gestados no Governo PT, resultando das alianças que o mantiveram no poder.

o INCRA criou categorias da situação jurídica da posse. Além do título de propriedade, consta no INCRA, mais cinco tipologias de posse: Posse e Propriedade; Posse por simples ocupação; Posse a título justo; Posse por simples ocupação, justo título; e, situação jurídica não informada. (PAULINO, 2015). Essas categorias ocultam fraudes no processo de apropriação das terras públicas.

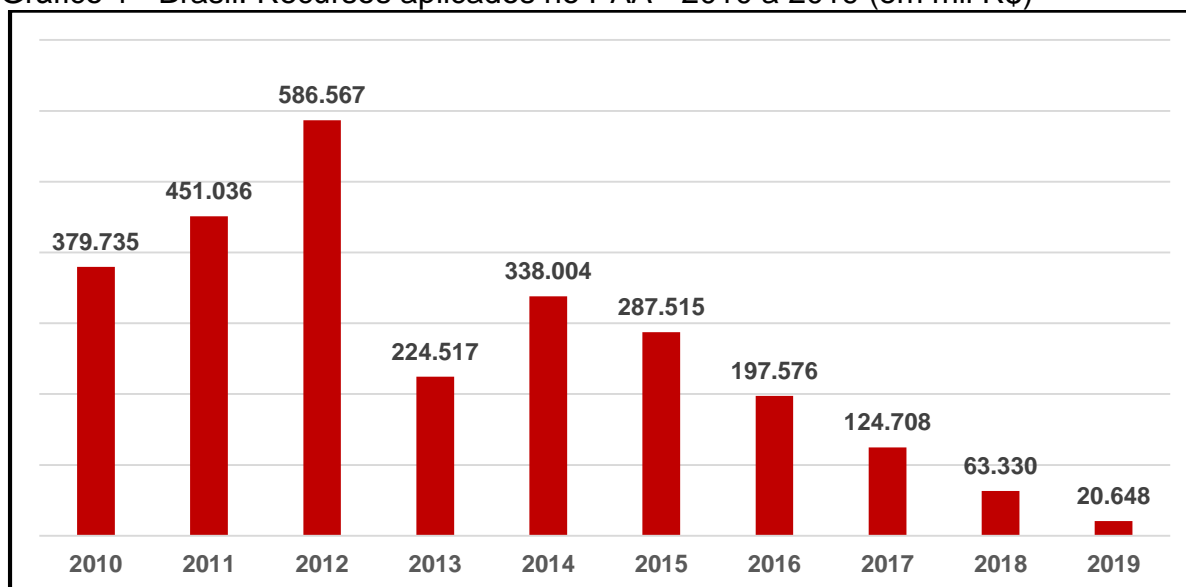
Com base no Cadastro do INCRA (2014) e no Decreto 9.309, no município de Andradina três posses até então ilegais estão passíveis de regularização, uma de 528,05 ha, outra de 1.451,42 ha, e a maior com 2.274,40 ha, ambas se enquadram na situação jurídica Posse a justo título. Por outro lado, há um grilo de 4.778,26 ha em Itapura e outro em Suzanápolis, o maior deles, com 5.436,42 ha, ambas na situação jurídica Posse e Propriedade. Caso não sejam desmembradas, duas posses ilegais não se beneficiarão dos decretos pós Golpe. Em relação aos atos e decretos citados, Paulino (2018, p.289) adverte:

As consequências da titulação da grilagem combinada com a liquidação do princípio da função social como fundamento da política agrária são previsíveis: os camponeses e os trabalhadores urbanos serão ainda mais alijados do acesso à terra em vista do fortalecimento do mercado imobiliário.

Somamos aos inúmeros decretos assinalados, os cortes nos orçamentos de áreas estratégicas destinadas à agricultura camponesa e ao desenvolvimento agrário, por exemplo, o PAA. Esse programa é considerado uma conquista para camponeses com efeitos à sociedade, pois tem atuado em duas frentes: na inclusão produtiva, incentivando a produção e possibilitando vida mais digna; e no combate à pobreza por meio do acesso à alimentação pelas pessoas em situações de insegurança alimentar e nutricional. Mesmo assim, tem sofrido, desde 2015, cortes nos recursos federais, como se observa no Gráfico 1.

O Governo Federal representa a principal fonte de recursos aplicados no PAA, por meio da MDS e SEAD. Em 2012 (Gráfico 1), aplicaram R\$586 milhões, maior investimento desde sua criação, em 2003. Apesar das diferenças anuais dos recursos, observamos forte redução nos orçamentos do programa a partir de 2015 e no primeiro ano do mandato de Bolsonaro a redução é de 67,4% em relação ao ano anterior. À medida que se cortam os recursos destinados ao PAA diminuem também o número de agricultores beneficiados, assim como o atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Gráfico 1 - Brasil: Recursos aplicados no PAA - 2010 a 2019 (em mil R\$)



Fonte: CONAB, 2020.

Essa situação revela as consequências do desmonte das políticas agrárias para além campo e pode ser observada, também, na redução de outros recursos. De acordo com o MST (2019), o orçamento destinado à Assistência Técnica nos assentamentos também foi afetado, sendo R\$355,4 milhões em 2015, caindo para R\$19,7 milhões em 2018.

A cartilha ruralista, que dá o tom do governo Bolsonaro, significa o sucateamento das políticas de Reforma Agrária e a aceleração dos mecanismos de apropriação de terras públicas. No terceiro dia de mandato, em 2019, o presidente suspendeu as vistorias do INCRA em imóveis rurais, paralisando a política agrária, pois sem vistoria não tem desapropriação. Alguns dias depois, recuo da suspensão, mostrando a tônica de sua gestão; porém, em março, suspendeu novamente as vistorias por tempo indeterminado, argumentando que era uma redução nos gastos, atendendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019.

De acordo com Camargo e Magalhães (2019), entre 2018 e 2019 “[...] o orçamento destinado à aquisição de imóveis rurais para a Reforma Agrária reduziu 50%, saindo de R\$83,7 milhões para R\$42 milhões. Em 2015, o valor destinado à aquisição de imóveis foi de R\$800 milhões”. Para os autores, o INCRA tem atuado apenas na seção de legalização de terras desapropriadas, emitindo títulos de posse da terra.

Seguindo a lógica de militarizar o governo, o presidente indicou o General João Carlos de Jesus Corrêa para o comando do INCRA, sendo o mesmo,

exonerado em outubro de 2019. Em seu lugar, foi empossado o ruralista Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho. De acordo com Guimarães (2019), a família do novo mandatário do INCRA possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas. E nos 17 mil hectares de sua família existem cinco acampamentos do MST. Para o movimento, o responsável pela Reforma Agrária no Brasil é latifundiário, escravocrata e criminaliza a luta social. (GUIMARÃES, 2019).

Com esses mesmos “adjetivos”, destacados pelo MST, Bolsonaro colocou à frente da Secretaria Especial de Regulação Fundiária do Ministério da Agricultura o líder licenciado da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia. Esse secretário, responsável pelos assuntos fundiários é, segundo Fuhrmann (2019), acusado de integrar milícias rurais na década de 2000 no Pontal do Paranapanema, interior de São Paulo, região com maior número de assentamentos do Estado. Segundo consta na reportagem:

Segundo investigações da polícia e da CPI da Terra, de 2005, os milicianos rurais eram ligados a Luiz Antônio Nabhan Garcia, fazendeiro da região e presidente da UDR, a União Democrática Ruralista. Hoje, ele é secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura – em outras palavras, o responsável pela demarcação de terras e a reforma agrária. (FUHRMANN, 2019).

O secretário, defensor da criminalização dos movimentos sociais, sinalizou para um projeto de conciliação com fazendeiros, questionadores na Justiça, da desapropriação de terras pelo INCRA. Segundo ele: “Vai ter reintegração de posse. Mas o objetivo é que a família seja acomodada em outro lote, desde que cumpra requisitos previstos em lei”. (HORA DO POVO, 2019).

Para a pasta do Ministério da Agricultura, Bolsonaro nomeou a ex-coordenadora da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), Tereza Cristina, defensora de liberalização de agrotóxicos no Brasil e conhecida como “musa do veneno”. Em sua gestão, liberou 474 agrotóxicos, em 2019, a maior quantidade dos últimos 14 anos (MOREIRA, 2019). Em 2020, ano vigente, foram 150 registros liberados até meados de maio, porém, merece destaque o período de março a 13 de maio, em plena pandemia, foram publicados 118 novos agrotóxicos. (GRIGORI, 2020).

Se por um lado houve o esvaziamento nas políticas agrárias, o MAPA, sob tutela de representantes da FPA e do agronegócio, adquiriu várias competências

estratégicas, dentre elas a responsabilidade sobre o INCRA. Desse modo, a Reforma Agrária está sob a vontade e os interesses daqueles que a rejeitam.

Há, no entanto, uma agenda econômica unificada (que é ultra neoliberal) e uma 'guerra cultural', baseada no fundamentalismo ideológico-religioso, sendo a Educação e as lutas sociais (bandeiras e reivindicações de direitos por parte de povos do campo e movimentos sociais) e pelos direitos humanos considerados os principais objetivos a serem atacados [...]. (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019, p.172)

No findar de 2019, Bolsonaro editou a MP 910, alterando a Lei de Regularização Fundiária. A MP é mais severa e mais grave do que as Leis 11.952/2009 e 13.465/2017, conhecidas como Leis da Grilagem. A referida Lei está tramitando no Congresso Nacional. Segundo Rede Brasil Atual (2020), a MP estimula a grilagem de terras públicas, amplia os conflitos no campo, aumenta o desmatamento e impacta diretamente a Reforma Agrária. Os seus dispositivos funcionam como mecanismo de privatização das terras públicas invadidas ilegalmente até 2014. É notório o interesse em surrupiar rapidamente as terras da união, mudando o marco temporal de 2008, redação anterior, para 2014, acelerando em seis anos a liquidação das terras públicas.

A MP 910 visa anistiar os grandes grileiros do país, podendo regularizar até 65 milhões de hectares de terras da públicas (SPAROVEK et al., 2019). Nesse sentido, Paulino (2015, p.78) comenta:

Para que o ciclo da grilagem se feche com êxito potencializado, segundo a própria lógica de acumulação ampliada que não pode prescindir da terra [...] há que se converter o enorme estoque de terra improdutivo e imobilizável segundo os parâmetros capitalistas para um ativo passível de mobilização mercantil.

A MP 910 da grilagem visava também acelerar o processo de titulação em áreas da Reforma Agrária. Em maio de 2020, a MP perdeu a validade sem ser votada no Plenário da Câmara dos deputados e do Senado. Porém, foi substituída pelo Projeto de Lei 2.633/2020, e inicia tramitação no Congresso Federal. (CHAGAS, 2020).

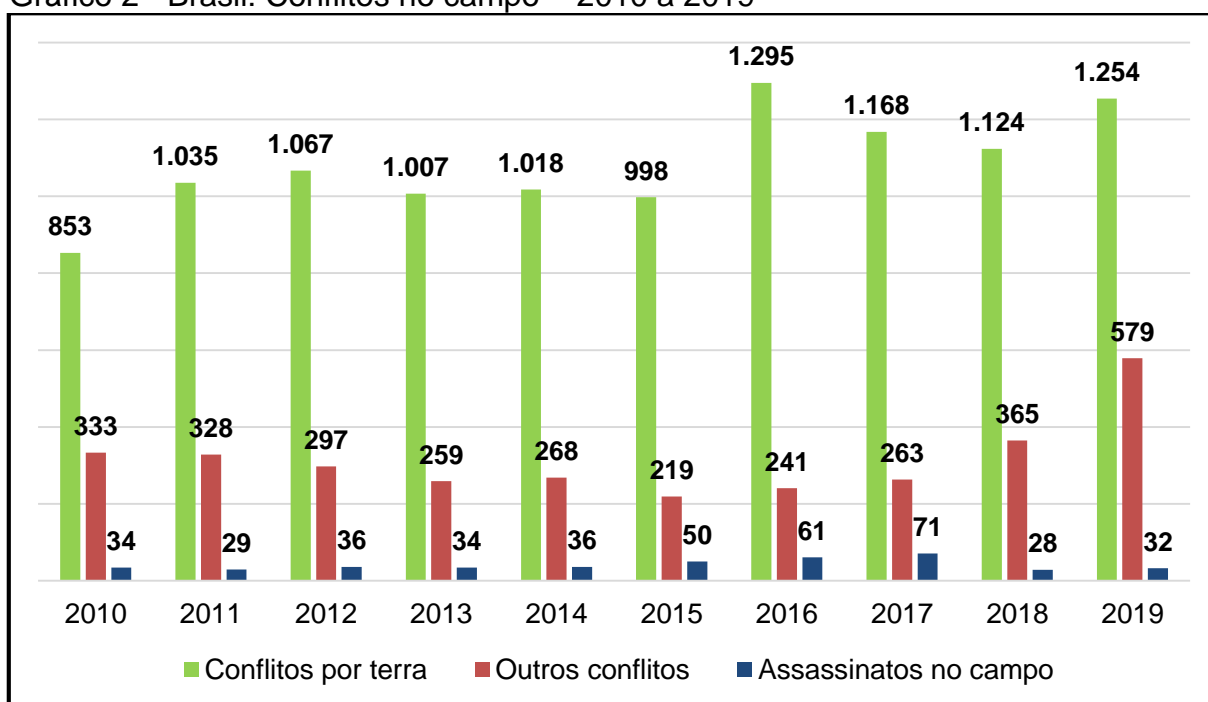
Além da MP 910, é necessário, pontuar outras ações de ataque à Reforma Agrária, sendo a primeira, a extinção do PRONERA e do TERRA SOL, pelo Decreto 20.252/2020. A outra é a PEC 80/2019, de autoria de Flávio Bolsonaro, filho do

presidente e atualmente senador, cujo objetivo altera o entendimento de propriedade privada, pondo fim a dispositivos da função social da terra. Essa ação dificulta ainda mais a desapropriação de terras.

Todo esse processo dificulta ainda mais a possibilidade de realização da reforma agrária no Brasil e seus desdobramentos afetam a sociedade como um todo. Não bastasse impactar diretamente a Reforma Agrária, intensifica os conflitos, pois provoca o avanço na apropriação ilegal das terras, sendo o crime passível de anistia pelo órgão responsável.

Os números disponibilizados pela CEDOC Dom Tomás Balduino (CPT, 2019), no Gráfico 2, mostram o aumento dos conflitos envolvendo a terra no campo brasileiro após 2016.

Gráfico 2 - Brasil: Conflitos no campo - 2010 a 2019



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2019.

Esse período marcou o crescimento nos assassinatos, apesar da queda em 2018 e 2019. É possível notar ainda que os conflitos fundiários representam em média, 77% de todos os conflitos no campo. A curva ascendente, após 2016, é reflexo das ações do Governo Federal em institucionalizar as grilagens de terras, promovendo ampla corrida por grandes invasões de terras, principalmente no Norte do país.

Os conflitos sociais no campo não são exclusividade das últimas décadas, pelo contrário, como advertiu Oliveira (1994), a violência permeia a história do processo de apropriação de terras e do desenvolvimento capitalista. Nesse quadro, de conflitos e retrocessos em relação a política agrária, ressaltamos o legado dos poucos assentamentos criados, pois além de serem fundamentais a reprodução do campesinato em frações do território capitalista, tem produzido dinâmicas territoriais que extrapolam o lote. Essa realidade concreta pode ser observada na Região de Andradina (SP), construída na luta de classes e com participação efetiva dos camponeses assentados.

3. DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CAMPO: DAS CONTRADIÇÕES DA AGRICULTURA CAPITALISTA À EFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA

No Brasil, a luta pela terra precede a luta pela Reforma Agrária e tornou-se latente com a instituição da propriedade capitalista, retirando da terra, que é provedora da vida, sua função humana, social e ambiental, e impondo a ela o direito absoluto e excludente para dar características mercantis. Para Marés (2003, p.15), torna-se visível a opção contra a vida nessa lógica, excluindo da terra aqueles que precisam dela para viver. A luta pelo acesso à terra tem evidenciado os males da propriedade privada, pois a terra é tida como reserva patrimonial e valor, aclarando ainda mais a urgência de resolver o problema agrário no país via realização da Reforma Agrária.

A Reforma Agrária foi o mecanismo utilizado pelos países capitalistas para modificar a estrutura fundiária. Assim, foram realizadas transformações “[...] na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território”. (OLIVEIRA, 2007, p.68).

O pesquisador explica as diferenças entre a Reforma Agrária clássica e a revolução agrária. Desse modo, esta última “[...] implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade” (OLIVEIRA, 2007, p. 68). A Reforma Agrária clássica foi realizada em países como Estados Unidos da América e Alemanha; a Revolução Agrária ocorreu em países como Rússia, no início do século XX, e Cuba, após a Revolução Cubana, em 1959.

Para Marés (2003, p.88), a Reforma Agrária capitalista tem viabilidade graças à desapropriação com recomposição do patrimônio individual mediante dinheiro público, mantendo a propriedade privada, porém parcelada. Dessa forma, “[...] propunha a mudança de proprietários com dupla mobilização de capital: transformar a terra improdutiva em produtiva e liberar dinheiro aos latifundiários para investir em outros negócios”.

Nesse sentido, a Reforma Agrária tem sido historicamente a medida utilizada em vários países, fomentando o desenvolvimento amplo do capital. Por isso, observou Sanz-Pastor (1988, p.11), “[...] nas sociedades desenvolvidas e

industrializadas praticamente não se fala de Reforma Agrária, mesmo que esta seja realizada dia a dia através de uma série de medidas concretas”.

Entretanto, essa não é a realidade do Brasil. O regime de monopólio fundiário se consolidou por meio da aliança do atraso (MARTINS, 2011), personificando capitalistas industriais e proprietários de terra no mesmo sujeito, mantendo a terra como sustentáculo do desenvolvimento do capital. Nesse ponto de vista, Oliveira (2003, p.01) comenta: “[...] o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários”. Nessa perspectiva, Paulino (2011) ressalta que essas classes formam o bloco hegemônico da sociedade brasileira.

A aliança do atraso revelou a força dos latifundiários na histórica luta de classes da sociedade e seu papel no capitalismo brasileiro. A história concreta do país tem revelado o aspecto da terra como mote de acumulação capitalista, deixando de ser “[...] provedora de alimento para ser reprodutora de capital”. (MARÉS, 2003, p.26). Por isso são vários os exemplos de obstrução por parte da classe dominante à democratização da terra.

Conforme Paulino (2011, p.116): “[...] a questão agrária não diz respeito tão somente à agricultura e ao campesinato, antes segue como elemento substancial do processo de acumulação de capital, daí a sua centralidade na atualidade”. Ao considerar as especificidades, a lógica rentista desenvolvida no Brasil foi e é condição fundamental para o desenvolvimento e manutenção do capitalismo em escala mundial. Dessa forma, essa lógica de extração do excedente econômico é fundamental para a manutenção do Bem Estar Social⁴¹ dos países centrais.

A democratização das terras na Europa Ocidental contribuiu com a constituição do Estado de Bem-Estar Social no pós Primeira Guerra, garantindo a sobrevivência e rentabilidade de quem trabalhava na terra com a participação direta do Estado, por meio de subsídios e outras políticas. De tal modo, ponderava-se a lógica fundiária mais justa e fundada no uso da terra. Assim, era e é necessário conter o latifúndio para a manutenção dessas condições nos países desenvolvidos. Desse modo, Marés (2003, p.83) explica:

⁴¹ De acordo com Marés (2003, p.86), o Bem-Estar Social que ganha força na Europa pós Primeira Guerra Mundial, “[...] se caracterizou, pela regulação da ordem econômica, geração de sistemas previdenciários, e direta intervenção nos contratos, especialmente no de trabalho e nos agrários, que se ligam diretamente à produção e reprodução do capital.”. Assim foi se criando um sistema de proteção e seguridade social aos trabalhadores, visando garantir comida, saúde, educação e moradia.

A produção em massa, em grandes extensões monoculturas se deixaria para fora da Europa. Os frutos baratos e abundantes, como os grãos, café, cacau, açúcar deveriam ser produzidos nos latifúndios da América e da África, onde as promessas de Bem-Estar Social deveriam ser trocadas por paternalismo e autoritarismo caudilhesco na América, e opressão colonial direta na África.

O Bem-Estar Social na América Latina se fez tímido e dependente, com poucas conquistas sociais, a despeito do prescrito em várias Constituições. Em relação à questão fundiária, sobretudo no Brasil, pouco se avançou; a propriedade capitalista da terra manteve o paradigma do poder absoluto do proprietário. (MARÉS, 2003).

Essa situação revela a coexistência da perversidade (latifúndio) e modernidade (Bem-Estar Social) no desenvolvimento do capitalismo mundial. Por isso, apreendemos que a realização da Reforma Agrária brasileira tem o capital como principal obstáculo, ainda que em outros lugares ela é convergente a determinadas conveniências capitalistas. No Brasil, a classe dominante está a serviço desse sistema hegemônico.

Além dos impedimentos que perpassaram a formação histórica do país, é importante pontuar também o esvaziamento do debate sobre a Reforma Agrária no início no século XXI com a mundialização da agricultura brasileira. Isso deu aparência “moderna” ao latifúndio arcaico viabilizado pela arquitetura midiática que ilustra a suposta eficiência produtiva do setor.

Portanto, compreendemos que o abandono da Reforma Agrária nos governos pós 1964 até os dias de hoje é expressão da lógica monopolista do capitalismo. Nesse sentido, entendemos ser insuficiente analisar os desdobramentos dos assentamentos rurais, bem como a participação do campesinato na produção local, sem relacionar com os impactos produzidos pela mundialização da agricultura brasileira na região estudada.

Essas lógicas distintas, unidade camponesa dos assentados e propriedade capitalista, são fundamentais na construção do território, sinalizando para a possibilidade de uma modelo mais justo ou para a manutenção das desigualdades marcantes desse país.

3.1 MUNDIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E IMPACTOS À REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DE ANDRADINA

Nas últimas décadas do Século XX, a geografia mundial se transformou rapidamente devido às mudanças nas correlações de forças, o capitalismo se consolidou em consequência da crise e extinção da União Soviética. Diante desse quadro, tornou-se hegemônico, expandindo-se mundialmente. Portanto:

A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, o centro está em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais estão. (OLIVEIRA, 2003, p.8).

Nesse contexto, os meios de apropriação da mais-valia, visando à acumulação ampliada, assumem escala mundial. Por isso a importância de envolver todo o planeta, unindo interesses nacionais da burguesia e internacionalizando-os, assim como criando as empresas mundiais, sendo elas sustentáculo do processo. A lógica dessa ordem é “[...] produzir em ‘qualquer lugar do mundo’ onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis. (OLIVEIRA, 2003, p.09).

Os Estados nacionais exercem papel importante na mundialização da economia e na territorialização das empresas multinacionais. Essas empresas necessitam do aparelho do Estado, por sua vez, os Estados nacionais dependem das empresas para dar continuidade e legitimar suas ações políticas e sociais. O capitalismo domina a escala mundial por meio das empresas multinacionais, das alianças de classes nacionais e internacionais e com respaldo do Estado. “[...]. Essa é, pois, a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista.”. (OLIVEIRA, 2003, p.14).

A transformação das bases técnicas, conhecida como modernização⁴² da agricultura brasileira, se insere nesse processo de mundialização do capital e tem agravado os problemas sociais e ambientais no campo e ao mesmo tempo obstruindo a Reforma Agrária. A abertura do território brasileiro às grandes

⁴² A modernização do campo brasileiro se refere ao processo de transformação das bases técnicas da agricultura e a produção agrícola se fez por meio do uso intensivo de máquinas, agrotóxicos e outros insumos, produção em grande escala, visando o aumento da produção para exportação. (OLIVEIRA, 2007).

empresas multinacionais pelos Militares, pós 1964, a expansão da agricultura capitalista e a consolidação do chamando agronegócio brasileiro nos anos 2000, são desdobramentos dessa lógica neoliberal, em que não há mais limites geográficos na busca pelo lucro. Nesse contexto, a economia brasileira, observado o crescimento progressivo da dívida externa paga pela sociedade, é mecanismo importante de sujeição dos países subdesenvolvidos ao setor financeiro global.

Segundo Oliveira (2016), em 1964 a dívida externa brasileira era de US\$3,3 bilhões, após 20 anos de Governo Militar, a dívida estava em US\$102,1 bilhões. Nesse período, foi pago US\$61,8 bilhões de juros ao mercado financeiro internacional. Para o autor, os governos militares assumiram essa política de endividamento externo que vem orientando o Banco Central nos governos posteriores. Em 2019, o estoque da dívida externa do Brasil chegou a mais de US\$ 574 bilhões. Somando-se a dívida interna federal e a externa, são R\$8,8 trilhões, R\$1,5 trilhão a mais que o PIB do país. (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020).

Luxemburgo (1976) advertiu sobre a função dos empréstimos e financiamento internacionais como mecanismo de emancipação do capital quando analisou as contradições da acumulação capitalista. Muitos países construíram suas estradas de ferro com dinheiro financiado por países europeus, em especial a Inglaterra, emprestando dinheiro com condição: os países deveriam comprar a estrutura da estrada de ferro da própria Inglaterra. Nesse cenário o país criava uma dívida e, por outro lado, fazia circular uma parte de suas mercadorias, realizando a mais-valia.

Esses empréstimos aos países subalternos geram dívida sem fim, pois os países credores oferecem mais dinheiro para salda-las, deixando os países endividados sob os interesses do capital. De tal modo, quanto maior a dívida, maior a exploração e, conseqüentemente, maior a acumulação pela burguesia internacional, controladora das instituições financeiras internacionais. Os estudos de Luxemburgo (1976) revelam que o mecanismo de dívida, via empréstimos internacionais, era usado na etapa do capitalismo industrial. No entanto, a consolidação do mercado financeiro no século XX foi a marca do capital monopolista.

Nessa lógica, os Estado nacionais, sobretudo os menos desenvolvidos, aceitam dinheiro emprestado no mercado internacional (FMI ou Banco Mundial) para aumentar a produção. Para saldarem as dívidas, os países devedores se sujeitam a produzir segundo os interesses dos grandes centros mundiais. No caso do Brasil,

observamos o aumento acentuado na produção destinada à exportação com o crescimento da dívida externa.

De acordo com Oliveira (2003), em 1964, ano do Golpe em que o mercado financeiro internacional passou a ditar as regras, o Brasil exportou US\$1,4 bilhões; em 1984, no fim dos Militares no poder, exportou US\$27 bilhões; em 1989 totalizou US\$34,3 bilhões de exportações. Em 2001, as exportações chegaram a US\$58,2 bilhões. Em 2019, chegou ao montante de US\$255,4 bilhões. (BRASIL, 2020).

Para Oliveira (2016), esse processo revela uma contradição, pois quanto mais se exporta, mais a dívida cresce e mais se paga juros; em 2019 foram R\$1,4 trilhões de juros e amortizações, isto representou 38,2% do Orçamento Federal Executado. (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2020). Essa lógica interessa ao setor financeiro, beneficiado pelos juros pagos, e aos capitalistas, sejam nacionais sejam internacionais, ambos lucrando com o aumento da exportação.

Nesse contexto, “[...] as exportações do agronegócio e os produtos do parque industrial instalado no país vão permitindo o crescimento das exportações, pois, os compromissos com a dívida externa continuam”. (OLIVEIRA, 2003, p.19). Assim sendo, observamos o aumento no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo o IBGE, em 2001, o PIB total brasileiro foi R\$1,3 trilhões; em 2010, foi de R\$3,9 trilhões; alcançando, em 2019, os R\$7,3 trilhões.

Com a inserção do Brasil na economia mundial, o campo passou a ser apontado como negócio rentável, tendo seu lucro regulado pelo mercado mundial. Para Delgado (2010), a opção pelo setor primário, como centro da economia nacional, é fenômeno da década de 2000, mesmo que a inserção à lógica mundial tenha ocorrido décadas atrás.

A agricultura arcaica brasileira, baseada no latifúndio⁴³ rentista, passou a ser reproduzida como sinônimo de produção e riqueza. No entanto, esse processo tem provocado transformações significativas, pois a relação agricultura-indústria se intensificou e expandiu as relações capitalistas de produção no campo.

⁴³ “[...] O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico.” (FERNANDES, 2019).

O latifúndio, antes visto como atraso, “agora é pop, é tec, é tudo⁴⁴”, teria se transformado em agronegócio. De acordo com Fernandes (2019), a expressão agronegócio, surgida na década de 1990, é uma construção ideológica, cujo objetivo é esconder a imagem arcaica e latifundista da agricultura capitalista.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. (FERNANDES, 2019).

Segundo Oliveira (2003, p.113), o latifúndio possui agora uma nova roupagem e o “[...] agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial”.

De acordo com Delgado (2010, p.113), a consolidação do agronegócio, na década de 2000, deriva da crise cambial na economia brasileira devido à crise de liquidez internacional no final de 1998. Isso gerou a fuga de capital do país e forçou a mudança no regime cambial. O Estado brasileiro recorreu ao setor primário para resolver a crise na balança comercial, buscando com o saldo da exportação suprir o déficit da Conta Corrente. Assim, “[...] a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna”.

Os latifundiários-capitalistas e os capitalistas-latifundiários aproveitaram a alta demanda do mercado mundial e pelos altos recursos destinados pelo Estado ao setor tem colocado parte de suas terras, antes improdutivas a espera de valorização, para produção de commodities.

Nesse quadro, presenciamos no Brasil, a expansão de monoculturas como: cana-de-açúcar, soja, laranja, milho, eucalipto etc, em detrimento de outros gêneros alimentícios. Contudo, a agricultura paulista, bem como a brasileira tem profundas mudanças e o Estado passa a ser guiado sob interesses do capital internacional. Na Região de Andradina, os plantios de cana-de-açúcar se expandiram rapidamente, ocupando áreas de pastagens e também as destinadas à produção de alimentos básicos.

⁴⁴ “O Agro é pop, é tec, é tudo” faz parte do marketing do agronegócio, sendo o slogan desenvolvido e promovido pelas grandes empresas nacionais de telecomunicações. Com campanhas massivas procuram manipular a opinião públicas em favor do setor.

Para Bini (2008, p. 129), a expansão dessa lavoura, nas últimas décadas, está associada à busca por novas áreas, já que o país buscava expandir a produção de etanol⁴⁵, atendendo ao mercado mundial e a demanda interna devido a fabricação de carro flex. Assim sendo, a criação de políticas públicas, como o Proálcool⁴⁶, que visava expandir a cana-de-açúcar sobre novas áreas, deve ser analisada no contexto da mundialização da economia brasileira.

Em relação à expansão dessa lavoura, Thomaz Júnior (2002) destaca o papel do Estado. Segundo o autor, antes do Proálcool os produtores de cana-de-açúcar, especialmente os paulistas, desfrutaram de intensa política de créditos subsidiados para essa produção. Política essa, de caráter nacional, denominada Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Portanto, assim como o café, a cana-de-açúcar tem nos recursos públicos fator de expansão.

A Tabela 5 mostra o aumento significativo das lavouras temporárias. Em 2006, ocupavam 18,7% de toda a área dos estabelecimentos; em 2017, era 49,7%, sendo a cana 72,1% (176.285 ha) desse tipo de lavouras. Por outro lado, a tabela mostra redução de 28,6% na área de lavoura permanente. Houve também recuo na área de Matas e Florestas e redução de 36,3% na área de pastagens, comparando os números de 2006 e de 2017.

Tabela 5 - Utilização das terras (hectares) na Região de Andradina

Ano	<i>Lavouras Permanentes</i>	<i>Lavouras Temporárias</i>	<i>Pastagens</i>	<i>Matas e Florestas</i>	<i>Outros</i>	Total (ha)
2006	22.660	87.946	302.143	34.505	21.763	469.017
2017	16.197	244.333	192.702	29.428	8.721	491.381

Fonte: SIDRA, 2020. Organizado pelo autor.

Oliveira (2016), advertiu sobre os impactos produzidos pela mundialização da agricultura brasileira na produção de alimentos, principalmente nos lugares de expansão dos agrocombustíveis, como é o caso da cana-de-açúcar.

⁴⁵ Bini (2008) destaca que a expansão da produção de etanol é resultante das tensões existentes no Oriente Médio, no início da década de 2000, e a consequente crise do petróleo. Nesse contexto, o Brasil financiou, via BNDES, a expansão do setor sucroalcooleiro na região.

⁴⁶ O Proálcool foi instituído pelo decreto 76.593/1975, selando a mediação do Estado na atividade sucroalcooleira e privilegiando a burguesia nacional/internacional. Sobre o Proálcool e a expansão da cana no interior paulista ver Thomaz Júnior (2002).

Para o autor, o agronegócio brasileiro pegou carona na crise mundial⁴⁷, por isso observamos, pós 2008, o expansão da cana no Brasil, especialmente no estado de São Paulo. Nesse estado, em 1995/6, havia 2,2 milhões de hectares com cana-de-açúcar; em 2006, a área plantada foi de 3,1 milhões de ha; em 2017, saltou para 4,8 milhões de ha; a cana plantada no território paulista representou 50% da país.

Esse processo é característico do setor sucroalcooleiro e deriva da territorialização do capital monopolista no campo e atua no:

[...] controle da propriedade privada, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica. (OLIVEIRA, 2016, p.127).

Com a expansão do setor sucroalcooleiro, o Brasil entrou no rol dos maiores exportadores de açúcar e etanol do mundo e São Paulo o maior produtor do país. Em 2018, o Brasil arrecadou US\$894,24 milhões com a exportação de etanol, sendo 1.341.523 toneladas de etanol; 93% foram produzidos no estado paulista e 57% exportado para os Estados Unidos.

Em relação ao açúcar (considerando bruto e refinado), foram exportados US\$6.524,49 bilhões no mesmo ano, sendo 21.259.204 toneladas no país e o estado paulista participou com 65%. Mesmo sendo um dos maiores produtores de açúcar e etanol o Brasil importou, em 2018, US\$743,28 milhões de etanol, sendo 1.403.149 toneladas; 99,7% do etanol foi importado dos EUA. Do total de etanol importado, 22,1% foi para São Paulo e 62,4% para o Maranhão. (MDIC, 2019).

Considerando a conflito de classes no processo de construção do território, ressaltamos o oportunismo dos latifundiários da região, uma vez que diante da crescente luta pela terra, muitos dos detentores de fazendas apontadas pelo INCRA e ITESP como improdutivas, as colocaram na rota da expansão da cana, ocultando a improdutividade e suas origens duvidosas.

Portanto, além do aumento na demanda de etanol, a cana-de-açúcar se expandiu na região em consonância à intensificação da luta dos movimentos sociais no campo. Assim, a década de 2000, com a ascensão dessa lavoura, notou também

⁴⁷ A crise resultou do aumento dos preços do petróleo e elevando os custos dos agrotóxicos e dos fertilizantes, assim como o aumento da demanda de etanol no mercado mundial, e não nacional como o governo queria que transparecesse. (OLIVEIRA, 2016).

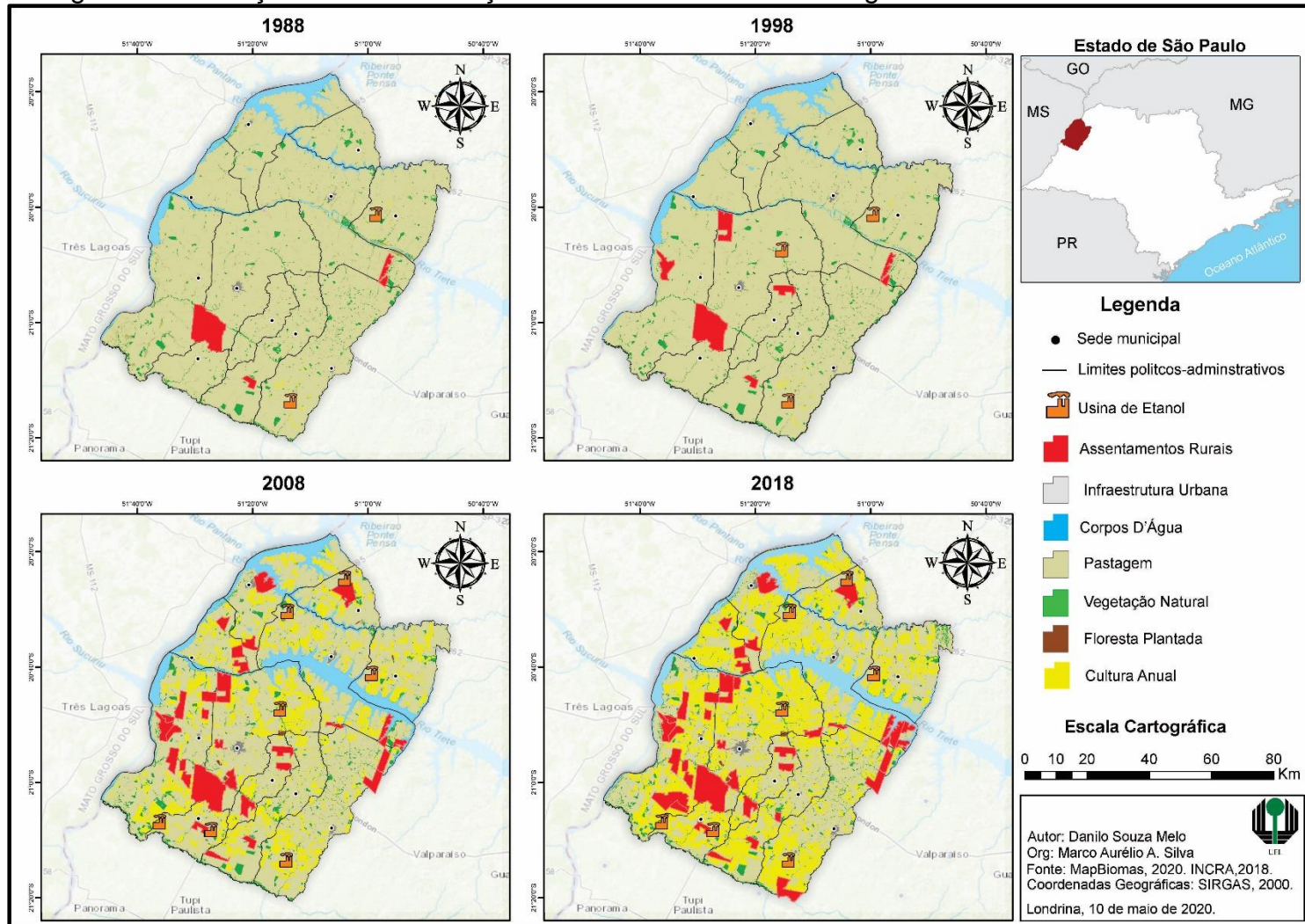
a construção de quatro das sete destilarias da região e, também, a criação de 29 dos 37 assentamentos rurais.

A Figura 4 mostra a evolução da cana, a criação das destilarias e a criação dos assentamentos rurais entre 1988 e 2018. Em 1988, havia na região duas destilarias, em Mirandópolis e Sud Mennucci. A pastagem predominava, cercando os três assentamentos criados até aquele momento. Em 1998, pouco se alterou em relação à pastagem; com a criação da destilaria em Andradina, a região contava com três usinas e seis assentamentos.

A década de 2000 marca profundamente a mudança na paisagem pela expansão exponencial da cana-de-açúcar como alternativa dos latifundiários à luta pela terra na região. Em 2008, havia sete destilarias e, por outro lado, 30 dos 37 assentamentos da região. Em 2018, em destaque na Figura 5, devido a ascensão rápida da cana, observamos sua predominância na região juntamente com a pastagem que, juntas, cercam os assentamentos rurais.

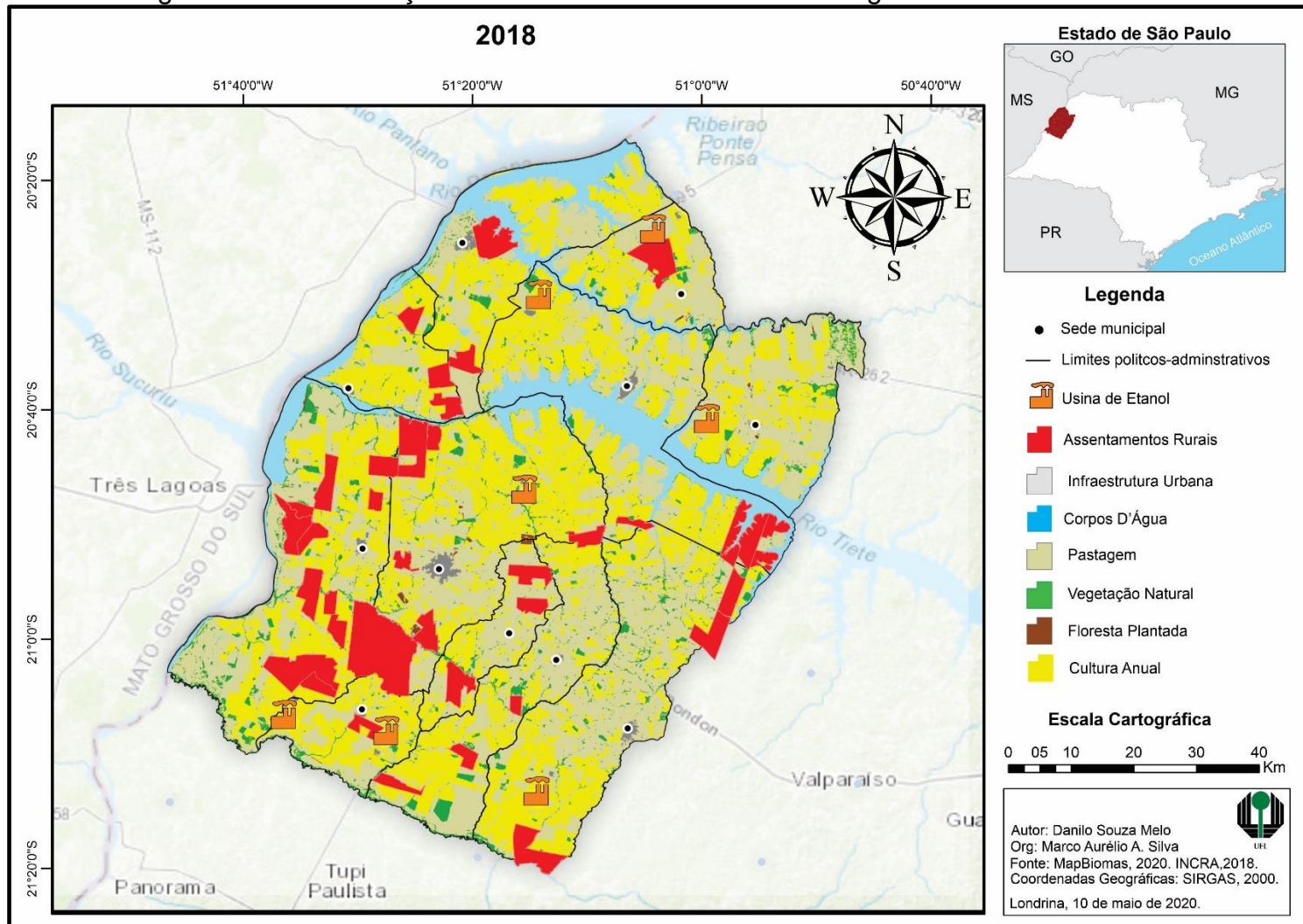
As setes usinas do setor, estão distribuídas da seguinte forma (Figura 5): duas unidades da Raízen, em Mirandópolis e Andradina; duas unidades da Usina Santa Adélia, Pereira Barreto e Sud Mennucci; uma unidade Pantaleon, em Suzanápolis; uma do grupo Pedra Agroindustrial, em Nova Independência e uma unidade da Viralcool, em Castilho.

Figura 4 - Evolução da cana e criação dos assentamentos na Região de Andradina - 1988 a 2018



Fonte: IBGE, 2017; INCRA; 2019.

Figura 5 - Cana-de-açúcar e Assentamentos Rurais na Região de Andradina – 2018



Fonte: IBGE, 2017; INCRA; 2019.

A Região de Andradina possui pouco mais de 688 mil hectares, incluindo a área das cidades. No entanto, a área total declarada no Censo Agropecuário de 2017 foi de 491.381 hectares. A diferença de 197.568 ha indica irregularidade nas declarações sobre a real extensão dos respectivos estabelecimentos. As irregularidades ficam mais evidentes ao notarmos a área dos imóveis declarados ao INCRA (2014), 619.439 hectares, diferença de 128.058 hectares entre os institutos. Diante das limitações da autodeclaração e considerando a área da região, a cana plantada, declarada ao IBGE (2017), representa 25,6% das terras, enquanto os assentamentos dominam apenas 9,2%.

Por conseguinte, ao somar a área da pastagem (192.702 ha) com a diferença da área (197.568 ha) não declarada ao IBGE, identificamos que o latifúndio, em grande parte improdutivo, domina nada menos que 56,6% de toda a região. Incluindo nesse conjunto a cana, temos 82,2% das terras servindo de mecanismo de exploração, de reserva de valor e patrimonial.

A Figura 5, como vimos, revela a presença marcante ainda das pastagens, ou seja, o latifúndio improdutivo se mantém, mesmo com a territorialização da cana-de-açúcar. Assim, em análise geral:

É possível observar que a expansão contraditória e desigual das relações capitalistas cria e recria relações não-capitalistas e o latifúndio, bem como o agronegócio, são exemplares dessa expansão. A acumulação não está pautada necessariamente nas relações mercadológicas (produção de mercadorias), mas na exploração da mais valia social (renda da terra). É possível verificar uma acumulação capitalista a partir de uma renda patrimonialista resultante da propriedade da terra, o que faz surgir a classe de proprietários fundiários e não só capitalista no campo. (FABRINI, 2008, p.44).

O capital, em seu desenvolvimento contraditório e desigual, se apropria de parcela significativa das terras, expandindo as relações capitalistas de produção e na mesma medida diminuindo o número de pessoas ocupadas no campo.

De acordo com o IBGE, em 1985, havia 25.727 pessoas ocupadas⁴⁸ nos estabelecimentos da Região de Andradina, sendo 12.592 produtores e familiares e 13.135 de trabalhadores permanentes e temporários. Em 2017 o número de pessoas ocupadas foi de 22.844. Deste total, 11.503 refere-se aos produtores e

⁴⁸ Para o IBGE (2019), pessoal ocupado se trata do número de pessoas trabalhando, com ou sem vínculos empregatícios, em atividades agropecuárias.

peças com laços de parentesco, os outros 11.341 formados por trabalhadores permanentes e temporários sem laços de parentesco com os produtores.

Parece não haver mudança significativa entre os Censos de 1985 e 2017, reduzindo apenas 2.883 pessoas ocupadas. Porém, se considerarmos a luta pela terra, possibilitando a territorialização dos camponeses, notamos uma diferença significativa. Assim, dos 37 assentamentos rurais, somente o Assentamento Primavera I, em Andradina, foi criado antes de 1985; contudo são mais de 3.000 famílias assentadas em 36 assentamentos, logo, considerando o trabalho do grupo familiar, são aproximadamente, 11.400⁴⁹ pessoas ocupadas. Por isso, entendemos que a maior parte das pessoas ocupadas no campo, em 2017, estavam nas unidades familiares dos assentamentos rurais.

A monocultura avança com discurso de modernidade, porém a paisagem produzida por ela nada tem de moderno.

[...] A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. (FERNANDES, 2008, p.286).

A Região de Andradina presencia seu campo se transformando num “mar” de cana, estando intrínseco a esse modelo de agricultura o uso intensivo de veneno.

De acordo com Bombardi (2017, p.33), a produção agropecuária de *commodities* no Brasil realiza-se com uso intenso de agrotóxicos. Ainda segundo a autora, o país consome 20% de todo “defensivo”⁵⁰ comercializado no mundo, sendo 2/3 usado na soja, na cana e no milho. No Atlas do Agronegócio consta que a comercialização de agrotóxicos e sua utilização era de 2,7 quilos por hectare em 2002. Em 2012, o número chegou a 6,9 kg/ha. (SANTOS; GLASS, 2018).

Com a lavoura de cana, representando 35,9% da área total dos estabelecimentos declarados na Região de Andradina (IBGE, 2017), vários projetos de assentados rurais estão cercados pelo “mar de cana”, como demonstrado na Figura 5 (p.138). Durante o trabalho de campo, foi recorrente ouvirmos dos assentados reclamações sobre a pulverização de agrotóxicos:

⁴⁹ Segundo o IBGE (1996) uma família rural da região de Andradina possuía em média 3,80 pessoas, nesse sentido, multiplicamos esse número pelas 3.000 famílias.

⁵⁰ Entendemos que a utilização do termo defensivo em vez de veneno ou até mesmo agrotóxico é uma questão política, cujo objetivo é ocultar os malefícios e a natureza tóxica desses produtos.

Aqui é cercado por cana. É quatro fazendas envolta, então nós estamos no meio. E eles passam veneno de avião, esse avião vai longe o veneno. Esses venenos vai pros pastos e a vaca come a pastagem e passa mal. Acredito que seja isso, porque a vaca começa emagrecer e acaba morrendo, dá caroço nas vacas, cai um pouco dos pelos. Da a impressão que é um tipo de alergia. Direto, agora cedo ele estava, e você escuta o barulho. Quando está aqui você vê ele voando. Ele faz a curva, ele vira aqui no assentamento, aqui em cima. Vem cheiro. (Sr.^a N.; P.A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

Nas diversas entrevistas, as reclamações estavam diretamente associadas ao impacto da pulverização do veneno na produção do lote. Segundo a Sr.^a I.: “[...]. É ruim, porque se cai veneno aí prejudica. Eles passam veneno com o avião. Começou agora, não era.”. (P.A. Celso Furtado, Castilho; jan. de 2018). A preocupação com a perda da produção também faz parte da fala do Sr.^o M.:

A acerola está tendo um problema que os aviões estão passando veneno na cana e está afetando a produção, está queimando, está matando. É cercado de cana envolta aí tudo. Quando começa a passar, vai uma semana passando. Faz dois dias que passaram. Está matando tudo, está amarelando tudo, até frutas está morrendo. [...] Essas folhinhas verdes com amarelo foi do veneno. É interessante que quando a chuva vem ela joga [veneno] pro chão. Essa samambaia aqui ainda tem, ela estava no pé de manga, estava mais linda. Na Santa. Cristina, outro assentamento, está com mesmo problema. Aqui é tudo cana. (P.A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

O processo de mundialização da agricultura brasileira fez do Brasil um dos maiores consumidores de agrotóxicos, o que além de contaminar a biodiversidade na mesma medida contamina a população⁵¹, seja na água, no leite materno, ou na exposição direta como o caso dos assentados que tem seu lote à beira da cana. Entretanto, esse não foi o único problema⁵² apontado pelos assentados e assentadas, isto porque nos últimos anos o número de moscas tem aumentando nos

⁵¹ “As intoxicações agudas por agrotóxicos afetam principalmente as pessoas expostas em seu ambiente de trabalho e são caracterizadas por seus efeitos como irritação da pele e dos olhos, coceira, vômitos, diarreias, dificuldades respiratórias, convulsões e morte. Já as intoxicações crônicas podem aparecer muito tempo após a exposição ao veneno e afetar toda a população, pois são decorrentes da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos e no ambiente, geralmente em doses baixas. Os efeitos associados à exposição crônica incluem: infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, desregulação hormonal, efeitos sobre o sistema imunológico e câncer.” (SANTOS; GLASS, 2018, p.22).

⁵² A expansão da cana fez aumentar o fluxo de caminhões de carga, tornando as estradas que ligam os P.A às cidades precárias, principalmente nos períodos de chuvas. Esse problema também foi levantado pelos assentados entrevistados.

assentamentos e isso se deve ao fato de a usina jogar vinhoto⁵³ nas plantações de cana.

Empesteou o mosquito aqui. É cheio. Se deixar qualquer coisa aí você vai ver está preto, preto de mosquito. Isso foi depois do canavial. É insuportável o cheiro que eles passam [vinhaça na cana]. É vizinho, bem de lado ainda pra ajudar. (Sr.^a. I.; P.A. Celso Furtado, Castilho; jan. 2018).

Da mesma forma que o veneno inviabiliza a produção camponesa nos assentamentos, a mosca afeta a criação de animais, principalmente a pecuária bovina. Na fala a seguir verificamos esse problema, tanto do agrotóxico quanto da mosca.

A mosca, aumentou. Porque eles jogavam o vinhoto com canhão, ficava cheia de mosca. Nós mesmo vendeu tudo o gado, porque não tinha condições. Faz uns três anos que vem acontecendo isso, cada dia está ficando pior. Eles andaram soltando um tipo de coisa pra combater as coisas da cana, acabou afetando as frutas. [...] Se você ver, o pé de tamarindo, que eu plantei com tanto cuidado, secou de fora a fora. Parece que pegou veneno, até meus pés de plantas queimou. Dessa vez, ficamos horrorizados. (Sr.^o. M., P.A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

A assentada Sra. N., do P.A. também comentou sobre o problema da mosca.

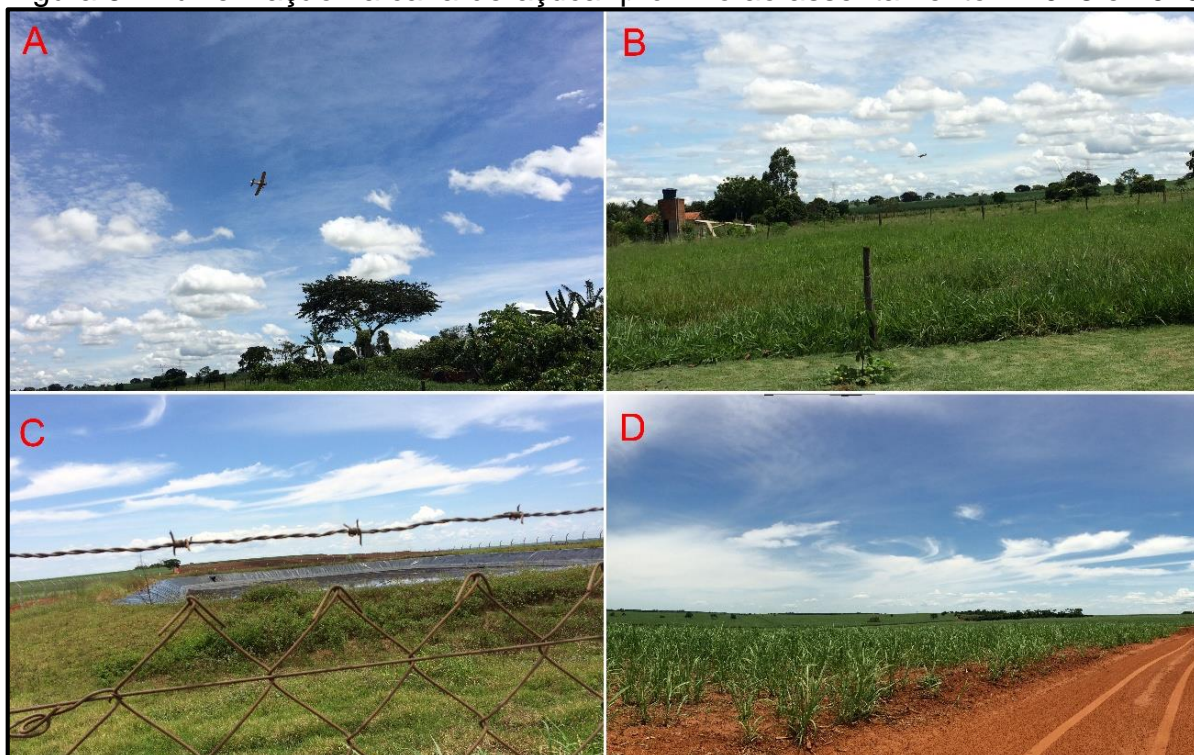
Aquela vinhaça que eles jogam produz mosquinhas, não é a mosca caseira, ela é diferente, é uma mosquinha e chupa o sangue. Até na gente ela ferroa doido, ela vive dos sangues das vacas. Um pouco deve ser isso, porque vai chupando o sangue e vai dando anemia né. [...] As vacas nem pasta direito, se elas achar uma poça d'água eles entram dentro. Não sei se água espanta um pouco. Uns anos atrás eles plantaram cana, mas não tinham a aplicação de vinhaça. Agora eles fizeram um lago, uma piscina feita de lona e eles enchem, a vinhaça vem da usina e cai naquela piscina, aí eles ficam irrigando a roça com canhão. Isso aí produz muita mosca e mau cheiro também. (Sr.^a. N.; P.A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

Presenciamos a pulverização de agrotóxico próximo ao assentamento durante trabalho de campo, realizado em janeiro de 2018, no P.A. Celso Furtado, em Castilho, conforme a foto A e B, da Figura 6. Em janeiro de 2019, registramos a

⁵³ O vinhoto, também conhecido como vinhaça, é um composto químico líquido que surge através do processo industrial que transforma a cana-de-açúcar em álcool. Antes descartado, esse resíduo, pastoso e malcheiroso tem sido utilizado nas lavouras de cana-de-açúcar. (MARQUES, 2015).

piscina com vinhaça (foto C e D) no meio do canavial, próximo ao P.A. St^a. Luzia, em Guaraçai.

Figura 6 - Pulverização na cana-de-açúcar próximo ao assentamento – 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

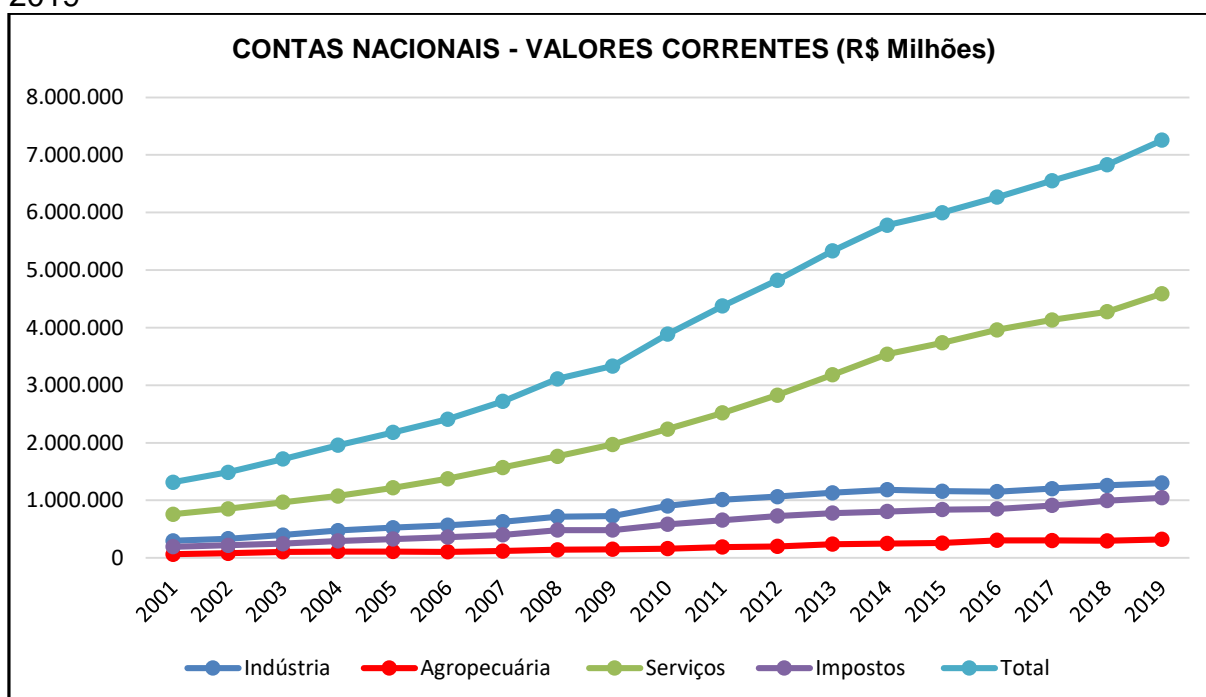
Essa lógica, pautada na produção de *commodities* via tecnificação da agricultura, tem vulnerabilizado o modo de vida camponês, além de saquear as gerações futuras pela forma como se relaciona com a natureza, destruindo, via monocultura e uso intensivo de agrotóxicos, a biodiversidade e causando envenenamento dos recursos hídricos. Todavia, a exposição dos camponeses à pulverização se soma aos diversos obstáculos de reprodução social dessa classe.

O Atlas Geográfico do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia, desenvolvido por Bombardi (2017), indica que 70% das áreas do estado de São Paulo sofrem com a exposição de veneno por pulverização nas lavouras. Nesse mesmo assunto, Aranha e Rocha (2019) explicam que São Paulo é o estado recordista no número de cidades com contaminação na água por um coquetel formado por 27 tipos de agrotóxicos. Segundo a pesquisa, um em cada quatro municípios brasileiros tem sua rede de abastecimento contaminada. Em relação à Região de Andradina, apenas Murutinga do Sul, entre os 11 municípios, não teve registro de contaminação com coquetel de agrotóxicos.

Diante destas perversidades, para justificar a opção pelos produtos de exportação (vale o exemplo da cana, mas também da soja, da celulose, entre outras), a elite agrária tem se pautado na produtividade do setor e na suposta contribuição da agropecuária para a economia no país. Entretanto, quando olhamos os setores que compõem o PIB não é isso que os dados revelam.

O Gráfico 3, evidencia a participação da agropecuária no PIB do Brasil, de 2001 a 2019. Os números no gráfico elucidam que a agropecuária é o setor econômico menos expressivo se comparado com os outros, sua contribuição não passa da casa dos 5%. Em 2001, quando o PIB atingiu R\$1,3 trilhão, a agropecuária obteve R\$ 63,2 bilhões, representando apenas 4,8% do PIB. Em 2019, com o PIB na casa de 7,3 trilhões, a agropecuária representou apenas 4,4%, isto é, R\$322 bilhões.

Gráfico 3 - Brasil: Participação dos setores no Produto Interno Bruto (PIB) -2001 a 2019



Fonte: IBGE, 2020. Org. pelo autor.

Para dar legitimidade diante da opinião pública, os “ideólogos do agronegócio” passaram a utilizar outras metodologias e criaram o PIB do Agronegócio⁵⁴,

⁵⁴ Para CEPEA/ESALQ-USP (2019), o agronegócio é a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o ramo agrícola (vegetal) e para

mostrando suposta eficiência do setor, como observamos na reportagem intitulada “A importância do agronegócio na economia brasileira”⁵⁵, ressaltando que o chamado agronegócio é o caminho para o desenvolvimento do país.

De acordo com os dados divulgados pela CEPEA/ESALQ-USP (2020), o PIB do Agronegócio, em 2019, foi de R\$1,6 trilhão. Ao desagregar os segmentos somados temos: R\$79,1 bilhões de insumos; R\$466,6 bilhões da indústria; R\$656,2 bilhões de serviços; e, R\$351,1 bilhões da agropecuária, ou seja, mesmo nos números do Agronegócio, a agropecuária representa apenas 22,6%. Notamos, também, a diferença de R\$29,1 bilhões a mais em relação aos dados divulgados pelo IBGE.

Para Oliveira (2016, p.108), a utilização da metodologia do PIB do Agronegócio pelo Ministério da Agricultura (MAPA), visa passar à sociedade a ideia de grandeza e modernidade que a agricultura capitalista não tem, pois incluem os dados da indústria, dos serviços, dos insumos à agropecuária. O autor destaca, ao analisar as exportações mundiais, que “[...]. Não há, [...] lugar no desenvolvimento do mundo do capitalismo mundializado destaque para os países exportadores de *commodities* agrícolas. (OLIVEIRA, 2016, p.109).

A estratégia do Ministério da Agricultura, na manipulação dos dados, oculta a verdadeira face da agricultura capitalista, o que evidencia uma vez mais seu caráter classista, como destacou Paulino (2008, p.226), sendo o Estado “[...] instrumento de perpetuação dos interesses hegemônicos”.

Outra questão importante, é que, além de inflar os números juntando outros segmentos e não somente o setor primário, a mídia, o próprio Estado e os beneficiários diretos do agronegócio ocultam a participação expressiva dos pequenos estabelecimentos no conjunto do setor.

De acordo com Marés (2003), a produtividade tem sido a palavra mágica utilizada pela agricultura capitalista para ocultar o não cumprimento da função social da terra. A produtividade, inserida nesse modelo predatório da agricultura capitalista, visando a produção de mercadorias, tem a função econômica e não social. Sobre essa lógica o autor é enfático:

o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio.

⁵⁵ Disponível em: <<https://defesadoagro.com.br/importancia-do-agronegocio-na-economia-brasileira/>>. Acesso em: 07 jun. 2019.

A terra está destinada a dar frutos para todas as gerações, repetindo a produção de alimentos e outros bens, permanentemente. O seu esgotamento pode dar lucro imediato, mas liquida sua produtividade, quer dizer a rentabilidade de um ano, o lucro de hoje, pode ser prejuízo do ano seguinte. E prejuízo não apenas financeiro, mas social, público, porque se traduz em desertificação, que quer dizer fome, miséria desabastecimento e, em consequência, não cumprimento dos objetivos da República. (MARÉS, 2003, p.120).

A produtividade significa capacidade de produção reiterada, conservação do solo e a proteção na natureza, não devendo ser relacionada ao lucro individual e imediato. Para autor, a propriedade produtiva deve estar em comunhão com os requisitos sobre a função social do art. 186 na Constituição Federal de 1988.

Para Marés (2003) e Ramos (2005), a noção de função social incorporada na CF de 1988 foi inspirada no Estatuto da Terra de 1964, sendo dever da União criar os critérios e graus de exigência que caracterizem o aproveitamento “racional e adequado” da propriedade privada. O cumprimento da função social se relaciona ao respeito simultâneo dos quatro requisitos. Para regulamentar as determinações do Art. 186 foi criado, em âmbito Federal, a conhecida Lei Agrária nº8.629/1993, atualizada pelo INCRA com a Instrução Normativa nº11, de 4 de abril de 2003.

Assim sendo, a Lei Agrária (nº. 8.629/1993) estabelece em seu Art.6º:

Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

A Lei Agrária ainda determina em seu Art. 11º que os parâmetros, índices e indicadores que avaliam a produtividade de uma propriedade devem ser ajustados constantemente em consonância com o avanço do progresso técnico no campo. Entretanto, Marés (2003) e Ramos (2005) advertem que os índices de eficiência produtiva e rendimento remontam ao Estatuto da Terra de 1964, período em que no Brasil se iniciava a tecnificação da agricultura.

Nesse sentido, Paulino e Almeida (2010b, p.24) lembram que a referência de produtividade advém do Decreto 84.685 de 6 de maio de 1980, que atualizou o Estatuto da Terra (1964), estabelecendo o Grau de Utilização da Terra e o Grau de Eficiência na Exploração com parâmetros no rendimento utilizado no Censo Agropecuário de 1975. Segundo as autoras, a não atualização dos parâmetros

evidencia o poder de mobilização da bancada ruralista, fazendo letra morta a legislação agrária.

Contudo, lembramos que os índices e normativas não acompanharam o avanço técnico e o pacote tecnológico utilizado na agricultura. São 44 anos de atraso mascarando o cumprimento da função social e impedindo a desapropriação de muitas terras improdutivas, travando assim a criação de mais projetos de assentamentos rurais.

A atualização desses dispositivos refutaria a tese midiática de eficiência produtiva da agricultura capitalista, tendo se pautado apenas no aspecto econômico-produtivo da função social. Porém, entendemos que a agricultura capitalista não tem se mostrado tão eficiente mesmo dominando o aparato tecnológico.

A atual instrução, com parâmetros não atualizados sendo da época do Censo Agropecuário de 1975, considera o rendimento de 70 toneladas por hectare em relação à produção cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Mesmo passados quatro décadas e diante da tal modernidade do agronegócio, o rendimento médio na Região de Andradina é de 74,71 toneladas por hectare (Tabela 6).

Tabela 6 - Rendimento da cana-de-açúcar na Região de Andradina - 2017

Municípios	Quantidade (ton.)	Área Colhida/ha	Rendimento – ton/ha
<i>Andradina</i>	2.450.000	35.000	70
<i>Castilho</i>	1.950.000	26.000	75
<i>Guaraçai</i>	1.750.000	25.000	70
<i>Ilha Solteira</i>	1.186.349	13.943	85
<i>Itapura</i>	950.000	9.500	100
<i>Mirandópolis</i>	1.619.030	23.129	70
<i>Murutinga do Sul</i>	1.619.030	23.129	70
<i>Nova Independência</i>	669.200	9.560	70
<i>Pereira Barreto</i>	1.890.000	27.000	70
<i>Sud Mennucci</i>	1.170.550	14.275	82
<i>Suzanápolis</i>	700.000	7.000	100
Região de Andradina	15.954.159	213.536	74,71

Fonte: IBGE/CIDADES, 2019. Org. pelo autor.

Dos municípios da região, apenas cinco deles têm índices superiores ao estabelecido. Por outro lado, seis municípios têm o rendimento exato determinado na instrução. Como a lei em vigor necessita de revisão, apreendemos que a maioria dos municípios não possuem níveis de eficiência.

Entendemos, que uma propriedade altamente produtiva, com uso intenso de agrotóxicos, não deve ser protegida pelo sistema jurídico, pois atenta contra o interesse público, contra o bem-estar social da população. A exposição dos assentados à pulverização de agrotóxico, à destruição do ecossistema e à contaminação da água deixa claro que esse modelo não se atenta ao bem-estar social.

Para Marés (2003, p.130), a definição de produtivo, segundo a Constituição (1988), são as terras que cumprem a função social, mas que também criam riquezas no presente e, mesmo assim, continuam a produzir no futuro. Portanto, a produtividade contida na letra da lei não pode ser confundida com rentabilidade e lucratividade. “[...] Esta é a pior interpretação possível, porque é contra os interesses da sociedade, vilipendia a Constituição e mantém incólume a estrutura do latifúndio”.

Diante das barbáries, dos apontamentos e dos dados analisados, elucidando a pequena participação da agropecuária no PIB nacional, mostrando que entre os setores foi o que menos cresceu desde a década 1960 quando o país se inseriu nessa lógica, surgem algumas questões: qual a necessidade de mostrar uma aparência moderna do campo? Qual a intenção de enfatizar a importância desse setor ao país?

Para Oliveira (2016), ocultar a real situação do quadro fundiário no Brasil é o que se pretende com as manipulações dos dados apontando a importância do setor. A divulgação da aparência moderna e produtiva do campo esconde a questão agrária ainda não superada, com isso afasta-se a possibilidade da realização da Reforma Agrária. Contudo:

[...] fazer das exportações de alimentos o ‘carro chefe’ da economia brasileira é hipotecar o futuro do país às heranças coloniais, teimosamente presentes no cenário político nacional. É por isso, que o agronegócio é a reprodução do passado histórico do país. E, ele trouxe apenas o aumento da desigualdade social à sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 2016, p. 110).

Seguindo a crítica ao modelo de desenvolvimento econômico pautado na agricultura capitalista, Delgado (2010) afirma ser inviável optar por esse setor como solução estrutural ao desequilíbrio externo, pois ele é apenas uma fonte precária à solvência da balança de pagamento e é solução que dura pouco tempo. O autor

explica que esse arranjo, denominado de agronegócio, não é sustentável economicamente; tampouco ecologicamente. Assim:

Competitividade externa de '*commodities*' agrícolas e minerais, apoiada no argumento da produtividade da terra e das jazidas minerais disponíveis, sustenta um fluxo de transações correntes com o exterior dependente de capital estrangeiro. A resultante inevitável é a super exploração de jazidas e terras novas e também intensificação do pacote técnico agroquímico nas zonas já exploradas, para obter maior fatia do mercado externo de produtos primários. (DELGADO, 2010, p.123).

Diante da perversidade e da violência que se age sobre a natureza, apreendemos que esse modelo tem tempo de validade, uma vez que os recursos naturais são bens finitos, esgotam-se; ou seja, esse é o modelo inviável social e ambientalmente.

Contudo, retomamos os apontamentos de Paulino (2011), ao explicar a singularidade da terra, que difere de outros meios de produção, porque a propriedade privada da terra produz riqueza em duas vias: quando há produção e também quando não há. Nesse ínterim, reside sua importância para o capitalismo e sua monopolização é fundamental à classe hegemônica.

Portanto, o que está em jogo não é a produtividade do setor primário, ela é apenas a justificativa. A centralidade da agricultura capitalista está na possibilidade de realização da renda capitalizada via monopólio fundiário. Assim sendo,

[...] a monopolização da terra é fator de locupletação, inclusive porque além da renda, dela são extraídos bens como madeira, minérios e afins, os quais são imediatamente convertidos em mercadorias indispensáveis ao circuito do capital. (PAULINO, 2011, p.115).

A lógica reproduzida pela classe dominante nacional tem centralidade no monopólio fundiário, isto é, na possibilidade de apropriação do lucro extraordinário por meio da renda da terra. Essa lógica é confirmada quando observamos que apenas 18,1% das terras agrícolas nacionais estão ocupadas por plantios.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), a área total dos estabelecimentos no Brasil é de 351,3 milhões de hectares: as lavouras permanentes e temporárias ocupavam apenas 63,5 milhões de ha. Por outro lado, a pastagem ocupava, em 2017, 159,5 milhões de ha, dominando 45,4% da área total declarada pelos estabelecimentos. Portanto, a manutenção da terra com fins

especulativos é mais atraente do ponto de vista da agricultura capitalista do que a inserção delas na produção.

Por meio das manipulações dos dados, da propaganda midiática que legitima o agronegócio, via discurso da eficiência produtiva, a classe hegemônica, detentora de parcelas significativas da terra, beneficia-se pelo fundo público, caminho da realização da renda capitalizada em suas mãos.

Para Fernandes (2019, p.1):

Esse modelo [de agricultura] não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

De acordo com Paulino (2008, p.230-231), a agricultura capitalista se sustenta em alguns fatores, entre eles destaca-se o fundo público, uma vez que esse modelo tem historicamente se beneficiado das políticas de créditos e seus subsídios. A autora ainda destaca, do ponto de vista fundiário, a flexibilidade da fronteira agrícola, assegurando disponibilidade de terras férteis e a possibilidade de acumulação primária pelas vendas das madeiras. Associado a esses fatores, soma-se a reserva de mão de obra disponível pelo impedimento do acesso à terra.

Além de abocanhar grande parte dos recursos públicos destinados à agricultura, os latifundiários-capitalistas não têm honrado com o pagamento desses empréstimos. O Relatório Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, publicado em Oxfam Brasil⁵⁶ (2016, p.18) mostra que 4.013 pessoas físicas e jurídicas, detentoras de terra, devem R\$ 906 bilhões, segundo os Dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Paulino (2008) ressalta a taxa simbólica do Imposto Territorial Rural (ITR) como outra face do acesso ao fundo público. Para Oxfam Brasil (2016), mesmo que tenha crescido o valor arrecadado do ITR, a arrecadação permanece em torno de

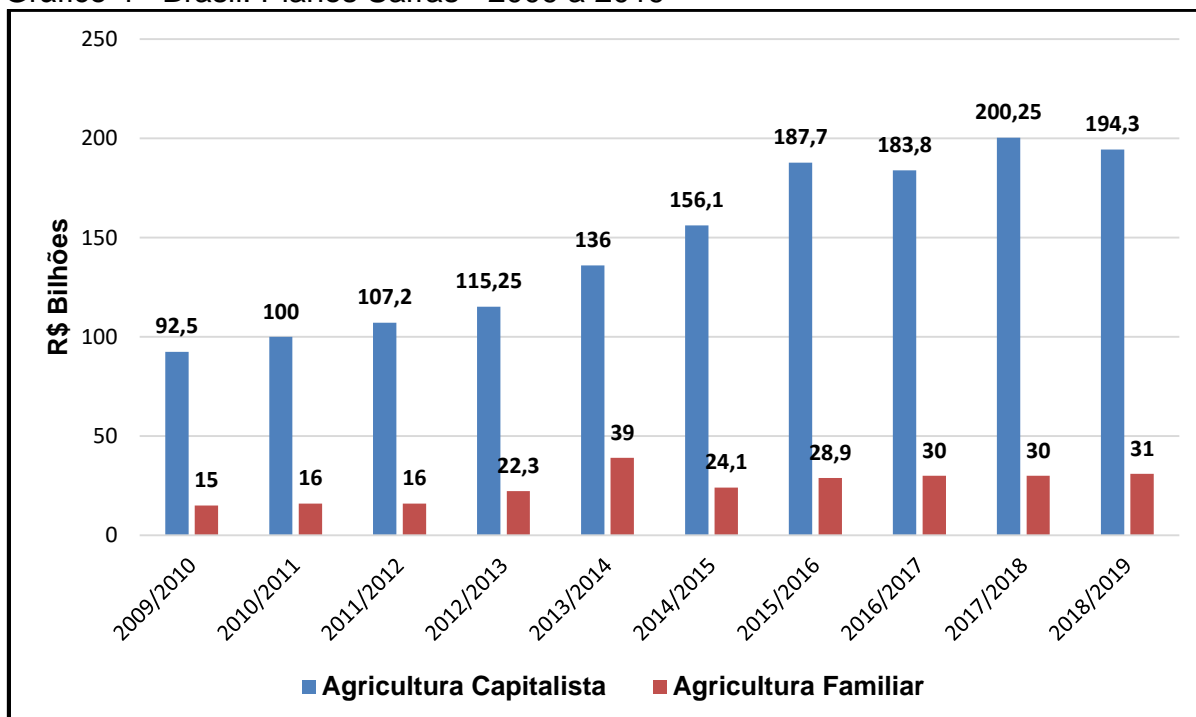
⁵⁶ Segundo informações do Incra, dos 4.013 devedores com dívidas acima de R\$ 50 milhões cada, 729 declararam possuir 4.057 imóveis rurais. A dívida total apenas deste grupo de pessoas, físicas e jurídicas, era de aproximadamente R\$ 200 bilhões. Juntas, as terras pertencentes a este grupo abrangem mais de 6,5 milhões de hectares, segundo informações cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). De acordo com estimativas do próprio Incra, apenas com essas terras, em números brutos, seria possível assentar 214.827 famílias (considerando tamanho médio do lote de 30,58 ha/família assentada). Ou seja, com as terras que estão em nome dos maiores devedores da União seria possível atender todas as 120 mil famílias que estavam acampadas em 2015, demandando reforma agrária no Brasil. (OXFAM BRASIL, 2016, p.18).

0,7% dos impostos totais. De acordo com a Receita Federal, em 2018, foram arrecadados R\$1,5 bilhões de ITR. Essa arrecadação representa apenas 0,77% dos recursos recebidos pela agricultura capitalista no Plano Safra de 2018/2019. Somase a essas vantagens a renúncia fiscal que o Estado tem praticado. Em 2017 foram renunciados R\$26,2 bilhões⁵⁷ com o setor.

Além de revelar o lado classista do Estado, os Planos Safra evidenciam que a agricultura capitalista, responsável pela maior parte da produção de *commodities*, abocanha a maior parte do dinheiro público destinado à agricultura, mesmo que proporcionalmente o fator eficiência não seja expressivo.

No Plano Safra de 2009/2010 (Gráfico 4) a agricultura capitalista capitaneou R\$92,5 bilhões, enquanto a agricultura familiar ficou com apenas R\$15 bilhões. Observamos o aumento significativo nos recursos destinados à agricultura capitalista, por outro lado, o aumento tímido para a agricultura familiar camponesa, responsável pela produção de 70% dos alimentos básicos no Brasil. Quando Blairo Maggi, latifundiário do Mato Grosso, ocupou o MAPA, a agricultura capitalista recebeu no Plano Safra de 2017/2018 nada menos que R\$200,2 bilhões; para a agricultura familiar, apenas R\$31 bilhões.

Gráfico 4 - Brasil: Planos Safras - 2009 a 2019



Fonte: MAPA, 2019. Org. pelo autor.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/14/renuncias-fiscais-que-favorecem-o-agronegocio-crescem-83-no-governo-temer/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

O Plano Safra de 2019/2020, primeiro do atual Governo, excluiu o plano específico para a agricultura familiar. Desse modo, o plano vigente conta com R\$225,5 bilhões. Essa atitude de alocar os recursos em apenas um plano é estratégia para reduzir os investimentos para pequenos produtores, principalmente, aqueles dos assentamentos rurais.

A diferença dos recursos destinados à agricultura capitalista e à agricultura familiar corrobora com o entendimento de que o Estado está a serviço da classe dominante. Isso mostra a importância do monopólio fundiário na apropriação do fundo público, logo a terra é fundamental. É o passado se reproduzindo na atualidade, repetindo os cafeicultores paulistas que, para terem acesso aos créditos, avançaram país adentro apropriando-se das terras devolutas.

A expansão da agricultura capitalista vincula-se ao projeto de acumulação de capital pautado no lucro extraordinário, o objetivo é a extração do excedente econômico pelo setor primário. Para Delgado (2010), o agronegócio visa o lucro e a renda da terra por meio da associação do grande capital industrial com a grande propriedade, realizando a estratégia do capital financeiro, para isso as políticas de Estado são fundamentais.

A sustentação dessa lógica depende da concentração das terras, pois o modelo desenvolvido é predatório, esgotando rapidamente os recursos da natureza. Por isso, a necessidade de expansão rápida da fronteira agrícola em busca de novas terras a serem, não raro, griladas. Assim, quanto mais terra, mais garantido o acesso ao fundo público.

Por outro lado, o monopólio cria a massa de trabalhadores impedidos de entrarem na terra, disponíveis ao mercado de trabalho. Nesse quadro, é fundamental passar a ideia de eficiência produtiva e importância do agronegócio à economia do país. No entanto, o passivo social deixado por esse modelo tem revelado a sua inviabilidade e insustentabilidade.

Segundo Oliveira (2016, p.123), a agricultura inserida na mundialização do capital passou a se estruturar sobre “[...] a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuro e da formação das empresas monopolistas”. Dessa maneira, os alimentos agrícolas foram transformados em mercadoria. Seus preços passaram a ser regulados pelo mercado mundial e o controle mundial das mercadorias passa pelas ações das empresas monopolistas mundiais.

Como consequência desse processo, a produção rompe com as fronteiras geográficas do país não se preocupando com as condições de vida interna, mas com o lucro, seja onde ele estiver. Outra consequência é a consolidação da burguesia nacional internacionalizada, agindo no impedimento da realização da Reforma Agrária.

O interesse pela renda fundiária, isto é, o lucro extraordinário, tem historicamente bloqueado a Reforma Agrária, por isso não entra mais nas pautas políticas do país. Todavia, os trabalhadores do campo têm mostrado que a luta pela terra, mesmo com baixo engajamento nos últimos anos, permanece sendo o caminho possível para melhores condições de vida. A Região de Andradina se insere nesse processo histórico. A luta pela terra, intensificada na década de 1970, inseriu a Reforma Agrária na Constituição de 1988. Desse modo, a luta pressionou o estado a criar os 37 projetos de assentamentos rurais, contribuindo com o processo de criação e recriação do campesinato por meio de sua territorialização.

3.2 OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: CAMPESINATO E FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

A luta pela terra na Região de Andradina pressionou o Estado a cumprir a Lei de Reforma Agrária, prevista no Estatuto da Terra (1964) e, na Constituição Federal de 1988. Assim sendo, possibilitou aos camponeses deter frações do território capitalista, reproduzindo seu modo de vida e construindo seu lugar político, sua autonomia e liberdade, ainda que parcialmente. Na disputa territorial com a agricultura capitalista, o campesinato constrói a fração camponesa do território capitalista.

Para Almeida (2006), o campesinato se recria na contradição do desenvolvimento capitalista. Enfatiza que, por conta de sua especificidade, isto é, ser trabalhador e proprietário de terra ao mesmo tempo, não se constitui uma classe “pura”, estando a organização social fundada em relações não-capitalistas. Por isso sua importância e presença no capitalismo, pois, como advertiu Luxemburgo (1976), o sistema vigente necessita em seu desenvolvimento das relações capitalistas, assim como, das relações não-capitalistas. Nesse sentido Almeida (2006, p.84), afirma:

[...] apesar de o campesinato ser uma relação não-capitalista, sua reprodução deve ser entendida com base nas diversas contradições do desenvolvimento desigual do capital, e, por isso, trata-se de uma contradição e não de uma articulação de modos de produção.

Pensar a questão camponesa passa pelo entendimento do seu lugar na sociedade capitalista. Por isso, o entendemos como classe inerente ao desenvolvimento do capital, que nasce e se recria na contradição desse sistema. Pautados nessa corrente teórica, principalmente na realidade concreta revelada na luta pela terra e para nela permanecer, acreditamos na perpetuação do campesinato e não em seu desaparecimento, como previsto em outras vertentes apontadas por Oliveira (1999). Portanto, ressalta o autor:

[...] ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo; entretanto, os camponeses continuam lutando para conquistar o acesso à terra em muitas partes do Brasil [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

A luta pelo acesso à terra no Brasil tem evidenciado a forte presença do campesinato no capitalismo. Só no Região de Andradina são 3.423 famílias assentadas, parcela significativa de camponeses lutando pela permanência na terra. A terra é elemento fundamental à reprodução social do campesinato, junto com o trabalho e a família, constituem a tríade da lógica camponesa (ALMEIDA, 2006).

Almeida (2006) e Fabrini (2002) nos lembram a importância de considerar a luta camponesa pela terra e na terra como fator fundamental de reprodução social desta classe no capitalismo. Portanto, mesmo nascendo no seio do desenvolvimento contraditório, só a luta garante a sua existência. Nas palavras de Fabrini (2002, p.44):

A existência dos camponeses está garantida mais pela luta e resistência que eles desenvolvem contra a ordem expropriatória e concentradora do capitalismo do que pela possibilidade que o capitalismo na sua contradição cria ou abre para os camponeses.

Segundo Almeida (2006, p.86), mesmo sendo recriado no próprio desenvolvimento do capitalismo, “[...] é preciso não esquecer que essa recriação não é funcionalista, por isso ela se faz por meio da luta”.

A luta camponesa tem garantido, mesmo a contrapelo, sua reprodução social. Nesse processo de reprodução, cuja permanência na terra é elementar, os camponeses produzem dinâmicas que extrapolam os limites dos assentamentos. E mais, vão sendo cumpridores, segundo nossa concepção, da função social da terra estabelecida na Constituição de 1988.

No Brasil, o termo função social está relacionado à propriedade, ou seja, função social da propriedade. Para Marés (2003), cada país foi adaptando a ideia de função social segundo as peculiaridades nacionais. Assim, diante da presença marcante dos latifundiários na composição da classe dominante, o Estado brasileiro tem se mostrado defensor da propriedade absoluta, caminhando na contramão do que se pensava em grande parte da Europa e até mesmo a América Latina. No caso brasileiro, a cerca da propriedade privada está acima de tudo.

A terra que cumpre as determinações do art. 186 da CF de 1988 está enquadrada dentro de limites favorecedores da vida humana integrada à biodiversidade. Por outro lado, a propriedade, que em seu uso não atenda as exigências estabelecidas em Lei, é considerada nociva às condições humanas e ambientais e, assim deve sofrer punições, pelo menos é o que está previsto na Constituição, destaca Marés (2003).

Considerando essas questões, analisaremos a produção do campesinato na construção da sua fração do território, isto porque compreendemos que a luta por sua reprodução social tem levado o campesinato assentado a produzir para além dos limites do assentamento, logo toda região é afetada pela virtuosa dinâmica camponesa.

3.2.1 Produção nos Assentamentos Rurais e eficiência camponesa

A viabilidade da Reforma Agrária como instrumento de democratização da renda e ampliação de possibilidades de reprodução social, tanto dos camponeses como dos trabalhadores do campo e da cidade, pode ser confirmada quando olhamos atentamente os projetos de assentamentos rurais na Região de Andradina. Mesmo a terra continuando concentrada, milhares de famílias assentadas pelas políticas de redistribuição fundiária vêm mostrando, cotidianamente, a potencialidade peculiar do modo de vida camponês. A respeito desse modo de vida, Shanin (2008, p.25-26) expõe:

A flexibilidade de adaptações, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar.

O modo de vida camponês está firmado na economia familiar, a luta pela terra e na terra tem como objetivo central a reprodução do grupo familiar. A terra e o trabalho familiar possibilitam a sua existência social. Diferentemente da lógica capitalista, que visa a apropriação do lucro com a terra, a lógica camponesa tem na terra o instrumento de reprodução do seu modo de vida e, conseqüentemente, atendendo às necessidades da família, sua reprodução social. (CHAYANOV, 1974).

Para Shanin (2008), o campesinato é uma classe social e um modo de vida com centralidade na economia familiar. O campesinato, sobretudo aquele estudado nesta pesquisa, é uma classe em constante luta, seja para entrar na terra, seja para nela permanecer.

A luta diária dos camponeses assentados pela permanência na terra, visando suprir as necessidades do núcleo familiar (CHAYANOV, 1974), tem mostrado capacidade eficiente na produção e no uso da terra, produzindo dinâmicas significativas.

Essa capacidade produtiva, presente na maior parte dos pequenos estabelecimentos, foi verificada em várias pesquisas: Oliveira (2001) e Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), e também em dados oficiais, como mostram França, Grossi e Marques (2009). Essa literatura elucida que o campesinato foi e continua sendo responsável pela produção da maior parte da alimentação presente na mesa dos brasileiros. Compreendemos que essa realidade não se difere do *lócus* da pesquisa.

O Censo Agropecuário de 2006⁵⁸ descortinou essa realidade e passada uma década, os dados do novo Censo (2017) caminham de forma similar, mesmo com mudanças significativas pontuadas por Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), evidenciando aquilo que a classe dominante busca ocultar, a eficiência produtiva do pequeno estabelecimento, ou melhor, da unidade de produção familiar camponesa presente nos assentamentos rurais.

⁵⁸ É importante lembrar que os dados foram coletados em 2007 e publicados em 2010, porém utilizando-se como referência o ano civil de 2006. (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017)

Esse Censo Agropecuário permaneceu por mais de 10 anos como a principal fonte de dados do campo brasileiro, servindo de referência aos pesquisadores e ao poder público. Para Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), o atraso na realização de um novo censo revelou opções políticas. Entendemos assim, que o objetivo é ocultar dois aspectos do campo brasileiro: a potencialidade da unidade de produção camponesa e a ineficiência da agricultura capitalista, sendo que esta dispõe do monopólio da terra e da grande fatia dos recursos públicos. Essa estratégia política demonstra a luta de classes que permeia a construção histórica desse país.

O novo Censo Agropecuário teve sua coleta de dados iniciado no final de 2016 e os dados preliminares disponibilizados em 2018. Para continuar o processo de invisibilização dos dados, principalmente os da agricultura familiar, houve mudanças significativas comparando-as com o ano de 2006, resultando assim em informações limitadas do campo brasileiro (PINA, 2018).

Para analisar os dados do Censo Agropecuário, privilegamos a área. Sobre essa metodologia Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017, p.23) comentam:

Qualquer metodologia que desconsidere o critério de área empobrece e, principalmente, obscurece aquilo que se convencionou chamar de questão agrária brasileira. Metodologias sem levar em consideração as classes de área escondem a concentração fundiária, não dão base para discutir os latifúndios improdutivos e muito menos a imensa massa de sem-terra que luta por reforma agrária, ou seja, por pequenas porções de terra para trabalhar e produzir alimentos.

Ao trabalharmos com os estratos de área, optamos pelos estabelecimentos de até 20 ha por entender que ele abrange a maior parte dos assentamentos, pois o tamanho médio do lote na Região de Andradina é de 12 hectares, ou seja, apenas 40% do menor módulo fiscal da região, que é 30 ha. Esse fato indica o não cumprimento da Lei Agrária por parte do Estado, assim como evidencia mais um obstáculo enfrentado pelo camponês assentado, pois não possui o tamanho mínimo recomendado para sua reprodução social. Nos outros estratos de área, realizamos a aproximação a partir dos módulos fiscais estabelecidos na Lei nº.8.929/2003⁵⁹. Na

⁵⁹ O conceito de imóvel rural estabelecido pela Lei nº.8.929/2003 e utilizado pelo INCRA é diferente do entendimento do IBGE acerca de estabelecimentos rurais. Imóvel rural (INCRA) é a unidade de propriedade e estabelecimento (IBGE) é a unidade de produção. Assim, uma propriedade pode ter várias unidades de produção. A utilização de ambas, dependendo do quadro analítico, se justifica pelo fato do INCRA não possuir dados referentes ao uso da terra, produção, renda, ocupação, entre outras variáveis.

Região de Andradina, como mencionado, o módulo fiscal é, em média, 30 hectares, assim, utilizamos, além do estrato de 20 ha, mais três grupos: de 20 a 100 ha, de 100 a 500 ha e acima de 500 ha.

Considerando a área como princípio analítico, lembramos que a cana e as pastagens ocupavam 75% da área declarada dos estabelecimentos em 2017. Desse modo, não sobra muita terra disponível ao campesinato. Mesmo assim, os estabelecimentos de até 20 hectares foram responsáveis pela maior parte do leite produzido na Região de Andradina.

Pela Tabela 7, demonstramos que 60,5% do leite foi produzido nos estabelecimentos de até 20 ha. Os estabelecimentos com estrato de área de 20 a 100 ha foram responsáveis por 25,8%, já os estabelecimentos acima de 100 ha produziram pouco mais de 13%. Portanto, é possível notar uma eficiência produtiva em relação à produção de leite nos estabelecimentos de até 20 ha. Em média, esse grupo de área produziu 920,9 litros por hectare; por outro lado, os estabelecimentos acima de 500 ha produziram 23,8 litros por ha.

Tabela 7 - Produção de leite (bovino) na Região de Andradina - 2017

Estrato de área (ha)	Quantidade (litros)	%	Área de pastagem (ha)	Litros/ha
<i>Até 20</i>	31.497.000	60,5	34.181	920,9
<i>20 - 100</i>	13.410.000	25,8	35.413	378,6
<i>100 – 500</i>	5.605.000	10,8	61.000	91,9
<i>Mais de 500</i>	1.480.000	2,9	62.208	23,8
Total	51.974.000	100	192.702	269,7

Fonte: Base de dados do Sidra/IBGE, Censo Agropecuário (2017). Org. pelo autor.

Para Ramos (2005), a quantidade de litros por hectares é a melhor forma de verificar a eficiência produtiva no uso da terra pela pecuária leiteira, porém, esse indicador não é considerado na Instrução Normativa nº11 de 4 de abril de 2003, que regulamenta o Art. 186 da função social da terra. Segundo a normativa, o rendimento na pecuária bovina deve considerar o índice de lotação⁶⁰, que consiste em unidades animais por hectare. Dessa forma, a lei estabelece para a Região de

⁶⁰ Segundo Ramos (2005, p.28), a melhor forma de avaliar a eficiência na pecuária de corte seria a consideração da quantidade de quilos de carne produzida por hectare, porém essa metodologia não consta nos Censos Agropecuários.

Andradina (Zona de Pecuária 1), o índice de rendimento de 1,2 animais/hectare e 0,6 para rendimentos mínimos.

Pelos dados da Tabela 8, os estabelecimentos de até 20 ha são responsáveis por 22% da criação de bovinos; os de 20 até 100 hectares, respondem por 20%; de 100 a 500 ha 30%; e acima de 500, 28% da pecuária bovina.

Tabela 8 - Lotação da pecuária na Região de Andradina - 2017

Estrato de área (ha)	Nº de Bovinos	%	Área de pastagem (ha)	Cabeça/ha
<i>Até 20</i>	79.858	22	34.181	2,3
<i>20 – 100</i>	70.638	20	35.413	2,0
<i>100 – 500</i>	107.610	30	61.000	1,7
<i>Mais de 500</i>	100.864	28	62.208	1,6
Total	358.970	100	192.702	1,8

Fonte: Base de dados do Sidra/IBGE, Censo Agropecuário (2017). Org. pelo autor.

Analisando apenas os dados percentuais, as unidades do grupo de área de até 20 ha não apresentam tamanha relevância. No entanto, quando consideramos o número de bovinos e o tamanho da área, forma esta que avalia o índice de produtividade, notamos que os estratos de áreas menores são mais eficientes que os maiores.

Desse modo, os estabelecimentos de até 20 ha possuem em média 2,3 cabeças a cada hectare; os de 20 a 100 ha possuem 2 cabeças/hectares; de 100 a 500 têm 1,7; e, os estabelecimentos acima de 500 ha com rendimento de 1,8 cabeças por hectare. Assim, os estratos de área acima de 100 ha estão abaixo da média regional. Todavia, os estabelecimentos menores, abaixo de 100, são mais eficientes, acima da média da região.

Quando avaliamos o número de suínos, verificamos a participação dos estabelecimentos com área até 20 hectares muito superior, se comparada com os estabelecimentos acima de 500 hectares. Ao analisar apenas a criação de suínos, conforme a Tabela 9, observamos que os estabelecimentos de até 20 ha correspondem a 39% da criação de suínos e os acima de 500 ha a apenas 0,5%. Entretanto, quando consideramos os dados por município fica mais evidente que os estabelecimentos menores são responsáveis pela maior parte da produção de suínos, com exceção do município, de Andradina, com concentração nos estabelecimentos médios, isto é, de 20 a 500 ha.

Tabela 9 - Números de suínos na Região de Andradina - 2017

Municípios	Estratos de área (hectare)				Total
	Até 20 ha	%	+ 500 ha	%	
<i>Andradina</i>	1.233	8	40	0,2	15.470
<i>Castilho</i>	2.829	91,6	***	***	3.088
<i>Guaraçá</i>	618	65	31	3,2	950
<i>Ilha Solteira</i>	1.066	94,6	10	0,9	1.127
<i>Itapura</i>	297	80,5	***	***	369
<i>Mirandópolis</i>	1.174	74,4	22	1,4	1.578
<i>Murutinga do Sul</i>	1.077	84,6	***	***	1.273
<i>Nova Independência</i>	294	93	***	***	316
<i>Pereira Barreto</i>	809	66,8	8	0,7	1.211
<i>Sud Mennucci</i>	482	58,4	12	1,4	825
<i>Suzanápolis</i>	689	78,8	6	0,7	874
Região de Andradina	10.568	39	129	0,5	27.081

Fonte: Base de dados do Sidra/IBGE; Censo Agropecuário, 2017. Org. pelo autor *** Não consta produção.

Portanto, assim como o Censo Agropecuário de 2006, o novo Censo, de 2017, aponta para a participação significativa dos pequenos estabelecimentos, elucidando a potencialidade produtiva do campesinato na produção de leite, da criação de gado e suínos, ainda que dominando pequenas frações do território.

Em outro contexto, segundo Paulino e Almeida (2010b), essa superioridade e potencialidade decorrem da necessidade de reprodução no núcleo familiar. As autoras ressaltam a eficiência camponesa além dos fenômenos economicistas. Assim sendo, compreendemos que a potencialidade produtiva do campesinato está intrínseca ao seu modo de vida, visando satisfazer a necessidade da família, por isso parcela dessa produção é fundamentalmente destinada ao consumo interno do lote. Esta lógica é reproduzida expressivamente nos pequenos estabelecimentos, incluindo os lotes dos assentamentos rurais.

Assim, o campesinato é classe social do próprio capitalismo, sua lógica está centrada na família, na terra e no trabalho familiar. Deste modo, não é o tamanho da propriedade ou sua relação com o mercado que define o sujeito camponês, se é integrado ou não, mas o seu modo de vida (SHANIN, 2008). Nessa perspectiva, os apontamentos de Moura (1986, p.9) contribuem para compreensão do campesinato:

Vivendo da terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do

soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de ciência.

O campesinato no Brasil não é homogêneo, ele possui diversas tipificações e estratos sociais, como notaram Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017). Assim sendo, consideramos que as famílias assentadas fazem parte do campesinato brasileiro, pois sua organização social funda-se na economia familiar (CHAYANOV, 1974), tendo a terra como instrumento de trabalho e morada da vida. Para Ianni (2004, p.121), a diversidade camponesa:

[...] inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os caboclos e os colonizadores, [...] E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

A partir dos apontamentos de Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), entendemos que os Censos Agropecuários, o de 2006, com a normatização do agricultor familiar camponês e o de 2017, com suas modificações, criaram limitações, reduzindo a possibilidade de apreender o potencial dos pequenos estabelecimentos. Mesmo assim, os dados oficiais mostram expressiva capacidade produtiva dos camponeses, ainda que a agricultura capitalista dispunha do aparato tecnológico, da maior fatia dos recursos públicos e do monopólio fundiário.

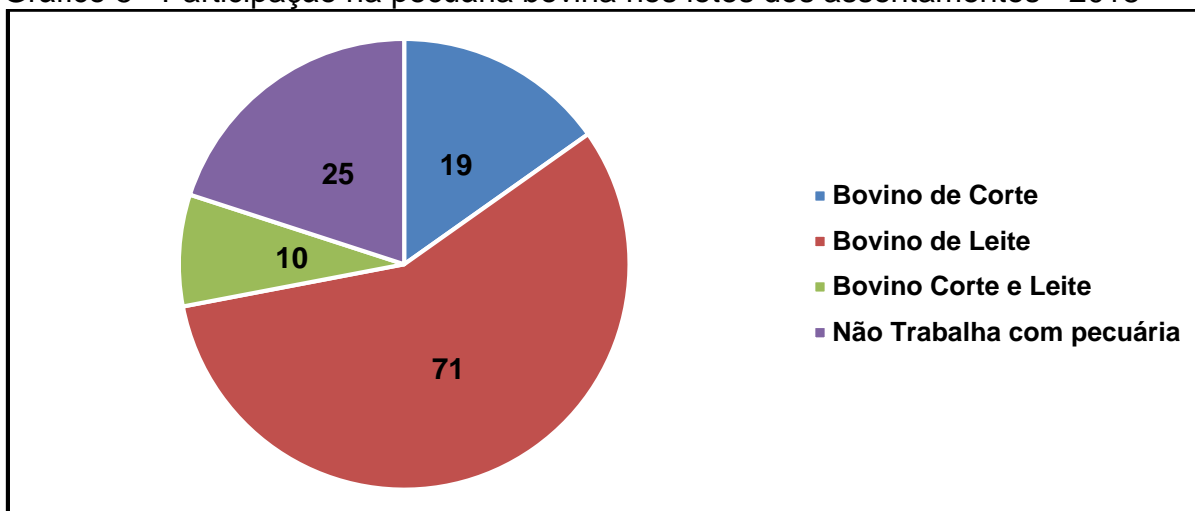
A capacidade produtiva dos pequenos estabelecimentos revelada nos dados censitários, mesmo que a contragosto dos defensores do agronegócio, é muito mais visível no trabalho de campo. Essa realidade da Região de Andradina e a potencialidade do campesinato podem ser notadas para além dos dados oficiais.

Em relação à criação bovina, verificamos em lócus que a maior parte dos assentados tem na pecuária leiteira a garantia da renda mínima, ficando claro na fala a seguir: “O leite é importante. A importância da renda é o leite. É sofrido, as

vezes o leite está lá embaixo, mas é o leite. Com toda a dificuldade ainda é o leite. As outras coisas são só para complementar. ” (Sr.^a I.; P.A. Celso Furtado, Castilho; jan. 2018).

O Gráfico 5 mostra a participação na pecuária dos 125 lotes visitados na Região de Andradina.

Gráfico 5 - Participação na pecuária bovina nos lotes dos assentamentos - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2018;2019) e Secretaria Agrária de Andradina.

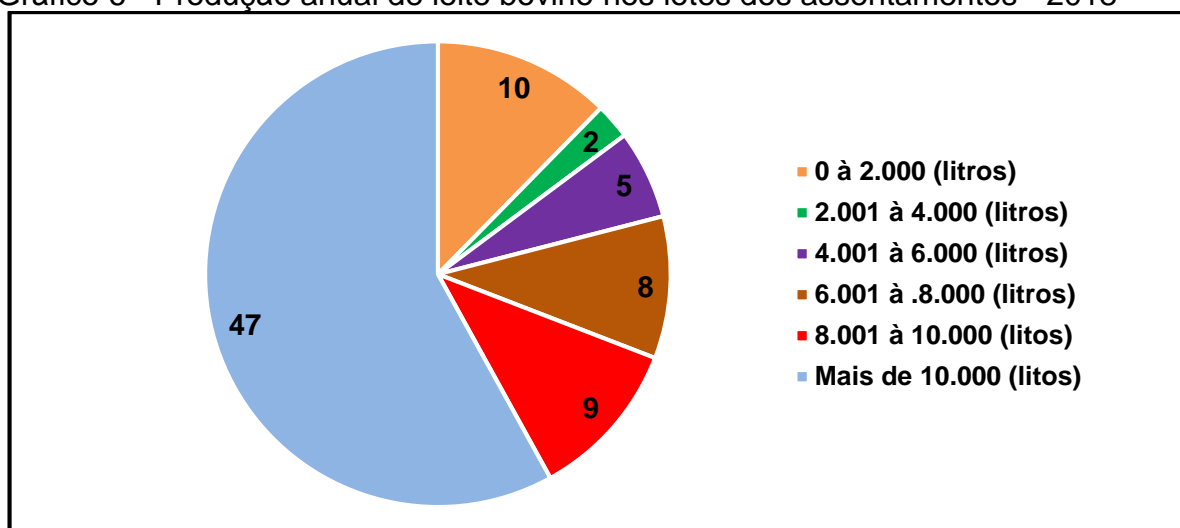
Pelo Gráfico 5, identificamos a pecuária leiteira presente em 65% dos lotes, pois 57% desenvolvem apenas a pecuária leiteira e 8% das famílias possuem pecuária leiteira associada à de corte. Por outro lado, 15% têm apenas a pecuária de corte e 20% das famílias não trabalham com pecuária bovina. Das 25 famílias/lotês que não desenvolvem a pecuária leiteira nem a de corte, 20 possuem outros tipos de criação, sendo aves e suínos predominantes. Todavia, das 125 famílias analisadas, cinco delas não possuíam nenhum tipo de criação de animais no momento da pesquisa.

A maioria dos assentados tiveram, no início do assentamento, acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O recurso de R\$20 mil, em média, foi destinado a compra de vacas leiteiras. Assim, desde o início, a atividade leiteira se fazia presente na maioria dos lotes, tornando-se garantia de renda mínima. Mesmo aqueles que atualmente não desenvolvem a atividade leiteira, reconhecem a importância do leite para o lote. Esse é o caso a seguir:

O leite é uma produção boa, porque é todo dia e você tem todo mês aquele dinheirinho que cai. Já na roça, o abacaxi é uma vez no ano que você vende, a mandioca é uma vez no ano quase, é oito meses pra poder vender. Quando tinha o leite era todo mês. O leite já garante a compra, as coisas que você precisa do mês. (Sr.^a. N.; P.A. Sta Luzia, Guaraçaí; jan. 2019).

Em termos de produção, o Gráfico 6 demonstra a quantidade de litros de leite produzidos anualmente pelas famílias.

Gráfico 6 - Produção anual de leite bovino nos lotes dos assentamentos - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2018;2019) e Secretaria Agrária de Andradina (SP).

Assim, das 81 famílias envolvidas na atividade leiteira, 47 produzem anualmente mais de 10.000 litros. Nove famílias produzem entre 8.001 a 10.000 litros por ano; seis famílias, entre 6.001 a 8.000 litros; e, passando para a menor produção, 10 famílias produzem até 2.000 litros/ano. Ainda em relação ao leite, das 81 famílias, 74 responderam ter vários canais de comercialização, sendo o mais importante as cooperativas e associações. Por sua vez, apenas sete famílias declararam produzir leite apenas para o autoconsumo.

Os dados do trabalho de campo reafirmam a característica importante das unidades de produção camponesa, a presença da pecuária leiteira em detrimento do gado de corte. Eles corroboram também com os dados oficiais que apontam para a maior capacidade produtiva do leite nos estabelecimentos menores. Na outra ponta, o gado de corte é preferência do grande proprietário, mesmo os pequenos estabelecimentos sendo mais eficientes em relação ao índice de rendimento (unidade/ha) estabelecido em lei.

Paulino e Almeida (2010b, p.27) explicam que a atividade leiteira necessita de mais cuidados e investimentos, como saúde animal, alimentação do rebanho e infraestrutura mínima. Todo esse processo implica em trabalho intensivo, por isso sua presença expressiva nas unidades camponesas. Sobre o trabalho com pecuária leiteira, o comentário da Da. N. é explicativo: “[...] Eu tinha 14 vaca de leite, aí eu vendi e deixei só cinco. Eu quero pará um pouco com o leite. O leite dá muito trabalho, muito gasto e pouco ganho”.

Por conta da necessidade intensa de mão de obra na produção leiteira e do seu baixo preço, a atividade é deixada de lado quando os assentados apresentam melhorias monetárias. Por outro lado, a preferência do grande proprietário pelo gado de corte está no fato de não precisar de mão-de-obra intensiva, assentando-se predominantemente na combinação “braquiária-nelore”. (RAMOS, 2005).

A título de complementação, de 125 famílias apenas 14 declaram não possuir nenhum tipo de criação no quintal; logo, 88,8% dos lotes criam algum tipo de animal, os principais sendo aves e suínos.

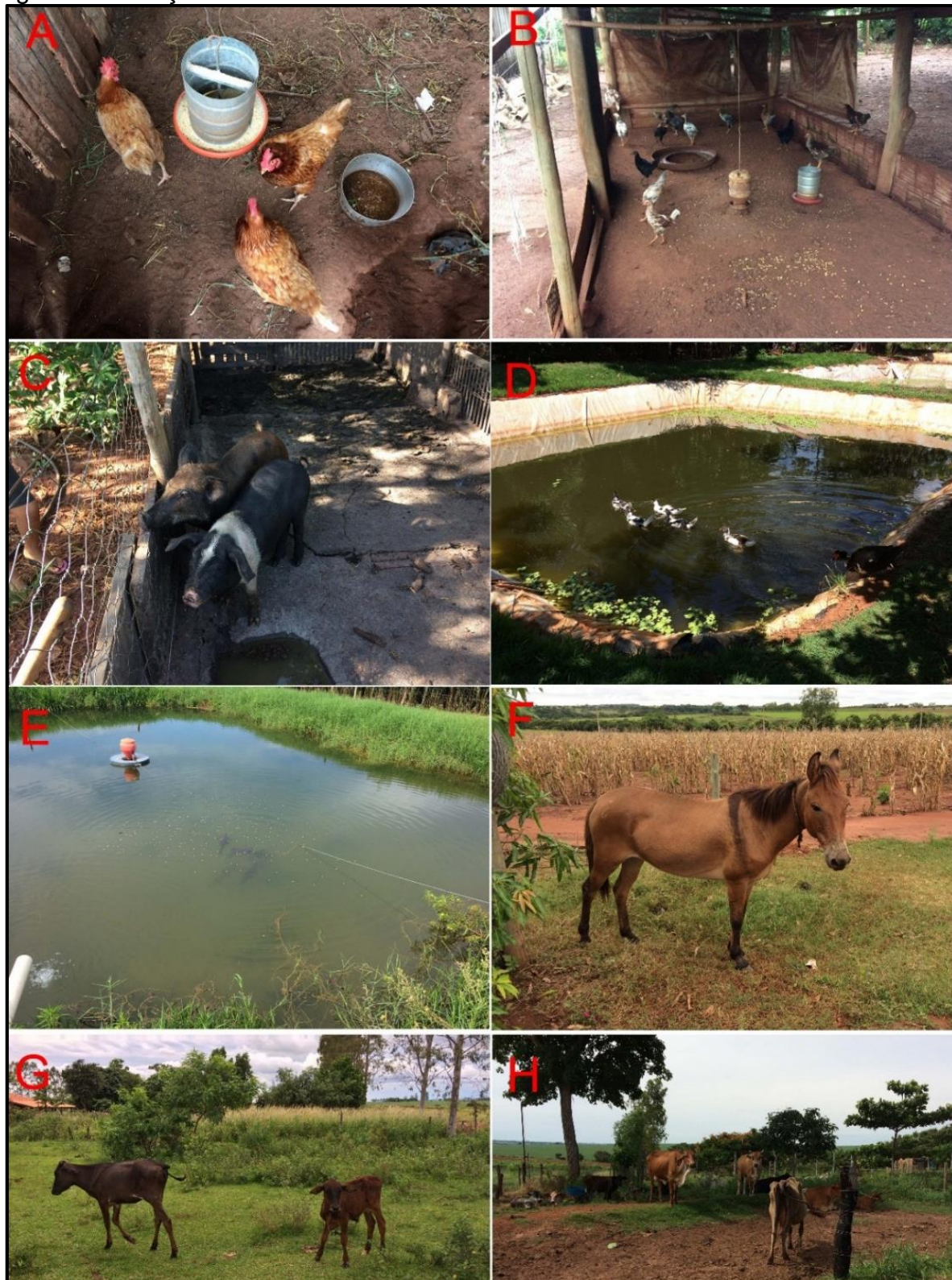
Almeida (2007, p.08), quando analisou o sentido da terra para o camponês, explicou que a criação tem a função de garantir a reprodução social da família pela fonte de proteína, não sendo o lucro a sua centralidade. Destaca ainda que as criações funcionam como reserva, ou seja, uma poupança para os momentos mais difíceis, lógica ressaltada por Chayanov (1974), e, também, para auxiliar no trabalho. Contudo, a diversidade na criação visa complementar a lavoura, servindo para o autoconsumo, para a comercialização e até para a doação. De acordo com uma assentada:

A gente cria porco, galinha, vaca. A gente quer criar carneiro, por isso ali está cercadinho. A gente ia plantar coloral [urucum], mas o agrônomo disse que tem que fazer correção na terra. Eu vendo pimenta bode e eu planto minhas pimentinhas. A gente se vira, tem como sobreviver. A gente planto feijão (catador), mandioca, melancia, quiabo que perdeu. A gente vende, dá e come. (D.^a I.; P.A. Celso Furtado, jan. de 2018).

A Figura 7 demonstra a diversidade de animais encontrados nos assentamentos na Região de Andradina, assim identificamos: frango (A), no P.A Florestan Fernandes, em Mirandópolis; galinha caipira (B) e porcos (C), no P.A Celso Furtado em Castilho; patos (D) no P.A Arizona e peixes (E) no P.A. Belo Monte, ambos em Andradina; muares (F), no P.A. Esperança de Luz, em Castilho;

bezerros (G), no P.A. Pousada Alegre, em Nova Independência e Vaca leiteira (H), no P.A. Sta. Luzia, em Guaraçáí.

Figura 7 - Criação de animais em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

O camponês tem relação simbólica com a comida, isto porque ela é fruto direto do seu trabalho e da sua família na terra. Dessa forma, a comida permeia a sociabilidade na lógica camponesa. Paulino e Almeida (2010a, p.38) advertem que o autoconsumo só tem relevância se considerar a função da comida no modo de vida camponês, tendo papel fundamental na sociabilidade camponesa.

Woortmann (1990, p.37) enfatiza o papel da comida na relação moral que permeia o modo de vida camponês. Segundo o autor, a terra, o trabalho e a comida, como fruto direto da relação dos dois primeiros aspectos, são “[...] categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza”.

Como destacamos, a criação de animais, principalmente no quintal, é uma complementação das atividades principais, pecuária leiteira e a lavoura. No entanto, além da diversidade na criação de animais presente em parcela significativa das famílias camponesas assentadas, é expressivo, também, a diversidade nas lavouras, nas hortas, nos pomares e em toda a produção envolvendo o universo camponês. Nesse sentido, a fala de Da. J. é esclarecedora:

Mandioca, quiabo, milho, e meu ramo agora mesmo é horta, eu mexo com horticultura, aí eu tenho alface, almeirão, couve, repolho, cheiro-verde, coentro, essas coisas toda assim, porque eu tenho um projeto que é do PAA e o projeto da merenda escolar [PNAE]. E toda a terça-feira eu faço a feirinha. Mandioca eu plantei 3 mil pés. Nós preparamos uns 2 hectares de terra, então nós plantamos quiabo, a abobora, o feijão catado, maxixe, tudo junto. Então a gente planto tudo isso. (P.A. Belo Monte, Andradina; jan. de 2018).

Dos 125 lotes analisados, apenas seis camponeses declaram não possuir produção vegetal no quintal; 47 produzem hortaliças e pomar em torno da casa; 67 possuem apenas o pomar, não tendo hortas; e, cinco produzem hortaliças e não contam com pomar no quintal.

A Figura 8, demonstra algumas hortas presentes em lotes distribuídos nos P.As, na Região de Andradina. Desse modo, observamos hortas no P.A. Arizona (A) e no P.A. Belo Monte (B), em Andradina; mudas e plantação de couve (C), no P.A. Esperança de Luz, em Castilho; e uma horta irrigada (D), no P.A. Estrela da Ilha, em Ilha Solteira. Notamos no trabalho de campo muitos produtos vegetais, sobretudo os produzidos em ramas, não limitados às hortas, mas presentes em meios às

lavouras, no pomar e no próprio quintal, revelando assim o aproveitamento da terra em todo o lote.

Figura 8 - Hortas em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

Assim, apresentamos, ainda na Figura 8: a abóbora de pescoço (E), muito comum na dieta alimentar do camponês, e está presente no P.A. Sta. Luzia, em Guaraçai; abóbora Gila (F), no P.A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira; e o feijão de vagem (G), no P.A. Pousada Alegre, em Nova Independência.

A Figura 9 ilustra pomares: no P.A. Belo Monte (Andradina), encontramos Banana (A) e mamão (B); cacau (C), no P.A. Celso Furtado (Castilho); pomares (D),

no P.A. Celso Furtado (Castilho) e no P.A. Estrela da Ilha (Ilha Solteira) (E); vários coqueiros na entrada de um lote (F) no P.A. Esperança de Luz (Castilho) e a fruta Noni (G), no P.A. Estrela da Ilha (Ilha Solteira).

Figura 9 - Pomares em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

Verificamos, também, a presença de plantas medicinais entre as plantações da horta e em meio aos pomares. Sobre a variedade de plantas frutíferas e medicinais é de muita valia a fala do Sr. O.:

Aqui tem laranja, tangerina, poncã, goiaba, manga, acerola, graviola. Tem uma frutinha amarela que chama bacupari, na TV falou que é bom até pra câncer. Tem maracujá, abacate, limão, tem um pé de manga, que no primeiro ano deu uma manga muito gostosa que eu plantei. Pinha, cajá-manga, caju, Seriguela, jabuticaba, tem um pé de canela, tamarindo, carambola, esse negócio que serve pra remédio romã, limão amarelo. Quando mudei pra cá tinha braquiária e cobra. Agora pra remédio tem terramicina, tem a canela que serve pra remédio, tem boldo, e tem uma ali pra diabete aquela folha. Tem insulina, erva cidreira em folha e capim, citronela. Tem um vereador ali em Castilho que fala que aqui é o lugar da medicina. Tem três pé de noni. Tem jenipapo pra passarinho come. Tem banana também, olha lá. Tem cajá, me deram a muda e eu plantei. (P.A. Celso Furtado, Castilho, jan. de 2018).

Compreendemos a diversidade como estratégia de resistência fundamental a reprodução do modo de vida do campesinato, por isso é um aspecto presente nos lotes dos assentamentos, assim como nos estabelecimentos onde a agricultura familiar camponesa é predominante. Ao analisarmos a fala do Sr. O., identificamos mais de 30 tipos de árvores frutíferas e medicinais no quintal.

É importante mencionar novamente que os assentamentos rurais e os lotes não são espaços homogêneos, pelo contrário, eles apresentam enormes diferenças. A diversidade na produção é encontrada com mais intensidade em alguns lotes e menos em outros. Por isso, pontuamos que a prática da policultura não está presente em todos os lotes, pois em alguns predominam unicamente a pecuária de corte. Todavia, a ausência ou não do roçado no sítio não contesta a existência do modo de vida camponês.

A variedade não é apenas encontrada no quintal por meio da horta ou nos pomares, ela se expande pelas lavouras, chamada pelos camponeses de roça ou roçado. Essa expressão é recorrente na fala dos assentados, associada ao lugar, ao sítio, mas também aos cultivos, às lavouras. Essa concepção pode ser verificada no depoimento da D^a. N.: “[...] A melhor coisa que o Governo inventou foi o negócio da Reforma Agrária, para as pessoas pobres e pra cidade também, tira um pouco da pobreza da cidade, da miséria da cidade e traz pra roça que é lugar de fartura. [...]”. (P.A. Sta Luzia, Guaraçá; jan. 2019).

Quando perguntado sobre a criação dos assentamentos na região, a expressão roça teve o sentido de lugar, oposição à cidade. Porém, ao perguntar sobre a produção no lote, o termo roça foi associado à lavoura, ao cultivo: “[...] Na vontade que eu tenho é melhorar muito ainda, quero aumentar a roça de abacaxi,

melhorar o gado e aumentar a produção de abacaxi.”. (P.A. Sta. Luzia, Guaraçaí; jan. 2019).

A própria expressão roça ou roçado ressalta o sentido de diversidade, de fartura, pois é o roçado que fornece a comida, por isso seu significado especial é resultado direto do trabalho na terra, produzindo os alimentos necessários ao grupo familiar. (HEREDIA, 1979). A Figura 10 ilustra o roçado registrado durante a pesquisa de campo.

Figura 10 - O Roçado camponês em lotes dos assentamentos - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

Assim, observamos a presença da cana-de-açúcar (A), geralmente em pequena proporção e utilizada para alimentação dos animais. É comum encontrarmos vários cultivos, um ao lado de outros, revelando o alto grau de utilização da terra. Assim temos o milho, o quiabo e ao fundo a plantação de urucum, além do pé de manga e dos coqueiros (B). Ainda na Figura 9, temos o milho (C), a plantação de goiaba (D), o café (E), e vários cultivos (F), por fim, a plantação de Urucum (G) e o fruto do urucum (H).

É importante mencionarmos que 72,8%, das 125 famílias, declararam não utilizar agrotóxico na lavoura. Esses dados mostram que parcela significativa dos camponeses assentados, mesmo cercados pela cana e expostos à pulverização, produzem sem a utilização de veneno.

A diversidade encontrada nos lotes é fundamental ao processo de resistência e existência do campesinato, é prática responsável pela reprodução social do grupo familiar. Silva (2014, p.23) explica sobre a policultura presente nas unidades de produção camponesa e a variedade da criação de animais:

Toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para as outras e que pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas.

Assim, a variedade no lote garante a ampliação da dieta alimentar e diminui a dependência ao mercado externo. Essa autonomia em relação ao mercado é vivenciada pelos camponeses e está claro na fala da assentada.

Se você produz ovo, você não vai depender do mercado. Se você gosta de comer uma galinha caipira, cê não vai depender de frango de granja. Se tiver coragem de plantar uma horta, você não vai depender de verdura de mercado. Na realidade diminui muita coisa. Eu compro básico, tipo arroz, o feijão. Até feijão eu já colhi aqui, colhi que até estragou, porque vendeu um pouco outro pouco ficou e estragou. O basiquinho mesmo, que nem sabão, essas coisas básicas. (D.^a I.; P.A. Celso Furtado, jan. de 2018).

Ao analisar o campesinato no Norte do Paraná, Paulino (2006) explicou que a diversificação na produção camponesa é uma das formas de se proteger das amarras do capital comercial. Nas palavras da autora:

[...] quanto maior for a variedade de cultivos, criações e demais atividades afeitas, menor a vulnerabilidade e maior a possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente. Combinado a isso, um caminho possível de apropriação máxima da renda se define pela eliminação dos intermediários na comercialização da produção. (PAULINO, 2006, p.112)

Como a lógica do modo de vida camponês está centrada na reprodução social do grupo familiar, parte da produção é destinada ao autoconsumo, e o excedente dessa produção diversa é destinado à venda.

Como destacamos, a reprodução resulta da luta diária para permanecer na terra enfrentando vários obstáculos, desde a ausência de políticas públicas aliadas aos projetos de Reforma Agrária, à exposição ao veneno e outros impactos da cana na produção, as condições estruturais das estradas e dos próprios assentamentos, entre outras adversidades que permeiam o cotidiano do campesinato. Porém, vale ressaltar, a luta contra as amarras da monopolização do território pelo capital, que sujeita a renda da terra presente na produção camponesa.

Apesar dos problemas, é evidente a diversidade na produção camponesa. No entanto, ela não se limita apenas à lavoura, hortas, pomares e criações de animais, pelo contrário. Verificamos um universo muito mais amplo que o citado até aqui. Encontramos outras atividades que compõem a produção camponesa, são elas: a produção de queijo, de vassoura, de farinha de mandioca, a criação de peixes e de instrumentos para o trato com a terra.

Na Figura 11, ilustramos alguns instrumentos necessários à produção de farinha de mandioca, como a prensa (A); o processo manual de peneirar a mandioca (B); e a produção da farinha no forno (C); bem como, alguns instrumentos (D e E) de produção de vassoura e, na sequência, várias delas prontas (F) para serem comercializadas.

Mesmo diante dos problemas, verificamos grande capacidade e diversidade da produção nos vários assentamentos. Em consonância à eficiência produtiva, averiguamos o uso racional e adequado do solo pelos assentados, isto porque a terra é condição basilar à reprodução da classe camponesa. No próximo item veremos que a propriedade camponesa é também geradora de trabalho e renda.

Figura 11 - Instrumentos da produção camponesa nos lotes - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

3.2.2 Geração de renda e trabalho nos Assentamentos Rurais

Ainda que o aspecto econômico não seja parâmetro para entendermos a potencialidade do modo de vida do campesinato, o mesmo não poder ser ignorado. Para Paulino e Almeida (2010b), a potencialidade e a superioridade do campesinato estão diretamente relacionadas à natureza da economia familiar. Pautada na perspectiva Chayanoviana, as autoras afirmam ser limitado pensar a organização da unidade camponesa somente pelo aspecto econômico, logo destacam a importância de considerar os aspectos subjetivos.

Desse modo,

Desconsiderar esta premissa tem resultado em teses direcionadas aos camponeses cuja proposta para sua viabilidade social-econômica passa pela competitividade no mercado, numa clara evidência da redução das diferenças a parâmetros instituídos pelos e para os capitalistas do campo. (PAULINO; ALMEIDA, 2010b, p.19).

E continuam, ao ressaltar que estudar a economia camponesa,

[...] implica em discutir a economia doméstica que lhe dá conformação. Dito de outra forma, como proprietários da mão de obra e da terra transformada em instrumento de trabalho, os camponeses são capazes de atuar em circuitos econômicos diferentes e, mais, combinar a economia capitalista com a economia doméstica. Porém, é geralmente essa última que usam para se defender das crises, gerando soluções que vão desde a produção de autoconsumo até o trabalho acessório não agrícola. (PAULINO; ALMEIDA, 2010b, p.19).

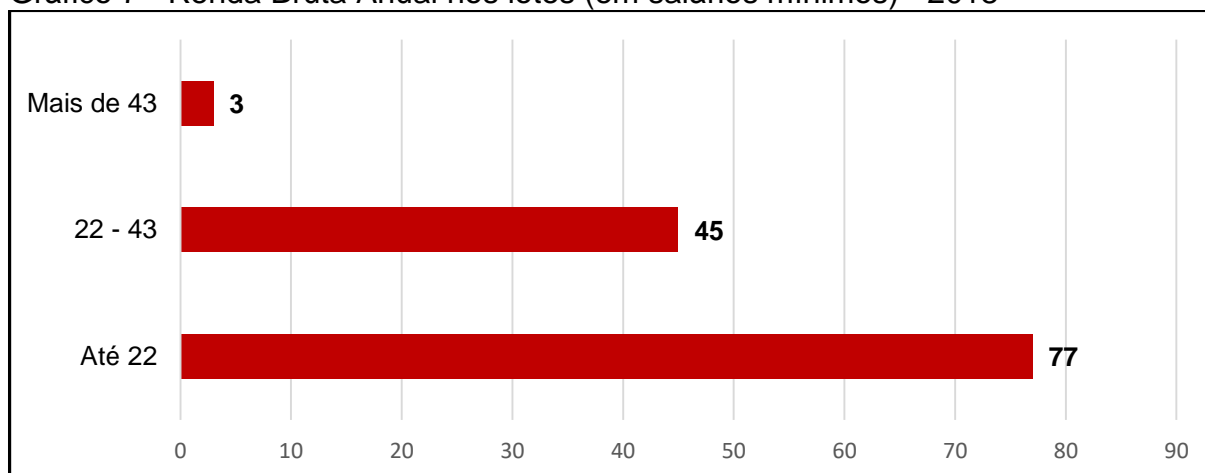
Sobre essa questão, Shanin (2008) afirmava ser limitado entender as sociedades estatais e de mercado sem considerar o papel e o apoio que a economia familiar dá a esses sistemas. A economia familiar, com capacidade de solucionar problemas em momentos de crises, é fator importante para pensar a reprodução do próprio sistema capitalista. O autor ainda enfatiza que, em certas condições, a economia camponesa é mais eficiente que a não camponesa. Assim:

Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso de trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p.27).

Nesse ponto de vista, Paulino e Almeida (2010b, p.19), citando Chayanov (1974), explicam que a economia camponesa se assenta em elementos centrais, a saber: o balanço trabalho-consumo, o autoconsumo, a reciprocidade, a liberdade, a propriedade e a renda camponesa. Fundados nesta lógica e visando satisfazer a necessidade e bem-estar da família, os camponeses assentados mostram que a produção vai além do autoconsumo. Mesmo diante das amarras da monopolização do capital, eles geram riquezas importante a sua reprodução social com a venda do excedente.

O Gráfico 7, demonstra a renda bruta anual dos 125 lotes analisados. Dessa forma, observamos que 77 famílias declararam ter renda anual de 22 salários mínimos, em 2018⁶¹; 45 famílias obtiveram renda entre 22 e 43 salários, e apenas 3 delas tiveram mais de 43 salários, no ano citado.

Gráfico 7 - Renda Bruta Anual nos lotes (em salários mínimos) - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2018;2019) e Secretaria do Desen. Agrário de Andradina.

Das 125 famílias analisadas, 69 declararam não possuir outra fonte de renda que não fosse do lote. Porém, 56 afirmaram complementar sua renda com fontes externas. Neste caso, 34 famílias afirmaram que até 20% são renda fora do lote; em 11 famílias, a renda externa está entre 21% a 40%; sete famílias entre 41% a 60%; e quatro acima de 60%. Destacamos ainda, das 125 famílias, apenas cinco declararam receber o Bolsa Família e duas declararam haver aposentados dentre os membros da família.

Por meio do Gráfico 7, apontamos, também, a diferenciação interna do campesinato estudado. Assim, da mesma forma que a capacidade produtiva se diferencia de um lote ao outro, a renda também apresenta essa diferença, refletindo a heterogeneidade do campesinato.

Chayanov (1974), ao analisar a organização da unidade de produção camponesa, aponta o balanço interno do trabalho-consumo como mote dessa diversidade. Para o autor, a produção camponesa se contrai ou se amplia dependendo do número de membros da unidade familiar, produzindo equilíbrio no trabalho-consumo, logo evitando um processo intensivo de auto exploração. Destaca

⁶¹ Em 2018, o salário mínimo era de R\$954,00.

ainda, que o equilíbrio trabalho-consumo é guiado pelas necessidades do grupo familiar

Esse aspecto, presente no modo de vida camponês, se evidencia nas famílias que cultivam a terra de acordo com as necessidades internas, evitando também a contratação de pessoas de fora do lote. Portanto, os camponeses “[...] na busca do equilíbrio interno a força de trabalho da família estabelece, tendo em vista a quantidade de terra, capital e consumidores, o nível de intensidade da autoexploração em relação ao grau de satisfação de suas necessidades”. (PAULINO; ALMEIDA, 2010b, p.20). Porém, em alguns momentos, principalmente os de colheita, essa possibilidade muda quando não há muitos braços para trabalhar, por isso, eventualmente há a necessidade de contratar pessoas para a colheita.

Por consequência, pontuar os dados da renda nos remete a pensar a questão do trabalho no lote como instrumento fundamental de produção da riqueza. Nesse sentido, a fala a seguir é importante. Quando perguntado sobre a Reforma Agrária e a criação do assentamento, o Sr. J. comentou:

O quiabo, só esse mês agora nós fez 3 mil reais. O leite dá uns 600 reais. Depois tem o urucum que deu 35 mil no ano. A plantação do quiabo é o ano inteiro. Eu tenho um plantado, tem uma parando e outro começando. Um hectare produzindo, já tem meio vindo, quer dizer que não vou parar de produzir. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

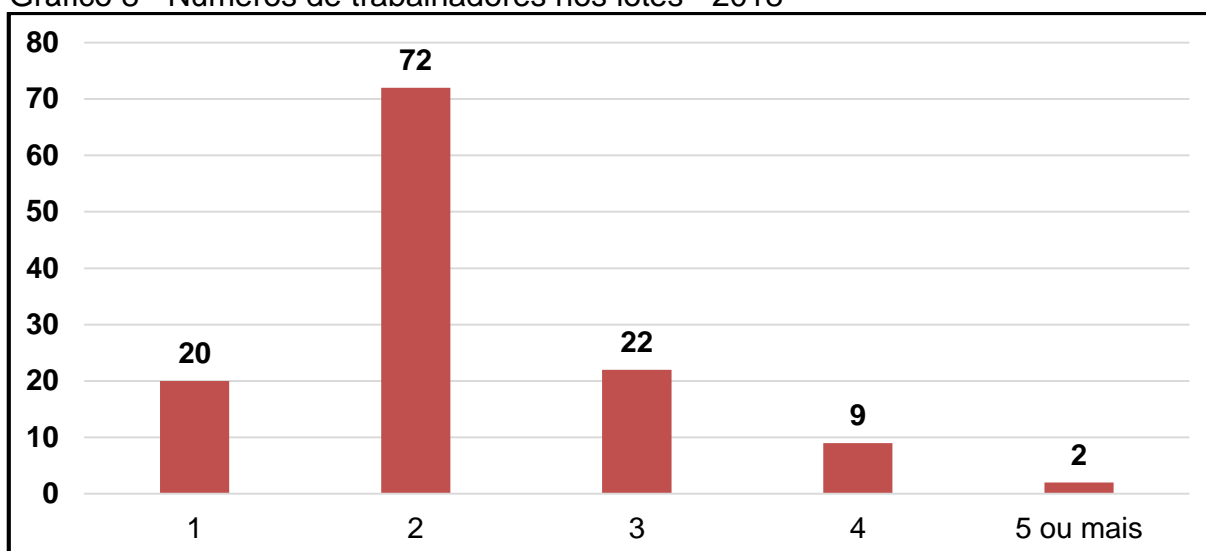
Nessa mesma perspectiva, a D.^a. N. comenta sobre a renda gerada em seu lote fazendo a comparação desse trabalho no lote com o momento pretérito em que era diarista e boia-fria.

Pra mim foi emprego seguro, por aqui ninguém me tira, tenho serviço o ano todo. Não fico desempregada. Fatura, o que não tinha antes, e uma renda maior. De primeiro eu trabalhava o dia todo, hoje uma diarista ganha R\$60,00 por dia. Eu trabalhando o dia todo tiro muito mais que isso. Ano passado eu tirei R\$30.000,00 de abacaxi e R\$10.000,00 de mandioca. São R\$40.000,00, fora o leite que eu vendi. Então dá muito mais que R\$1.000,00 por mês. Da uma renda muito maior, você vive melhor, tem fatura tanto de alimento quanto dinheiro. E isso não afeta só eu, afeta a cidade, pois gasta mais, gera mais renda pra lá. Então, melhora a vida nossa, que era boia-fria, e agora não é mais. E melhora a cidade também porque a gente paga os impostos, vai pra cidade. A gente gasta no comércio, tudo fica ali né. (D.^a. N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

É notório a concepção da assentada sobre a melhora na renda a partir do lote e, conseqüentemente, a melhora nas condições materiais de vida. Fica claro também a noção de D.^a N., sobre a importância do assentamento para a cidade, que também participa das dinâmicas positivas produzidas na terra de trabalho e morada da vida. Aproveitando a fala da D.^a N., que considera o lote como fonte de fartura e emprego seguro, é necessário também analisarmos a ocupação nas unidades camponesas.

Analisando o Gráfico 8, constatamos que a maior parte dos lotes, isto é 57,6%, possuem duas pessoas trabalhando regularmente. Em menor proporção, 16% dos lotes contam com uma pessoa; 17,5% possuem 3 pessoas trabalhando regularmente; e, 5,8% tem até 4 pessoas.

Gráfico 8 - Números de trabalhadores nos lotes - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2018;2019) e Secretária Agrária de Andradina.

Destacamos que 95,2% das famílias (119) declararam (Gráfico 8) não contratar mão de obra para ajudar no lote, logo seis famílias afirmaram contratar eventualmente.

Algumas das famílias contrataram mão-de-obra durante a colheita, sendo o pagamento muitas vezes em trabalho, ou seja, ocorre troca nos dias de serviços, como se observa no comentário a seguir.

Na hora de colhê, de plantar, de encapar, preparar o solo a gente contrata trator e mão-de-obra também. Antigamente o povo pagava pro outro vim. No assentamento você pega amizade com um. Então tem aquele grupinho que a gente já se uniu e tem mais amizade, todos estão plantando abacaxi. Ai eu falei: gente vamos fazer uma

parceira? Quando eu colher o meu, vocês vêm me ajudar, quando você for colher eu vou ajudar. A gente ficou fazendo assim, trocando o dia, aí a gente não precisava pagar. Deu certo. Troca dia, se precisar a gente contrata mais dois. Pra colher eu paguei R\$70,00, pra plantar esses dias eu paguei R\$80,00, porque é mais cansativo. (D.^a N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

Essa solidariedade desenvolvida no processo de luta para permanecer na terra é inerente à lógica camponesa, podendo ser identificada em vários aspectos como a ajuda mútua e as parcerias estabelecidas entre os camponeses assentados.

Para Fabrini (2008, p.264), essa relação solidária entre vizinhos expressa a dimensão local do modo de vida camponês, o que permite estabelecer a sociabilidade construída em pequenos círculos familiares que vivem próximos. Esse aspecto coletivo, pode ser verificado na troca de dias de serviço, entre outros, como na ajuda com trator, mutirões e trocas de conhecimentos e de experiências sobre como lidar com a terra.

Com relação ao trabalho no lote, a fala a seguir corrobora com Chayanov (1974), quando aponta o trabalho familiar como o mote da economia camponesa, sendo ela determinante na organização da unidade produtiva.

A fala a seguir é emblemática quanto ao trabalho:

Eu nasci na roça, mas fui ouvindo outros conselhos, porque eu mexia com café quando era pequeno. E café eu não queria mexer, aí apareceu o urucum, o cara falou que era bom. Toda colheita foi eu e a mulher com ajuda de vez em quando da molecada, porque elas estudam né. Quando vinha da escola, ajudava a colher um pezinho lá, depois vinha embora. Quer dizer, é eu e minha esposa, colhemos até agora sozinho. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

Como advertiram Marés (2003) e Paulino (2015), a produtividade como critério único é insuficiente para pensarmos o cumprimento da função social da terra. Por isso, é fundamental considerarmos a ocupação gerada no lote como possibilidade de inclusão social e ampliação do acesso à cidadania com rebatimento nas cidades sob a forma de alimentos e giro na economia.

Nesse sentido, a pesquisa aponta para a eficiência camponesa na produção e na geração de trabalho, possibilitando o progresso social. Os dados do Censo Agropecuário (2017), exposto na Tabela 10, sobre o pessoal ocupado, também, revelam essa capacidade da agricultura familiar camponesa.

Tabela 10 - Pessoal ocupado (Agricultura Familiar e Agricultura Capitalista) na Região de Andradina - 2017

	<i>Produtor e pessoas com laços de parentesco</i>	<i>Trabalhadores Permanentes</i>	<i>Trabalhadores Temporários ou parceiros</i>	<i>Ha/pessoa ocupada</i>
<i>Agricultura Familiar</i>	9.051	325	1.494	7
<i>Agricultura Capitalista</i>	2.542	7.456	2.066	34,6
TOTAL	11.593	7.781	3.560	21,5

Fonte: Base de dados do Sidra/IBGE; Censo Agropecuário, 2017. Org. pelo autor

Conforme a Tabela 10, na Região de Andradina, a agricultura familiar camponesa, detendo apenas 15,6% da área, correspondeu a 47,6% das pessoas ocupadas no campo; por outro lado, a agricultura capitalista, com 84,6% da área, respondeu a 52,4%. Ao analisarmos a ocupação a partir dos produtores e pessoas com laços de parentesco, verificamos a superioridade dos camponeses, pois responderam por 78% dessas ocupações; enquanto a capitalista, com apenas 22%.

Ao dividir a área pelo total de pessoas ocupadas, identificamos que a agricultura capitalista precisou de 34,6 ha para gerar uma ocupação; porém, a agricultura familiar camponesa precisou de apenas 7 ha.

As informações revelam a terra como instrumento de trabalho e morada da vida para os camponeses. Portanto, as unidades camponesas estão em conformidade ao uso racional e adequado da terra, pois este bem finito é condição à reprodução do campesinato, por isso a sua preservação é fundamental. Sobre esse assunto, Silva (2014, p. 25) destaca:

Eles são portadores de esperanças porque eles não destroem a vida, essa natureza biológica da qual fazem parte; são sinalizadores de um projeto de democratização da terra, das águas, dos saberes e de convívio criativo harmonioso com os recursos naturais porque fazem da unidade familiar de produção fonte de renda e de riqueza que não objetiva uma acumulação impulsiva e destruidora como aquela determinada pelo lucro. (SILVA, 2014, p.25)

Partindo desse entendimento, analisaremos as possíveis mudanças e transformações sociais após a criação do assentamento, partindo dos relatos dos próprios sujeitos que lutam para permanecer na terra e se reproduzirem enquanto classe e modo de vida.

3.2.3 De Sem-Terra a produtor na terra: a inclusão transformadora nos Assentamentos Rurais

No estudo da Região de Andradina, identificamos que os projetos de assentamentos rurais levaram milhares de famílias, antes marginalizadas, à inclusão produtiva e ampliação da cidadania. De trabalhadores sem-terra, boias-frias, desempregados à ocupação concreta de trabalho na terra, mostrando de fato serem os camponeses os verdadeiros produtores no campo, pois a expressão tem sido usada, de forma falaciosa e ideológica pela mídia subserviente aos interesses da agricultura capitalista.

Sendo assim, compreendemos que os assentamentos representaram alternativa de futuro. É essa perspectiva contida na fala a seguir:

Eu era da cidade, eu vim pra roça, então tirou um pouco daquela gente de desempregados. Deu emprego pra aquele povo. Antes eu trabalhava de boia-fria. Metade do ano eu trabalhava cortando cana na usina, fiquei 10 anos cortando cana. Na outra metade do ano eu ia trabalhar de boia-fria, catando manga, algodão, limão, o que parecia. As vezes não tinha, muitas vezes eu ficava sem serviço, precisando de dinheiro, meus filhos pequenos e na escola, e eu não achava dia, não tinha serviço pra trabalhar direto. Falta serviço e dinheiro pra dentro de casa. Teve época de quase passar fome na cidade porque não achava serviço. E hoje não, aqui eu tenho serviço abundante, que eu nem dou conta. E renda muito maior. (D.^a N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

Comparadas as condições pretéritas com as do presente, fica claro na fala a mudança nas condições de vida, mesmo considerando as dificuldades vivenciadas. A luta diária pela resistência na terra varia de acordo com a heterogeneidade dos assentados.

Para Leite e Ávila (2007), a democratização da terra é um mecanismo fundamental para o desenvolvimento em todas as dimensões: sociais, políticas, culturais e sustentável, no sentido amplo da palavra. Os autores ressaltam que a “[...] produção própria de alimentos e a garantia de emprego em sua própria terra reduzem a possibilidade de que os agricultores familiares sofram de fome ou desemprego, contribuindo para o papel estratégico do autoconsumo. (LEITE; ÁVILA, 2007, p.798).

A fala de D.^a J. ressalta essa mudança e compara a condição atual com a anterior, destacando o aspecto da moradia.

Nossa meu Deus do céu, aqui estou no paraíso, se você for olhar a minha vida que eu tinha quando tava na cidade pra que eu tenho hoje. Eu morava de aluguel, o que ganhava não dava pra sustentar a família. Você está vendo aqui, eu moro no paraíso, tenho todo o meu conforto, tenho água, luz, tenho ar condicionado na minha casa, tenho internet [risos]. Eu tenho meu carro pra ir onde eu quero, não tem nem comparação. Eu tenho comida saudável aqui, tenho minha fruta, minha verdura, meu frango, leite, água aí que é uma abundância, dois poços, semi-artesiano e cacimba. Eu tenho um tanque de peixe ali que é um sonho, que é pra mim comer. Então, eu tô no paraíso. Se fosse pra mim escolher eu escolheria de novo. (D.^a. J.; P.A. Belo Monte, Andradina; jan. de 2018).

A desapropriação do latifúndio, considerado improdutivo pelo Estado, e a criação dos assentamentos, proporcionaram progresso social efetivo, pois além de garantir a alimentação produzida diretamente na relação terra-trabalho-família, possibilitando a inclusão produtiva. Ademais, os assentados se inserem no comércio local/regional com a venda de parte do excedente.

Segundo Leite e Ávila (2007), a democratização da terra possibilita a democratização também da renda, isto porque a terra além de um bem fundamental à vida é um ativo econômico. Portanto:

A terra não é apenas um fator de produção, mas de riqueza, prestígio e poder. Assim, a sua distribuição ocasionaria não apenas um aumento dos ativos econômicos detidos pelos mais pobres, como também o aumento no poder político e na participação social destes últimos. (LEITE; ÁVILA, 2007, p.797).

A democratização da terra permite a ampliação do acesso à cidadania. A ocupação das famílias na área reformada, a diversidade na produção e nas atividades e, conseqüentemente, a renda produzida nas frações do território dominadas pelos camponeses são reflexos diretos da luta diária pela permanência e domínio da terra, sendo condição à reprodução social do campesinato.

Wolf (1970) explica que a terra é o lugar da produção e do consumo, por isso sua posse é condição elementar. Desse modo, a terra para o camponês é a garantia da comida e da fartura, de plantar, colher e, em conseqüência, satisfazer as necessidades do grupo familiar. Também é possibilidade de autonomia, mesmo que parcialmente.

A reprodução social da família é condição principal do campesinato, por isso a terra possui centralidade nesse modo de vida. A fala a seguir, evidencia a

importância do bem-estar da família, principalmente a preocupação futura em relação aos filhos.

A gente pegou [a terra], porque a gente quer um canto para deixar pro filho da gente, pra gente sobreviver, criar um gado, uma galinha, um porco, porque enricar não enrica. [...] Pra muitos é pra sobreviver, criar família, criar netos. Na realidade acaba criando até netos, porque tenho meu filho que mora aqui do lado, ele trabalha na usina, não depende do sítio, mas depende pra morar, ele não está pagando aluguel. Acaba não só beneficiando o proprietário que é o pai e a mãe, mas acaba ajudando um filho um neto. Pra gente é muito importante. Eu não me considero uma sem-terra, eu me considero uma com terra. (D.^a. I.; P.A. Celso Furtado, Castilho; Jan. 2018).

Verificamos a partir do trabalho de campo, uma tendência, especialmente nos assentamentos próximos à cidade, que é a fixação dos filhos ao lote. Em muitos casos, os filhos trabalham nas usinas ou até mesmo na cidade e moram no lote com suas famílias, como alternativa de não pagar aluguel na cidade. Eis a razão pela qual se pode encontrar várias casas no mesmo lote:

Aqui mora meu filho com a esposa e três crianças, na minha casa mora eu, meu marido, e duas netas. E tem meu filho que trabalha na Fibria, vai construir uma casa bem ali no canto pra casar. Vai continuar trabalhando na Fibria e vai fazer a casa ali pra ele, pois não quer morar na cidade. (D.^a. I.; P.A. Celso Furtado, Castilho; Jan. 2018).

Diferente do significado que a terra tem ao latifundiário-capitalista, isto é, como possibilidade de lucro, para o camponês ela é a fonte de alimento essencial para a família, seu excedente contribui com aumento da renda e o lote como morada e o lugar da vida. No modo de vida camponês, a lógica parte da família para a terra. Assim, “[...] Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família”. (WOORTMANN, 1990, p.23).

A terra é meio de trabalho e lugar da sua existência (WOLF, 1970). Essa relação do camponês com a terra o diferencia da propriedade capitalista, a qual toma a terra como reserva de valor e possibilidade de lucro extraordinário.

Na fala da camponesa:

Era um serviço quase escravo, é muito cansativo e ganha pouco e trabalha muito. É muito perigoso também, se corta, é cobra e você se arreventa a coluna, acaba com tudo. Eu fiquei 10 anos e sai com

tendinite, com monte de problema de coluna. Na cana me arrebentei, sobrevivi. 10 anos lá, criei meus filhos e dei uma escolinha básica pra eles. Foi só o que eu consegui na cidade. Agora, quando eu vim pra cá eu comecei a melhorar. Estou com 9 anos aqui, e fiz mais do que eu fiz em 20 na cidade. Então, você trabalhar pra você mesmo dá muito mais que trabalhar pros outros. E principalmente no sítio, pois tem fartura, de comida, de alimento, de fruta, de verdura, o que planta você colhe. A melhor fase da minha vida é agora, depois que vim pro assentamento. Tô com 54 anos, nunca tive tão bem financeiramente. (D.^a N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

A construção dos assentamentos fez os assentados experimentarem a autonomia não vivida pelos trabalhadores em geral, isto porque com o acesso à terra os homens e as mulheres tornaram-se donos da terra e do seu próprio tempo de trabalho. Bombardi (2004, p.200) ressalta que essa autonomia resulta do “[...] controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço”. Essa relativa autonomia pode ser analisada a seguir.

Hoje a gente está conversando, nesse sol quente. Depois eu vou trabalhar as 17:30 até as 19 horas. Então, é bem melhor. [Trabalhar] Pros outros era de sol a sol. Das 7 as 17. Agora não, nós acorda cedo, trabalha, deu 11 horas vem almoçar, volta só a tarde. No dia que precisa a gente trabalha no sol quente mais é bem difícil. Mas agora, só trabalha as horas que o sol está mais suportável. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

Os camponeses em luta pela permanência na terra buscam garantir minimamente as necessidades da família. Nesse processo, parte da produção entra no circuito comercial e, dependendo das condições, os camponeses podem poupar dinheiro, assim conseguem apropriar-se de parte maior da renda da terra contida em sua produção, sendo ela convertida em bem-estar social à família.

Com base na teoria chayanoviana, Paulino e Almeida (2010a, p.42) verificaram que a renda como categoria objetiva de rendimento econômico não existe na unidade camponesa. Para, Chayanov (1924), isso ocorre por não haver dedução de salário, embora os fatores de formação de renda diferencial (proximidade com o mercado, qualidade do solo etc) estejam presentes. Assim:

Enquanto categoria de rendimento econômico objetivo obtido depois de os custos materiais produção, os salários e o juro habitual do capital terem sido deduzidos do rendimento bruto, a renda não pode existir na exploração familiar, visto os outros fatores estarem ausentes. No entanto, os fatores que estão normalmente na origem da renda, tais como a qualidade do solo ou a localização relativamente ao mercado, também existem sem dúvida nas

explorações baseadas no trabalho familiar que produzem bens com vista à venda. Esses fatores devem ter por resultado o aumento do produto e o pagamento da unidade de trabalho. (CHAYANOV, 1924, p.484-485)

Em momentos favoráveis, o aumento da produção e conseqüente rendimento por unidade é convertido em qualidade de vida da família. Para Paulino e Almeida (2010a), apesar de indivisível, não se pode ignorar o excedente e a renda gerada na produção camponesa.

Todavia, nessas unidades não há extração direta da mais-valia do trabalhador. Eis a importância de controlar a circulação e comercialização da mercadoria camponesa para, assim, extrair o excedente camponês contido na produção. A sujeição da renda “[...] se oculta na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas através dos alimentos a baixo custo”. (PAULINO; ALMEIDA, 2010a, p.46).

Embora Chayanov (1924, 1974) tenha demonstrado como o aumento do rendimento é convertido em bem-estar, refletindo-se na compra direta daqueles bens materiais que podem diminuir a auto exploração da família, verificamos que não há um padrão dentre os camponeses assentados, fato explicitado no momento de aquisição de bens e mercadorias não produzidos internamente.

A título de explicação, um grande número de assentados não possui máquinas, como tratores, tratoritos, ordenhas, entre outras que diminuiriam a intensidade de trabalho. Das 125 famílias, 75,2% declararam não possuir nenhuma máquina no lote e apenas 7,2% das famílias possuem trator. O restante, 17,6%, possui algum tipo de máquina, como tratorito, batedeira de cereais, entre outros.

Considerando a diferença interna entre os camponeses, entendemos que os instrumentos e máquinas diminuem a penosidade do trabalho e permitem manter o equilíbrio trabalho-consumo. Portanto:

Numa situação de renda econômica favorável, a unidade familiar terá um nível de consumo maior; uma melhor condição de formar capital com menor intensidade no uso da força de trabalho. A apropriação da renda aparece convertida em bem-estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares. (PAULINO; ALMEIDA, 2010a, p.43)

Ocorre que se a compra de instrumentos se traduz na diminuição da penosidade do trabalho, requer poupança monetária, o que abre brecha para a

dominação do capital. Segundo Paulino e Almeida (2010a), ocorre a sujeição da renda da terra camponesa pelo capital urbano, assim a riqueza camponesa é transferida para as mãos dos capitalistas.

A Figura 12 mostra a presença de máquina de tritar cana (A), Trator (B e D), ralador de mandioca (C) e debulhadeira de cereais usada para separar grãos (E e F).

Figura 12 - Presença de máquinas nos lotes - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018 e 2019. Fotos do autor.

Foi comum ouvirmos entre os entrevistados que o acesso à terra ampliou as possibilidades de aquisição de instrumentos e meios de trabalho.

Quando eu vim pra cá nós não tinha nada. Eu a mulher trabalhando, adquiriu tudo aqui dentro. Poço semi artesiano completo com caixa d'água, a área a gente está terminando agora, nós tem o carro que está acabando de pagar, tem o trator. Então, nós veio pra cá sem nada, quer dizer que está progredindo. Eu não tinha o carro bom pra andar, hoje eu tenho. Tinha uma que não valia mil reais. Hoje eu tenho uma estradinha [pick-up] no valor de 23 mil reais. O trator eu paguei 25 mil. A casa, agora nós estamos colocando piso na área, terminando a obra. Ainda tem gado no pasto. Nós não temos dinheiro no banco, mas o que precisar nós vende uma vaca um bezerro. Tem caixa d'água taça né. Coisas que a gente nem pensava possuir né. Nós achava impossível chegar nesse ponto e ter uma propriedade assim. E hoje tem, não foi tão difícil não. Basta você andar certo trabalhar e na hora que precisar tem que fazer uma pequena economia. Então a reforma agrária pra mim foi muito boa. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. de 2018).

Nesse sentido, verificamos que o acesso à terra, aliado ao trabalho familiar, tem condicionado melhorias na alimentação, no trabalho e na moradia. Em alguns casos, a aumento no rendimento ampliou o acesso à cidadania de pessoas até então sem oportunidades e marginalizadas, provocando inclusão social no sentido amplo da palavra, incluindo até o lazer. A inclusão social está revelada na fala a seguir:

Eu nunca tinha feito nenhum passeio, esse ano nós fez, passamos do 100 quilômetros [risos], nós foi no parque de diversão em Prudente, no Parque da Criança. Nunca tinha ido, 39 anos de idade. A gente pretende ir mais. [...] Agora nós ta querendo ir nos Laranjais, aí futuramente, uma vez por ano, nós quer ir até o Nordeste. Antigamente nós não tinha esse sonho. Nosso sonho era ficar pensando como que a gente ia conseguir uma casa pra morar. Hoje nós tem casa pra morar, e tem lugar pra trabalhar. Tem hora que é difícil, tem as dificuldades. [...] Nós fez uma piscina pra divertir final de semana. Então, quer dizer, isso foi a Reforma Agraria né, eu não posso criticar. Eu tenho que falar é bem. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. de 2018).

Em nossa concepção, a questão agrária ainda não foi superada, entretanto, quando analisamos a fala dos homens e mulheres beneficiados pelas políticas de assentamentos rurais, fica nítida a importância dessa política. Na região estudada, mesmo com o regime de monopólio sobre a terra estabelecido, as áreas reformadas significaram acesso à cidadania, inclusão social e produtiva de milhares de famílias,

ampliando o acesso à moradia e alimentação, garantindo trabalho, renda e lazer.

Portanto:

O acesso à terra permite às famílias uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias antes de seu ingresso nos projetos de assentamento. (HEREDIA *et al*, 2002, p.105).

Nesse quadro, a capacidade produtiva, bem como, a diversidade na produção e nas atividades laborais são verificadas com ressalva à heterogeneidade dos camponeses assentados, o que confirma uma eficiência do campesinato em consonância com a preocupação e o cuidado com a terra e a natureza.

Associado a questão da produtividade racional e adequada, destacamos os assentamentos como provedores do trabalho, do acesso à renda e da moradia, logo, a melhoria significativa na vida dos assentados é fato inquestionável. Eis a conformidade da política de assentamentos com o Artigo 186 da Constituição Federal, que trata da função social da terra. De forma oposta à grande propriedade, que se apegua no discurso da produtividade, sem atentar aos outros aspectos, a unidade camponesa cumpre a função social da terra.

Ao elencar a flexibilidade e potencialidade do campesinato, Shanin (2008) nos convida a aprendermos com o campesinato e com a economia familiar. Nossa pesquisa aponta para a potencialidade da agricultura camponesa e, da mesma forma, para a viabilidade da Reforma Agrária, não apenas para os camponeses, mas para a sociedade em geral. Lembramos que é na escala local/regional que a produção e a renda gerada nos assentamentos circulam, é nela que os camponeses compram diretamente as mercadorias que necessitam. Em contrapartida, as propriedades que mantêm as rentabilidades devido à grande escala, raramente são capazes de dinamizar mercados locais.

Dito isso, apreendemos que os projetos de assentamentos rurais produzem dinâmicas territoriais virtuosas, contribuindo de forma significativa para a economia local. É essa dinâmica, para além do assentamento, que iremos analisar no próximo capítulo.

4. DINÂMICAS VIRTUOSAS NA ESCALA LOCAL E VIABILIDADE DA REFORMA AGRÁRIA

O acesso à terra de trabalho proporcionou transformações concretas aos homens e mulheres incluídos na política de assentamentos rurais, principalmente se considerarmos a situação pretérita desses sujeitos. Desse modo, as mudanças experimentadas pelos assentados justificam a importância de analisarmos as dinâmicas produzidas no território, após a criação dos 37 projetos na Região de Andradina. Apesar das vulnerabilidades e condições precárias de vários assentamentos, assim como a subalternidade dos assentados à lógica do capital, diversas pesquisas identificaram alterações significativas, sobretudo no aspecto social. Portanto:

Os impactos dos assentamentos, como resultados de mudanças de curto, médio e longo prazos, fazem-se sentir ao mesmo tempo na vida dos assentados e dos assentamentos e para fora deles, atingindo diretamente os distritos, municípios e regiões onde os projetos se localizam, com efeitos diretos e indiretos sobre a sociedade mais ampla. Não é possível falar dos impactos 'para fora' dissociados dos impactos 'para dentro'. (LEITE *et al*, 2004, p. 257)

Partindo dessa premissa, entendemos ser central no estudo da dinâmica gerada pelos camponeses e da viabilidade da Reforma Agrária, analisar as implicações territoriais correlacionáveis aos assentamentos rurais. Contudo, é necessário lembrar, com base em Leite e Ávila (2007), que a discussão sobre os resultados da Reforma Agrária nos países periféricos, sobretudo aqueles da América Latina, tem sido concebida com enfoque na dimensão econômica, não apreciando aspectos sociais e políticos, dentre outros.

A respeito das pesquisas com enfoque economicista, concordamos com Bergamasco e Ferrante (2005, p. 82), ao afirmarem: “[...] captar indicadores de geração de renda, de desempenho econômico dos assentados pode implicar em armadilhas e riscos, agravados se a ótica de sua apreensão se prender a indicadores quantitativos”.

Isso decorre da tendência de ideologização da Reforma Agrária, não raro interpretada com certo reducionismo. A abordagem economicista é uma “[...] herança fundamentada na prática de uma matriz de modernização (técnica) da

agricultura em voga nos anos 1960 e ao longo de toda a década de 1970, cujos resultados foram objeto de ampla e qualificada crítica” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 779). O reducionismo nas abordagens sobre Reforma Agrária se agravou com o discurso da produtividade, típico das últimas décadas.

É preciso, [...] repensar a própria matriz do processo de transformação rural, retirando-o das amarras reducionistas às quais o mesmo foi submetido, alargando, dessa forma, os horizontes do campo de possibilidades e oportunidades sociais e inserindo a reforma agrária, como bem lembrou Furtado (1998)⁶², num dos vetores estratégicos do desenvolvimento econômico, social e sustentável. (LEITE; ÁVILA, 2007, p.780).

Partilhando dessa perspectiva, compreendemos a democratização da terra como elemento fundamental para o desenvolvimento amplo, sendo condição para dinâmicas virtuosas, como o combate à pobreza e à desigualdade social. Nesse sentido, é pertinente destacar as várias dimensões da implantação dos assentamentos rurais, seja do ponto de vista do próprio sujeito beneficiado pela política pública, seja pelos desdobramentos que se estendem à comunidade ao entorno.

Os “impactos”⁶³ sociais, políticos e econômicos dos assentamentos rurais destacados por Leite *et al* (2004, p.21) também foram vislumbrados por Mitidiero Junior (2011, p. 11-12):

Mesmo que as informações sobre a situação socioeconômica dos assentamentos rurais não sejam empolgantes, mesmo que insucessos produtivos marquem muitos desses assentamentos, é inegável que a sua materialização em diferentes unidades da federação trouxe impactos territoriais de escala local e até regional. Parto da noção de que a organização da luta pela terra gera, frequentemente, pequenas remodelações no território nacional através do assentamento das famílias.

Analisar a materialização e seus desdobramentos implica considerar uma multiplicidade de contradições, renegociações, disputas e realidades diversas. Dessa maneira, é preciso atentar para a heterogeneidade dos camponeses assentados, considerando-os como sujeitos que se encontram em luta permanente na terra, porém com histórias singulares. Assim, apresentam condições distintas na

⁶² FURTADO, Celso. O capitalismo global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁶³ De acordo com Leite *et al* (2004), a utilização do termo “impacto” visa dar relevância as transformações desencadeadas pela criação de projetos de assentamento. No entanto, optamos por outras palavras, como resultados, desdobramentos, implicações, entre outros.

produção, na posse de instrumentos para o trabalho, na rentabilidade e na composição do grupo familiar, situação conformadora da diferenciação social do campesinato.

Sobre essa questão, Bergamasco e Norder (2003, p. 75) ressaltam: “[...] a análise dos assentamentos rurais no Brasil precisa levar em conta essa diversidade, evitando generalizações essencialistas, pressupostos de linearidades ou leis e tendências de desenvolvimento”.

Bergamasco e Ferrante (2005, p.78) também enfatizam a importância de considerar os múltiplos enfoques, evitando a demarcação de fronteiras, a qual limitaria os estudos dessa realidade complexa e contraditória.

Os dilemas teórico-metodológicos de se pesquisar assentamentos rurais têm ocupado continuamente nossas preocupações. Isto porque os assentamentos inserem-se em uma rede de relações, cuja discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo. Leia-se tal observação com a ressalva que, do nosso ponto de vista, a escolha de enfoques múltiplos pode enriquecer, sem esgotar, a realidade investigada.

Os debates políticos e acadêmicos sobre os resultados externos da política de Reforma Agrária ganharam relevância após a década de 1990, quando inúmeros assentamentos foram implantados no Brasil, enquanto resultado direto da luta pela terra. A dicotomia viabilidade ou ineficiência foi condutora dos embates, refletindo a própria luta de classes.

No debate político estavam, de um lado, os que falavam em nome dos assentados e dos demandantes de terra, que buscavam dar visibilidade aos resultados de seus esforços em estimular a produção agrícola e pecuária nos assentamentos como forma de mostrar os efeitos positivos da reforma agrária. Do outro lado, estavam aqueles que se opunham ao processo de desapropriações em curso. Nesse caso, tratava-se de desqualificá-lo, mostrando a ineficácia produtiva dessas experiências, apontando baixos índices de produtividade, grande número de desistências, indícios de favelização das áreas rurais, e denunciando que, quando muito, estariam desenvolvendo uma agricultura de subsistência (LEITE *et al.*, 2004, p. 22).

Como pontuamos, as dimensões econômicas e produtivas são as mais recorrentes, embora outras dimensões tenham paulatinamente inspirado novas pesquisas. Portanto,

[...] a inserção econômica dos assentados, sua renda, condições de vida, integração aos mercados locais têm sido os temas mais recorrentes nas análises sobre assentamentos, na medida em que são os indicadores mais constantemente esgrimidos para provar ou desmentir as potencialidades da reforma agrária (LEITE *et al.*, 2004, p. 23).

Para além do enfoque economicista, e reconhecendo a vulnerabilidade e diferenciação do campesinato, partimos do ponto de vista de que é na escala local que os efeitos da produção camponesa serão sentidos de forma concreta, contribuindo com os mercados locais, produzindo dinâmicas virtuosas fundamentais ao campo e à cidade, como bem lembrou a Dona N.: “A reforma agrária ajuda o que vem pro sítio, que nem nós, e ajuda os que ficam na cidade. Tanto o dinheiro, quanto de alimento que a gente leva, como no PAA, nas feiras, vai tudo pra cidade” (P. A. Sta. Luzia, Guaraçá; jan. 2019).

À luz dessas contribuições, presente capítulo analisa qualitativamente as dinâmicas produzidas pelos camponeses assentados na Região de Andradina, elucidando os desdobramentos que extrapolam o chão do assentamento, soldando a unidade dialética campo-cidade. No entanto, não podemos esquecer que a conquista camponesa por uma fração do território se insere em um contexto de contradições, pois

[...] ao mesmo tempo que o monopólio fundiário se constitui e se perpetua nos marcos da legalidade, camponeses perdem terra e outros a conquistam porque criam estratégias de luta. Luta essa que não se encerra na concessão do lote, porque a permanência na terra de trabalho, naquela onde o acesso se justifica pelo uso produtivo proporcionado pelo trabalho familiar, é um desafio permanente. (PAULINO, 2006, p. 60)

Identificar os efeitos para além dos assentamentos implica refletirmos sobre as formas com que o capital tem criado para sujeitar o trabalho excedente dessa classe. Ao ser vendida como mercadoria no comércio local, a produção camponesa contribui com sua reprodução social, no entanto, abre espaço para a exploração capitalista que, ao monopolizar a circulação da mercadoria, sujeita a renda da terra camponesa. Nesse sentido, cabe analisar também essas contradições que permeiam o cotidiano dos camponeses assentados. É o desafio da permanência na terra, com capacidade de reprodução social, que instiga a investigação na escala local e regional.

4.1 DO LATIFÚNDIO AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL: O PONTO DE PARTIDA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

A luta pela terra na Região de Andradina teve no MST seu principal organizador e possibilitou a territorialização de 3.423 famílias, distribuídas nos 11 municípios que compõem a região e dominando 9,2% da área da região estudada. Mesmo dominando pequena fração do território, os assentamentos rurais representam o encontro do campesinato com a terra, minimizando parte da exclusão produzida pela propriedade capitalista, seja ela improdutiva seja ela com roupagens modernas dadas pela tecnificação da agricultura. Assim:

Sem tocar na elevada concentração fundiária e priorizando a grande ou média empresa agrícola patronal, e até mesmo uma reduzida parcela de pequenos proprietários, a modernização da agricultura brasileira foi marcada pela exclusão social, pela formação de uma classe de assalariados rurais com péssimas condições de vida, pelo desemprego, especialmente o sazonal, e pela precariedade das condições de trabalho. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 109)

Nesse contexto, é certo que sem a criação dos projetos de assentamentos rurais, o campo estaria muito mais vazio. De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a Região de Andradina possuía 181.712 habitantes, sendo a população rural 11,8% (21.463) do total. Em 1970 (Censo Demográfico, IBGE), a população rural na região era de 77.757, representando, naquela década, 45,3% de toda a população.

A redução da população do campo está associada a dois fatores. O primeiro é a expansão das pastagens pós década de 1950, pois a partir da crise do algodão, elas sofreram incremento de 342.161 ha, passando de 182.407 (1950) para 524.658 ha (1980), representando naquela década, 76,15% da área regional. A expansão da cana também contribuiu com esse processo. Como mencionado, o avanço desse cultivo deriva da territorialização do capital monopolista, sendo a migração campo-cidade um de seus efeitos.

A expansão das pastagens e da cana-de-açúcar centra-se no interesse pela mais-valia, seja ela extraída diretamente pelas relações capitalistas, seja a mais-valia social, apropriada via sujeição da renda da terra. Sob a lógica capitalista, ambas expulsaram milhares de famílias camponesas.

Segundo o IBGE (1996), uma família rural na Região de Andradina possuía em média 3,8 pessoas, nesse sentido, se multiplicarmos pelo número de famílias assentadas (3.423), estimamos que os camponeses assentados representam aproximadamente 60% das pessoas do campo. A título de complementação, a agricultura familiar camponesa está presente em 75,9% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017) da região.

Essas informações contribuem para refutarmos a concepção da extinção do campesinato no capitalismo. A luta pela terra e na terra representa uma dinâmica fundamental de reprodução social camponesa dentro do próprio sistema. Shanin (2008, p.24) identificou, nas políticas de redistribuição fundiária, a criação e recriação do campesinato brasileiro. Por sua vez, Wolf (1970, p.34) salientou: “Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico [...]”.

Portanto, o acesso à terra, via política de assentamentos rurais, marcou a transformação de frações da paisagem caracterizadas pela homogeneidade para outra essencialmente diversa, sendo esse processo fundamental para ativar outras mudanças. É a transformação do latifúndio da cana e das pastagens à terra provedora de alimento sortido.

Na mesma direção,

[...] O assentamento emerge diante de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, inercial e vazia. O projeto de assentamento governamental, levado a cabo pela contestação pública gerada pelos sujeitos sociais organizados, traz novas características ao território. O lugar, a região e as redes de relações que surgem a partir do povoamento pelos assentados do antigo latifúndio improdutivo dinamizam partes/frações do território brasileiro. (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 12).

O assentamento rural, início da construção da fração camponesa do território, impõe, pelo trabalho familiar na terra, relações sociais distintas das cristalizadas no latifúndio. Essa mudança pode ser verificada na passagem das fazendas desapropriadas para aos projetos de assentamentos.

Assim aconteceu com o processo de luta da Fazenda Timboré teve início em meados da década de 1980, influenciado pela conquista dos posseiros da Fazenda Primavera, no mesmo município. Em 1986, a área foi considerada latifúndio de exploração pelo INCRA, logo sendo incluída nas áreas a serem desapropriadas no

plano de metas do PNRA. O relatório⁶⁴ de desapropriação apontou para 100% do Grau de Utilização da Terra (GUT), no entanto, o Grau de Eficiência na Exploração (GEE) foi de 78,2%, abaixo do previsto na Instrução Normativa nº 11, de 4 de abril de 2003. O Art. 4º assim determina:

Considera-se propriedade produtiva para fins do disposto no art. 6º da Lei nº 8.629/93, aquela que explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e Grau de Eficiência na Exploração - GEE igual ou superior a 100% (cem por cento) (INCRA, 2003).

Consta também que, em 1986, foi lavrado um auto por infração trabalhista contra a fazenda.

Com a desapropriação, houve a transferência ao campesinato de 3.379 ha, assentando 171 famílias. Não consta no laudo técnico o número de famílias residentes, nem informações relativas à produção agropecuária, porém, mostra que as pastagens dominavam 76,8% do imóvel, enquanto a área destinada às lavouras ocupava pouco mais de 19%.

Considerando informações de 20 lotes do Assentamento Timboré, representando 8,2% (280 hectares - 14 ha cada lote) da área total do assentamento, averiguamos que a pastagem ocupava, em 2018, 84,5%, parcela por demais significativa. Entretanto, não podemos esquecer das contribuições de Chayanov (1974), de que a lógica camponesa se difere da capitalista. Enquanto a segunda visa abocanhar a mais-valia e a renda da terra, a primeira tem na reprodução da família camponesa sua centralidade.

Dito isto, identificamos nos 20 lotes estudados a média de 2,8 cabeças de bovinos por hectares, número superior à média municipal (2,05) e igual aos estabelecimentos com até 20 ha. Identificamos a superioridade do assentamento em relação aos estabelecimentos de estrato de áreas de 20 a 200 ha e de 200 a 500 ha, sendo 2,1 bovinos/hectare. (IBGE, 2017). Por outro lado, os estabelecimentos acima de 500 ha possuem em média 0,3 bovinos a cada hectare. Portanto, na terra do “Rei do Gado”, os assentados são nove vezes mais eficientes que os pecuaristas. Considerando as mudanças advindas da diferença temporal de três décadas,

⁶⁴ Processo nº 95.0004807-8. Disponível em: <<https://direitosp.fgv.br/casoteca/caminhos-implantacao-reforma-agraria-como-politica-publica-caso-fazenda-timbore>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

notamos no Censo Agropecuário de 1980, período próximo à desapropriação, que a média municipal era de 1,6 bovinos a cada hectare.

No Capítulo 3, foi evidenciado a forte tendência dos assentados da Região de Andradina optarem pela pecuária leiteira, pois, 65% dos lotes pesquisados desenvolvem essa atividade. A maioria dos assentados teve acesso ao recurso médio de R\$ 20 mil para a compra de vacas leiteiras. Lembramos ainda, com base em Oliveira (2003), que a criação de animais para o camponês é uma espécie de “poupança” em momentos de crise.

Afora os pomares e olerícolas para autoconsumo e, eventualmente, venda, que ocupam os quintais, a área destinada à lavoura representava cerca de 15,5% dos lotes, sendo declarados mais de oito tipos de cultivos: milho, quiabo, feijão, cana-de-açúcar, urucum, sorgo, banana e capim napier; além da produção do quintal destinada diretamente ao autoconsumo. Logo, a pequena extensão de lavouras é combinada com uma diversidade relevante.

Para Chayanov (1974, p.89) “[...] a extensão da unidade agrícola doméstica é naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e sua força de trabalho”⁶⁵. Portanto, o equilíbrio trabalho-consumo é para o autor o mote da lógica camponesa, pois a organização do sítio deriva das necessidades da família projetadas no cultivo da terra.

Segundo Ploeg (2016), consoante à teoria chayanoviana, o equilíbrio trabalho-consumo e todos os elementos procedentes dele, constitui e regula a agricultura camponesa.

Os camponeses, em geral, selecionam o balanceamento que serve para distanciar a organização, o funcionamento e o desenvolvimento da unidade camponesa das proximidades do mercado, protegendo assim (ainda que apenas parcialmente) a unidade produtiva, a família camponesa e a comunidade a que pertencem das diversas ameaças inerentes a esses mercados. (PLOEG, 2016, p.15)

Cultivos diversificados em pequena escala são uma forma do campesinato diminuir sua dependência em relação ao mercado, rompendo, mesmo que parcialmente, com a lógica hegemônica na agricultura, já que a produção camponesa está subordinada à circulação (OLIVEIRA, 2010).

⁶⁵ “[...] la extensión de la unidad doméstica de explotación agraria está naturalmente determinada por la relación entre las necesidades de consumo de la familia y su fuerza de trabajo”. (CHAYANOV, 1974, p.89).

Essa estratégia reflete o equilíbrio entre escala e intensidade, pois “[...] Escala diz respeito ao número de objetos de trabalho (unidade de terra, animais etc.) por unidade da força de trabalho. Intensidade se refere à produção por objeto de trabalho”. (PLOEG, 2016, p.78).

Esse equilíbrio, intrínseco ao balanço Trabalho-Consumo, identificado por Chayanov (1979), é mecanismo de defesa ao mercado externo, presente em momentos desfavoráveis, capaz de, segundo o autor, reduzir a dependência e aumentar a autonomia.

Para Valério (2019, p.256), “[...] o controle da escala se coloca como questão de fundamental importância, tanto para o fortalecimento da família camponesa, quanto para a conquista da sua autonomia”. O autor explica que para fugir das ações do capital comercial, a diversidade da produção é fundamental, possibilitando criar alternativas que atendam à demanda local e regional, antes limitadas aos grandes grupos varejistas.

No contexto de luta pela reprodução social do campesinato, o equilíbrio “quantidade versus diversidade” pode, segundo Valério (2019), levar à “soberania”, enquanto o desequilíbrio leva à “dependência” ao sistema hegemônico, que procura controlar produção-distribuição-consumo, para assim sujeitar toda a renda gerada na agricultura. Portanto:

[...] quanto menor a diversidade (e maior a quantidade individual por cultivo), maior a dependência do camponês em relação aos preços usurários impostos pelos atravessadores, posto que o mesmo fica refém da comercialização indireta, pois os mercados locais pressupõem pequenas quantidades e diversidade. No caminho oposto, quanto maior a diversidade (e menores as quantidades individuais produzidas), melhores serão as condições de negociação dos preços, de compatibilização com a demanda local e regional durante o ano todo, de segurança em relação à ocorrência de eventos climáticos extremos e, como produto disso tudo, mais fortalecida será a soberania do camponês na incorporação da maior parte da renda gerada pelo seu trabalho no campo. (VALÉRIO, 2019, p.256).

Considerar a pequena extensão cultivada como estratégia de resistência camponesa nos remete aos apontamentos de Shanin (2008, p.24), quando notou a capacidade e flexibilidade do campesinato: “[...] as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida”.

Mesmo com pouca extensão cultivada, a diversidade da produção pode ser observada na Figura 13, que ilustra o cultivo da cebolinha, do café e tomate cereja (A); a seguinte retrata a plantação de mogno africano (B) nos Sistemas Agroflorestais (SAFs), em consorcio com a pecuária bovina; por fim, a C ilustra o quintal com várias árvores nativas e frutíferas plantadas pelo assentado.

Figura 13 - Lote no Projeto de Assentamento Timboré, em Andradina - 2019



Fonte: Trabalho de campo, out. 2019.

A transformação do latifúndio improdutivo em assentamentos rurais também pode ser verificada, também, na transformação da Fazenda São José da Barra em P. A. Estrela da Ilha, criado em 2005, em Ilha Solteira. O laudo da vistoria⁶⁶, realizada entre os anos de 2000 e 2001⁶⁷ concluiu que no período havia apenas três

⁶⁶ O laudo da vistoria se encontra no processo de desapropriação do INCRA com o nº 54190.000572/2002/06.

⁶⁷ De acordo com o INCRA, a Fazenda São José da Barra, Ilha Solteira, pertencera a quatro proprietários, cada um com direito a 25% da área, a saber: Luciene Gouveia Dalafini Figueiredo, Hercules Gouveia Dalafini, Denes Gouveia Dalafini e Itaisa Bertolini Gouveia. Todos naturais de São

famílias residentes, sendo 12 pessoas, e destas, apenas quatro em regime contratual.

A pastagem tornava a paisagem homogênea, ocupando 95,4% dos 2.964,3 ha da fazenda, situação relembada pelo Sr. O., morador do assentamento: “Aqui na época era gado, tinha 4 ou 5 famílias, e só era gado. Hoje tem 200 e poucas famílias e lote de 14 hectares”. (P. A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira, na. 2018).

Não obstante, os cultivos eram alheios ao negócio da fazenda, pois 94,3 ha estavam arrendados para terceiros, cuja atividade principal era a produção de milho, assim como a horta, presente apenas no quintal das três famílias residentes. No que tange à pecuária, havia 3.127 bovinos, isto é, 1,1 bovinos por hectare, abaixo da média municipal naquela época, que era de 1,6 (Censo Agropecuário, 1995/96).

Com a desapropriação, a área antes ocupada por apenas três famílias assentou 208 famílias. Considerando informações de apenas 14 lotes do assentamento, isto é, 6,8% dos 2.855,8 hectares do P.A. Estrela da Ilha, verificamos que a cada hectare são criados em média 2,4 bovinos. Esses números evidenciam a superioridade em relação à média do município de Ilha Solteira, 1,4 cabeça/ha (Censo Agropecuário, 2017). Esse exercício reafirma a eficiência da pequena propriedade rural, sobretudo a camponesa.

Averiguamos também a variedade na lavoura: urucum, cana-de-açúcar, coco, eucalipto, goiaba, banana, mandioca, além de pomares e hortas. Assim sendo, no P.A. Estrela da Ilha as lavouras ocupam, em média, 21,5% do lote e a área destinada à pastagem pouco mais de 55,6%. A produção em pequena escala, apontada por Valério (2019) como estratégia fundamental de resistência perante as ações do capital comercial, assim como, a diversidade produzida, é realidade concreta do assentamento.

A Fazenda São José da Barra foi considerada pelo Estado como Grande Propriedade Improdutiva. Segundo o laudo, o GUT foi de 99,9% e o GEE de 62,5%. Não foi encontrada nenhuma ação trabalhista contra a fazenda, porém, no documento de desapropriação consta que existiam pendências ambientais: “Quanto aos aspectos ambientais, existem pendências devido a não averbação de área de Reserva Legal a margem da matrícula do imóvel, e o uso inadequado de parte das áreas de preservação permanente da propriedade [...]” (INCRA, 2006).

Ploeg (2016), em sua obra “Camponeses e a arte da agricultura”, chamou a atenção para as diferenças entre a fazenda e a unidade camponesa:

As fazendas de modelos empresarial são, em geral, maiores do que as unidades camponesas. Elas são mais imponentes e mais mecanizadas - sinais que são quase sempre interpretados como ‘mais poderosas’ e ‘mais competitivas’. Mas as aparências enganam. Embora um único empreendimento empresarial produza mais do que uma única unidade camponesa, mil hectares de terras usados pelas unidades camponesas produzem muito mais do que os mesmos mil hectares usados pelas fazendas empresariais ou capitalistas (PLOEG, 2016, p. 149).

Isso se confirma nos casos analisados, onde os camponeses assentados imprimiram no território outra lógica, baseada principalmente na reprodução da vida da família.

Apreamos que a transformação do latifúndio improdutivo em assentamentos rurais foi o impulso para uma nova reorganização territorial, ativando transformações positivas no campo, mas também, na cidade, pois como notou Marques (2002, p.105): “[...] O espaço rural [campo] e o espaço urbano [cidade] serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade”.

Mitidiero Junior (2011, p. 13) ressalta o fato de o assentamento ser “[...] um impacto imediato na desapropriação de um latifúndio”. Do mesmo modo Sauer (2005, p. 60) adverte: “A conversão de um latifúndio, de uma grande área de terra improdutiva em um lugar de produção e vida para dezenas, centenas de famílias é apenas um aspecto da reorganização fundiária”.

Concordamos também com a concepção de Leite (1997, p. 168-169), sobre o assentamento como resultado direto da desapropriação, enquanto “ponto de partida” capaz de gerar “efeitos multiplicadores”, produzindo “[...] impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua”. O autor ressalta o assentamento enquanto “ponto de chegada”, devido a integração social experimentada no processo de luta.

A desapropriação da grande propriedade improdutiva pelo Estado brasileiro e a reorganização fundiária a partir da formação dos assentamentos rurais têm possibilitado, como já destacamos, uma inclusão aos beneficiados das políticas agrárias. Esse resultado social está revelado na fala a seguir, quando a entrevistada foi perguntada sobre os efeitos da formação do assentamento.

Tira o pobre da cidade, porque vivia lá trabalhando para os outros de boia-fria e ele vai trabalhar, ser dono do seu próprio negócio, não vai ter mais patrão. Trabalhar pro outros com diária baixa quem fica com o lucro é o patrão. E quando você planta o lucro é seu, trabalha mais feliz, mais contente pois sabe o que tá fazendo, pra você lucrar e não pros outros em cima de você. (D. N.; P. A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. 2019).

A fala também corrobora para compreensão de campo-cidade enquanto unidade constituída de uma totalidade, o território capitalista. As transformações de um implicam transformações no outro. Tirar o pobre da cidade e assentar no campo mostra essa questão. Considerando a transformação social que o acesso à terra permite aos sujeitos envolvidos, Sauer (2005, p. 69-70) explica:

[...] na perspectiva das pessoas envolvidas, a conquista da terra é uma 'graça alcançada', mediada pelo trabalho, pela atividade humana que, junto com a fertilidade da terra, faz ela produzir, gerando fartura e liberdade. [...] O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido a existência. (SAUER, 2005, p. 69-70).

A criação de um assentamento rural possibilita a recriação da classe camponesa, estando assentada no tripé terra-trabalho-família. Contudo, ao apreendermos o assentamento em substituição do latifúndio e seus efeitos, torna-se fundamental pensarmos os caminhos que a produção percorre até alcançar a cidade. Desse modo, no item a seguir, analisamos a dinâmica da produção camponesa e sua participação na dinâmica local.

4.2 PRODUÇÃO CAMPONESA E OFERTA DE ALIMENTOS NA ESCALA LOCAL

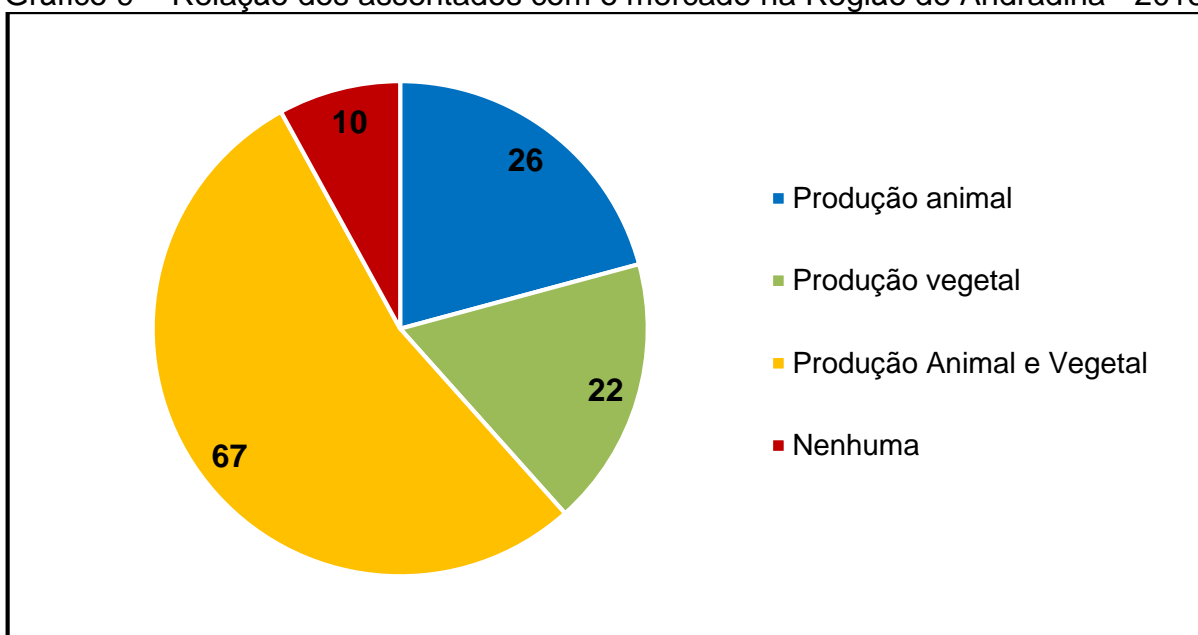
Com a desapropriação do latifúndio e a formação dos projetos de assentamentos rurais, outras relações emergem nas fazendas reformadas. A partir da lógica centrada no bem-estar do grupo familiar, parte significativa dos camponeses produzem para além de suas necessidades. Em consequência do estágio atual do capitalismo, em que a divisão do trabalho impõe mercantilização a praticamente todas as esferas da vida, por mais que o campesinato consiga manter a produção de autoconsumo, ainda assim, precisa de dinheiro para comprar aquilo que não produz e, para isso, transforma parte de sua produção em mercadoria.

Segundo Oliveira (1996, p.52), a produção camponesa, de forma distinta da produção capitalista, está assentada na fórmula simples de circulação de mercadoria. Por isso, a venda do excedente e a circulação da produção dos assentados se configuram numa produção mercantil simples, expressa na fórmula (M-D-M), pois a troca da produção por dinheiro visa obter produtos, como remédios, materiais escolares, serviços (como internet), instrumentos para o labor, entre outros. Em contraposição à produção mercantil simples, temos a circulação da produção capitalista (D-M-D'), visando sempre o lucro médio, sendo fundamental ao desenvolvimento do capital.

Para Chayanov (1974), a exploração camponesa se estabelece, também, na produção de mercadorias, se inserindo no sistema econômico por meio da sua circulação, bem como dos créditos. Segundo o autor, o comércio local cristaliza as relações sociais do camponês com o seu entorno. De acordo com Oliveira (2007), o camponês, criado nas contradições do próprio capitalismo, é produtor especializado de mercadorias, com enorme capacidade produtiva.

O Gráfico 9, mostra que 92% dos assentados analisados mantêm relação com o mercado, situação que certamente repercute positivamente no abastecimento da cidade, como veremos mais adiante. Desse conjunto, 54% vendem produção de origem animal e vegetal; 21 % apenas produção animal, leite principalmente; e 17%, algum tipo de produto resultante de cultivos.

Gráfico 9 - Relação dos assentados com o mercado na Região de Andradina - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2018; 2019) e Secretaria Agrária de Andradina e Cadastro Rural.

Notamos, também, no Gráfico 9, a ausência de comercialização da produção em 8% dos lotes. Entretanto, nesses 10 lotes, oito possuíam criação de animais e/ou produção vegetal, a exemplo de hortas. Em apenas dois, declaram nenhum tipo de produção.

A não comercialização do excedente é entendida como mecanismo de defesa do próprio camponês em relação a exploração do mercado, que aproveitando de sua reprodução social no limite, busca liames para explora-los, sendo o rebaixamento dos preços de produtos alimentícios componente fundamental. Essa situação pode ser observada na fala da assentada, K.:

As pessoas não valorizam a gente, acha que sem-terra é tudo vagabundo. E quando vai vender os nossos produtos eles querem pagar mixaria. Acha que a gente está passando fome e que vamos vender por qualquer valor de dinheiro. Não quer pagar o que é justo. (P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

A respeito da inserção da produção camponesa no mercado, Marcos e Fabrini (2010, p. 114) argumentam:

Embora os camponeses estejam vinculados ao mercado capitalista, essa comunicação não é homogênea, mas desigual e contraditória. Para os camponeses, a produção de mercadorias não constitui o centro de suas relações. Para eles, o mercado é um meio, e não o fim.

Os assentamentos da região apresentam grande capacidade produtiva, no entanto, mesmo com essa característica, a lógica do mercado pressiona para baixo os preços da produção, deixando os camponeses mais vulneráveis. Portanto, ao mesmo tempo que o mercado representa a possibilidade de obter dinheiro para comprar aquilo que não produz, ele, contraditoriamente, representa também sua exploração, mesmo indiretamente.

Ploeg (2016), ao fazer a leitura do equilíbrio Trabalho-Consumo de Chayanov (1974) na contemporaneidade, explica que a busca pelo equilíbrio faz dos recursos externos fundamentais à reprodução do campesinato, porém, o mesmo representa ameaça. Assim,

Paralelamente aos recursos produzidos e reproduzidos na própria terra (os recursos internos), toda unidade, qualquer que seja a localização, também necessita de recursos externos. Seria impossível imaginar as propriedades funcionando sem eles. No

entanto, a natureza desses recursos, a sua origem e, principalmente, o modo como são adquiridos e os efeitos do método de aquisição podem ter consequências de enorme alcance. (PLOGG, 2016, p.70).

A baixa dependência em relação ao mercado significa experimentar certa autonomia, já o oposto significa a privação de alguns bens necessários. A dependência ao mercado pode gerar auto exploração da força de trabalho, impactando no bem-estar do grupo familiar. Por isso, em determinados momentos os camponeses preferem não se envolver com o mercado, principalmente em momentos de preço muito baixo.

Associado a isso, existem aqueles assentados que não encontram compradores, assim, controlam a produção para não ter perda, como relatado a seguir: “Preço baixo, falta de vendas, você não achar pra quem vender. Tem coisa que você perde. Esse tempo eu plantei maxixe e não consegui entregar na cidade, aí perdi, porque não tinha pra quem entregar”. (D. N.; P. A. Santa Luzia, Guaraçai; jan. 2019).

Outros fatores fornecem subsídios para entender o porquê 8% das famílias analisadas não apresentaram naquele momento produção destinada a venda. O trabalho de campo e os levantamentos de informações acerca dos assentamentos para a pesquisa ocorreram entre 2017 e 2019. Esse período, pós golpe (2016), desencadeou retrocessos nas políticas agrárias, assim como em todas as políticas sociais. Entre os retrocessos, estão a redução dos recursos do PAA, desestruturando toda a organização anual dos assentados.

Na circulação do excedente e inserção no mercado ocorre a exploração indireta do camponês, por meio da subordinação de sua produção ao capital. Para Paulino e Almeida (2010a, p.44), por meio dessa relação é possível entender a transferência da riqueza dos camponeses para o capitalismo comercial urbano.

Na análise sobre as alterações produzidas pelos assentamentos rurais, consideramos a produção camponesa elemento fundamental na soldagem campo-cidade. Nesse sentido, a produção de alimento é essencial a todos, principalmente aos cidadãos, que tem na produção camponesa seus alimentos básicos. Para Fontoura (2009, p.282), a produção agrícola é influenciada pelos interesses da cidade. Assim:

[...] o campo passa a produzir um produto específico para um segmento específico de consumidor urbano [...]. Dessa forma [...] por

resistência ou alternativa ao capitalismo, ao se inserir no mercado, a relação campo-cidade garante a reprodução social capitalista econômica.

Apesar de Fontoura (2009) situar em uma perspectiva mais urbana, comunga a importância da relação campo-cidade, principalmente por meio da produção de alimentos. Nesta direção, Guibert (2009) aponta a agricultura como elemento basilar no vínculo campo-cidade, pois é no campo que se produz os alimentos postos nas mesas das pessoas da cidade.

Dessa maneira, ao produzirem para comprar aquilo que necessitam, os camponeses acabam sendo responsáveis pela produção de alimento que abastece a cidade, a região, o país, fato confirmado nos dois últimos Censos Agropecuários (IBGE).

Assim sendo, apresentamos na Tabela 11 a participação efetiva dos camponeses na produção agrícola regional. Com exceção do milho, a agricultura familiar foi, segundo Censo de 2006, responsável pela maior parte da produção exposta na tabela. Já em 2017, ela foi superior em todos os itens, inclusive no cultivo de milho. Esse modelo de agricultura produziu mais 70% da abobrinha, alface, almeirão, cebolinha, couve, mandioca, pimenta, quiabo rúcula e urucum.

Tabela 11 - Quantidade produzida (em toneladas) na Região de Andradina -2017

	2006					2017				
	Agri. Familiar		Não Familiar		Total	Agri. Familiar		Não Familiar		Total
	Ton.	%	Ton.	%		Ton.	%	Ton.	%	
Abobrinha	97	85,8	16	2,2	113	133	76	42	24	175
Alface	405	81,1	94	18,9	499	584	82,8	121	17,2	705
Almeirão	206	92,3	7	7,7	213	107	92,2	9	7,8	116
Batata-Doce	2	66,3	1	33,7	3	106	59,8	71	40,2	177
Berinjela	104	100	0	0	104	39	61,9	24	38,1	63
Cebolinha	449	96,1	18	3,9	467	117	84,2	22	15,8	139
Coentro	121	96,8	4	3,2	125	25	56,8	19	43,2	44
Couve	288	98,6	4	1,4	292	157	83,9	30	16,1	187
Mandioca	8.218	52,1	7.538	47,8	15.756	3.399	90,2	367	9,8	3.766
Milho verde	10	8,9	103	91,2	112	89	63,1	52	36,9	141
Pepino	40	58,8	28	51,2	68	50	54,3	42	45,7	92
Pimenta	248	84	46	16	295	105	92,1	9	0,9	114
Quiabo	177	96,7	6	3,3	183	181	83,7	35	16,3	216
Rúcula	350	91,8	31	8,2	381	78	72,2	30	27,8	108

Fonte: Base de dados do SIDRA (IBGE, Censo Agropecuário 2017). Org. pelo autor.

Por outro lado, a Tabela 11 revela a redução de alguns produtos entre 2006 e 2017. Esse movimento foi mais expressivo na produção de mandioca, sendo, em 2006, 15,7 mil toneladas, reduzindo para 3,7 mil toneladas, em 2017. Produtos como almeirão, berinjela, cebolinha, coentro, couve, pimenta e rúcula também apresentaram redução no volume produzido.

Esse movimento de redução se explica, em parte, por meio de alguns processos ocorridos de forma articulada na região: a redução da área da agricultura familiar e a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na região, impactando diretamente a produção de alimentos.

No Censo Agropecuário de 2006, a agricultura capitalista dominava 386.695 ha (82,4%) da área recenseada pelos estabelecimentos, aumentando, em 2017, para 415.132 ha (84,5%). O oposto ocorreu com a área dominada pela agricultura familiar camponesa: em 2006 essa classe dominava 17,6%, 82.322 ha, logo viu sua fração do território se reduzir a 15,5% (76.249 ha) em 2017.

Articulado a esse processo, houve expansão da cana-de-açúcar. Em 2006, foram 2,2 milhões de toneladas, saltando para 13,5 milhões em 2017. Em 2006, 96,3% da cana-de-açúcar foi plantada pela agricultura capitalista, aumentando para 99,7% em 2017. Os números mostram que esse cultivo é produzido hegemonicamente pela agricultura capitalista.

Para Oliveira (2009, p.15), a expansão dos agrocombustíveis, no caso a cana-de-açúcar no Brasil, tem relação direta com a redução da produção de alimentos. Assim, “Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares”. Desde a década de 1990, ocorre a redução dos três principais alimentos da dieta brasileira: arroz, feijão e mandioca. A redução da produção de alimentos está, segundo o autor, inserida no avanço das políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos a partir da década de 2000.

A relação da expansão da cana-de-açúcar e redução da produção, principalmente de hortifrútis, como destacada na Tabela 11, foi identificada também por Valério (2019). Para o autor, a consolidação do setor sucroenergético e sua materialização na monocultura impôs novas configurações ao território paulista, impactando diretamente os cultivos alimentares. Segundo a pesquisa, entre 2006 a

2017, houve, em algumas regiões do estado, redução na produção de hortifrúti em decorrência do avanço cana-de-açúcar. Portanto:

[...] dentre os municípios que registraram diminuição dos volumes de hortifrúti produzidos, a maior parte está circunscrita à região Oeste do estado, justamente na área de expansão mais acentuada do agronegócio sucroenergético. (VALÉRIO, 2019 p.171).

Nesse sentido, lembramos que a Região de Andradina, situada na porção Noroeste do Estado de São Paulo, também está na rota de expansão da cana-de-açúcar. Para Valério (2019, p.181), o avanço do agronegócio canavieiro, além de reduzir a produção de hortifrúti local e regional, aumentou a distância percorridas entre os alimentos e seus consumidores, elevando o preço de compra, mesmo daqueles produzidos no local, pois sob a égide do capital, percorrem longos caminhos até chegarem ao consumidor.

Mesmo com a redução da produção de alimentos (Censo Agropecuário, 2017), é possível verificar o papel da produção camponesa dos assentamentos, principalmente se considerarmos que os assentados representam a maior parte da agricultura familiar da região. Os 63.879 hectares em seu domínio, representam 83,7% da área com a agricultura familiar na região.

Compreendemos que a cana-de-açúcar é preferência da agricultura capitalista, pois tem no lucro sua centralidade; do outro lado, a agricultura familiar camponesa é responsável pelo cultivo de alimentos que alcança a mesa dos habitantes da Região de Andradina. É por meio desses produtos que o camponês se insere na dinâmica local e até regional.

A relação integradora da produção camponesa com a cidade está evidenciada na Tabela 12, confirmando a participação da agricultura familiar camponesa em 82,7% na venda dos produtos citados. Em contrapartida, a agricultura capitalista vendeu apenas 17,3%, dos mesmos produtos.

Em 15 produtos, dos 16 citados na Tabela 12, a agricultura camponesa foi responsável pela maior parte das vendas, com destaque para, abobrinha, alface, almeirão, batata, cebolinha, couve, mandioca, pimenta, quiabo e rúcula, acima dos 70%. Apenas o tomate teve a maior parte da venda na agricultura capitalista, com 57,3%, mesmo assim, consideramos importante a participação dos camponeses nessa produção, com 42,7%.

Tabela 12 - Comercialização da produção na Região de Andradina (toneladas) - 2017

Produtos	Agricultura Familiar		Agricultura Capitalista		TOTAL
	Ton.	%	Ton.	%	
<i>Abobrinha</i>	120	73,6	43	26,7	163
<i>Alface</i>	564	82,9	116	17,1	680
<i>Almeirão</i>	104	92,9	8	7,1	112
<i>Batata</i>	310	94,2	19	5,6	329
<i>Batata-Doce</i>	90	55,9	71	44,1	161
<i>Berinjela</i>	38	61,3	24	38,7	62
<i>Cebolinha</i>	110	83,3	22	16,7	132
<i>Coentro</i>	24	55,8	19	44,2	43
<i>Couve</i>	153	91,6	14	8,4	167
<i>Mandioca</i>	2.731	91,8	242	8,2	2.973
<i>Milho verde</i>	68	57,6	50	42,4	118
<i>Pepino</i>	49	53,8	42	46,2	91
<i>Pimenta</i>	97	90,7	10	9,3	107
<i>Quiabo</i>	132	79,5	34	20,5	166
<i>Rúcula</i>	76	71,7	30	28,3	106
<i>Tomate - Estaqueado</i>	203	42,7	273	57,3	476
TOTAL	4.869	82,7	1.017	17,3	5.886

Fonte: Base de dados do SIDRA (IBGE, Censo Agropecuário 2017). Org. pelo autor.

As informações contidas na Tabela 12 mostram superioridade da agricultura familiar camponesa na comercialização de itens fundamentais à dieta alimentar local e regional, bem como do Brasil. Entretanto, a capacidade produtiva dos camponeses não garante a circulação de sua produção na escala local. Como demonstrou Valério (2019), a vulnerabilidade dos camponeses, associada a ação das grandes empresas de abastecimento, representada na figura dos atravessadores, separa produtores e consumidores, assim, a produção passa pela “agonia” do vai e vem até chegar, a preço elevado, ao varejo local.

Na lógica dos impérios alimentares, que controlam produção, distribuição e consumo, como instrumento de acumulação de capital, “[...] os alimentos são submetidos a um tipo de périplo da degradação, no qual o afastamento cada vez maior entre produção e consumo define e *redefine* os limites da ‘agonia da comida’”. (VALÉRIO, 2019, p.298) (Grifo do autor).

Mesmo assim, notamos participação efetiva tanto na produção quanto na venda da produção camponesa, com presença efetiva dos assentados da Reforma Agrária. Para Sauer (2005, p. 72): “A produção é a ‘prova’ material de que são trabalhadores e trabalhadoras e de que a “reforma agraria dá certo” porque ‘produz mais que as grandes fazendas””.

Diante da heterogeneidade encontrada nos assentamentos, os camponeses enfrentam relações diferenciadas com o mercado local. A partir dessas relações, contraditórias e desiguais, sua produção vai dinamizando a escala local. Assim sendo, o próximo item elucida o alcance territorial da produção dos assentamentos, apontando seus mediadores.

4.2.1 Reprodução social camponesa e sujeição da renda da terra ao capital

Durante a pesquisa, vários canais de comercialização e diversos agentes foram identificados: atravessadores/intermediários; redes de supermercados; venda direta ao consumidor, com destaque às feiras livres; entregas para cooperativa e, por fim, Mercados Institucionais, em especial o PAA e PNAE. Por meio desses canais, a produção dos assentados chega às cidades, contribuindo substancialmente para o abastecimento de alimentos. Com exceção da venda direta ao consumidor, à cooperativa COAPAR e aos Mercados Institucionais, os demais canais tem drenado parte significativa da riqueza gerada na terra de trabalho, via monopolização do território pelo capital.

O entendimento desse mecanismo de exploração indireta, que permeia a reprodução social dos camponeses, passa pela concepção de que o capitalismo no campo se desenvolve de forma contraditória e combinada pois, “[...] ao mesmo tempo que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas mais avançadas, gera também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho [...] como as relações camponesas [...]”. (OLIVEIRA, 2004, p.40).

Para o autor, a construção do território capitalista se dá mediante momentos distintos e articulados: a produção imediata, a distribuição, a circulação e o consumo. Sendo assim, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas na produção de mercadoria, mas também na circulação da mesma, momento de realização da mais-valia, como adverte o autor:

[...] devemos ter claro que o produto final do processo de produção não é a mais-valia e sim a mercadoria. Esta contém a mais-valia, que não se confunde com o produto final do processo de produção, ou em outras palavras, a mais-valia está prisioneira à mercadoria, e a sua realização se dá com a circulação [...]. (OLIVEIRA, 2010, p.5).

O controle das etapas mencionadas é condição para o desenvolvimento do sistema, dado a centralidade da apropriação da mais-valia no processo de acumulação que depende da dominação eficiente de setores de produção. Assim, por meio da propriedade capitalista, a terra transformou-se em mecanismo de exploração via renda fundiária.

Martins (1981, p.177) nos lembra que a expansão do capitalismo ocorre “[...] primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital”, seja comprando a terra para explorar ou especular, seja pela subordinação da produção camponesa. Esse processo é condição para sujeitar o trabalho desenvolvido nela. É diante dessa especificidade que o capitalismo avança sobre a agricultura. Tanto Oliveira (2007, 2010) quanto Martins (1981) assinalam que o capitalismo se expande no campo em busca da renda da terra, seja ela extraída da propriedade capitalista, seja a renda subjugada do campesinato.

Conforme explicou Martins (1981), a produção do capital nunca ocorre a partir das relações tipicamente capitalistas, ela é formada a partir da apropriação das relações não-capitalistas. Por sua vez, a reprodução do capital resulta das relações do trabalho assalariado. Por isso Oliveira (2007) ressalta que a acumulação primitiva é condição da reprodução ampliada do capital.

[...] o processo de produção de relações não-capitalistas de produção como recurso para garantir a sua própria expansão [do capitalismo], tem-se dado, no caso brasileiro, inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm, através da circulação da mercadoria de origem agrícola, drenado toda a renda diferencial para esse setor, onde graçam toda sorte de representantes do capital comercial, também conhecidos como intermediários, atravessadores, atacadistas etc. (OLIVEIRA, 2010, p.9).

A reprodução das relações não-capitalistas no campo brasileiro se insere na intensificação das relações comerciais. Por isso, pensar a dinâmica da produção dos assentamentos e sua inserção na escala local passa pela compreensão da Monopolização do Território pelo Capital. Para Oliveira (2004, 2007), esse processo ocorre de forma simultânea e articulada com outro processo territorial: a

territorialização monopolista do capital. Nesse último o capital alcança sua reprodução ampliada, extraindo renda e mais-valia direta do trabalhador. Porém, onde o capital não se territorializa, geralmente em atividades não rentáveis com as quais o campesinato se ocupa, são criados mecanismos para monopolizar o território, extraindo o lucro extraordinário, por meio da apropriação da renda da terra na circulação.

O alerta de Marx (2004) acerca das diferenças entre o capitalismo na agricultura e na indústria, com ênfase nos componentes tempo de produção e tempo de trabalho, corrobora para compreensão desse processo.

Tempo de trabalho é sempre tempo de produção, isto é, tempo durante o qual o capital está fixado na esfera da produção. Inversamente, porém, nem todo tempo em que o capital se encontra no processo de produção é, por isso, necessariamente tempo de produção. (MARX, 2014, p.331).

Por conta da especificidade da natureza, a produção agrícola necessita de um tempo de produção maior para se desenvolver. Nesse período, em algumas atividades não há necessidade de trabalho permanente e, quando há, ocorre de forma ocasional. Assim,

[Na agricultura o] período de trabalho e o período de produção não coincidem. O período de produção é mais longo do que o trabalho. Mas só depois de concluído o período de produção o produto está acabado, maduro, e pode então passar de forma de capital produtivo para a de capital-mercadoria. (MARX, 2014, p.332)

Essa diferença repele os interesses dos capitalistas em determinados setores, uma vez que a realização da mercadoria em dinheiro levaria muito tempo. A busca incessante pela mais-valia desestimula o capitalista investir em atividades do campo de intervalo temporal grande, sobretudo em atividades não rentáveis. Contudo, o capital, em sua forma mais avançada (relações tipicamente capitalistas) domina setores de renda alta e quando o tempo de produção se aproxima, via tecnificação da agricultura, do tempo de trabalho.

Dessa maneira, os setores com discrepância entre tempo de produção e tempo de trabalho abre, segundo Paulino e Almeida (2010a, p.31), “[...] as brechas de que se aproveita a classe camponesa para se recriar”. Porém, nas atividades agrícolas que o capital não domina o processo de trabalho e não extrai o lucro acima

da média, ele cria mecanismos para extrair a renda da terra, o lucro extraordinário, para isso controla a circulação da produção.

Lembramos que por conta da especificidade de ser proprietário de terra e trabalhador em condições de controlar seu tempo, o camponês possui certa autonomia. O “[...] ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida”. (FABRINI, 2008, p.261).

Nesses lugares, o capital procura controlar a circulação da produção, ocasião em que os camponeses assentados experimentam a sujeição da renda da terra, seja pelo capital comercial, industrial ou financeiro. Sem expropriá-los, parcela significativa do trabalho familiar se realiza em mãos alheias, sendo assim extraída a mais-valia presente em sua produção.

A ausência de meio de transporte para levar a produção aos centros urbanos, uma vez que os projetos de assentamentos frequentemente estão distantes e as estradas quase sempre precárias, é um dos principais fatores a favorecer a subalternidade ao capital. As fotos (Figura 14), registrada em janeiro de 2018 por uma assentada do P.A. São Joaquim, Castilho, nos permite observar as condições da estrada nos períodos chuvosos.

Figura 14 - Estrada de acesso ao P.A. São Joaquim, em Castilho - 2018



Fonte: F. P.A. São Joaquim, Castilho, jan. de 2018.

Foram recorrentes os relatos que apontavam esse como fator fundamental, no qual leva à dependência dos camponeses aos atravessadores.

Estrada ruim, está cheio de buraco. A gente cansa de pedir pros políticos de Guaraçaí deixar a estrada arrumada porque é longe, é um lugar que dá muito barro. Então quando chove, as vezes você está com o carro carregado pra entregar mercadoria e não consegue entregar, porque tem muita lama. (D.^a N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçaí; jan. de 2019).

Associada às condições da estrada, a distância dos assentamentos aos centros urbanos também tem sido um problema destacado pelos assentados:

Aqui é um lugar bom, bonitinho, mas pra comércio é fraco, muito longe. Aqui cê não vende nada. Pra vender aqui tem que ir em Andradina, aí dá uns par de quilômetros, ou Dracena. Pra nós escoar a produção é difícil, por isso a gente acaba vendendo aos poucos, cê arrisca, ou apodrece aqui ou vende. (Seu L.; P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. de 2018).

A distância, a ausência de meio de transportes e as condições precárias das estradas, muitas vezes destruídas pelo fluxo intenso dos caminhões de cana-de-açúcar, empurram ainda mais os camponeses para as mãos do capital comercial, também conhecido pelos próprios assentados como atravessadores. Por meio desse agente, a produção dos assentamentos é distribuída nos mercados locais, regionais, feiras e nos centros de abastecimento das grandes cidades, como o CEAGESP. Pelas condições explicitadas, os atravessadores agem como “ave de rapina”, aproveitam desses problemas para sujeitar a renda camponesa, em regra decidindo o preço a ser pago na produção.

Desse modo, relata o assentado:

Eu mesmo vendi [mandioca] por R\$ 5,00 para não perder. Vai passar o trator por cima e jogar fora? Então eu vendi por R\$ 5,00 a caixa. É um preço que não tem nada a ver. Você tem uma roça de mil pés, daí eles [atravessadores] chegam e falam que dá R\$ 5,00 a caixa. Vai esperar, vai jogar fora ou vai vender? Eu preferi vender, mas muita gente não, deixa lá. Não paguei nem a tombação da terra (T.; P. A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

Os próprios assentados entendem que na relação com o atravessador o ônus fica com eles. Como se observa no relato, alguns vendem para não perder, outros deixam a produção na roça, mas não se sujeitam a essa troca desigual. A noção de

que a venda ao atravessador não é favorável deriva da singularidade do camponês, pois controla a terra e a força de trabalho. Por isso, apreende o processo produtivo, reconhecendo o produto como fruto do trabalho familiar. A percepção do negócio injusto pode ser observada a seguir.

Tinha um cara que vinha de Três Lagoas [MS] comprar pra revender: quiabo, abobora, maracujá. Ele pagava 10 reais a caixa, e vendia o quilo a 4 reais. A caixa tem 28 quilos, agora você soma, quantos vai da? Tinha aqui pimenta malagueta plantei um monte, eu e a finada. O cara ligava e a gente pegava um banquinho de tirar leite e ia só catando, depois ele pegava 5 quilos de pimenta. Fiquei sabendo que ele estava vendendo a 10 reais o quilo, enquanto ele me pagava 3 reais. (Sr. O.; P.A. Celso Furtado, Castilho; jan. 2018).

A fala desnuda a transferência da riqueza dos camponeses para os atravessadores. O relato revela que uma caixa única de mandioca pode render ao atravessador ganho líquido de R\$102,00, sem sequer ter colocado a mão na terra. Eis a maneira como o atravessador sujeitou a renda da terra oculta na produção, se apropriando assim do trabalho excedente da família camponesa. Este é o cerne da monopolização do território pelo capital, na qual a renda da terra contida na lavoura vendida escoia para outras mãos. Mecanismo esse em que o capital sujeita parte da riqueza gerada pelas relações não capitalistas de produção, como explicou Oliveira (2007) e Martins (1981).

Nesse sentido, Paulino e Almeida (2010a, p.44):

[...] o capital pode monopolizar o território sem territorialização e isso se dá quando o capitalista não é dono da terra, mas cria condições para sujeitar a renda da terra, onde aparentemente ela não existe, ou seja, na agricultura camponesa.

O controle sobre os gêneros alimentícios tem dupla função ao capital. Além de ser um meio de drenar a renda da terra, os preços baixos possibilitam também o rebaixamento dos salários dos operários industriais e urbanos. Ambos contribuem com a apropriação ampliada do capital, seja pela sujeição da renda oculta na produção camponesa, seja pela fração da mais-valia extraída diretamente via assalariamento do trabalhador.

De acordo com Martins (1982), os preços dos gêneros alimentícios são fixados de cima pra baixo, por meio de tabelas e preços mínimos. Oliveira (2010) o

confirma, ao lembrar que o Estado é um agente do capital comercial, dando respaldo a suas ações, dentre elas o controle dos preços mínimos.

A venda aos supermercados também se configura em mecanismo de exploração indireta do campesinato. Assim como o atravessador, as redes de supermercados se apropriam de fração significativa do trabalho camponês presente na produção. De acordo com alguns assentados, a relação ocorre pelo chamado sistema de troca.

Para compreendermos o funcionamento desse sistema, o depoimento da Dona L. é explicativa: “No mercado tradicional eles tem uma política muito perversa, ele quer a banca cheia. Então ele faz o pedido, se ele não vendeu ele te devolve o produto. Isso é terrível, o prejuízo é teu e não deles, por isso eles não conseguem quebrar nunca” (P. A. Timboré, Andradina; out. 2019). Como observamos, aqui também o ônus recai apenas ao produtor.

O caso do Sr. V. (P. A. Belo Monte, Andradina; out. 2019) é similar ao depoimento anterior. Segundo o entrevistado:

Começou a vim um caminhão grande de Bauru, lotado de verdura. Aí as nossas começou a sobrar muito. Nós teve que parar, por que estava sobrando muito e é a base de troca. Base de troca é assim: se a gente entregar 30 maços e lá murchar 10 a gente tem que trazer de volta, pra jogar pros bichos, pra porco. A gente não recebe aquele lá. Só nos mercados que é assim, nos outros lugares não é.

A relação dos camponeses com os supermercados revela um nível elevado de exploração. Por isso, essa forma de comercialização é considerada por eles como desonesta:

Pensa num comércio desonesto, só tem um nome isso aí desonestidade. Exploração total do produtor. Eles não correm risco nenhum. A gente entregava pro supermercado Big Mart. A gente tinha mamão papaia na época, entrega cinco, seis caixa por semana, sobrava uma e meia de devolução. Chegou um outro gerente e pediu 10 caixas, quando foi na outra semana que eu fui perguntar pra fazer o pedido tinha sobrado cinco. Aí que questionei. [...] Ele disse que queria a banca lotada (Sr. C.; P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

Essa relação denominada de sistema de troca, mostra que os mecanismos de drenagem da renda da terra camponesa são diversos, apresentando graus diferentes de sujeição.

Na esteira do Golpe de 2016, a redução orçamentária do PAA e o encerramento da maioria dos contratos, tornaram os camponeses assentados da Região de Andradina mais vulneráveis à monopolização do território pelo capital, pois as possibilidades de escoar a produção ficaram mais limitadas.

As diversas formas de comercialização relatadas foram associadas à ausência de um lugar seguro para entregar a produção: “[...] O que falta é a gente ter lugar pra entregar certo, por que dá dinheiro. Não é que dá dinheiro, mas pra mim dá por que o pouco se torna bastante”. (Dona D.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Escoar a produção e ter para quem vender de forma garantida foram algumas das dificuldades relatadas. Essa situação de acesso ao mercado também explica, em parte, a pequena área destinada ao cultivo apontado anteriormente. Enquanto alguns conseguem manter várias formas de comercialização, outros relatam ter apenas um canal para vender sua produção, condição essa muito vantajosa para o atravessador.

É direto pro atravessador, porque no PAA quando foi pra liberar um tanto o Temer entrou e cortou nossa festa. São pessoas da cidade que vêm pra comprar. Pra quem eu vendi levou [mandioca] pra Três Lagoas, era pra fazer a vácuo e entregar no mercado (T.; P. A. Florestan Fernandes, Andradina; jan. 2018).

Não obstante, há também os assentados que consideram a venda para o atravessador a forma mais segura, mais garantida: “Só pro atravessador mesmo, direto pra ele. Eu não desvio pra outro não, no lugar mais certo é o mais seguro” (Sr. D.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência, jan. 2018).

Essa dependência revela as dificuldades objetivas do assentado em vender a produção. Mesmo sendo uma relação desfavorável, por vezes o atravessador é o único canal possível para transformar parcela da produção em dinheiro. No entanto, as vantagens da diversificação de canais de comercialização não passam despercebidas, como verificamos no relato da Dona R., do Assentamento Estrela da Ilha.

Eu acho que tem que ter todas, no PAA tem um teto, então você tem aquela garantia de entregar ali. Então você leva para a feira, se não deu conta de vender tudo você pode entregar para o PAA. É agregação e valores por que tem outras oportunidades de venda, é uma soma (P. A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira; jan. 2018).

A fala revela a estratégia dos assentados quando participavam da entrega ao PAA. Diante do teto do programa, que naquele momento era de R\$ 8.200,00 ao ano, muitos assentados não dependiam apenas das políticas públicas para a realização anual da renda necessária ao sustento da família. No entanto, reconhecem a importância do programa e a falta que ele faz, como evidenciado por Dona L., ao lembrar do momento do desmonte do programa.

Passamos um grande apuro, pegamos durante um ano uma crise financeira aqui dentro de casa, como muitos. Porque teve investimento, foi irrigação por gotejamento, irrigação no mamão. Agora é uma outra realidade. O PAA era excelente, o melhor programa. Todo mundo que tinha um pé de goiaba, esse pé de goiaba não perde uma goiaba, porque eu tenho pra quem entregar. A sociedade descapitalizada estava recebendo uma goiaba, quantas pessoas estavam comendo mamão enquanto que muita gente não comia? Outras frutas. Aqui em Andradina tinha 4 mil famílias cadastradas recebendo do programa. E hoje não recebem nada (P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

Arlindo (2015), em pesquisa desenvolvida no P.A. Primavera II, município de Mirandópolis (SP), verificou a importância dos mercados institucionais, com destaque ao PAA, na luta contra a monopolização do capital. Segundo o estudo, o programa possibilitou aos camponeses do assentamento se apropriarem de parcela maior da renda da terra, livrando-se das amarras do capital comercial, mesmo que parcialmente.

Durante a vigência do PAA, muitos assentados investiram no lote, pois viam segurança de vender sua produção a um bom preço, assim apropriando-se da maior parte da riqueza gerada por sua família. Foi recorrente o relato de investimento em hortas para aumentar a entrega ao programa. Em paralelo à redução dos projetos aprovados, observamos a entrada e a expansão do urucum nos assentamentos rurais na Região de Andradina. Visitamos lotes em que o urucum era a principal lavoura para o comércio, como expresso na fala a seguir.

Eu tenho urucum de todos os tamanhos, 4 alqueires. No ano passado eu colhi 2.800 pés de urucum, em torno de 3.500 quilos. De lavoura só o urucum. Leite eu tenho, mas é só um pouquinho, para o gasto. Tem uns porquinhos, uns 7. Tem o pomar aí no fundo, só para o consumo (Sr. D.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

De acordo com os próprios assentados, o urucum da região é vendido para a empresa Urucum Brasil⁶⁸, em Monte Castelo (SP). Segundo o assentado: “[...] Só tem ele aqui na redondeza, Urucum do Brasil é o nome da fábrica dele. Eles mandam pra fora do país” (Sr. D.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018). Em entrevista, o dono da empresa explicitou a participação dos assentados na entrega do produto:

Cerca de 40% da produção vêm da reforma agrária. Recebemos em torno de 300 toneladas, a produção total dos assentamentos chega a 500 ton. Nós já estamos exportando para cinco países. Os países são: Argentina, Peru, República Dominicana, Estados Unidos, México. A finalidade é para corantes - alimentos e cosméticos e medicamentos. (Monte Castelo, SP; jan. 2019).

No Censo Agropecuário de 2006 não constavam informações de urucum produzido na região. Porém, no Censo Agropecuário de 2017, averiguamos uma produção de 565 toneladas. Deste total, 86,3% (488 toneladas) foram produzidas pela agricultura familiar, enquanto 13,7% (77 toneladas) pela agricultura capitalista. Além de participarem majoritariamente na produção de alimentos, os camponeses assentados têm participação significativa em matérias primas, como a mencionada.

Na Região de Andradina, o setor de exportação de urucum tem se utilizado da força do trabalho familiar, reforçando a tese defendida por Luxemburg (1976) de que, em sua expansão e desenvolvimento, o capital se nutre das relações não-capitalistas de produção. No cultivo de urucum, o tempo natural para a frutificação ultrapassa significativamente aquele destinado aos tratos culturais, como se depreende da fala a seguir: “[...] Não dá trabalho. E não dá mesmo, é só colheita. Aí na colheita você arruma mais gente pra ajudar.” [...]. (J.; P.A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

Ainda que a relação com o mercado seja desigual, esse desencaixe, entre tempo de trabalho e tempo de produção (MARX, 2014), abre espaço para a recriação do campesinato quando seu modo de vida está em consonância com o tempo da natureza e com o imperativo de reprodução do grupo familiar. Mesmo fortemente presente nos assentamentos, a relação de subalternidade não os inviabiliza, necessariamente. No entanto, políticas mitigadoras fazem toda diferença,

⁶⁸ Disponível em: <<http://urucumdobrasil.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

a exemplo do PAA, cabendo uma análise mais aprofundada sobre as iniciativas de curta duração do governo do PT.

4.2.2 Repercussões do Mercado Institucional na Região de Andradina

Embora o Mercado Institucional não tenha sido instituído pelo PT, foi ao longo de seus governos que tomou corpo, tendo sido ampliado o alcance do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao mesmo tempo em que era criado o PAA. (HESPANHOL, 2014). Nesse sentido, seria insuficiente analisarmos as potencialidades da produção camponesa, enquanto resultado direto da Reforma Agrária, sem elucidar os resultados desses programas.

Mesmo com a redução dos recursos nos últimos anos (Tabela 13), o PAA foi fundamental na dinâmica campo-cidade mediada pela produção camponesa, possibilitando certa visibilidade aos assentados da Região de Andradina. A produção nos assentamentos, potencializada pelo programa, atingiu diretamente e de forma positiva os camponeses assentados, mas, também, milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 13 - Resultados do PAA na Região de Andradina - 2011 a 2018

	Projetos Aprovados	Valor (R\$) (Executado)	Nº Produtores	Pessoas atendidas	Prod. (kg) entregue
2011	15	3.392.420,69	802	64.112	2.513.425
2012	22	3.860.477,50	913	85.456	2.517.180
2013	7	2.444.386,00	396	161.350	1.422.489
2014	37	5.978.834,15	1.122	436.472	3.526.887
2015	17	832.324,36	268	18.468	1.053.607
2016	2	598.725,49	80	11.009	299.498
2017	11	1.087.571,10	154	15.873	470.274
2018 ¹	4	114.231,60	39	***	52.704

Fonte: CONAB e PAADATA, 2020. Org. pelo autor. *** Sem informações.

¹Os projetos aprovados em 2018 ainda estavam em vigência no momento da pesquisa.

O ano de 2014 chama atenção, seja pelo valor de quase 6 milhões de reais distribuído a 1.122 camponeses e circulando no comércio local, seja pela quantidade de pessoas em condições de vulnerabilidade social, 436.472⁶⁹ atendimentos, recebendo mais de 3,5 milhões de quilos de variados produtos.

⁶⁹ Lembramos que uma pessoa pode ser beneficiada várias vezes ao longo do ano.

Com exceção de 2013, verificamos um progressivo crescimento no orçamento e, conseqüentemente, no número de pessoas atendidas, produtores beneficiados e quantidade da produção entregue entre os anos de 2011 e 2014. Entretanto, a partir de 2015, o processo se inverteu, ocorreu a redução de 86% nos recursos, se comparado ao ano anterior. A redução no orçamento, refletiu no número de projetos aprovados e na quantidade de pessoas atendidas, chegando, em 2018, com apenas quatro projetos aprovados, com participação de apenas 39 produtores, ou seja, 1,1% dos assentados da região estudada.

A produção entregue ao PAA mostra a importância do programa, bem como dos produtores que a ele se vincularam e que, ao fim, repercutiu na cidade, pois milhares de pessoas foram beneficiadas com alimentos. Diante desses resultados, concordamos com Leite e Ávila (2007), ao mencionar a importância da distribuição de terras aliadas a políticas públicas, garantindo condições de produção e venda aos beneficiários. O Quadro 1, demonstra o alcance da produção camponesa mediada pelo PAA, entre anos de 2010 a 2012.

Quadro 1 - PAA: Entidades Beneficiadas fora da Região de Andradina – 2010 a 2012

Ano	Estado	Município	Entidade	Destino
2010	GO	Jataí	Associação Lar São Francisco de Assis	Acampamento
	PE	Floresta	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Acampamento
	SP	Jales	Sociedade Assistencial e Cultural da região da Alta Araraquarense	Acampamento
2011	PR	Curitiba	Pastoral da Terceira Idade	Outros
	GO	Jataí	Associação Lar São Francisco de Assis	Acampamento
	PE	Floresta	Igreja Evangélica Assembleia de Deus	Acampamento
	SP	Jales	Sociedade Assistencial e Cultural da região da Alta Araraquarense	Acampamento
	SP	Sta Fé do Sul	Igreja Presbiteriana Conservadora	Acampamento
	SP	Getulina	Centro de Formação da Criança e do Adolescente	Acampamento
	SP	Getulina	Grupo Getulinense de Combate Ao Câncer	Acampamento
	SP	Getulina	Vila Vicentina de Getulina	Acampamento
	SP	Lins	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lins	Acampamento
	SP	Lins	Assoc. Idosos de Lins	Acampamento
	SP	Lins	Casa dos Espíritas	APAE e Similares
	SP	Lins	Centro Social Catedral Sto. Antônio	Acampamento
SP	Sabino	Diocese de Lins	Acampamento	
2012	PR	Curitiba	Pastoral da Terceira Idade	Outros

Fonte: CONAB e PAADATA, 2020. Org. pelo autor.

Faz uns três anos que eu recebo. É muito bom [...], os alimentos são bons, não tem nada estragado, é tudo sadio, tudo fresquinho. Tem mandioca, abobrinha, quiabo, maxixe, feijão, berinjela, vagem, banana, mamão, mexerica, poncã. Tem dia que não tem nenhum ovo para fritar, e com essa verdura dá para fazer. (Dona F., N. Independência, jul. 2019).

E quando indagada sobre a situação atual e a possibilidade do fim do programa, devido à redução dos recursos, outra beneficiária respondeu:

Faz falta. A mistura que o povo tem é aqui. Tem muitos que não têm condições mesmo. Esse negócio de carne, essas coisas não têm. Comprar um pé de alface na feira é 5 reais, aí no outro dia você tem que comprar o leite da criança. Aqui ajuda bastante. (Dona J., Nova Independência, jul. 2019).

De acordo com o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Nova Independência, parte das famílias beneficiadas recebem até um salário mínimo, no entanto 60% recebem apenas o Bolsa Família e o Renda Cidadã. Ainda segundo a assistente social: “[...] a maioria que vem pegar esses produtos não tem renda nenhuma, por isso é de grande importância. Quando vem bastante produtos a gente sabe que vão ser todos atendidos” (jul. 2019).

No município de Mirandópolis, entre 2015 e 2016, nenhum projeto do PAA foi aprovado, retornando apenas em 2017. Porém, durante entrevista em julho de 2019, havia dois projetos em vigência, tendo sido aprovados em 2018, com apenas 23 produtores ativos. A respeito dessa interrupção uma beneficiária do programa expõe:

Teve uma vez que cortaram e ficou mais de ano sem a gente pegar, aí foi difícil. Aí falta né, a gente é pobre e de vez em quando tem uma dificuldade. Principalmente quem vive de um salário mínimo. Pra você vê, eu vivo em uma aposentadoria, crio dois netos (Dona L., beneficiária do PAA; Mirandópolis).

Mesmo com a precarização do programa, as pessoas da cidade que recebem o produto apontaram sua relevância, conforme a fala de outra beneficiária em Mirandópolis, a Sra. M.: “[...]. É um programa bom, ajuda muita gente. É pouco na verdade, mas o que vem é bem-vindo. Tem vez que a gente não tem, quando cai já ajuda”. (Mirandópolis, jul. 2019).

Identificamos, durante a entrega da produção, a redução também na variedade da produção, diferindo do descrito em Arlindo (2015). Segundo a Dona L.

(Beneficiária de Mirandópolis, jul. 2019): “Diminuiu o feijão, a abóbora, o arroz, a fruta né, que era uma goiaba, uma carambola. Antigamente a gente pegava muito mais coisas [...], tinha berinjela, banana, uva. Muita verdura, alface, ovo. Danone⁷¹ também cansaram de doar”.

A redução na diversidade dos produtos entregues ao PAA se explica pela preocupação do assentado em produzir, se organizar e não conseguir acessar o programa por conta dos cortes já mencionados. A assistente social, responsável pelo cadastro das famílias em condições de vulnerabilidade social e alimentar do Município de Mirandópolis, comenta:

Esse impacto é muito grande, por que a gente recebia muitos produtos, muita diversidade e hoje infelizmente a gente não tem como oferecer algo melhor. Quem sai perdendo na verdade são as nossas famílias, por que a gente vê uma dificuldade muito grande das famílias em ter uma renda melhor, para estar oferecendo uma alimentação melhor (Mirandópolis, jul. 2019).

A redução nos recursos do PAA afetou igualmente os camponeses que participavam do programa via associações e cooperativas. São vários os relatos, expondo as dificuldades no lote diante do “fim” do programa, ou como advertiu o Sr. L.: “[...] Ele não decretou o fim da política, mas ele não bota orçamento então não existe mais o PAA. Espero que um dia possa voltar” (P. A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira; jan. 2018).

A venda do excedente tem função importante na reprodução social da família camponesa, nesse sentido o PAA possibilitou, aos assentados, se apropriarem de parte da renda contida em sua produção, como verificou Arlindo (2015). Porém, quatro anos depois da conclusão do estudo, a realidade dos assentados que acessavam o PAA vem se transformando.

O encolhimento do programa se reflete dentro do lote, impactando a organização e a diversidade produtiva. Além dos relatos de venda de lotes, outros problemas foram correlacionados à precarização do PAA. Dentre essas mudanças, identificamos também a diferença no cuidado com a horta. A fala a seguir é esclarecedora.

As hortas eram cobertas, eu produzia verduras, alface, almeirão, rúcula, cheiro verde e entregava tudo pro PAA. Agora parou e não

⁷¹ Danone mencionado na fala se refere ao iogurte doado pela COAPAR.

tem onde vender verdura. Aí eu tive que mudar meu plano de produção. Foi aí que eu parei com o negócio de horta e legumes, e entrei só com a mandioca e o abacaxi, porque eu consigo vender fora do PAA. (D.^a. N.; P.A. Sta. Luzia, Guaraçai; jan. de 2019).

Nesse quadro, muitos camponeses assentados voltaram a vender todo o excedente aos atravessadores. Retrocesso para esses, mas dividendos adicionais para os que vivem da sujeição da renda camponesa da terra. Não sem razão, alguns assentados começaram a buscar novos canais de comercialização, bem como novas estratégias para escoar a produção, explicitando a flexibilidade inerente à lógica camponesa (SHANIN, 2008) no processo de luta para permanecer na terra.

Em 2017, uma assentada explicou que para ter o projeto aprovado, tiveram que reduzir entre eles a cota anual. Em suas palavras:

O último projeto nosso foi de R\$ 750.000,00, hoje estou com projeto de R\$ 100.000,00. O projeto de R\$ 750.000,00 ajudava mais o produtor, era R\$ 8.000,00 por produtor, hoje o projeto é R\$ 5.850,00, a gente teve que dividir pra beneficiar mais pessoas, pois se eu fizesse um projeto de R\$ 8.000,00 ia ficar muitos produtores de fora. Eu fiz uma reunião com os associados e dividimos os valores (Dona S.; P. A. Assentamento Primavera II, Mirandópolis; Silvani, dez. 2017).

Nos critérios de pontuação dos projetos inscritos, constava que o menor valor teria uma pontuação maior. Esse item pode ser visto nos Critérios para Pontuação dos Projetos de Compra com Doação Simultânea 2019⁷². Nesse caso, a redução no valor total do projeto inscrito na chamada pública da CONAB foi fundamental para a aprovação do projeto, favorecendo os poucos assentados ainda beneficiados pelo PAA.

O PNAE também tem sido importante na venda da produção dos assentamentos. Com menos produtores participando, merece ressaltarmos os resultados desse programa como política fundamental na comercialização da produção, assim como no abastecimento das unidades escolares.

Ao estudar os resultados do PAA e do PNAE, Hespanhol (2014, p. 628) elucida a importância deles na construção dos Mercados Institucionais. Para a autora, os programas têm possibilitado “[...] o acesso a novos canais de comercialização, diminuindo a influência dos intermediários, ao mesmo tempo em

⁷² Disponível em: <conab.gov.br/images/arquivos/paanet/Criterios_PAA_CDS_Conab_2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

que favorecem ampliação da renda, viabilizando a reprodução social desses agricultores”.

Na entrevista a seguir, notamos o PAA e PNAE como canais importantes de comercialização dos assentados.

Aqui nós estava comercializando através do o PAA. A gente enviou pro PNAE também ano passado. Ano passado a gente vendeu o ano inteiro. O que sobra é para atravessador. Tem um total de mercadoria que a gente pode mandar pra prefeitura (S.; P.A. Primavera II, Mirandópolis; dez. 2017).

Se mesmo diante da vigência dos dois programas, a presença do atravessador se manteve, imaginemos com os seus retrocessos! Criado na década de 1940, foi apenas em 2009 que o PNAE passou a ser fundamental para a agricultura familiar camponesa, isto porque o Artigo 14 da referida Lei:

[...] determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Ainda com limite anual de R\$ 20.000,00 e a determinação de destinação mínima de 30% do recurso para a compra de produtos da agricultura familiar, identificamos a baixa participação dos assentados no programa. O volume constante da produção exigido pelo PNAE, e a regularidade na entrega, sem considerar a sazonalidade dos produtos, é apontado pelos assentados como problema. Porém, verificamos um aumento no interesse pelo PNAE após a precarização do PAA.

A Tabela 14 destaca informações do PNAE em cada município que compõe a região de Andradina. Apesar da determinação da Lei nº 11.947/2009, apenas o município de Pereira Barreto cumpriu o mínimo de 30%. Castilho, Murutinga do Sul, Suzanópolis e Sud Mennucci não possuíam informações. O município de Ilha Solteira foi o que menos comprou alimentos da agricultura familiar. Mesmo com 283 famílias assentadas, gastaram apenas 2,79% do fundo. A título de comparação, a empresa Coisas da Roça: Frutas e Legumes LTDA⁷³, de Dracena (SP), que, em

⁷³ As informações, assim como os valores, constam nos extratos bancários dos municípios, sendo os mesmos obtidos por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) no próprio *site* do FNDE.

2019, forneceu alimentos para a merenda escolar do município, recebeu no mesmo ano R\$ 45.983,62, mais que o dobro comprado dos assentados.

Tabela 14 - Região de Andradina: Participação dos Assentados no PNAE - 2019

Municípios	Famílias Assentadas	Agricultura Familiar Assentados		Merenda Escolar Valor Total (R\$)
		Valor (R\$)	(%)	
<i>Andradina</i>	622	145.621,08	21,93	664.002,00
<i>Castilho</i>	953	***	***	373.76,00
<i>Guaraçai</i>	201	22.770,00	19,58	116.264,00
<i>Ilha Solteira</i>	283	22.446,60	2,79	803.992,00
<i>Itapura</i>	230	6.433,70	11,42	56.334,00
<i>Mirandópolis</i>	383	52.778,43	23	225.208,00
<i>Murutinga do Sul</i>	253	***	***	126.318,00
<i>N. Independência</i>	60	2.158,53	1,93	111.388,00
<i>Pereira Barreto</i>	286	270.539,02	46,83	577.613,92
<i>SudMennucci</i>	0	***	***	237.996,00
<i>Suzanápolis</i>	152	***	***	91.382,00
Região Andradina	3.423	377.126,28	17,25	2.185.289,92

Fonte: SIGPC/FNDE e INCRA. *** Sem informações.

O fornecimento da produção dos assentamentos ao PNAE é mediado por associações ou cooperativas, sendo que oito das constituídas nos assentamentos da Região de Andradina forneceram produtos para a merenda escolar em 2019.

A COAPAR forneceu produtos aos municípios de Andradina e Guaraçai, dentre os 11 municípios da região estudada. A Associação Rural do Assentamento Terra e Vida, de Pereira Barreto, forneceu alimentos para o próprio município, bem como para Ilha Solteira; a Cooperativa Agropecuária de Pereira Barreto Professor Cory também o abasteceu, além de Ilha Solteira e Itapura; a Associação de Produtores Rurais do Assentamento São Lucas forneceu somente para o próprio município, Mirandópolis; a Associação Oriente dos Produtores Rurais do Assentamento Primavera entregou em Mirandópolis, Murutinga do Sul e Pereira Barreto.

Em Mirandópolis, a Cooperativa Agropecuária Mista dos Agricultores Familiares entregou alimentos à merenda escolar do município. Do mesmo modo, a Associação dos Agricultores Familiares de Pereira Barreto e a Associação Comunitária Frei Beto, forneceram para o próprio município. Ainda que a maioria dos

municípios não cumpram a determinação da Lei, é possível verificarmos o alcance territorial da produção camponesa ofertada via PNAE. Para isso utilizaremos os resultados da COAPAR⁷⁴.

A cooperativa, com sede em Andradina, é a maior em termos de organização e número de associados. Iniciou suas atividades em janeiro de 2001 com apenas 24 cooperados (PAULA, 2011). O número de cooperados é dinâmico, porém em janeiro de 2019, havia 1.080, dos quais 95% são assentados da região.

A ideia de formação da COAPAR era sair das amarras dos grandes laticínios, como *Nestlé* e *Parmalat*, que agiam na região. Por meio da Cooperativa Central da Agricultura Familiar, em 2001 conseguiram recursos para comprar tanques de resfriamento de leite para dois assentamentos rurais. O Sr. V. explica essa estratégia.

A gente formou a cooperativa para negociar o volume de leite. Cada produtor nosso tinha média de 30, 40 litros por dia, talvez até menos. Mas quando a gente juntou, a gente chegou rápido a 15 mil litros de leite. Então quando a gente ia conversar com o laticínio a gente ia com 15 mil litros de leite para vender: Você topa pagar quanto? Isso permanece até hoje. Esse mês deu 1 milhão litros no mês. Hoje o nosso poder de barganha está aí ainda maior (Andradina; jan. 2019).

Segundo o entrevistado, com a expansão da cana na região, nos assentamentos há os principais produtores de leite, assim grandes laticínios, como a Matilat (Catanduva, SP), Jussara (Patrocínio Paulista, SP), Trevisan (Dracena, SP) e a empresa ARC (Irani, SC) compram essa produção. No ano de 2018, as empresas juntas compraram 8,4 milhões litros da COAPAR. O Sr. V. explica que outras empresas disputam o leite.

Esses dias chegou uma empresa de Londrina aqui, a Cativa, uma empresa que nunca tinha comprado leite aqui. Eles estão comprando 10 mil litros de leite por dia nosso. Mas a gente tem em torno de 30 mil litros/dia, então a gente vende um pouco pra Matilat, Jussara, Trevisan e um pouco pra Cativa. O restante a gente faz produtos, que é iogurte, leite em pó, tudo na marca COAPAR, requeijão, bebida láctea. A gente faz e vende no PNAE (Sr. Valdecir, Andradina; jan. 2019).

Mas, de acordo com Oliveira (2010), a pecuária leiteira é quase totalmente monopolizada pelo capital industrial que, ao controlar o processamento de leite,

⁷⁴ A COAPAR foi criada no P. A. Timboré, em Andradina, a partir de um grupo de jovens assentados que produziam no assentamento de forma coletiva.

drena o trabalho excedente dos pequenos estabelecimentos onde predomina essa atividade. Na região, foram produzidos 51,9 milhões de litros de leite em 2017, sendo 78,6% oriundo da agricultura camponesa e 21,4% da agricultura capitalista (IBGE). Em relação aos assentados pesquisados, 64,8% desenvolviam a atividade leiteira no lote.

Além da comercialização de 8,4 milhões de litros de leite *in natura*, a COAPAR industrializou 2,4 milhões de litros em 2018. Os derivados de leite industrializado⁷⁵ carregam a marca da COAPAR e abastecem a merenda escolar de inúmeros municípios do estado de São Paulo. Assim, 37 municípios receberam, no ano de 2018, produtos da COAPAR. Desses, apenas três são da Região de Andradina, dentre os demais há inclusive municípios de Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, revelando o alcance da produção camponesa para além da escala local.

Em relação aos produtos, foram entregues pela COAPAR ao PNAE, leite *in natura* e derivados e, ainda, hortifrútiis. A cooperativa possui duas marcas registradas, a COAPAR e a Melhor do Campo.

A Figura 16 ilustra os produtos distribuídos aos 37 municípios pelo PNAE.

Figura 16 - Produtos industrializados da COAPAR



Fonte: COAPAR. Org. pelo autor.

⁷⁵ A industrialização do leite é realizada por laticínios parceiros. O leite em pó é processado na CONFEPAR, Londrina (PR), e os produtos resfriados no laticínio Tio Don Don em Franca (SP). Em 2014, a COAPAR teve um projeto de construção de uma agroindústria aprovado pelo Programa Terra Forte, tema que será abordado em outro item.

Segundo o Sr. V., o objetivo da COAPAR é inserir a produção no mercado convencional, algo que não aconteceu ainda:

O objetivo principal é comercializar o produto fabricado, e o objetivo estratégico na área da venda é colocar no mercado convencional, não ficar dependendo do mercado institucional. Se a gente não entrar no mercado convencional a gente corre um sério risco de fechar as portas do laticínio (Sr. L., Andradina; jan. 2019).

De acordo com outra liderança da cooperativa, no início de 2019 foi firmado um acordo via PNAE com a Prefeitura de São Paulo, com fornecimento do achocolatado e exclusividade do município, não podendo ser vendido para outros, garantindo o abastecimento constante. Sobre a comercialização da COAPAR, o mesmo explica a importância dos produtos industrializados.

O que está na verdade viabilizando o desenvolvimento da cooperativa é a venda de produtos industrializados, porque está permitindo fazer repasses de um lucro, uma renda maior para os assentados e está permitindo capitalizar um pouco para fazer frente aos projetos que ela está envolvida, com a participação de venda de produtos industrializados (L., jan. 2018).

Em 2011, ao falar dos objetivos da cooperativa, o Sr. L., em sua monografia do curso de Geografia, enfatizou: “A COAPAR tem por missão mostrar a força dos assentados, e coordenar sua produção de maneira justa e participativa, para que gerem renda suficiente para manterem seus filhos na terra, enquanto projeto de várias gerações” (PAULA, 2011, p. 44).

A COAPAR, por meio da comercialização via PNAE, tem evidenciado a força dos assentados, mesmo considerando as contradições de sua reprodução social. O alcance desses produtos, abastecendo a merenda escolar de 37 municípios, revela novamente a potencialidade camponesa, logo a viabilidade das políticas de Reforma Agrária para além do campo.

4.2.3 Relação direta com o consumidor: a feira e seus efeitos

Em consonância com a comercialização pelos Mercados Institucionais, e também com os atravessadores, os assentados têm buscado a venda direta ao consumidor, sem a intermediação de nenhum agente, como se verifica no relato da Dona L., do Assentamento Timboré.

Amanhã entrega [cebolinha] pra restaurante, marmita e espetaria. Esse é o nosso público. Nós fazemos entrega basicamente todos os dias. De segunda e quinta tem uma entrega acima de 100 maços. Então nós fomos atrás. Isso daqui [o celular] é bom e é ruim. Eu tenho um horário que eu fico vasculhando, então eu estou atenta, às vezes um restaurante novo vai abrir, é dali que eu pego o telefone e vou ligar pra eles. Toda a nossa clientela foi através daqui. É no Facebook que eu pego. (P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

A Internet presente nos assentamentos tem sido instrumento fundamental na relação direta entre assentado e consumidor. De acordo com a Dona L., os seus principais clientes são marmitarias, espetarias e restaurantes, ambos consumidores diretos. Ainda sobre a utilização dessa tecnologia, como ferramenta importante para os camponeses, a fala a seguir é explicativa, enfatizando-a como fonte de conhecimento na busca por mais informações.

Tecnologia, está aí. A gente entra muito no site da EMBRAPA, do MST, tem muito artigo científico. Ah não sei muito sobre essa cultura, então vamos pesquisar. A gente lê, começa a pesquisar, e vamos plantar. Plantamos couve. Pra colher tem que ser depois das 17h30 por causa do mormaço, sol quente as folhas estão murchas. Vai colher uma coisa murcha, então colhe a tarde. (P.; P. A. Timboré, Andradina; out. 2019).

A comercialização direta ao consumidor é utilizada para suprir a ausência do PAA, evitando, também, a transferência da renda camponesa para mãos estranhas. Para Dona L.: “Eu prefiro fazer o trabalho que nós estamos fazendo. Eu prefiro chegar à marmitaria e levar três maços, pois eu sei que ela não vai me devolver. Hoje nós estamos com dois anos e meio e eu não vendo para mercado” (Timboré, Andradina; out. 2019). A opção por não entregar a produção ao supermercado deve-se à recusa ao sistema de troca, que faz cair sobre os camponeses as perdas, e ao supermercado o lucro extraordinário.

Na relação direta, em grande parte dos casos é o assentado que leva a produção ao consumidor. Esse é caso da Dona L., do Assentamento Timboré. Essa estratégia também é desenvolvida pelo Sr. O., do P. A. Celso Furtado, em Castilho: “[...] A gente entrega direto pro consumidor. Eu vendo abóbora, o ovo, limão. Quando começa a sair as coisas [produção] eu levo e vendo. Diretamente” (Andradina, jan. 2018).

O outro exemplo de venda direta é quando os consumidores buscam a produção no assentamento. “[...] O pessoal vem buscar aqui, se tiver 200 frangos

vende os 200 por dia, o pessoal vem atrás”. (Sr. L.; Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Existe também a relação de troca entre os próprios assentados. Esses sujeitos compram produtos que não cultivam em seu lote. Essa realidade está explícita na fala do Sr. L., do P. A. Esperança de Luz, em Castilho:

Eu vendo pros amigos aqui. Eu não vendo diretamente na empacotadora por eles pagam barato demais. É que nem o feijão, eles queriam pagar 100 o saco, aí não compensa. Vi que no mercado tava quase 5 conto o quilo. Aí eu falei: vou vender a 3, aí dá 180 conto o saco, peguei e vendi tudo. Tem um pouquinho ali que eu não quis vender, que até eu tô comendo. Não vendi pra atravessador, vendi para vizinho. Porque atravessador, Ave Maria, se for vender pra atravessador aí cê se lasca mesmo (jan. 2018).

O relato permite destacar alguns pontos: a venda direta para a vizinhança é uma forma de auferir uma renda maior em relação à comercialização por meio dos atravessadores; a produção para autoconsumo reafirma a peculiaridade da unidade camponesa; por fim, o expediente da ajuda mútua se manifesta como prática entre vizinhos.

Inerentes ao modo de vida, esses elementos instituem a unidade camponesa em frações do território capitalista. No caso da ajuda mútua, ela se expressa por meio de diferentes formas: a solidariedade; nos mutirões; na troca de produto por dinheiro ou até mesmo em produto; entre outras. Esse tipo de relação não é regulado pelo interesse da taxa de lucro médio, mas sim por uma lógica camponesa, pautada nos princípios da “ordem moral” (WOORTMANN, 1990), e os assentados se veem no outro como iguais, pretendendo a identidade construída na luta pela terra, e agora, na luta para nela permanecer.

Sobre essa relação construída no chão da luta, Fabrini (2008), explica que essas práticas são erguidas como resistência à dominação do capital.

Além disso, a produção camponesa também tem alcançado, sem intermediários, ou seja, de forma direta, as pequenas agroindústrias da região, pois muitos assentados entregam para a Pura Polpa⁷⁶, situada no município de Guaraçaí:

⁷⁶ “Fundada em 1994, a PURA POLPA foi criada em virtude da grande expansão da fruticultura na região de Guaraçaí-SP, município que se destacava como o maior produtor de abacaxi no estado de São Paulo. A dificuldade em escoar toda a produção através do tradicional mercado de frutas “in natura” fez com que alguns produtores pensassem em industrializar o excedente da produção. Daí nasceu a PURA POLPA, dedicada a produzir polpa de frutas congeladas”. Disponível em: <<http://www.purapolpa.com.br/v4/empresa.php>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

“Eu fiz um projeto com a Pura Polpa para o pessoal entregar amora. Eu corri atrás da parceria, da garantia de compra, temos um contrato e ajuda de custo para pagar as mudas, é a Pura Polpa de Guaraçaí”. (Dona O.; P. A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

De acordo com a assentada, o contrato foi uma alternativa para suprir a não aprovação do projeto no PAA. No P. A. Timboré também encontramos assentados vendendo diretamente a Pura Polpa, assim explica a Dona L.: “Ele [filho] tinha uma rocinha de hortelã e eu descobri que a Pura Polpa de Guaraçaí compra hortelã, aí eu consegui encaixar hortelã lá. Nós entregava 10 caixa de hortelã a cada três meses.” (Andradina; out. 2019).

A venda sem intermediários não elimina a exploração indireta dos camponeses assentados, assim, a sujeição da renda da terra em favor da agroindústria persiste, sendo a responsabilidade pelo frete uma maneira de transferir ao produtor, não somente os custos da produção, mas também o ônus da sua circulação.

A venda à agroindústria Pura Polpa é mais um exemplo da importância da agricultura camponesa para o desenvolvimento do capital. Como advertiram Martins (1981) e Oliveira (2010), as relações não-capitalistas de produção sustentam permanentemente a acumulação primitiva para a manutenção da reprodução das relações avançadas do capitalismo.

Mesmo perante as contradições, a produção camponesa tem sido absorvida pelos mercados locais e até regionais. Assim, Duval e Ferrante (2008) ressaltam a importância dos mercados locais absorverem a produção dos assentamentos.

Se o assentado pratica uma policultura, principalmente voltada a atender a demanda familiar, ele pode aumentar a complexidade de atividades na terra e conseqüentemente empregar mais sua mão-de-obra, se alimentar com maior diversidade e ter uma maior estabilidade no sistema ecológico. Além disso, o aumento das variedades cultivadas pode levar também ao aumento da estabilidade econômica do produtor. Sendo um lote de policultura, a baixa no preço de determinado produto não o afetará porque conta com outras alternativas (DUVAL; FERRANTE, 2008, p. 310).

Pensando nessa questão, e considerando as informações abordadas neste trabalho, entendemos que no período de grande investimento do PAA, houve crescimento na variedade e diversidade de alimentos produzidos pelos assentados. Porém o oposto também ocorreu quando da redução orçamentária do programa.

O apontado pelas autoras também foi ressaltado pelo Sr. V., liderança da COAPAR. Segundo ele, no momento de maior orçamento do PAA, houve aumento na produção e na variedade de alimentos procedentes dos assentamentos. Portanto, a feira surge como espaço para escoar a produção.

Ele [PAA] é limitado a 8 mil por ano, e muitas vezes o produtor produzia mais do que isso, então teve um período que a gente organizou três feiras simultaneamente aqui na região, em Ilha Solteira, em Andradina e Castilho. A gente se juntou com a assistência técnica, com o INCRA na época do Governo Lula ainda, final de 2009 e 2010, e montou as feiras e trabalhava em torno de R\$ 1,2 milhões, 250 famílias que comercializa do PAA, de dentro da COAPAR. Isso fortaleceu muito a questão das feiras. Mesmo com o fim das políticas públicas eles permaneceram nas feiras, muitos estão até hoje. Uma boa parte parou e voltou só pro leite. (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

A partir dessas três feiras, integralmente constituídas junto à agricultura camponesa, muitos assentados começaram a se inserir nas feiras tradicionais, que contam também com vários intermediários. As feiras que ocorriam costumeiramente aos finais de semana passaram a ser realizadas todos os dias em diferentes bairros de Andradina. Assim:

Há mais de 10 anos. Eu só faço em Andradina mesmo, dia de terça no bairro Pereira Jordão, aí hoje estamos no Centro Cultural e amanhã a gente está fazendo na pracinha João Leite. Aqui nós vende as verduras, a gente vende tomatinho orgânico, é tudo horta orgânica. (Dona L.; P. A. Belo Monte, Andradina; out. 2019).

A feira, enquanto relação de troca direta, contribui com o aumento na renda, além da realização da produção em dinheiro de forma mais rápida, fato revelado na fala do assentado Sr. M., ao participar da feira em Castilho: “É um dinheiro mais rápido. Você tem a mercadoria e tem os outros lugares pra entregar e a pessoa paga o que ele quer, aí demora 30, 40 dias para receber. Na feira não, você cativando os fregueses, o dinheiro é certo” (Castilho; out. 2019).

Essa relação direta é sentida de forma significativa pelos consumidores, aprovando a expansão das feiras. A fala de uma consumidora das feiras de Andradina é explicativa, principalmente ao comparar a produção da feira com as dos supermercados da cidade:

Toda as quintas, eu gosto de vim aqui. Aqui é mais saudável, a gente confia mais, não aquelas venenada. Eu não gosto de comprar em

mercado, não gosto de verdura de mercado, nas feiras sim, tudo fresco, tomate, as verduras, e você chega no mercado tudo velho e estragado (Andradina; out. 2019).

Todos os municípios da Região de Andradina presenciaram essa expansão, porém ainda é muito forte a presença de atravessadores nessas feiras. Leite *et al* (2004, p. 132), citam sua expansão como um dos efeitos mais evidentes provocados pela implantação dos assentamentos nas áreas urbanas.

A Figura 17 ilustra algumas das feiras visitadas durante o trabalho de campo, sendo A e B realizada na quinta-feira ao lado da estação ferroviária em Andradina; C no centro de Nova Independência; e D na praça central em Castilho, realizada nas quartas-feiras. Durante a pesquisa, identificamos apenas uma feira formada exclusivamente com assentados da Reforma Agrária. Ocorre na segunda-feira no barracão da Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina e é formada por 35 famílias, dos projetos de assentamentos rurais Arizona, Belo Monte, Timboré e Timborezinho (Josué de Castro), todos de Andradina.

Figura 17 - Feiras na Região de Andradina - 2018 e 2019



Fonte: Trabalho de campo, 2018 e 2019. Org. pelo autor.

De acordo com a agrônoma, atuante na organização das feiras junto à Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina, a feira iniciou suas atividades em agosto de 2019, gerando no primeiro mês R\$ 25 mil. Em suas palavras: “O feirão em si gerou uma renda de R\$25 mil. Eram produtos que eles estavam perdendo não tinha onde escoar” (Andradina; out. 2019).

A Prefeitura de Andradina, pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, desenvolve vários projetos abrangendo as famílias assentadas. Em relação ao barracão, o objetivo principal é formar um centro de distribuição regional, um “Mini Ceasa”, beneficiando os assentamentos da região. Segundo o secretário F.: “Nós queremos transformar [o barracão] em um mini Ceasa, onde vai ter um núcleo de apoio à comercialização. Que é um intermediador, a gente quer criar um mecanismo para intermediar o diálogo diário entre produtor e mercado” (Andradina; jan. 2019).

A preocupação, segundo o entrevistado, é eliminar os intermediários e/ou atravessadores, colocando em contato maior assentado e consumidor, assim como todo o mercado local. Ainda segundo o secretário, os assentamentos são capazes de suprir a demanda do mercado local.

Tem muita coisa que nós não conseguimos produzir por conta do clima. Mas, têm várias coisas que nós conseguimos. E como é que a gente sabe? Conseguimos por que nossa terra produz. Nós fizemos esse levantamento, nós levantamos o que produzimos. Então parte de hortaliças, nós produzimos todas; parte de legumes, conseguimos produzir vários legumes. Tem muita coisa dessa demanda do mercado, e que nós podemos diversificar essa produção (F., Andradina; jan. 2019).

O projeto “Mini Ceasa” surgiu no contexto da precarização das políticas agrárias que garantiam, mesmo de forma limitada, a compra de uma parcela significativa da produção dos assentados. Em relação às famílias assentadas no contexto do PAA, o secretário pontua: “São famílias que estavam se estruturando nos seus lotes, começando a criar uma dinâmica de produção, de diversificação de alimentos, por que o programa incentivava a diversificação”. No quadro atual destaca a preocupação com a perspectiva dos assentamentos, sobretudo referente a dinâmica produtiva na escala local.

A gente sabe que a agricultura familiar abastece uma grande parcela do mercado. Então é um momento preocupante. Digamos que tem um governo que corta todos os investimentos. E aí, nós vamos assistir à derrocada? É justamente o momento que nós temos que

dar um passo à frente e ser o grande apoio e o grande suporte no estímulo à produção local (F., Andradina; jan. 2019).

O PAA deu maior visibilidade à produção dos camponeses assentados, sobretudo para o poder público local, daí a preocupação de alguns gestores em criar mecanismos de garantia dessa produção. Para Neves (1997, p. 347): “[...] a produção assegura as condições concretas de reprodução física e social do grupo, além de demarcar o reconhecimento político deste produtor agrícola mercantil como agente econômico”.

O projeto do “Mini Ceasa” ainda não se concretizou devido à falta da documentação necessária, no entanto, em decisão coletiva entre a secretaria e os assentados; o barracão será a feira dos assentados, até que a burocracia do centro de distribuição esteja resolvida.

Em relação a esta feira, realizada no barracão da Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina, o Sr. P., no Assentamento Arizona, comenta: “Tá sendo muito bom, tá dando resultado viu. Eu trago tudo que aparece lá e vai vendendo tudo, está dando certo. É tudo orgânico. (Andradina; out. 2019).

Nem todos os assentados que participam da feira têm produção agroecológica, como no exemplo citado. Porém, uma precaução e trabalho nos lotes para diminuir o uso de veneno pelos assentados.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, 70,5% dos agricultores familiares da região estudada declararam não fazer uso de agrotóxico, ou seja, a maior parte não utiliza veneno. Nesse sentido, a defesa pela produção agroecológica também é uma forma de se proteger das ações do capital industrial. Por outro lado, o 1/3 do campesinato, que destina parte de sua renda a compra de insumos químicos, tem experimentado a transferência de sua riqueza para o capital industrial internacional e, sobretudo, monopolista. (BOMBARDI, 2011, p.2).

Nesse sentido, a agrônoma da Secretaria de Desenvolvimento Agrário explica: “[...] A gente está conseguindo tirar todo o tipo de defensivo, a maioria dos produtos são todos orgânicos, quem usa é um ou outro. Estamos no processo de transição” (Andradina; out. 2019).

A preocupação com a qualidade da produção, sobretudo com o consumo de veneno foi, também, destacada pelos clientes, conforme a fala a seguir:

Não estou indo mais no mercado comprar verdura. A gente sente em casa. Sabe da onde vem, onde mora. Para mim é importante, pois eu sei que aquela verdura está limpinha, eu sei que não tem veneno. Se eles tivessem frutas seriam melhor ainda, mas mesmo assim está bom. Eu compro de tudo aqui. Eu moro aqui pertinho compro só na segunda-feira. Está vindo gente de outros bairros (Dona V., Andradina; out. 2019).

A Figura 18, mostra a feira realizada no barracão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Andradina, com destaque para o barracão (A), assentados feirantes (B e E), e consumidores (C e D). E em F e G, é possível observamos a variedade dos produtos encontrados na feira. Funciona às segundas-feiras, das 7 às 13 horas e tem sido muito elogiada pelos consumidores: “Eu prefiro a do agricultor por que eu sei que é tudo limpinho, tudo organizado. E vi de perto que alguns não vai usar agrotóxicos, é muito importante isso aí, né?” (J.; cliente da feira, Andradina; out. 2019).

Figura 18 - Feira dos Assentados no Barracão da Secretária do Desenvolvimento Agrário em Andradina - 2019



Fonte: Secretaria do Des. Agrário de Andradina; Trabalho de campo, 2019. Org. pelo autor.

Ao atingir a cidade, além de ampliar a oferta de alimentos, a produção camponesa gera a possibilidade de escolhas. Na hora de comprar seu alimento, o cidadão pode decidir pelo mais fresco, o de melhor qualidade, o sem veneno. Para Neves (1997, p. 378) a feira possibilita:

[...] a inserção dos assentados em outras redes sociais, teatralizando os resultados positivos para segmentos da população urbana, convidada a legitimar as mudanças pela posição de beneficiária do acesso a produtos agrícolas mais baratos.

Esse espaço, além de proporcionar a visibilidade do camponês enquanto produtor, fator proporcionado pela comercialização direta, tem produzido outros efeitos, como a redução dos preços nas outras feiras da cidade, onde predominam os atravessadores que compram a produção de muitos assentados. A fala do P., o comprova.

Tem a feira de domingo que fica no centro da cidade, na maioria atravessadores. Antes da nossa feira, o maço era 4 reais. Começou a [nossa] feira e o público deixou de ir. Os próprios atravessadores começaram a reclamar que os consumidores estavam indo só na de segunda. Só que eles não conseguem baixar o preço, por que eles estão comprando a mercadoria e nós produzimos. Essa é a grande essência dessa feira de segunda. Só tem assentado pela reforma agrária (Assentamento Timboré, Andradina; out. 2019).

Outro efeito produzido pela feira é o surgimento de um grupo de consumo dentro da própria Prefeitura. Como os funcionários não conseguem ir à feira do barracão, por conta do horário de trabalho, há uma organização entre eles e alguns colaboradores, como explica a agrônoma.

A gente pega um responsável por setor, eles passam os pedidos de manhã e a gente sai recolhendo e depois vai fazer entrega. Hoje mesmo foi tesouraria, contabilidade, CREAS e educação. Futuramente a gente vai montar as cestas pra entregar na cidade (Andradina, out. 2019).

Diante da discussão e informações analisadas, compreendemos os resultados da feira enquanto desdobramento direto da implantação dos assentamentos. Como nos lembram Leite *et al.* (2004, p. 132): “[...] um dos impactos mais evidentes provocados pelos assentamentos nas áreas urbanas vizinhas tem sido o crescimento das feiras e do movimento no comércio”.

Considerando os distintos caminhos da produção camponesa, entendemos o aumento da oferta de alimentos como resultado direto dos assentamentos, evidência maior da viabilidade da Reforma Agrária. A relação do camponês assentado com a cidade, mediada por sua produção, nos revela que o acesso à terra, via política de Reforma Agrária, possibilitou, também, a esses sujeitos ocupar novos espaços, participando ativamente da dinâmica local, tema do item a seguir.

4.3 A DEMANDA DOS ASSENTADOS POR BENS E SERVIÇOS E O CONTEXTO IMEDIATO DAS CONTRADIÇÕES DE CLASSE

Como advertido por Leite e Ávila (2007), a concentração fundiária promove uma barreira à promoção social e justiça, excluindo desse direito milhares de famílias. Nesse sentido, a redemocratização da terra repercute, portanto, como ativo econômico. Para além dos limites territoriais das áreas reformadas, as comunidades do entorno desses projetos também são afetadas pelas dinâmicas produzidas nos assentamentos. As transformações não se restringem apenas à potencialidade e à diversidade da produção camponesa, ainda que ela seja responsável pela inserção no mercado. Por conseguinte, esse item busca elucidar os resultados dos assentamentos na cidade, seja pela demanda por bens e serviços e criação dos créditos fundiários, seja pela participação e mudanças das relações de poder local.

4.3.1 De Sem-Terras a consumidores: demanda por bens e serviços

A formação dos assentamentos transformou sujeitos marginalizados economicamente em assentados produtivos, desse modo a riqueza gerada na terra de trabalho atinge de forma ativa os mercados locais. Pois, como lembrou um dos principais estudiosos do campesinato: “[...] cada unidade [camponesa] está envolvida, de alguma maneira com o mercado; pelo menos tem que vender parte de seu produto para pagar impostos e comprar alguns bens industriais, incluindo equipamentos agrícolas”. (SHANIN, 1983, p.162, tradução nossa⁷⁷).

⁷⁷ [...] cada unidade se veía envuelta de alguna manera em operaciones de intercambio; como mínimo tenía que vender parte de su produto para pagar los impuestos y comprar algunos bienes industriales, incluido el equipo para explotación. (SHANIN, 1983, p.162).

Para Shanin (1983) não se pode negar a participação das unidades camponesas nas transações mercantis. Na busca em satisfazer as necessidades da família, a relação com o mercado torna-se relevante, uma vez que esses sujeitos não produzem todos os bens necessário às suas vidas.

Mesmo não considerando o enfoque econômico como único parâmetro para entender os desdobramentos na escala local, o trabalho aponta para a superação do discurso de inviabilidade econômica da Reforma Agrária. A exemplo do que vimos no Capítulo 3, as famílias assentadas produzem riquezas relevantes a partir da venda do seu excedente.

Lembramos que esses sujeitos eram, em sua maioria, excluídos economicamente, como se vê na fala do Sro. L.:

Pra mim foi, Nossa Senhora! Se não fosse a reforma agrária. Quando nós entramos aqui nós entramos com uma mão na frente outra atrás. Logo no começo eu trabalhei dois anos como safrista na usina, isso me tirou o primeiro ano do vermelho. Tava devendo, tudo é começo, não tinha da onde tirar dinheiro. Eu tinha aposentado naquele ano. Eu só tinha aquilo. Trabalhei o primeiro ano na usina e o segundo. Ai eu pus a conta em dia, Deus me ajudou, fui colhendo, ai tô vivendo só do sitio aqui. (P.A. Esperança de Luz, Castilho; jan. 2018).

A Tabela 15 demonstra as receitas e rendas geradas em 2017 pela agricultura familiar e agricultura capitalista, assim, verificamos que de toda a riqueza gerada nos estabelecimentos, 15% foi oriunda da agricultura familiar camponesa.

Tabela 15 - Receitas e rendas na agricultura familiar e agricultura capitalista na Região de Andradina (Mil Reais) - 2017

<i>Tipologia</i>	Agricultura Familiar		Agricultura Capitalista		<i>Total</i>
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)
<i>Produção do Estabelecimento</i>	136.401	11,9	1.011.718	88,1	1.148.118
<i>Outras Receitas do Estabelecimento</i>	10.630	39,3	16.418	60,7	27.048
<i>Outras Receitas</i>	48.309	36,3	84.969	63,7	133.278
Total de Receitas	195.340	15%	1.113.105	85%	1.308.445

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE). Org. pelo autor.

Um olhar superficial para essas informações pode reforçar o discurso da inviabilidade econômica dos projetos de assentamentos rurais e da própria

agricultura camponesa, mas é preciso lembrar que essa dispõe de apenas 15,5% da área declarada da região. Ao dividimos a receita e a renda total pela área dominada pela agricultura familiar, veremos que cada hectare produziu R\$ 2.561,86. Por outro lado, a agricultura capitalista gerou R\$ 2.681,32 a cada hectare, apenas R\$119,46 a mais.

Considerando a diferença tecnológica empregada na produção, assim como o acesso ao crédito e o preço final ao produtor, verificamos competitividade similar entre classes sociais tão desiguais do ponto de visto do acesso às condições objetivas para produzir.

O importante a destacarmos com a análise desses dados, é que a riqueza gerada na agricultura familiar camponesa circula na escala local, enquanto a da agricultura capitalista pouco contribui com os pequenos mercados. Essa riqueza produzida pelo trabalho da própria família é apreendida como renda camponesa, sendo revertida em bem-estar da família. Portanto, a transformação do latifúndio em assentamentos é relevante também para a cidade, pois a área hoje ocupada pelas 3.423 famílias pertencia a 37 famílias cuja importância para a economia local pode ser inferida pela razão da desapropriação: a improdutividade.

A inclusão social e produtiva provocada pelo assentamento está explícita na fala do Sr. D., do P. A. Pousada Alegre, em Nova Independência:

Que nem eu falo, tirou muita gente da fome. Antigamente a gente não chega perto [comércio], hoje vai querer uma coisa as portas estão abertas. Comércio ou que você for comprar, alguma coisa que às vezes nem, aí vai lá e faz uma compra, é bem recebido, parcela as coisas. Apresentar a nota produtora já é uma grande coisa, uma garantia. Antes isso não tinha, eles nem olhava (jan. 2018).

Em relação à inclusão produtiva dos assentados via criação do assentamento, Paulino (2006, p. 70) enfatiza:

Ao viabilizar a inclusão produtiva da maior parte dos membros das famílias, o assentamento representa um aquecimento importante no comércio local, onde passam a adquirir desde alimentos até bens de consumo duráveis, conforme o demonstramos. Além disso, a própria ocupação produtiva da terra traz reflexos positivos para a cidade. Afora a produção de alimentos, a atividade pressupõe a utilização de insumos e instrumentos de trabalho, via de regra adquiridos no comércio local.

A inserção dos assentados na escala local é mediada pela produção, desse modo, ela assume uma dupla funcionalidade no lote, pois os produtos consumidos internamente “têm o caráter de valores de uso”, já o levado ao mercado, seja qual for o canal, “torna-se valor de troca” (SANTOS; FERRANTE, 2003, p. 46) para com o dinheiro obtido, comprar aquilo que não se produz.

Segundo Ploeg (2016, p.72), “Na agricultura camponesa o mercado [geralmente o local] é, acima de tudo um varejo”, apesar de inserida nele, o mesmo não interfere diretamente na organização interna da unidade doméstica.

Em pesquisa realizada nos projetos de assentamentos rurais do estado de São Paulo, Santos e Ferrante (2003) destacaram que a compra de alimentos beneficiados ou industrializados nos centros urbanos é uma prática presente nos assentamentos rurais, sendo óleo, açúcar e sal os produtos mais comprados. Entretanto, os autores identificaram que o consumo do assentado no mercado local vai além dos alimentos industrializados.

A gente vai na cidade pagar uma conta de luz em Castilho. Às vezes eu gosto de ir comprar alguma coisa pra dentro na casa, coisa assim, materiais. Daqui lá dá uns 18 [quilômetros]. No mercado eu gasto em média R\$ 450,00, farmácia eu não gasto praticamente quase nada (Dona I.; P. A. Celso Furtado, Castilho; jan. 2018).

A cidade é o lugar de pagar as contas, de comprar bens para casa, ou seja, são vários gêneros comerciais frequentados pelos assentados.

A diferenciação do campesinato reflete também, nos gastos, assim sendo, alguns assentados relataram: “[...] Fica 1.500 reais, tem vez que fica até mais. O dia que chegas as visitas aí aumenta mais” (Sr. D., P. A. Pousada Alegre, em Nova Independência; jan. 2018). Identificamos também os assentados com gastos menores, em vista da importância da produção para o autoconsumo: “Nós compra mais em Andradina, lá é mais barato. Tem vez que fica 500, 400. Tem muita coisa que a gente tira daqui, dá para tirar o leite, uma abobrinha, tem ovo, a horta, fruta. Ração pro gado a gente gasta uns 300 reais” (Dona R.; P. A. Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Santos e Ferrante (2003) verificaram que a compra de gêneros alimentícios pelos assentados não ocorria a cada mês, pois os mesmos estocavam os produtos não perecíveis. A distância foi apontada como um dos motivos. No entanto, a

compra de grande parte dos assentados analisados neste trabalho ocorre mensalmente, reforçando assim sua participação nos mercados locais.

A importância dos assentados, enquanto consumidores de gêneros alimentícios, é revelado pelo interesse dos supermercados. Ao estudar o P. A. Primavera II, em Mirandópolis, Arlindo (2015) observou que os supermercados fretavam ônibus para buscar os assentados, garantindo assim que os mesmos fizessem compra no estabelecimento.

Na atual pesquisa não encontramos essa prática no município citado, porém os assentados continuam sendo alvo de disputa entre os mercados, que agora apenas levam a produção ao assentamento. Sobre essa prática, o Sr. M., gerente de uma rede de supermercado, explica:

No passado eles [assentados] precisavam vir até o mercado fazer compra e não tinha uma maneira disso. Então o mercado fretava o ônibus naquela oportunidade, as pessoas vinham fazer compras e voltavam para o assentamento. Nessa oportunidade eles aproveitavam para pagar as contas, para resolver todos os conflitos que eles tinham na cidade. Na medida em que o tempo foi passando, o comportamento delas mudou. Acredito que muitos começaram a vir com carro próprio. Então nós tiramos o ônibus (Mirandópolis, jul. 2019).

Esse contexto, de acesso a meio de transporte próprio, coincide com maiores recursos do PAA, entre os anos de 2013 e 2014. Parte dos assentados se relaciona com o mercado vendendo parte da sua produção aos supermercados, ao mesmo tempo que é consumidor. Em relação ao assentado, enquanto fornecedor de alimento, o gerente comenta:

A gente vive em uma cidade onde a agricultura familiar impera bastante, as pessoas têm um pedacinho de terra, produzem ali, seja fruta, seja ovo, então eles têm uma produção. E a gente tem por hábito adquirir esses produtos. Todos os produtos da nossa região, ou da cidade pelo menos, desde que esses produtos sejam especificados, a gente entende como ele é cultivado, a gente então adquire o produto e revende no mercado. (Sr. M. Mirandópolis, jul. 2019).

Ainda segundo o representante, o mercado entrega mensalmente a compra de 80 famílias em assentamentos de Mirandópolis. Essa relação mostra que a transferência da renda gerada no chão do assentamento ocorre em dois processos distintos. O primeiro é pelos processos explicados por Martins (1981) e Oliveira

(2004, 2010), com a sujeição da renda da terra ao capital. A outra fração é apropriada no momento de comprar produtos não produzidos por eles. Contudo, o capital se nutre das relações não-capitalistas de produção, subjugando a riqueza sem expropriar os assentados.

Em Nova Independência, os assentados também mantem essa relação, de fornecedores e consumidores. De acordo com o entrevistado, gerente do supermercado, 80% do abastecimento é feito por compra no CEASA, os outros 20% são de produtores rurais locais, em grande parte dos assentamentos do município. Quando perguntado se os assentados compram no mercado, o mesmo afirma que, aproximadamente, 20% são do assentamento, e o restante, é da própria cidade.

Para Leite *et al.* (2004), os assentamentos provocam uma dinamização econômica nos municípios pelo significativo número de novos produtores que entram no mercado local. Ainda de acordo com os autores, com o aumento da oferta de alimentos, os assentados:

[...] aumentaram sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos, como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral (LEITE *et al.*, 2004, p. 259).

Como destacaram os autores, os assentados também são importantes consumidores das lojas agropecuárias. Nas entrevistas os assentados citaram várias lojas agropecuárias da região de Andradina, sendo as mais frequentadas: Coprima, Coapar, Nutribem, Camda, em Andradina; Nutribem, Ciapec e Duram, em Mirandópolis; Coopercitros em Guaraçaí; e Castifertil, em Castilho.

Em algumas dessas lojas os assentados têm cadastro, o que significa comprar no crediário: “[...] Eu compro em Mirandópolis, na NUTRIBEM, o foco é a NUTRIBEM. Tenho até o cadastro lá. Pode marcar, mais eu nunca comprei marcado” (Dona T., P. A. Florestan Fernandes, Mirandópolis; jan. 2018).

As despesas informadas no Censo Agropecuário (2017), conforme demonstrado na Tabela 16, contribuem para referendar a participação da agricultura familiar camponesa na dinâmica local. Assim, a agricultura capitalista gastou um montante de R\$404,7 milhões, enquanto o gasto da agricultura familiar camponesa foi de R\$61,5 milhões. É necessário ficar atento nessa análise, para não reproduzir a narrativa de que a agricultura capitalista é: Agro: a indústria-riqueza do Brasil.

Tabela 16 - Despesas dos estabelecimentos rurais na Região de Andradina -2017

<i>Tipologia</i>	Agricultura Capitalista		Agricultura familiar	
	Valor (R\$)	R\$/ha	Valor (R\$)	R\$/ha
<i>Adubos e corretivos</i>	152.869.000	368,24	6.006.000	78,76
<i>Sementes e mudas</i>	10.689.000	25,74	2.157.000	28,28
<i>Compra de animais</i>	47.153.000	113,58	22.018.000	288,76
<i>Medicamentos (animais)</i>	7.323.000	17,64	4.456.000	58,44
<i>Sal, ração e outros</i>	38.650.000	93,10	14.773.000	193,74
<i>Compra (máquinas e veículos)</i>	35.302.000	85,03	4.621.000	60,0
<i>Combustíveis e lubrificantes</i>	112.727.000	271,54	7.512.000	98,51
TOTAL	404.713.000	974,90	61.543.000	807,13

Fonte: Censo Agropecuário, 2017 (IBGE). Org. pelo autor.

Concordamos com Paulino e Almeida (2010b, p.33), quando afirmam: '[...] a grande propriedade, independentemente dos índices de produtividade, concentra consumo e produção por uma questão de escala.'. Portanto, esses números se explicam pela concentração fundiária, pelo aporte técnico e, também, por abocanhar a maior parte do orçamento dos Planos Safras.

Ao analisar as despesas por hectare, identificamos na Tabela 16, a superioridade da agricultura familiar camponesa em quatro itens: sementes e mudas; compra de animais; medicamentos para animais; e gasto com ração e outros. Já os gastos com compra de veículos e combustíveis, bem como adubos e corretivos foram mais expressivos na agricultura capitalista.

Em relação aos gastos com adubos e corretivos, a agricultura capitalista despendeu R\$368,24 a cada hectare, enquanto na unidade camponesa essa despesa representou R\$78,76 por ha. Esses números revelam o acesso privilegiado da grande propriedade a esse tipo insumos; do mesmo modo à mecanização que juntas respondem pela produtividade aferida. Entretanto, tais bens pouco contribuem com o os pequenos estabelecimentos comerciais. A agroindústria canavieira, hegemônica na região, é o melhor exemplo, pois adquire a maior parte dos insumos nos grandes centros e nas grandes cooperativas da região localizadas apenas em três municípios: Andradina, Mirandópolis e Pereira Barreto.

Por outro lado, o consumo do camponês se dá na escala local, dinamizando, principalmente, os pequenos estabelecimentos. Essa participação pode ser identificada na compra de animais, sal e ração.

Averiguamos que quanto menor a loja agropecuária, maior é a importância do assentado, como confirma a fala do dono do Comércio de Insumos Agrícolas e Agropecuários (CIAPEC)⁷⁸, em Mirandópolis, quando perguntado sobre os clientes da loja: “A maior parte é Sem-Terra do INCRA. 80% é do pessoal do INCRA. Cana assim é só para a grande cooperativa, a gente só pega os pequenos mesmo”. (Mirandópolis, jul. 2019).

Questionado sobre os assentamentos do município, o dono da loja responde: “Eles movimentam bem no geral, mercado, farmácia, em todos os sentidos”.

No município de Castilho, o representante da CASTIFERTIL, maior loja agropecuária da cidade, afirmou que atualmente 60% dos consumidores da loja são da cidade e 40% do campo. Destes 40% do campo: “Mais de 90% é assentado, em Castilho aqui é pouca gente mexendo com gado, é só cana mesmo, fazenda mesmo é só cana” (Castilho, out. 2019).

Tanto os responsáveis da CASTIFERTIL quanto da CIAPEC ressaltaram as consequências do avanço da monocultura canavieira sobre o pequeno estabelecimento. Além de varrer do campo os camponeses e trabalhadores rurais, de não cumprir a função social da terra determinada na Constituição, de inviabilizar a produção dos camponeses pela pulverização de agrotóxico, essa atividade pouco contribui com a dinâmica local.

Em contrapartida, a participação do assentado é visível no dia em que recebem pelo leite entregue às cooperativas de comercialização: “[...] o dia do pagamento deles [pagamento do leite] muda o movimento da cidade. O pagamento de leite não é só o comércio aqui, você anda na rua o pessoal do sítio dá uma movimentada na cidade” (CASTIFERTIL, Castilho; out. 2019).

Nesse dia, os assentados vão fazer compras nos supermercados e lojas agropecuárias. Aproveitam também para outras atividades, como pagar contas, ir à farmácia etc. Toda essa dinâmica gerada mostra a importância da atividade leiteira ao camponês. Mesmo sendo uma atividade de trabalho intensivo, pois necessita de mais cuidados, o leite garante mensalmente uma renda mínima, que nos dias do pagamento passa a circular no mercado local.

De acordo com Hespanhol (1996, p.216-217), “[...] a dinamização da economia da Região de Andradina depende estritamente da exploração efetiva da

⁷⁸ A loja foi fundada em 1994, antes da implantação dos assentamentos no município de Mirandópolis.

terra e da agregação de valor aos produtos da agropecuária através da atividade agroindustrial”. Desde a pesquisa, as transformações mais significativas na região já foram ressaltadas neste trabalho: a expansão da cana-de-açúcar, mas também, a criação dos projetos de assentamentos rurais. Mas isso não retirou a importância do setor primário, que continua indispensável, sobretudo aos municípios menores.

Na área estudada, Andradina é o único município⁷⁹ com população acima de 50 mil habitantes. Castilho, Ilha Solteira, Mirandópolis e Pereira Barreto possuem entre 20 a 30 mil habitantes. Já Guaraçaí, Itapura, Murutinga do Sul, Nova Independência, Sud Mennucci e Suzanápolis, contam com números abaixo de 10 mil (SEADE, 2020). Essas informações não determinam sua dependência ao setor primário, apenas contribuem com a caracterização regional.

Portanto, nos municípios menores a presença do assentado na dinâmica local é mais significativa, sua participação ou não é mais sentida. A movimentação gerada na cidade com a ida dos assentados foi, também, destacada pelo dono de uma pequena loja no município de Itapura, segundo o qual 60% das vendas da loja são oriundos dos assentamentos o que, em sua avaliação, foi fator de aquecimento do comércio local. O entrevistado ainda destaca que o dia da feira, realizada às quartas, gera movimento na cidade como um todo, pela oferta de alimentos agrícolas vendidos pelos feirantes, mas também pelo fato de que nesse dia eles vão à cidade e “aproveitam para fazer tudo”.

A prefeitura de Itapura disponibiliza ônibus para buscar os assentados. No entanto, há, de acordo com o Sr. Z., um movimento dos comerciantes locais solicitando a disponibilização do ônibus mais vezes na semana.

Em 2018, Itapura contava com 4.804 habitantes (SEADE, 2020), sendo 3.839 residindo na cidade e 965 no campo. Os três Projetos de Assentamentos (P.A. Rosely Nunes; P.A. Cachoeira e P.A. Zumbi dos Palmares) somam juntos 233 famílias assentadas. Multiplicando, com parâmetro do IBGE (1996) 3,80 pessoas (média por família no campo), os assentados representam 91,7% da população rural.

Em 2018, no município de Itapura, havia 545 empregos formais (SEADE); ou seja, 11,3% da população total. Destes empregos formais, 17,8% estavam no

⁷⁹ Para informações socioeconômicas por municípios da Região de Andradina ver o Apêndice B.

campo; 0,5% na indústria; e, 81,6% no setor de administração pública, comércio e serviços, com destaque para a prefeitura municipal, detendo 56,8% dos empregos.

As informações mostram um município com setor industrial inexistente, e com a administração municipal sendo responsável pela maior contribuição em ocupações. Entretanto, devemos considerar a renda gerada no campo, pois ela interessa aos comerciantes. A disponibilidade de ônibus para buscar os assentados para participar da feira e “fazer tudo” é a garantia da circulação de dinheiro no mercado local. Nesse sentido, valem os apontamentos de Oliveira (2010, p.59) sobre a força da agricultura familiar no campo brasileiro.

[...] a grande maioria dos trabalhadores no campo estão situados nos pequenos estabelecimentos, e fazem do trabalho familiar a essência da riqueza produzida, logo para que se faça justiça a bem da verdade, há que se reconhecer a sua importância política no conjunto das forças que formam o campo brasileiro.

Quando perguntado sobre as fazendas, o Sr. Z, de Itapura, foi enfático ao dizer que as mesmas pouco contribuem e acabam indo para Andradina (SP) e Três Lagoas (MS), as maiores cidades próximas. Dessa maneira, as riquezas oriundas da exploração direta do trabalho assalariado, bem como a renda da terra circulam em outros lugares, deixando para o município os passivos sociais e ambientais.

Averiguamos também a participação dos assentados nas lojas maiores, como é o caso da DURAN Produtos Agrícolas em Mirandópolis (SP), que atende a região. “Eu atendo não só produtor, eu atendo muita gente da cidade também: dona de casa, eletricitista, carpinteiro, pedreiro, esse povo tudo é cliente meu. Aí tem Sem-Terra, tem o pequeno, tem o médio, tem o grande”.

De acordo com o proprietário, ampliar a tipologia dos consumidores, não ficando restrito aos produtores rurais, é resultado das transformações que o aumento da cana-de-açúcar provocou.

Desde de 1987 que estou no mercado. Na época a realidade do município era outra, 100% agricultura, tinha muita pecuária. E tinha só cooperativa, não tinha revenda, então foi montada uma revendedora de insumos agrícolas. Com o passar do tempo, com a mudança da região a agricultura diminuiu e aí eu tive que mudar, senão eu ia ficar pra trás. Foi a 12 anos que mudei o foco da empresa. A mudança foi porque entrou a monocultura da cana, os pequenos se sentiram desestimulados, não pela monocultura da cana, pois uma coisa não tem nada a ver com outra, por que a

monocultura da cana é para o grande proprietário, o pequeno ele está aí até hoje. Mas, é em questão de preço.

A mudança da loja, buscando a clientela citadina resulta da alteração produtiva causada pela monocultura da cana. Todavia, ampliar a tipologia dos clientes em função dessa atividade revela sua não participação de forma efetiva no consumo das lojas maiores. A respeito da venda para os assentados, o dono da loja explana:

No faturamento mensal da minha empresa acho que uns 10%. O gasto deles também é bem pouco. Eles são limitados financeiramente falando. Eles compram produtos variados, desde produtos para a irrigação, mangueira, aspersor, um defensivo agrícola, pouquinho coisa (DURAN, Mirandópolis; jul. 2019).

No decorrer da pesquisa, identificamos por parte de alguns comerciantes certo incômodo ao falar dos assentados, chamados por eles de “Sem-Terra”. Reconhecer a participação dos assentados, enquanto consumidores, não significa ser favorável à política de Reforma Agrária. Pelo contrário, observamos uma certa resistência ou preconceito em relação a esses sujeitos.

A defesa da propriedade como bem sagrado reforça o incômodo em relação aos assentamentos, em consonância com a criminalização por parte do Estado e a marginalização do movimento de luta pela terra disseminado pela mídia burguesa.

Advogar a favor da propriedade privada, assim como atacar a política de Reforma Agrária estão inseridos na falácia de um modelo de agricultura gerador de riquezas. Após tecer elogios à agroindústria canavieira, ao final de uma entrevista, o dono do estabelecimento declara: “O capitalismo é o caminho”.

Toda a narrativa da inviabilidade econômica da Reforma Agrária e da importância do “Agro” para a economia nacional oculta a lógica por detrás desse modelo, pois o monopólio fundiário é mecanismo garantidor de fração da mais valia social e do lucro extraordinário.

O discurso a favor desse modelo permeia inúmeros setores da sociedade, e não apenas aos verdadeiros beneficiados. Paulino (2011, p.102), destaca dois grandes grupos que advogam a favor da agricultura capitalista:

O primeiro é o mais redundante e factível no plano do senso comum, povoando o discurso da classe proprietária e de seus partidários ocupados em forjar púlpitos em toda parte, da mídia à escola. A retórica do segundo é mais elaborada, compatível com o lugar de

onde é disseminado, a ciência, especificamente aquela que se pretende neutra, por isso o desdém aos propósitos que obstruem o circuito da renda capitalizada da terra em nome de uma racionalidade e eficiência a ser posta em questão.

Assim sendo, o que levaria comerciantes de uma pequena cidade, mais próximos da classe trabalhadora do que das grandes corporações capitalistas, a defenderem esse tipo de agricultura? A refutar a relevância das políticas de assentamentos rurais das quais se beneficiam? No fundo dessa questão está a distinção de classe intrínseca à construção do território capitalista, pois o próprio debate histórico sobre a Reforma Agrária e a sua não realização refletem essas diferenças.

Segundo Paulino (2011), a melhor maneira de reconhecer as classes sociais foi ensinada por Marx, por isso é necessário situar essa questão no próprio autor:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista. (MARX, 2017, p. 948):

Acerca das classes sociais, Marx (2017, p.948) advertiu: “[...] nem mesmo nesse país [Inglaterra] a divisão de classes se mostra com toda a nitidez. Também lá suas linhas de demarcações aparecem encobertas por graus intermediários e de transição.”. Nesse sentido, elucidamos ainda a condição do campesinato, como classe criada no seio do capitalismo, com características singulares, é proprietário da sua força de trabalho e da propriedade da terra.

A partir dessas contribuições, Paulino (2011, p.110) comenta que, na realidade, dificilmente se encontrará uma classe em estado puro. Além de conflitos há também convergências de interesses que culminam em alianças e narrativas. Nesse ponto é possível entender a defesa de alguns setores a favor do agro e o ataque ou desdém aos assentados.

A possibilidade de extração da renda da terra e/ou a mais-valia é o cordão que une proprietário de terra e demais capitalistas, grandes ou pequenos. Desse modo, “[...] nos confrontos de classe seus oponentes são os camponeses e os trabalhadores que, por sua vez, travam lutas distintas, sem que isso signifique estar em outra trincheira” (PAULINO, 2011, p.111). Como a divisão de classe não se

apresenta com “nitidez”, dos dizeres de Marx (2017), as narrativas são por vezes contraditórias, ora colocando a expansão da cana como responsável pelas indesejáveis mudanças na agricultura local, ora como modelo importante ao país.

Refletir sobre a participação dos assentados na dinâmica local, analisando o comércio que atende essas demandas, requer a apreensão do campo-cidade como unidade dialética. Apesar de suas diferenças, ambos constituem uma totalidade fundamental ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Acerca dessa concepção, Oliveira (1996) pontua que campo e cidade formam uma unidade contraditória, possuindo relação intrínseca. No entanto “[...] essa unidade contraditória não elimina suas diferenças, ao contrário, aprofunda-as tornando cada um mais específico, porém, cada vez mais portador de características gerais de ambos.” (OLIVEIRA, 1996, p.27).

Longe de um olhar dicotômico, entendemos que campo, assim como cidade, possuem peculiaridades, não são excludentes, são de fato indissociáveis, por isso devem ser pensados no cerne do processo contraditório que os une.

As singularidades são soldadas por vários fatores. A cidade é a morada dos boias-frias; a industrialização dos produtos do campo pode ser feita pelas pessoas que habitam a cidade; as greves de trabalhadores do campo e manifestações dos movimentos sociais que lutam e reivindicam a Reforma Agrária são feitas principalmente na cidade; a produção agrícola é consumida no campo e na cidade; a renda fundiária extraída no campo se realiza na cidade; assim como é na cidade que o camponês transforma parcela da sua produção em dinheiro.

Para Oliveira (1996), os processos contraditórios e desiguais do capitalismo têm eliminado a separação existente entre campo-cidade e rural-urbano. Desse modo, são inúmeros os fatores reafirmando a relação, a indissociabilidade entre ambos.

A produção camponesa carrega essa especificidade, como apontou Guibert (2009) e Fontoura (2009). A própria característica do campesinato, enquanto produtor especializado, o faz adquirir bens que fogem a sua produção. Além de produtos industrializados, precisa também de instrumentos e outros serviços importantes nas cidades.

Portanto, uma maneira de evidenciar a importância dos assentamentos para a dinâmica das pequenas cidades é correlacionar o momento de sua criação com a

constituição de lojas de insumos e comércios correlatos, como proposto no Quadro 2.

Quadro 2 - Famílias assentadas e abertura de casas agropecuárias (Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura) na Região de Andradina – 1981 a 2017

	1981 a 1990		1991 a 2000		2001 a 2010		2011 a 2017	
	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.	Fam.	Empr.
Andradina	280	3	171	1	172	18	---	19
Castilho	88	---	---	---	865	9	---	10
<i>Guaraçai*</i>	79	2	---	1	126	225	---	147
Ilha Solteira	---	---	---	---	285	4	---	6
Itapura	---	---	---	---	233	4	---	2
Mirandópolis	---	---	---	---	173	48	210	32
Murutinga do Sul	---	---	77	---	180	58	---	12
Nova Independência	---	1	---	---	60	7	---	6
Pereira Barreto	85	---	---	1	200	14	---	7
Sud Mennucci	---	---	---	1	---	14	---	21
Suzanápolis	---	---	--	---	155	6	---	3
R. Andradina	532	6	248	4	2.449	182	210	94

Fonte: Cadastro Central das Empresas (IBGE).

* Os números fogem à curva dos demais municípios e da realidade do próprio município. Portanto, ao entender que se trata de erro da plataforma do IBGE, desconsideramos as informações das casas agropecuárias de 2001 a 2017

O primeiro assentamento criado pelo INCRA na Região de Andradina foi no início da década de 1980. A partir daí observamos que, na medida que as famílias foram sendo assentadas, foram surgindo as lojas agropecuárias, com destaque para a década de 2000. Entre 2001 e 2010, houve a criação de 29 projetos, com 75,6% de todas famílias assentadas. Nesse período foram cadastradas 182 casas agropecuárias. Com exceção do município de Andradina, todos os outros tiveram aumento significativo desses estabelecimentos.

Mesmo cessando a implantação de novos assentamentos, verificamos a constituição de novos comércios do gênero, o que permite supor que os sujeitos da Reforma Agrária constituem demanda relevante ao segmento.

O período de maior número de famílias assentadas e de criação dessas lojas foi também o de grande expansão da monocultura da cana-de-açúcar, o que reforça a tese da importância dos camponeses assentados na relação campo-cidade, uma vez que agroindústria canavieira pouco contribui para a dinâmica local.

A respeito da relação dos assentamentos com a criação das casas agropecuárias, um assentado esclarece:

Em Castilho, tirando uma loja que tem lá [Castifertil], as outras surgiram por conta dos assentados. E a dele cresceu muito do que era antes, era uma portinha pequeninha, hoje é enorme. A dele cresceu muito por conta dos assentamentos e surgiu outras (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

Considerando a potencialidade dos assentados, que no limite da reprodução social contribuem substancialmente em diversos aspectos do campo e da cidade, concordamos com Marques (2002, p.110), ao destacar:

[...] o campo não pode ser concebido apenas como complementar à cidade e paisagem a ser consumida. Ele pode e deve ser portador de novas experiências que contribuam para a superação de problemas estruturais de nossa sociedade como o apartheid social. Um projeto de desenvolvimento rural que vise a inclusão social a partir da melhoria geral das condições de vida e da realização de novas atividades no campo deve se basear no processo de descentralização política e de valorização de saberes locais. Discutir alternativas para o campo apoiadas sobretudo em demandas da cidade implica forte risco de manutenção da população rural em situação de subordinação.

Ao identificar a capacidade dos assentados pelas demandas dos produtos agropecuários, a COAPAR, principal cooperativa da região, criou uma loja na cidade de Andradina. No início, para atender-las começou a fazer parcerias com outras lojas, que vendiam ao assentado e o preço era descontado em folha no pagamento do leite. Sobre a parceria com as lojas tradicionais de Andradina, o Sr. V. explica:

A gente percebia que eles não baixavam o produto, então a gente pensou: vamos montar nossa própria loja, se for para vender caro, vende nós mesmo e organiza isso. [...] Hoje que a gente tem um pouco de condição de comprar à vista, mas usa recurso de outras vendas, das políticas públicas para fazer uma compra à vista pra loja (COAPAR, Andradina; jan. 2018).

De acordo com o representante, a loja consegue colocar os produtos dentro dos assentamentos bem mais barato, resultado do poder de barganha no momento de comprar as mercadorias. “No nosso tanque⁸⁰ [de leite], o saco de milho está R\$ 43,00 e na cidade está R\$ 55,00. A gente conseguiu baratear bastante. Esse é outro

⁸⁰ A COAPAR entrega os produtos comprados pelos assentados no mesmo lugar onde fica o tanque de leite, por isso, a referência da assentada.

objetivo, de não só colocar o produto perto, mas também a custo baixo”. Uma das preocupações da COAPAR, tanto na loja quanto na industrialização do leite, é atenuar as ações do capital comercial, rompendo com as amarras da monopolização do território pelo capital.

É importante destacar que a inserção dos assentados no comércio não se restringe apenas ao próprio município onde se instalou o assentamento. Assim:

Nova Independência, Andradina, Tupi Paulista, Dracena, é a região. Às vezes não acha em um lugar tem que ir no outro. Compra de tudo, compra pra casa, pro sítio, remédio, tudo. Todo lugar que a gente vai no comércio é bem recebido, por que tem do onde tirar (Sr. D., Pousada Alegre, Nova Independência; jan. 2018).

Na fala fica evidente a visibilidade produzida pela inclusão produtiva. Portanto, identificamos o assentado como consumidor de vários produtos e serviços, e não apenas aqueles direcionados às lojas agropecuárias. Assim:

Os assentados também consomem muito Internet. Nos assentamentos praticamente todas as casas têm via rádio. As empresas de Andradina, de Ilha Solteira estão instalando. É uma necessidade muito grande por causa do sinal ruim da operadora. Os assentados também consomem em loja de roupa, de alimentos, comércio agropecuário e o comércio de móveis, eletrodoméstico. Eu acho que tem fortalecido muito a reforma agrária aqui na região (Sr. V., P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

Como destacamos a internet é fundamental para os assentados, fortalecendo o contato direto com os consumidores de sua produção. Auxilia também na busca de informações sobre um tipo de cultivo específico, evitando perdas dentro do lote.

Além disso, muitos assentamentos estão distantes dos centros urbanos, fator que implica sinal de celular instável, no entanto a via rádio tem preenchido esse problema, sendo importante meio de comunicação entre os próprios assentados e com o universo fora do assentamento. Em conversa com um fornecedor do serviço no município de Mirandópolis, o mesmo elucida:

Esse pessoal da área rural é esquecido pelas grandes operadoras, ninguém quer investir lá em tecnologia. Então, eu vi essa necessidade das pessoas, não por luxo, mas como ferramenta também. Ela ajuda em trabalho de escola. O agricultor mesmo que trabalha a terra, usa a Internet como ferramenta de pesquisa, sobre adubo, fertilizante, sobre alguma doença que acontece na roça (Régis Informática, Mirandópolis; jul. 2019).

Ao notar a ausência desse serviço no campo e a importante demanda proveniente dos assentados, a empresa instalou torres de internet via rádio em vários assentamentos, garantindo a extração de uma fatia do trabalho excedente dos camponeses.

Segundo o entrevistado, a empresa atende assentamentos em Mirandópolis e Pereira Barreto. Esses sujeitos do campo representam 20% dos usuários de Internet fornecida pela Régis Informática, sendo em torno de 180 a 200 usuários/lotes. Considerando o preço médio de R\$100,00, a loja fatura, pelo menos, R\$18 mil atendendo esses lotes. Dessa forma:

O que eles produzem no campo gera renda para eles e essa renda gerada vem gastar na cidade, seja com Internet, com insumos para terras, seja com animais, seja no mercado, também movimentam o mercado de comida. Então uma grande parte do que eles gastam movimentam o comércio daqui (Régis Informática, Mirandópolis; jul. 2019).

A dinâmica produzida pelos assentamentos, e destacada pelos comerciantes entrevistados, foi sentida já no início de implantação, com a liberação dos créditos de fomento, de apoio e mesmo do PRONAF.

Para Leite *et al.* (2004, p. 126), os recursos mobilizados aos assentamentos repercutem diretamente na capacidade produtiva do assentado, mas também “[...] impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado [...]”. Segundo os autores, o total de crédito rural dinamiza os municípios onde os assentamentos foram implantados, pois a circulação desse crédito ocorre na própria localidade, como destacado no relato da Dona N.:

Tudo aqui na cidade, por isso que eu falo, melhora pra gente e melhora pra eles. A gente comprou no BJ um pouco, em Murutinga na Constrular, foi o da habitação. Fazia licitação, onde era mais barato ganhava. A reforma agrária ajuda o que vem pro sítio que nem nós, e ajuda os que ficam na cidade, porque gira o dinheiro lá, gera mais renda. (P. A. Sta. Luzia, Guaraçaí; jan. 2019).

Além dos créditos de habitação, é ressaltado também o dinheiro ganho com o PAA. A título de complementação, apenas em 2014, ano de maior recurso destinado ao programa, 1.122 titulares de famílias assentadas movimentaram R\$ 5,9 milhões na região.

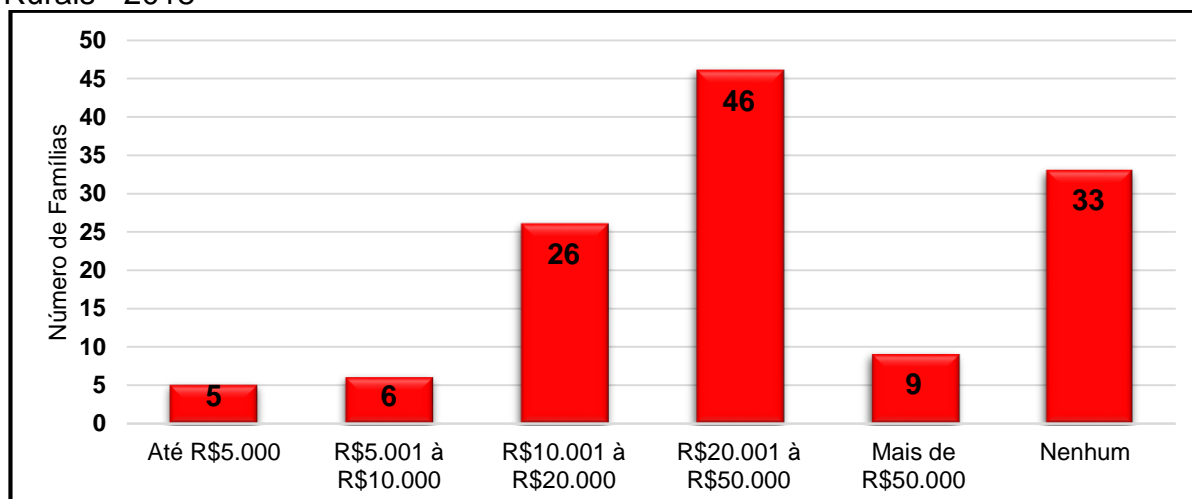
De acordo com o IBGE (2006), 284 agricultores familiares (PRONAF A⁸¹) receberam R\$ 2,5 milhões de financiamento oriundo do PRONAF, em 2016. Tanto o PAA quanto o PRONAF, e tantos outros recursos e rendas obtidas no lote dinamizaram o mercado local por sujeitos antes excluídos produtivamente. Essa passagem, da exclusão à inclusão produtiva possibilitada pela democratização da terra, pode ser analisada na fala da Dona N.:

Como que uma pessoa que nem eu, que era boia fria alavancava esse dinheiro aí? Nunca. No Assentamento tem esses créditos, na cidade cê não consegue isso se você é bóia fria. Nunca que ia consegui um financiamento de R\$ 20 mil, um crédito de R\$ 15 mil pra construir uma casa. Lá pagava o aluguel e urrava (P. A. Sta. Luzia, Guaraçá; jan. 2019).

O efeito da circulação desses recursos atinge outros municípios. A cidade de Andradina é a maior da região, dessa forma exerce certa influência nos municípios menores, pois os serviços disponibilizados são variados.

Sobre a proporção de assentados analisados que não tiveram acesso a algum tipo de recurso com a formação do assentamento, observamos, no Gráfico 10, que foram 26,4%. Por outro lado, 44% receberam entre R\$ 20 mil e R\$ 50 mil; e 29,6% receberam de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil.

Gráfico 10 - Acesso ao crédito após a criação dos Projetos de Assentamentos Rurais - 2018



Fonte: Trabalho de Campo (2017, 2018 e 2019) e Secretaria de Desenvolvimento Agrário de Andradina.

⁸¹ “Se as atividades desenvolvidas pelo estabelecimento agropecuário atendessem as diretrizes da Lei nº 11.326, de 24/07/2006 e a pelo menos uma das alternativas: obtenção das terras através de crédito fundiário, obtenção das terras através de títulos oriundos de reforma agrária ou estabelecimento participante de projeto de assentamento de famílias, então o mesmo seria classificado como PRONAF A” (IBGE: Censo Agropecuário, 2006).

Leite *et al.* (2004, p. 226) chamam a atenção para a repercussão dos créditos, uma vez que estão acompanhados de uma série de recursos voltados à infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas, ocasionando assim um fluxo monetário maior onde estão situados os assentamentos. A partir dos apontamentos dos autores, destacamos a fala de uma coordenadora do Assentamento Primavera, em Mirandópolis, ao comentar sobre a conquista de novos créditos direcionados à reforma das casas, do Programa Nacional de Habitação Rural.

Esse projeto é para reforma, são R\$ 17,2 mil por família. Tem família que recebeu menos, a casa já estava mais terminada. A maior parte pegou R\$ 17,2 mil desde R\$ 6 mil para pedreiro e o restante em material, é gasto em Mirandópolis. Hoje o nosso projeto de 20 casas gera em torno de R\$ 307 mil. (Dona S., P. A. Primavera II, Mirandópolis; dez. 2017).

O acesso a esse crédito promoveu a circulação de R\$ 307 mil no município de Mirandópolis, dinamizando as lojas de material de construção, como também gerou empregos para os pedreiros.

Para Leite (1997), a constituição de um assentamento inaugura uma nova dinâmica local, além da produção camponesa, aquece a arrecadação tributária dos municípios. Nessa mesma perspectiva, Zamberlam e Florão (1991) apontaram a importância dos assentamentos para arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A transformação do latifúndio determinou alterações significativas nos municípios onde os assentamentos foram implantados, ainda que esse processo seja pleno de contradições. Além disso, acarretou alterações nas relações de poder, a serem melhor detalhadas no item a seguir.

4.3.2 Reforma Agrária e mudanças nas relações de poder: o caso do município de Andradina

As mudanças nas relações de poder são apontadas por vários autores como sendo desdobramentos ocasionados pela desapropriação das fazendas improdutivas e do acesso à terra a milhares de famílias. Para Leite *et al.* (2004, p. 23), os assentamentos além de gerar empregos e aumentar a renda das famílias

assentadas, refletindo na economia local “[...] transformam em diferentes proporções, as relações sociais e de poder local”.

Do mesmo modo, Sauer (2005), ao analisar a implantação dos assentamentos rurais, enfatiza que seus resultados

[...] não se resumem a um simples aumento da produção agropecuária - e o conseqüente aquecimento da economia local -, mas a uma série de mudanças sociais e políticas, muitas vezes mudando o eixo de poder e a correlação de forças locais e regionais (SAUER, 2005, p. 61).

A própria transformação do assentado a sujeito inserido produtivamente na sociedade enquanto produtor e consumidor de bens e serviços, já muda as relações de poder. A organização em associações e cooperativas, refletindo os períodos ativos do movimento social, revela essa modificação. Porém, para falar das mudanças nas correlações de força local é de suma importância destacar o município de Andradina, uma vez que essas modificações estão mais visíveis.

Nessa perspectiva, vale muito a leitura da fala do Sr. R, assentado e também liderança política de Andradina, apontando o aspecto político da própria luta pela terra e pela Reforma Agrária:

Quando se fala em reforma agrária você está fazendo uma nova configuração do espaço físico, mas também fazendo uma nova força política. Um assentamento altera o aspecto econômico e político da onde ele se instala, porque tem todos os elementos necessário, que são as pessoas organizadas para alcançar a conquista da terra e depois para desenvolvimento econômico. Com isso você tem uma influência na vida política do município. Passa a ser um elemento transformador, passa a ser não só um coadjuvante, mas sim um ator principal nessa questão da melhoria de todos os aspectos. A luta pela reforma agrária em si é uma luta política cobrando deveres do Estado e direitos do cidadão (Andradina, jan. 2018).

O município de Andradina é único entre os onze da região que possui uma Secretaria voltada aos projetos de assentamentos rurais. A criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário resulta da luta dos camponeses assentados por um olhar mais atento do poder público local.

Na Região de Andradina, o poder da oligarquia rural pode ser dimensionado pela sucessão, durante décadas, nas cadeiras do executivo. Entretanto, as últimas três eleições municipais em Andradina, como já mencionado, elegeram um candidato de fora dos grupos hegemônicos locais: de 2009 a 2016, a cadeira da

prefeitura esteve ocupada por Jamil Ono, na época filiado ao PT. Portanto, nessas eleições, não foram eleitos nenhum candidato dos tradicionais partidos, PSDB, PMDB e DEM, que dominavam o cenário político local. Em 2016, alçou a prefeitura da cidade a professora Tamiko Inoue, única filiada ao PCdoB eleita no Estado de São Paulo, atualmente filiada ao PSDB.

Para o Sr. R., a eleição de Jamil Ono teve participação fundamental dos assentados, porém o mesmo ressalta a origem do ex-prefeito e sua ligação com o campo.

[...] um dos fatores importantes que faz nosso município a primeira administração de esquerda através da eleição do Jamil Ono, do PT, é: ele sempre se identificou por ter uma origem rural, seus pais foram posseiros a participar do assentamento Primavera, então ele tem uma origem agrária, rural. Apesar de ter ido pra USP fazer Direito, ele sempre se identificou como os trabalhadores rurais. Por isso, quando ele se filiou ao PT os assentamentos abraçaram sua campanha, e achou que seria importante. Era o auge do PT no poder, era o segundo mandato do Lula e com isso não tão difícil a gente ter êxito (Andradina, jan. 2018).

Identificamos assentados presentes na Câmara Municipal, o que reforça sua presença na política local. Essa participação e a influência na gestão municipal tem gerado efeitos diretos na vida dos homens e mulheres dos assentamentos. A própria criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário é exemplo. A respeito dessa questão o atual dirigente da pasta explana:

Eu acredito que a participação dos assentamentos nesse sentido ela é fundamental. Assim como ganhamos em 2008 a primeira eleição, ganhamos a reeleição e depois agora a sucessão do PCdoB, bem no momento de desgaste dos partidos da esquerda. Somos a única prefeitura do PCdoB no Estado de São Paulo, uma mulher. O assentado por conta da luta pela terra e por conta das discussões ele passa a discutir mais coisas. Ele faz uma leitura um pouco mais ampla do que a cidade (Andradina, 2019).

A Secretaria foi criada em 2010, visando dar suporte, em todos os aspectos, e políticas públicas voltadas aos quatro assentamentos rurais do município. No momento de sua criação, o prefeito designou à cadeira de secretário um assentado e liderança do MST regional. Em suas palavras:

A criação da Secretaria foi para fortalecer as políticas de desenvolvimento agrário. A minha experiência é nesse campo, então a gente foi o primeiro a ocupar a secretaria criada. A gente gostaria

muito que outros municípios fizessem os departamentos agrários, pois não é só uma questão de tratar o rural dividindo entre pequeno agricultor e assentado, não é isso. Você não divide, você valoriza a discussão, o histórico dos assentamentos. Então, você cria um departamento que trata especificamente as dificuldades, as potencialidades que os assentamentos têm e com isso você consegue buscar recurso a nível de governo federal ou até estadual para o desenvolvimento (Sr. R.; Andradina, jan. 2018).

O entendimento de que a Secretaria resultou da luta e reivindicações políticas está presente nos discursos dos assentados. É partindo dessa concepção que o Sr. V. comenta: “A secretaria foi criada pelo Jamil Ono, do PT. Mas foi uma reivindicação dos assentamentos, dos movimentos sociais, de ter uma política pública do município voltada para o assentamento” (P. A. Timboré, Andradina; jan. 2019).

De acordo com o atual Secretário do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo da pasta é conseguir meios de garantir a compra dos produtos oriundos dos assentamentos. A própria feira, no barracão, é projeto da secretaria em participação com os assentados.

São vários projetos inseridos nos Planos, Propostas e Projetos Prioridades (Gestão 2017/2020)⁸², dentre eles o do Mini-Ceasa, já citado nesse trabalho: Núcleo de Apoio à Comercialização – NAC. Trata-se de uma ferramenta para estabelecer relacionamento entre produtores e compradores. O Núcleo terá a função de divulgar diariamente, aos compradores, a produção disponível nos assentamentos, tendo a Central de Comercialização e Distribuição de Alimentos como um entreposto.

Essa proposta participativa, mesmo que mínima, na gestão pública, não é experimentada pela maioria dos municípios da região. Pelo contrário, há vários relatos de descaso do executivo em relação aos assentados.

A AOPRAP, Associação do Assentamento Primavera II, situado em Mirandópolis, começou a fazer projeto para o PAA em parceria com um município de outra região, pois não tinha respaldo e apoio no próprio: Lavínia disponibilizou caminhão para buscar a produção no assentamento. Segundo a assentada e coordenadora da associação:

Eu peguei um projeto da CONAB dentro de Mirandópolis, deu vontade de abandonar. Eu entregava de mão beijada na prefeitura,

⁸² Disponível para observação no Anexo B.

aluguei um local pra colocar a mercadoria, tive que pagar funcionário. O projeto era de R\$ 750 mil, depois aprovou mais um, de R\$ 600 mil, nós ficamos aí com mais de 1 milhão de reais para injetar dentro de Mirandópolis, a prefeitura nunca ajudou a gente em nada. O último projeto que fiz eu entreguei pra Lavínia. O prefeito de Lavínia vem buscar [a produção] aqui (Dona S.; P. A. Primavera II, Mirandópolis; I. 2019).

Considerando que o assentamento produz dinâmicas importantes, o descaso do poder local também se reflete na cidade, a exemplo do PAA, que poderia beneficiar dezenas de famílias em condições de vulnerabilidades sociais. Outros relatos similares foram recorrentes na pesquisa.

Como observado no Capítulo 2, historicamente Andradina é marcada pelos movimentos sociais, seja do campo, seja dos bairros. Desde a década de 1960, o município presencia essas lutas, não é por acaso que o principal movimento de luta pela terra do Brasil, o MST, tem na luta da Fazenda Primavera seu germe (MICHELETTO, 2003).

Essas condições históricas são fundamentais para entender as diferenças políticas derivadas das alterações nas relações de poder do município, se comparado com o restante da região, fato observado pelo secretário agrário:

Andradina teve momentos de domínios de grupos, mas sempre presença dos movimentos sociais, desde décadas atrás, do IAJE, movimento pela libertação, movimento constitucional. [...] Andradina de certa forma os grupos vêm se movimentando, participando. E os assentamentos respondem, quando é chamado, quando é convidado eles participam da vida social, da vida política (Andradina, jan. 2019).

As reivindicações promovidas pelos vários movimentos do município, em especial o MST, resultaram em várias conquistas. As desapropriações do latifúndio assim como a própria criação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário comprovam que a luta contínua dos camponeses assentados afeta também as relações de forças, pois novos grupos começaram a participar das discussões políticas, sobretudo aquelas voltadas aos assentamentos rurais.

Ainda que o município de Andradina possua uma secretaria especial para os assentamentos, problemas e dificuldades ainda são latentes na vida desses sujeitos. A própria conjuntura política, após 2016, tem inviabilizado a pasta, principalmente com o fim do MDA.

As mudanças nas correlações de forças, no caso mais evidente o município de Andradina, podem ser verificadas na aprovação do projeto de construção da agroindústria do leite da COAPAR.

O projeto intitulado Estruturação da Cadeia Produtiva do Leite em Assentamentos de Reforma Agrária da Região de Andradina está inserido no Programa de Agroindustrialização em Assentamentos da Reforma Agrária, do Terra Forte. O mesmo foi elaborado em 2011, sendo aprovado apenas em 2014, no valor total é de R\$ 12,8 milhões de reais, sendo R\$ 3 milhões a contrapartida da COAPAR, e o restante, oriunda do Programa Terra Forte.

Segundo noticiado no *site* do MST⁸³, esse foi o maior projeto aprovado pelo Programa Terra forte no estado de São Paulo. Estudos realizados pela Cooperativa de Trabalho de Assessoria Técnica e Extensão Rural (COATER) identificaram que a capacidade produtiva dos assentamentos é de 100 mil litros/dia de leite. Segundo as lideranças, o projeto terá capacidade para 50 mil litros/dia de leite.

A construção da agroindústria será no distrito industrial de Andradina, em um terreno doado pela prefeitura. Segundo as lideranças responsáveis pela COAPAR, a parte burocrática demorou uns dois anos, logo a construção da indústria está atrasada.

Nosso projeto está aprovado desde 2014. Está atrasado, bastante, mas o recurso existe. A gente já aplicou 700, 800 mil já foi investido na construção do próprio projeto, projeto executivo e programa de TI de gerenciamento de empresas, na área de capacitação de cooperados (Sr. L., P. A. COAPAR, Andradina; jan. 2018).

Em janeiro de 2019, ao entrevistar outra liderança, a mesmo destacou que a previsão de finalização do projeto e inauguração tinha ficado para 2020.

Especialistas do Banco do Brasil, do BNDES já disse pra nós que o recurso já está aprovado, já foi liberado parcela, já foi gasto parcelas do recurso do projeto. Está praticamente impossível um governo novo barrar esse recurso. A gente está acreditando que não vai ser barrado esse recurso.

Até o momento a agroindústria não foi concluída, ainda nem se iniciou a construção da planta industrial. A conjuntura é outra daquela em que o projeto foi

⁸³ Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/09/25/assentados-conquistam-1-agroindustria-do-terra-forte-em-sp/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

aprovado. A própria perspectiva da permanência na terra vem sendo ameaçada desde o Golpe de 2016.

Esta é uma preocupação presente nos camponeses entrevistados, e também das lideranças do MST em Andradina. Assim, o Sr. R. exclama: “É um tempo muito difícil por que a gente não tem vitórias. O governo não está a fim da reforma agrária. É o agronegócio né? As *commodities*. E a reforma agrária vem assim sendo penalizada. Não tem novos assentamentos” (P. A. Belo Monte, Andradina; jan. 2018).

Ainda que os assentados tenham visibilidade nas últimas décadas, o futuro dos assentamentos é incerto, várias normativas baixadas pelo INCRA os preocupa. A lentidão da construção da agroindústria, o arrefecimento dos recursos destinados ao PAA, as extinções do MDA evidenciam o lado classista do Governo pós Golpe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os desdobramentos dos projetos de assentamentos rurais e a relevância da Reforma Agrária passa pela compressão da apropriação capitalista da terra, pois nesse processo histórico reside o problema da posse e uso desse bem essencial à atividade humana. A expansão das ferrovias e das fazendas de café em direção ao interior paulista, na chamada “Marcha para Oeste”, tiveram como fator de atração a produção de capital a partir da renda da terra, contribuindo para a constituição da questão agrária regional.

O extermínio indígena, a violência, a expropriação e a expulsão do campesinato e, principalmente, a grilagem das terras devolutas, foram elementos concretos da gênese territorial na Região de Andradina, onde desenvolveu-se uma estrutura fundiária desigual. Em consequência do regime de monopólio fundiário, homens e mulheres foram impedidos de acessarem à terra, a não ser quando de interesse da elite agrária; a formação das fazendas de café foi exemplo típico.

A luta de classes e seus interesses antagônicos produziram a distinção territorial na região. É nítida a presença da grande propriedade ocupada pela cana-de-açúcar e, em grande parte, pelas pastagens. Essas duas atividades caracterizam o latifúndio regional.

Por outro lado, a resistência histórica de trabalhadores e trabalhadoras revelaram outra lógica possível no campo. Nas pequenas propriedades, constituída em grande parte pelos assentamentos rurais, a agricultura familiar camponesa domina pequena fração do território capitalista.

A resistência e genocídio dos Caingangue foram as primeiras manifestações dos conflitos da construção territorial; a segunda está na história dos camponeses expropriados e expulsos da terra de trabalho, a exemplo das 25 famílias expropriadas em Castilho na década de 1950.

Na década de 1970, a resistência dos posseiros da Fazenda Primavera, em Andradina, contribuiu para a origem do MST no estado de São Paulo e no Brasil. A partir dessa e de outras lutas desencadeadas pós década de 1980, o MST se consolidou como o principal movimento social na região, atuando na luta contra o latifúndio. Milhares de famílias foram ao encontro da terra, lutando por Reforma

Agrária, cooperando com a construção de novas paisagens e criando novas dinâmicas, entendidas neste trabalho como virtuosas.

A resistência histórica contra a expulsão dos posseiros da Primavera pressionou o Estado: como resultado direto, foram desapropriados 37 latifúndios improdutivos. Assim, 63.879 hectares, antes reserva patrimonial e de valor de algumas famílias, foram convertidos para o uso produtivo de 3.423 famílias que imprimiram no território o modo de vida, onde a reprodução do grupo familiar é central. O acesso à terra lhes possibilitou construir seu lugar social, sua autonomia e liberdade, ainda que parcialmente.

A tríade camponesa – família, trabalho e terra – ativou outras formas de luta, em especial as que permitem fugir das amarras da monopolização do capital e também da expropriação.

Mesmo diante das adversidades e da ação do capital monopolista, os camponeses assentados revelaram expressiva capacidade de produção, em consonância com a função social da terra, situação não identificada na agricultura capitalista, pois a busca pela rentabilidade tem destruído a biodiversidade com prejuízos imediatos à produção dos que se encontram cercados pela cana.

Além da diversidade da produção camponesa, a inclusão produtiva dos beneficiários da Reforma Agrária significou melhora alimentar e ocupação com possibilidade de renda, reforçando a importância e viabilidade da democratização fundiária. Ali, o desenvolvimento não tem como consequência a fome, pois a vulnerabilidade alimentar não foi encontrada. Mesmo nos lotes com mais dificuldades, foram recorrentes os relatos sobre fartura possibilitada pela terra.

Além de colaborar para a melhoria da dieta alimentar, a produção diversificada também diminuiu a dependência para com o mercado. Portanto, a diversidade em detrimento da quantidade é fundamental na luta contra a monopolização do território pelo capital.

Esses aspectos se manifestam pela potencialidade e flexibilidade do modo de vida camponês, cuja economia é organizada para suprir as necessidades de todos os membros da família.

Mesmo não tendo sido rompida a concentração fundiária, expressa numa paisagem quase homogênea, dada a proeminência das fazendas de cana e das pastagens, nas pequenas frações camponesas do território foi possível notar os feitos das políticas agrárias: as áreas reformadas significaram inclusão social e

produtiva de milhares de famílias, acesso à moradia e alimentação, ocupação, renda e lazer. No processo de implantação dos assentamentos, o trabalho próprio na terra afeta o cotidiano de uma família que antes não tinha sequer a possibilidade de produzir seus próprios alimentos.

A diversidade na produção e nas atividades e, conseqüentemente, a renda produzida nas frações do território dominadas pelos camponeses são reflexos direto da luta diária pela permanência e domínio da terra pelas famílias assentadas. Para os antes trabalhadores sem-terra, boias-frias e desempregados, a possibilidade de ocupação concreta na terra de trabalho foi revolucionária.

Os próprios sujeitos declararam estar vivendo em condições melhores, se comparado com as pretéritas. Confirmando assim, a premissa de Leite e Ávila (2007), de que a democratização da terra significa democratização da renda, razão pela qual passaram a ter acesso a bens e serviços antes bloqueados pela condição de exclusão social.

Assim sendo, a democratização a terra se traduz em dinâmica econômica, pois as comunidades do entorno também são afetadas por repercussões mercantis. Portanto, a transformação também se faz sentir na cidade, especialmente nesse caso em que a área hoje ocupada pelas famílias assentadas pertencia a 37 famílias cuja importância para a economia local pode ser medida pela razão da desapropriação: a improdutividade.

Mesmo sem Reforma Agrária capaz de abalar as estruturas do latifúndio e da sociedade, os assentamentos são marcos de resistência, transformação social e dinâmicas virtuosas; além do trabalho e renda, da inclusão social, da terra enquanto morada da vida, destacamos a ampliação da oferta de alimentos que extrapolam os limites dos próprios assentamentos.

Considerando a diferença tecnológica empregada na produção, assim como, o preço final ao produtor, verificamos competitividade similar entre classes sociais tão desiguais do ponto de vista do acesso às condições objetivas para produzir. Ademais, a riqueza gerada nos assentamentos circula na escala local, enquanto a da agricultura capitalista pouco contribui com os pequenos mercados. Essa riqueza produzida pelo trabalho da própria família, apreendida como renda camponesa, é revertida em bem-estar da família.

Para além da visão economicista e também, reconhecendo a diferenciação dos camponeses assentados, identificamos que a produção camponesa é sentida de

forma concreta na escala local, de tal modo, contribuindo com os mercados locais, produzindo dinâmicas fundamentais ao campo e à cidade.

Com desapropriação do latifúndio e a formação dos assentamentos rurais, outras relações se realizaram nas terras reformadas, ativando assim, outras dinâmicas, dentre as quais, a transformação do latifúndio da cana e das pastagens à terra provedora de alimento sortido, foram fundamentais. Nesse processo, as cidades próximas aos assentamentos são alcançadas pelos alimentos oriundos dos assentamentos.

Sendo assim, a produção camponesa, cristalizando a relação campo-cidade, contribui com o aumento na oferta de alimentos aos cidadãos. Essa ampliação tem nos assentamentos seu principal protagonista, pois esses agricultores representam 60% da população do campo e 81% da agricultura familiar da região estudada.

Em reflexo ao estágio atual do capitalismo, em que a divisão do trabalho impõe a mercantilização a praticamente todas as esferas da vida, por mais que o campesinato mantenha produção de autoconsumo, ainda assim, precisa de dinheiro para comprar aquilo que não produz e, para isso, transforma parte de sua produção em mercadoria. Desse modo, os alimentos, fruto do trabalho familiar camponês, alcançaram as cidades a partir de vários canais de comercialização.

Por meio do seu produto os assentados se inserem no mercado, de tal modo, parte da produção entra para o consumo direto da família e o excedente é comercializado. Nessa inserção, o mercado representa, contraditoriamente, a possibilidade de obter dinheiro para comprar outros produtos, assim como, representa sua exploração, mesmo indiretamente.

Os camponeses, em geral, estão envolvidos na produção de gêneros de primeira necessidade, tanto para o autoconsumo quanto para a venda. Em regra, por não serem altamente rentáveis, os cultivos alimentícios repelem os investimentos capitalistas, abrindo brechas a recriação dos primeiros. Nesses lugares, o capital controla a circulação da produção, ocasião em que eles experimentam a sujeição da renda da terra, seja pelo capital comercial, industrial ou financeiro.

Sem expropriá-los, parcela significativa do seu trabalho se realiza em mãos alheias, sendo assim extraída a mais-valia presente em sua produção. Essa transferência tem sido realizada, principalmente pelos atravessadores, mas também,

pelas redes de supermercados, ambos, apropriando-se de fração significativa do trabalho camponês.

O controle sobre os gêneros alimentícios significa dupla funcionalidade ao capital: além de drenar a renda da terra, os preços baixos possibilitam o rebaixamento dos salários dos operários. Ambos contribuem para a acumulação ampliada do capital, seja pela sujeição da renda oculta na produção camponesa, seja pela fração da mais-valia extraída diretamente via assalariamento do trabalhador.

A pesquisa identificou forte vínculo dos camponeses assentados com o mercado, persistindo diversos mecanismos de apropriação do trabalho excedente camponês pelo capital. Além da sujeição da renda da terra, via subordinação da produção à circulação, o capital extrai a riqueza ao transforma-los em consumidores de produtos industriais. O controle da produção camponesa, assim como a sua transformação em consumidores são formas em que o capital consegue se nutrir das relações não-capitalistas.

No entanto, outras formas atuam em sentido contrário, a exemplo do PAA e PNAE, programas que deram viabilidade e visibilidade à produção dos assentamentos, repercutindo expressivamente na cidade, pois milhares de pessoas, em situação de vulnerabilidade, foram beneficiadas com alimentos de qualidade. Esses programas revelaram a importância na distribuição de terras e de fundos públicos para o campo.

A certeza de mercado para cultivos variados e em pequena quantidade foi uma das grandes contribuições desses programas: os que conseguiram ingressar no PAA e PNAE romperam o engodo da especialização que aprisiona aqueles que não tem a seu favor a rentabilidade proveniente da escala avantajada. Assim foram criadas condições para a diversificação da produção necessária à consolidação das feiras que, por sua vez, contribuem para o aumento da renda aos que produzem e de qualidade alimentar aos que consomem.

O fato é que a expansão das feiras, além de ampliar a oferta de alimentos, gerou a possibilidade de escolhas, pois, no momento de comprar seu alimento, o cidadão pode decidir pelo mais fresco e de melhor qualidade. A redução dos preços em outras feiras da cidade, onde predominam os atravessadores que compram a produção de muitos assentados, também identificamos na pesquisa.

A venda direta se configura como mecanismo de enfrentamento, mesmo parcialmente, contra as amarras da monopolização do capital comercial. Essa forma de escoar a produção vem sendo ampliada pelos assentados após a precarização do PAA. Mesmo assim, persistem mecanismos indiretos de sujeição da renda da terra, a exemplo do frete, uma estratégia de transferir ao produtor os custos da produção e o ônus da correspondente circulação.

Seria possível elencarmos uma lista repleta de obstáculos persistentes, mas isso seria mais do mesmo, convergindo para a ideologia da Reforma Agrária como política equivocada ou indevida. Mas o objetivo dessa tese é justamente mostrar como com tão pouco foi possível promover transformações virtuosas numa região onde a questão agrária lhe é visceral.

A redivisão do latifúndio permitiu aos camponeses ocuparem novos espaços, participando ativamente da dinâmica local, principalmente nas pequenas cidades. O acesso à terra transformou sujeitos marginalizados economicamente em assentados produtivos, inaugurando o direito à cidadania para milhares de famílias.

O impulso dado pelos assentados a demandas por produtos agropecuários, ferramentas, eletrodomésticos, de vestuário, bens e serviços é comprobatório do bem que a Reforma Agrária faz para a cidade e que, nem sempre, é tão somente às sedes dos municípios onde se instalaram os assentamentos.

A política agrária inseriu produtivamente na sociedade pessoas na condição de produtores com potencial de consumo de bens e serviços. Isso mudou as relações de poder, mesmo que em pequenas parcelas do território.

Para tanto, a presença histórica do MST na região foi fundamental. Não podemos negar a importância desse movimento na estruturação dos assentamentos rurais, porque desde a conquista da terra, o MST tem sido a amálgama da luta camponesa pela permanência no lote e pelas políticas públicas inclusivas, a exemplo dos mercados institucionais.

As evidências do legado do campesinato em movimento na Região de Andradina confirmam a hipótese de que os projetos de assentamentos rurais na área estudada têm produzido dinâmicas territoriais importantes na escala local, uma vez que tem contribuído diretamente para a geração de trabalho e renda, na produção de alimentos saudáveis e na inclusão social, política e produtiva dos assentados.

Num cenário de desigualdades extremas e exclusão pronunciada, não é pouco proporcionar ocupação e renda, produção de alimentos saudáveis e inclusão social, política e produtiva. Apesar das diferenças internas, mesmo em São Paulo, estado que representa 32,2% do PIB do país, no qual o setor secundário e terciário corresponde a 97,9% do PIB estadual e com taxas de urbanização de 96,5% (SEADE, 2020), as frações do território dominadas pelos camponeses assentados reproduzem, na luta cotidiana pela existência social, dinâmicas que alcançam, no campo e na cidade, parte da população, sobretudo a mais vulneráveis.

Ocorre que essas dinâmicas virtuosas, que necessitaram décadas para se projetar territorialmente, estão ameaçadas. A perspectiva é de desmonte e destruição dos assentamentos rurais já instalados, de anistia aos grileiros e da eliminação do princípio da função social da terra como parâmetro balizador do direito de propriedade.

Os latifundiários, fração da elite dominante que esteve envolvida diretamente na formação territorial do país, criam mecanismos próprios para assegurar o monopólio da terra sempre que isso possa ser ameaçado. O legado disso é a manutenção da questão agrária, nos rendendo o título de maior concentração absoluta de terras do mundo. Contudo, a história se repete, agora como farsa e, novamente, a questão da terra é centralidade. A participação dessa classe no Golpe de 2016 é reveladora.

As condições históricas do Brasil fizeram da propriedade privada da terra pilar de sustentação política, até porque o seu monopólio em detrimento das outras classes, possibilita apropriar-se da mais-valia social, elemento esse que mobiliza para os bloqueios históricos à democratização da terra.

Se não bastasse o desmonte das políticas agrárias e conseqüente retrocesso de conquistas no campo e na cidade como as aqui apontadas, vivenciamos, também, uma pandemia causada pelo vírus Covid-19. Até 30 de junho de 2020, haviam sido contaminadas mais 10 milhões de pessoas, sendo 1,4 milhões no Brasil, matando 500 mil pessoas no mundo, e neste país, aproximadamente 60 mil pessoas.

No contexto da pandemia do Coronavírus, os camponeses em movimento lutam contra um problema estrutural no Brasil, que assola milhares de famílias vulneráveis, a pandemia da fome. Nesse combate, realizaram mutirões e doações de alimentos em todo país. As doações de toneladas de alimentos, evidência da

dinâmica virtuosa gerada pelo campesinato, também ocorreram na Região de Andradina.

Os camponeses assentados, representados pelo MST regional e a COAPAR, demonstram novamente a importância desse modo de vida à sociedade moderna, pois em tempos de crise, nos ensinam uma das principais qualidades humana, a solidariedade, elemento basilar da lógica camponesa.

As doações (Figura 19), iniciadas em 27 de abril de 2020, atenderam centenas de famílias em condições vulneráveis nos municípios de Andradina, Castilho e Itapura. Além de bairros carentes, as doações atenderam famílias do acampamento Madre Cristina, às margens da Fazenda Lagoão, em Itapura. Foram doados, no período citado, alimentos da cesta básica, centenas de litros de leite, além da produção dos próprios assentados como, mandioca, maxixe, limão, banana, abóbora, melancia, entre outros.

Figura 19 - Doações de alimentos pelo MST/Andradina e COAPAR - 2020



Fonte: MST/Andradina, abril e maio de 2020.

No município de Castilho, em específico, o MST e a COAPAR cadastraram 60 famílias residentes em bairros periféricos. Essas famílias recebem semanalmente

120 litros de leite. Essas ações iniciaram-se no final de abril (2020) e, segundo, o MST da regional de Andradina, se estenderá após a pandemia.

Esse movimento de luta contra a pandemia da fome corrobora com a tese defendida nesse trabalho, evidenciando a importância dos camponeses assentados para a sociedade como um todo. Em situação de pandemia, quando o Estado se ausenta de seus deveres, os assentamentos lutam contra a fome, que, em pleno século XXI, matou 5.653 pessoas em 2017, em média, 15 pessoas por dia. (BRASIL 247, 2019).

Por fim, as ações de solidariedades protagonizadas pelos camponeses assentados, em momento de crise sanitária, nos permite encerrar esse trabalho, citando Shanin (2008), quando advertiu sobre capacidade de aprendermos com o campesinato.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. (SHANIN, 2008, p.28).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda o que muda com a MP da regularização fundiária.** Brasília, 15 de dez. 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/entenda-o-que-muda-com-mp-da-regularizacao-fundiaria>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do Governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? In: **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 275-292, 2018.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. O Sentido da Terra Camponesa: Práticas de Distinção. **III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde” Campesinato em Movimento.** Londrina, 2007.

AMIM, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão Agrária e o Capitalismo.** Tradução: Beatriz Resende. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1980.

_____. **Abolição e reforma agrária.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

ARANHA, Ana; ROCHA, Luana. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. **Por trás do alimento.** 15 de abril de 2019. Disponível em: <<https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro de. Café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 78-135, 1956.

ARLINDO, Marco A. da Silva. **Territorialização camponesa no Assentamento Primavera II em Mirandópolis/SP: limites e potencialidades.** Dissertação Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, 2015.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

AZEVEDO, F. de. **Um trem corre para o Oeste.** São Paulo: Martins Editora, 1950.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena – Debatendo o livro A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, Caio Galvão e; SPAROVEK, Gerd. **Assentamentos em debate.** Brasília: NEAD, 2005.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças históricas e implicações sócio-espaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

_____. Mudanças na pecuária bovina de corte e algumas implicações sócio-espaciais na Região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, n.16, volume 2, 2009. p.26-36.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In.: **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: setembro de 2011.

_____. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BORGES, Maria Celma. A história rural entre roças, pobres da terra e “a reforma que virou suco”: da América portuguesa a FHC, Lula e Dilma. In.: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas**. (Protagonistas da /na luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas) Vol. II. Curitiba: CRV, 2018.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm>. Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 11, de 4 de abril de 2003. **INCRA**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in11_040403.pdf> Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Documento Referência: 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

BRASIL. IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. **IBGE**, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

BRASIL. Critérios para Pontuação dos Projetos de Compra com Doação Simultânea 2019. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/paanet/Criterios_PAA_CDS_Conab_2019.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. Lei da Regularização Fundiária Rural e Urbana (2017a). Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera diversas Leis e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 13 jul. 2017.

BRASIL. **Instrução Normativa Nº 97, de 17 de dezembro de 2018**. Normatiza os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57221217/do1-2018-12-28-instrucao-normativa-n-97-de-17-de-dezem>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Manual do PROINF**. Brasília: MDA, 2015. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/Manual%20Proinf%202015_0.pdf. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Estatísticas de Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em: 10 abril 2020.

BRASIL/MDA/PLURAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Andradina**. Elaboração Técnica: Ariane Favareto, novembro de 2010.

BRASIL 247. Desnutrição mata 15 pessoas por dia no Brasil, segundo Ministério da Saúde. Julho de 2019. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/brasil/denutricao-mata-15-pessoas-por-dia-no-brasil-segundo-ministerio-da-saude>> Acesso em: 1 jun. 2020.

CAMARGO, Daniel; MAGALHÃES, ANA. Governo Bolsonaro volta a suspender a reforma agrária no país. **Repórter Brasil**. Março de 2019. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2019/03/governo-bolsonaro-volta-a-suspender-a-reforma-agraria-no-pais/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTILHO, Alceu. **Golpe de 2016 se afirma também como um golpe ruralista**. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/alceucastilho/golpe-de-2016-se-afirma-tambem-como-um-golpe-ruralista/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. **Frente Parlamentar da Agropecuária compôs 50% dos votos do impeachment e 51% dos votos para manter Temer**. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/2017/09/25/frente-parlamentar-da-agropecuaria-compos-50-dos-votos-do-impeachment-e-51-dos-votos-para-manter-temer/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)**. Campinas, 1993. 288p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CHAGAS, Elisa. MP da regularização fundiária perde validade e é substituída por projeto de lei. **Senado Notícias**. Maio 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/20/mp-da-regularizacao-fundiaria-perde-validade-e-e-substituida-por-projeto-de-lei>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Uunidade económica campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

_____. **Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas (1924)**. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79O11.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), **Conflitos no Campo – Brasil 2019**. [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. **Compêndio de estudos CONAB**. V.20, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2016. In. **NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária** – FCT/ UNESP. Coordenação: GIRARDI. E. P.; - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, 2010, p.111-125.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In. FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA; São Paulo: UNIARA, 2008.

ELLIS JÚNIOR, Alfredo. **O café e a Paulistânia**. Publicações da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (doutorado) – FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP. 2002.

_____. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, v. 1, p. 17-32, 2008.

_____. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FALLEIROS, Alcides. **Mirandópolis: Sua evolução no Século XX**. Gráfica Dom Bosco, Três Lagoas, 1999.

FARIA, Camila Salles; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O processo de Constituição da propriedade da terra no Brasil. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina. Caminando en una América Latina en transformación**. Montevideo: Universidad de la Republica, 2009.

FATTORELLI, Maria Lucia; ÁVILA, Rodrigo. Os números da dívida. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: www.auditoriacidada.org.br. Acesso em: 10 abr. 2019.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

_____. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da F. F. L. C. H. da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Agronegócio e reforma agrária**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgraria_Bernardo.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FERNANDES, Maria. Esther. Revendo o percurso: o rural visto por dentro. In. **CADERNOS CERU**, série 2, v. 21, n. 1, junho de 2010.

FONTOURA, Luiz F. M. A relação campo cidade como método. In. Medeiros, Rosa M. V. E Falcade, Ivanira (Org) **Tradição Versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FRANÇA, Ary. **A marcha do café e as frentes pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FREITAS, Luiz Carlos de. Materialismo Histórico-Dialético: pontos e contrapontos. In: **ITERRA. II Seminário Nacional "O MST e a Pesquisa"**. Veranópolis: cadernos do ITERRA, ano VII, n. 14, nov. 2007, p. 45-60.

FUHRMANN, Leonardo. Milícias e fuzis: as más companhias de Nabhan Garcia, o homem de Bolsonaro para a reforma agrária. In: **The Intercept Brasil**. Fev. de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, Editora Paz e Terra, 1974.

GHIRARDELLO, N. **A beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNADES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S.l.], n. 8, p. 73-98, jun. 2008.

GOULART, João Belchior Marques. João Goulart: **Perfil, discursos, depoimentos (1919-1976)**. Coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2004.

GRIGORI, Pedro. Em meio à pandemia, governo Bolsonaro aprova 118 agrotóxicos em dois meses. **Pública**. Maio de 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-aprova-96-agrotoxicos-em-dois-meses/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

GUIBERT, Martine. las relaciones ciudad-campo: características del debate Franés. In: Medeiros, Rosa M. V. E Falcade, Ivanira (Org.) **Tradição Versus Tecnologia: As novas territorialidades do espaço agrário**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Juca. Família de novo presidente do Incra possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas. **Brasil de fato**. Out. de 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/familia-de-novo-presidente-do-incra-tem-terras-improdutivas-ocupadas-pelo-mst-no-rn>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

HEREDIA, Beatriz. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HEREDIA, Beatriz; Medeiros, Leonilde Servolo de; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela; LEITE, Sérgio Pereira. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil, **Estudos Sociedade e Agricultura**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 10, n. 1. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/209>> Acesso em: 02 jul. 2019.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP. 1996**. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE/UNESP, Rio Claro, 1996.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo; COSTA, Vera Mariza H. de Miranda; ESPÍRITO SANTO, Carlos Roberto do. Os Assentamento e os Reassentamentos rurais na Região de Andradina – SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; AUBRÉE, Marion; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. (Org). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara, SP: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

HESPANHOL, R. Ap. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 103-112, set. 2013.

_____. O papel das associações de produtores rurais e dos Mercados Institucionais de Alimentos na reprodução social dos agricultores familiares. **XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA): Agentes, processos, conflitos e conteúdo do espaço agrário brasileiro**. Natal, novembro de 2014.

HORA DO POVO. **Bolsonaro quer expulsar assentados e devolver terras a latifundiários**. 4 de agos. 2019. Disponível em: <<https://horadopovo.com.br/bolsonaro-quer-expulsar-assentados-e-devolver-terras-a-latifundiarios/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

IANNI, OCTÁVIO. Modo de ser e de viver: uma utopia camponesa? **Via Campesina do Brasil**. O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados Definitivos. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Contagem da População 1996**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/552>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249230>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

INCRA. Assentamentos - Informações Gerais. **Superintendência Regional São Paulo, 2019**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 de mar. 2020.

KAYAMA, Eiichi. **A canção da alma desbravadora**. Comemoração da Fazenda Tietê. Pereira Barreto: S.n, 1997.

LAUREANO, Delze dos Santos. Invasão ou ocupação de terras? Quem é o vilão nesta história. **EcoDebate**. 25 de abril, 2009. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2009/04/25/invasao-ou-ocupacao-de-terras-quem-e-o-vilao-nesta-historia-artigo-de-delze-dos-santos-laureano/>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

LEITE, Sergio. Assentamentos Rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In. STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma Agrária e a luta do MST**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. **Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA**, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira; AVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 777-805, set. 2007.

LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio. **Lei 13.465 e o Decreto que reduzirá a reforma agrária a um negócio: uma minuta para uma análise**. Boletim DATALUTA n. 120 – Artigo do mês: dezembro de 2017.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luis Felipe P. de; SAUER, Sérgio. A questão agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 699-707, 2018.

LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. **Brasil: incertezas e submissão?** – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A questão da agricultura de subsistência (1981). In: (org) Clifford Andrew Welch... [et al.]. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, v. 1, 2009, p.117-134.

LOPES, D. E. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação Mestrado em Geografia/CPTL/UFMS, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 2ª Edição.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação, 2010.

MOREIRA, Matheus. Número de agrotóxicos liberados no Brasil em 2019 é o maior dos últimos 14 anos. **Folha de S. Paulo**. Dez. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/numero-de-agrotoxicos-liberados-no-brasil-em-2019-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos.shtml>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In.: **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

MARQUES, Gabriel M. Vinhaça: o futuro da fertilização. **AUN-USP**. Agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7108&ed=1216&f=8>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MARTINEZ, Paulo. **Reforma agrária: Questão de terra ou de gente?** São Paulo: Editora Modera, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Expropriação e violência (A questão política do campo)**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: aliança do atraso. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 103-135.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: **livro II: o processo de circulação do capital (1818-1883)**; edição Friedrich Engels; Tradução e seleção de textos Rubens Enderle. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. O capital: crítica da economia política: livro I: **O processo de produção do capital**; tradução Rubens Enderle. – 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Seção VI – transformação do lucro extra em renda fundiária. **O capital: crítica da economia política**: livro III: o processo global da produção capitalista / Karl Marx; edição de Friedrich Engels; tradução Rubens Enderle. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

MATOS, Odilon. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974 (Sociologia e Política).

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da Terra o Milagre do Pão: Assentamento Timboré Andradina/SP**. Dissertação de mestrado USP, 2003.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. In. **AGRÁRIA, São Paulo (Online)**, Nº. 14, pp. 4-22, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agrogolpe: **Os interesses da bancada ruralista no golpe estão ligados a seus interesses político de classe**. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/23/artigo-or-agrogolpe/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; de SÁ, Thiago Hérick. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**. Vol. 18 n.3; Setembro-Dezembro/2017.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; COSME, Claudemir Martins. Os governos federais do PSDB e PT, a luta pela terra e os assentamentos rurais no Brasil. In.: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil**

contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas. (Protagonistas da /na luta pela Terra/Território e das Políticas Públicas) Vol. II. Cutitiba: CRV, 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **OKARA: Geografia em debate.** V.12, n.2, p. 218-258, 2018.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** Tese de Doutorado em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Capitalismo, geografia e meio ambiente.** 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

MST. **2018 foi um ano que silenciou a Reforma Agrária.** 11 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/01/11/2018-foi-um-ano-que-silenciou-a-reforma-agraria/>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

NAGAY, Julio Hidemitsu Corrêa. **A Cotonicultura Brasileira nos Anos 90: A Crise e a Retomada frente à Globalização.** Monografia, Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para Produtores agrícolas mercantis.** Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo.** 6ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia.** Ed. Contexto: São Paulo, 1999.

_____. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados.** São Paulo: v. 15, n° 43 Sept/Dec. 2001. p.185-206.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Texto para discussão em reunião da CPT nacional.** Goiânia, 2003.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela - Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

_____. Território de quem? **Revista Sem Terra**, Ano XI, nº 47, out/nov 2008, São Paulo.

_____. Os Agrocombustíveis e a produção de alimentos. **XII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL)**, Montevideo/Uruguai, 2009.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. Não Reforma Agrária e Contrarreforma Agrária no Brasil do governo LULA. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, XIII, San José - Costa Rica, 2011.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira. XII Coloquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo**. Iände Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Mariana Esteves de. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do lajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá. 2006.

OXFAM BRASIL (2016). *Relatório "Terrenos da Desigualdade – Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural"*. Oxfam, Brasil, novembro de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural?gclid=EAlaIqobChMIr7D0san24gIVhwaRCh31mACpEAAYASAAEgKP0_D_BwE> Acessado em: 10 jun. 2019.

PAULA, Lourival Plácido de. **A Territorialização Camponesa na Região de Andradina (1978-2010)**. Monografia. UNESP/INCRA/PRONERA. 2011.

PAULINO, Elaine Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 52-73, jul./dez. 2006.

_____. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. Questão agrária e ensino de geografia: um debate necessário. In: KATUTA, Ângela Massumi [et al] (Org). **Geografia e mídia impressa**. Londrina : Moriá, 2009.

_____. Reforma Agrária: o incômodo diálogo. **REVISTA AGRÁRIA**, São Paulo, No. 14, p. 99-120, 2011.

_____. Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária: problematizações necessárias. In: ROSAS, Celso Antonio Ramos Fonseca (org.) **Perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

_____. A liquidação das terras públicas no Brasil: contextos, pretextos e passivos territoriais em face da lei 13.465/2017. **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 37, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2017

_____. Para não dizer que não falei do crime de lesa pátria de Temer: os Decretos 9.309, 9.310 e 9.311/2018. **OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 275-292, 2018.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. A eficiência da produção camponesa no Brasil: estudo comparativo. **Revista Terra Livre: São Paulo**, nº35, p.17-34, 2010b.

PINA, Rute. Novo Censo Agropecuário traz menos dados por falta de recursos. **Brasil de Fato**. 26 de jul. 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/novo-censo-agropecuario-traz-menos-dados-por-falta-de-recursos/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PINHEIRO, Niminon Suzel. "Terra não é troféu de guerra". In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: História - Guerra e Paz** [CD-ROM], ANPUH, Londrina: Editorial Mídia, 2005.

PINTO, Maria Nivea. **Retalhos da memória**. Campinas: Ed. Komedi, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. (Trad. Claudia freire). 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: EditoraUnesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Tradução: Maira T. J. Ribeiro. 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo. In: **Revista Geografia**. Ano I (nº. I). 1935.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993 (1980).

RAMOS, Pedro. **Índices de rendimento da agropecuária brasileira**. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0618P/B0618P.PDF>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

REDE BRASIL ATUAL. **MP 910 da Grilagem: MP de Bolsonaro estimula o roubo de terras públicas, diz MPF**. Fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/02/bolsonaro-grilagem-terras-mpf/>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

SANTOS, José Tavares dos. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho. **Reforma agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP. Presidente Prudente, SP, 2014.

SANTOS, Isabel Péres dos; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Org.). **Da Terra Nua ao Prato Cheio Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo**. Araraquara; Fundação ITESP/UNIANA, 2003.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANZ-PASTOR, Fernando. **A urgência da reforma agrária**. Editora Nerman, São Paulo, 1988.

SAUER, Sergio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In. FRANÇA, Caio Galvão e; SPAROVEK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília : NEAD, 2005.

_____. **Brasil de fato**. Belém, maio de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/mp-759-expropria-a-populacao-pobre-do-campo-explica-sergio-sauer>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/#>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SHANIN, Teodor. **La classe incomoda: Sociología política del campesinato en una sociedad em desarrollo (Rússia 1910-1925)**. Versión Española de Fernando Andrada Tápia. Madri: Alianza Editorial 1983.

_____. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. O velho e o novo em uma discussão marxista. Revista Nera, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campepinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, Célia Reis da. **Lembranças (re) vividas, tradições (re) inventadas: experiências de migrantes nortistas na alta noroeste paulista (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, PUC, 2003.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: UNICAMP, 2008.

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: Modo de ser, de viver e de produzir**. Instituto Cultural Padre Josimo. 1º Edição, Porto Alegre; 2014.

SOARES FILHO, Paulo José. **A política imigratória tutelada japonesa e a ação da Bratac em Pereira Barreto (SP) 1927-1942**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, 2010.

SPAROVEK, Gerd; REYDON, Bastiaan; TORSIANO, Richard; PINTO, Luis Fernando Guedes; SIQUEIRA, Gabriel; GUIDOTTI, Vinícius. **Nota técnica preliminar sobre o anúncio de Medida Provisória de regularização fundiária autodeclarada**. 2019. Disponível em http://www.imaflora.org/downloads/biblioteca/5da9d4ef02ea7_NT_MP_fundiaria_outubro2019final.pdf (acesso em 20/01/2020).

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TARSITANO, Rodrigo Anselmo. **Avaliação dos projetos PROINF do Território Andradina (SP), a partir da perspectiva de diferentes atores**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. 2012.

TARSITANO, Rodrigo Anselmo; SANT'ANA, Antonio Lázaro; ARAÚJO, Carlos Augusto Moraes. **Análise dos projetos PROINF do Território Andradina, Estado De São Paulo, Período 2004 A 2011**. Informações Econômicas, SP, v. 43, n. 3, maio/jun. 2013.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os nós da cana**. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2002.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no Estado de São Paulo (2006-2017)**. Tese (Doutorado), UNESP/Presidente Prudente, 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campeonato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**. GT 17. Processos Sociais Agrários, Caxambu, MG. 1996.

WELCH, Clifford Andrew. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe 2016. In. COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)** Vol. I. Curitiba: CRV, 2018.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Tradução de Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

WOORTMANN, Klass. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, n° 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

ZAMBERLAM, Jurandir; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta/RS. In: GÖGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). **Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: VOZES, 1991.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Informações sobre os Projetos de Assentamentos Rurais da região de Andradina - 2017

Municípios	Nome do Projeto de Assentamento	Capacidade (Famílias)	Fam. Assentada	Área (ha)	Data da Criação
Andradina	Fazenda Primavera	311	280	9.595	22/06/1981
	Timboré	176	171	3.380	23/06/1995
	Belo Monte (São Sebastião)	75	74	1.588	22/04/2002
	Wilson Gandolf (Arizona)	46	46	635	28/06/2006
	Josué de Castro (Timborézinho)	51	51	773	15/10/2009
Castilho	Rio Paraná	92	88	2.209	03/09/1991
	Anhumas	70	69	1.348	12/12/2001
	Terra Livre	41	41	628	30/06/2003
	São Joaquim	46	46	606	30/06/2003
	Nossa Senhora Aparecida II	73	72	976	24/12/2004
	Celso Furtado	179	177	2.428	09/12/2005
	Cafeeira	125	125	1.960	08/10/2007
	Santa Isabel	68	67	1.035	17/09/2008
	Esperança de Luz	71	69	996	18/06/2009
	Pendengo	201	199	4.185	06/10/2009
Guaraçá	Aroeira	40	38	873	17/09/1987
	São José II	39	38	878	09/02/1988
	Nova Vila	57	56	867	13/01/2005

	Santa Luzia	70	69	1.077	18/05/2009
Ilha Solteira	Estrela da Ilha	210	208	2.856	25/02/2005
	Santa Maria da Lagoa	75	75	1.211	25/02/2005
Itapura	Rosely Nunes	85	85	1.172	25/02/2005
	Cachoeira	68	65	997	29/10/2007
	Zumbi dos Palmares	80	80	1.116	10/12/2008
Mirandópolis	Primavera II	105	105	1.867	27/07/2006
	São Lucas	68	68	1.541	21/09/2007
	Florestan Fernandes	210	210	2.868	25/04/2013
Murutinga do Sul	Orlando Molina	77	76	1.513	10/11/1998
	Dois irmãos	125	123	1.867	19/12/2005
	Santa Cristina	56	54	987	17/04/2006
Nova Independência	Pousada Alegre	60	60	930	02/08/2005
Pereira Barreto (5 Assentamentos)	Esmeralda	85	82	2.079	03/12/1987
	Terra é Vida	39	38	543	07/01/2004
	Olga Benário	49	48	757	18/09/2008
	Eldorado dos Carajás	51	51	761	08/03/2010
	Frei Pedro	67	67	1.871	11/08/2010
Sud Mennuci	----		----	----	----
Suzanápolis	P.A. União da Vitória	155	152	2.906	15/08/2005
11 municípios	37 Assentamentos	3.496	3.423 Assentadas	63.879	

APÊNDICE B: Informações socioeconômicas dos municípios da Região de Andradina


Informações socioeconômicas dos municípios da Região de Andradina - 2020

Municípios	População (mil)	Grau de urbanização (%)	Participação dos setores no PIB		
			Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
Andradina	56,1	94,3	5,9	27,8	66,3
Castilho	20,7	75,5	7,2	44,3	48,5
Guaraçaí	8,4	82,1	37,8	5,4	56,8
Ilha Solteira	25,7	93,8	9,8	6,7	83,5
Itapura	4,9	79,9	40	7,4	52,6
Mirandópolis	28,6	91,3	16,1	17	66,9
Murutinga do Sul	4,3	61,5	19,5	3,6	76,9
Nova Independência	3,7	85	16,8	38,9	44,3
Pereira Barreto	25,4	93,6	13,7	5	81,3
Sud Mennucci	7,7	86,1	32,3	8,4	59,3
Suzanápolis	3,9	66,7	14,3	50	35,7
Região de Andradina	189,4	82,7	19,4	19,5	61,1
Estado de São Paulo	44,6 (milhões)	96,5	2,1	21,2	76,7

Fonte: SEADE, 2020. Organizado pelo autor.

ANEXOS

ANEXO A: Documento de compra e venda de propriedade.


Serviço do Registro de Imóveis e Anexos
 Rua Marechal Deodoro, 1003 - Fone 722-3150
 CEP 13060-900 - ANDRADINA - SP
MARCO ANTONIO RODRIGUES SILVA
 DELEGADO SUBSTITUTO

C-E-R-T-I-F-I-C-A-O MARCO ANTONIO RODRIGUES SILVA, De-
 legado Substituto do Serviço Registral
 de Imóveis e Anexos do Titulo e Docu-
 mentos, desta Cidade e Comarca de
 Andradina, Estado de São Paulo, na fir-
 ma da lei, etc.

C CERTIFICA, à pedido verbal de pessoas interessadas que re-
 vendo em o Cartório a seu cargo os livros de "Transcrição das Tran-
 missões", constantes do arquivo nêles no de 3-D, fls. 24, verificou =
 constar que por escritura de venda e compra de 12 de junho de 1.951, =
 lav. pelo 2º Tab. Intº de Andradina, M.R. Cervelho e transcrita em 13 de
 junho de 1.951, sob o nº 3.645 - ARTUR LINO DE ALENCAR, brasileiro, co-
 sado, lavrador, res. Andradina, adquiriu de Horácio Nogueira e c/m. Dr.
 Lidia Franco Nogueira: - "Um lote de terras com a área de 104,85,86ha., =
 sem benfeitorias, encravadas na fazenda ou imóvel denominado "Pendeng-
 go", distrito de Alfredo de Castilho, deste município e comarca de Ar-
 andrina, fazendo frente para a estrada "Doiadeira", fundos para o corre-
 go Pendengo e dividindo, dos lados, com terras dos outorgantes vende-
 res ou seus sucessores, imóvel este adquirido pelas transcrições nºs =
 4.050 e 4.051 de Penapolis".....


CERTIFICA MAIS que revendo os mesmos livros e o "Livro 02 de Registro-
 Geral", constantes do arquivo nêles verificaram a inexistência de qual-
 quer transcrição ou matrícula pela qual haja ARTUR LINO DE ALENCAR =
 alienado total ou parcialmente área do imóvel nesta certificado adqui-
 rido pela transcrição nº 3.645 deste Cartório".....

CERTIFICA MAIS E FINALMENTE que revendo os mesmos livros, os livros de
 "Inscrição Especial", os livros de "Registros Diversos", e o "Livro 01
 de Registro Auxiliar", constantes do arquivo nêles verificaram a in-
 existência de qualquer inscrição hipotecária, citação ou ação real, pen-
 sões, possessórias, reivindicatórias, rescisórias de títulos de aquisi-
 ção, embargo, arresto, sequestro, penhores, penhora ou execução, gra-
 vando a área do imóvel nesta certificado adquirido pela transcrição nº
 3.645 deste Cartório, e em que figure como devedor obrigado ou respon-
 sável ARTUR LINO DE ALENCAR. - Nada mais. Dou fé. Andradina aos dezesseis
 dias do mês de Março do ano Dois Mil e Três. - (2.003).....

Oficial, conferi, subscrevo e assino. -

SERVIÇO DO REGISTRO DE
 IMÓVEIS E ANEXOS

ANEXO B: Planos, propostas e projetos prioridades do Município de Andradina
(Gestão 2017/2020)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 CNPJ 44.428.506/0001-71 – Inscr. Est. Isento
 Rua Manoel dos Santos Junior, 100 – ~~Andradina~~ – Fone (18) 3702-1000 Fax (18) 3722-7660 – CEP
 16.900-645 – Andradina - SP

PLANOS, PROPOSTAS E PROJETOS
PRIORIDADES GESTÃO 2017/2020

- **“Veja como eu Faço”** – projeto voltado para a troca de experiências entre produtores da agricultura familiar de Andradina, com Dia de Campo em assentamentos local e da região. O objetivo do projeto é partilhar conhecimento entre produtores da agricultura familiar, a partir de experiências exitosas, resistentes e experimentais. E ainda, motivar o produtor anfitrião a continuar sendo exemplo para os demais.
- **Núcleos Experimentais para o Desenvolvimento Agrário – NEDA.** A proposta é a implantação de Núcleos Experimentais por meio de parcerias com produtores da agricultura familiar tendo como objetivo desenvolver experiências de cultivos, criação e produção, não tradicionais na região, experimentar tecnologias, inclusive tecnologias adaptadas, fomentar pesquisas, etc. O Núcleo deverá ter um comitê gestor envolvendo parceiros ligados às demandas do desenvolvimento agrário na região, especialmente a secretaria municipal de meio ambiente, de agricultura, ETEC e Faculdade de Agronomia.
- **Mapa do Desenvolvimento Agrário de Andradina – Lote a Lote** – realizar diagnóstico econômico (produtividade) e social de todas as famílias assentadas em Andradina. Para elaborar qualquer política pública é necessário um profundo diagnóstico socioeconômico do público alvo. No caso de agricultores familiares, saber o que produzem ou tem afinidades é essencial para elaboração de um plano de desenvolvimento.
- **Inauguração da Central de Comercialização e Distribuição de Alimentos** – visualiza-se que o primeiro passo da Central será cumprir o seu papel de distribuição de alimentos por meio dos programas PAA e PPAES, mas a expectativa é que está venha a atuar como entreposto de comercialização de produtos, um mini Ceasa.
- **Emplacamento das Estradas dos Assentamentos** – uma das maiores dificuldades de locomoção e logística dentro dos assentamentos rurais é a falta de placas indicando estradas ou lotes. A intenção é facilitar essa identificação tanto para visitantes, quanto para escoadores de produção.
- **Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário** – organizar um coletivo de discussão ~~de~~ das políticas públicas de desenvolvimento agrário do município e conjuntamente com lideranças de assentamentos, sindicatos, cooperativas e associações elaborar o plano de desenvolvimento agrário do município.
- **Mapa do Sistema de Comercialização de Andradina** - A comercialização compreende o conjunto de atividades realizadas por agentes que se acham empenhados na transferência de bens e serviços desde o ponto de produção inicial até o consumidor final (PIZA; WELSH, 1968). O Objetivo é mapear todo o consumo de hortaliça, legumes e frutas por meio dos supermercados, mercearias, quitandas, etc.
- **Giro Agrário** – organizar uma caravana pelos assentamentos com palestras e temas voltados para o desenvolvimento agrário. A proposta é ter a parceria do legislativo, sindicatos, cooperativas e demais secretarias do governo municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CNPJ 44.428.506/0001-71 - Inscr. Est. Isento
Rua Manoel dos Santos Junior, 100 - ~~Casapereira~~ - Fone (18) 3702-1000 Fax (18) 3722-7660 - CEP
16.900-645 - Andradina - SP

- **Qualificação** - parceria com Sec. Des. Econômico, ETEC, outros.
- **Núcleo de Apoio à Comercialização - NAC**: o Núcleo de Apoio à Comercialização é uma ferramenta de apoio para estabelecer relacionamento entre produtores e compradores (Mercados, Mercarias, Quitandas). O Núcleo terá a função de divulgar diariamente, aos compradores, a produção disponível nos assentamentos, tendo a Central de Comercialização e Distribuição de Alimentos como um entreposto ou mini-CEASA.
- **Centro de Vocação Tecnológica - CVT**: O Centro de Vocação Tecnológica que pretendemos implantar em Andradina é uma solução tecnológica para a criação de peixes em Tanques Elevados, por meio de recirculação de água.